Saúde global tem quinzena de gala com a realização da Cúpula sobre 'One Health' e Fórum Global dos Centros Colaboradores da OMS, em Lyon, França por ocasião do Dia Mundial da Saúde, que neste ano aborda Ciência e Saúde

Guerras continuam assombrando o mundo em todas as frentes, sem soluções à vista, e com mortes, feridos e deslocados se acumulando em situações cada vez degradantes. Flotilha humanitária parte de Barcelona em direção à Gaza

Zona de Paz e Cooperação no Atlântico do Sul (ZOPACAS) é reafirmada em Declaração do Rio de Janeiro, mostrando que o Sul Global rejeita o estado de guerra permanente em que vive grande parte do mundo

#5
01 A 14 DE ABRIL DE 2026

Cadernos

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE











SUMÁRIO

04 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar*

Sistema Nações Unidas

24 – Comentários no diário de bordo de um velho capitão – *Santiago Alcázar*

31 – Trump e Netanyahu: dois loucos brincando de Deus – *Jeffrey D. Sachs*

37 – Reconhecimento, resistência e reparação: a Declaração de Durban e o reconhecimento da escravidão como o crime mais grave contra a humanidade – *Armando De Negri Filho e Fabiane Gaspar*

48 – Uma Só Saúde, ciência e financiamento: reconfigurando a governança global da saúde – *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

55 – A saúde mundial em inflexão: Sul Global propõe caminhos para a equidade no acesso a tratamentos e diagnósticos – *Nísia Trindade e Luana Bermudez*

58 – Centros Colaboradores da OMS: uma rede científica global – *Meg Doherty, Matias Tuler, Sylvie Briand e Tedros Adhanom Ghebreyesus*

61 – Espécies migratórias: compromisso internacional para além da conservação da biodiversidade – *Marcia Chame*

72 – Proposta de Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Trabalho Decente na Economia de Plataformas – *Frederico Peres e Letícia Pessoa Masson*

85 – O Relatório Mundial sobre a Promoção da Saúde de Refugiados e Migrantes da OMS – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

92 – Desaceleração na redução da mortalidade infantil e juvenil no mundo: desigualdades persistentes e desafios para o alcance dos ODS – *Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

100 – Os preços e a inflação dos alimentos e a segurança alimentar e nutricional global – *Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

115 – 25 anos de avanços desiguais: por que o acesso à educação ainda não é equitativo às vésperas de 2030? – *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Heliton Barros e Vitor Rodrigues*

123 – As Considerações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional Sobre os Impactos Globais Causados pela Guerra no Oriente Médio – *Isis Pillar Cazumbá*

126 – Estratégia de atuação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, ou Banco do BRICS) para o período 2025-2030 – *Laura Tavares Soares*

136 – Comércio Global em Contexto de Fragmentação Geoeconômica e Riscos Alimentares – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

143 — Crises humanitárias e reforma do sistema multilateral: a sociedade civil segue reivindicando a promoção da saúde global – *Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Marciglei Brito Morais, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina e Luis Eugênio de Souza*

161 – Orçamento, guerra e resistência: as múltiplas crises globais e o papel da sociedade civil – *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

174 – Convergências do Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard de Lima Monteiro*

194 – G20, G7 e OCDE – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio*

211 – O BRICS diante da Guerra no Irã: soberania sanitária e os limites da alternativa à ordem global – *Hiago Albuquerque e Claudia Hoirisch*

221 – O complexo cenário de "policrise" estrutural na América Latina: será que existe uma saída? – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

236 – Sudão: o impasse da diplomacia – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg*

247 – Impactos da guerra no Golfo sobre a Ucrânia, a Europa e a agenda global – *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

253 – Emergências da Saúde frente a escalada de conflitos, eventos climáticos e geológicos no Oriente Médio e Norte da África (MENA) e na Ásia e Pacífico – *Lúcia Marques*

265 – Nações, Repúblicas e Partidos – *André Costa Lobato, Anabela Santiago, Alexandra Rodrigues Sanches, Bruno Neves e Giovana Guiciard*

278 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

279 – Editores e autores dos cadernos

284 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da saúde

285 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 05/2026

01 a 14 de abril de 2026

Sumário Executivo

Neste Caderno 5, ao invés de iniciar com as guerras – particularmente as do Oriente Médio – que mantêm o mundo sobressaltado, abrimos com notícias mais alvissareiras oriundas da saúde global. Abordamos os significativos eventos comemorativos do **Dia Mundial da Saúde**, 7 de abril, organizados pela **Organização Mundial da Saúde (OMS)**: 1) a **reunião sobre *One Health*** (Saúde Única; Uma Só Saúde, entre as designações que tem recebido em português); e 2) a **reunião mundial dos Centros Colaboradores da OMS** – ambas em Lyon, França, entre 5 e 9 de abril. Os dois eventos procuraram injetar otimismo e ampliar os compromissos de todos com a ciência e a saúde. Sob o tema do dia mundial, "*Juntos pela saúde. Apoiem a ciência*", a OMS procurou convocar o mundo a 'renovar seu compromisso com a cooperação' e a 'apoiar a ciência' como os dois motores que impulsionam uma melhor saúde para todos.

A **Cúpula "Uma Só Saúde"** (Lyon, 5-7/04) foi organizada pela França e a OMS, no âmbito da programação de saúde do G7, presidido pela França, e contou com as presenças do Presidente Macron, do DG da OMS, Tedros Adhanom, e de autoridades nacionais da saúde de diversos países, além de chefes de organizações internacionais e regionais, representantes da comunidade científica e acadêmica, setor privado, sociedade civil, bancos de desenvolvimento, instituições filantrópicas e juventude, presencial ou virtualmente. O programa desenvolvido está disponível em: https://oneplanetsummit.fr/en/one-health-summit-schedule-312, que permite o acesso às várias sessões e painéis realizados, inclusive a sessão de alto nível sobre o tema Watch the One Health Summit High-Level Session. O grupo de análise sobre G7 apresenta comentários e críticas sobre a Cúpula no seu informe neste fascículo.

A OMS organizou também o **Fórum Global da Rede de Centros Colaboradores,** de 7 a 9 de abril, com representantes de mais de 800 instituições acadêmicas e de pesquisa de mais de 80 países, uma das maiores e mais diversas redes de saúde pública do mundo (ver Fórum Global de Centros Colaborativos da OMS: colaborando por um futuro mais saudável e Centros colaboradores). Os cientistas destacaram as ameaças à saúde que surgem no mundo fragmentado de hoje—desafios que não apenas criam uma necessidade urgente de ação, mas também abrem novas oportunidades para mobilizar esforços em busca de melhores soluções em saúde. O Fórum foi concluído com um renovado senso de compromisso em toda a ampla rede, indo além de projetos científicos rígidos rumo a parcerias mais dinâmicas e integradas.

Diante das dificuldades políticas e de financiamento que vive a OMS desde a saída dos EUA da organização e da fraca mobilização dos Estados-membros com o vácuo deixado, estes dois eventos talvez tenham sido os momentos mais tonificantes para a OMS nos últimos tempos.

Sobre ambos os temas, ler artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão*** – analistas sobre a OMS nestes Cadernos. De outro lado, reconheça-se, *One Health* não tem sido unanimidade entre os sanitaristas brasileiros. Para entender, em parte, as discordâncias, sugerimos a leitura do artigo do epidemiologista ***Heleno Corrêa Filho*** para o CEBES "One Health": quem opera contra a Saúde Coletiva | Outras Palavras, no qual o autor explica que o conceito aterrissa no Brasil em um terreno marcado por disputas múltiplas. Não se trataria de rejeitar a formulação conceitual da Saúde Única, que

dialoga com tradições da Saúde Pública, mas de ter um olhar crítico sobre seus modos de implementação – e a quem interessam.

Sobre a reunião dos Centros Colaboradores leia o artigo do DG ***Tedros Adhanom e col.*** Centros Colaboradores da OMS: uma rede científica global - PMC no qual os autores afirmam que "a ruptura geopolítica que se desenrolou no último ano ofereceu à OMS vários desafios e oportunidades, e desencadeou um processo de priorização e realinhamento na Organização". Afirma, ainda, que "em um momento de instabilidade política, mudanças na arquitetura global da saúde, redução do financiamento para a saúde e erosão da confiança na ciência, a Organização continuará a depender dos Centros Colaboradores da OMS. A instituição pretende expandir essas colaborações para aproveitar a boa vontade de pesquisadores e cientistas em todo o mundo, contribuindo para o objetivo da OMS de alcançar a saúde para todos e manter a posição da ciência.

A geopolítica e os impactos socioeconômicos, ambientais e sobre a saúde humana das guerras continuam assombrando o mundo

Lamentavelmente, contudo, temos que reiterar o parágrafo de abertura do Caderno 4: "O mundo continua em suspense com os possíveis desdobramentos da guerra dos EUA e Israel contra o Irã e com as já devastadoras consequências sobre a economia global. Mas não só. Os impactos sobre a saúde humana e planetária são também profundamente nocivos e continuam sendo amplamente documentados. Mortos, feridos e sequelados, com números assustadores sobre populações civis, de crianças, mulheres e idosos, implicam que estes Cadernos tenham que continuar tratando do tema (...)". Em um mundo assolado por guerras, mortes, feridos, sequelados e territórios arrasados, não há como deixar de ter este tema dramático como foco central num Caderno quinzenal que trata da saúde global e da diplomacia da saúde."

Oriente Médio

Após o fracasso das negociações de paz de 21 horas com o Irã em Islamabad, nos dias 10 e 11, Trump afirmou, no domingo (12), que os EUA bloquearão o Estreito de Ormuz, o que deve agravar a escassez global de petróleo e combustível. A ação visa a bloquear as exportações de petróleo do Irã. O fracasso das negociações deixou o cessar-fogo firmado na semana passada em suspenso, e os preços do petróleo voltaram a subir de imediato para mais de U$ 100 o barril. Dessa forma, Trump piora uma situação já bastante ruim, deixa o cessar-fogo ainda mais longe e aumenta os riscos de uma ampliação da guerra. A ações de Trump de bloquear Ormuz acabaram chamando a China para o cenário, que tachou o bloqueio de "perigoso e irresponsável".

Sobre as agressões de Israel no sul do Líbano, as negociações de cessar-fogo e desdobramentos em Washington começaram mal. As participações de Rubio, pelos EUA, e dos embaixadores de Israel e do Líbano, é importante, mas chama a atenção, e aponta para possíveis impasses, a ausência de representação do Hezbolah.

As idas-e-vindas, os impasses e os custos cada vez maiores da guerra de EUA e Israel contra o Irã pioram as perspectivas econômicas globais, com reais possibilidades de uma recessão mundial, segundo alerta o *Fundo Monetário Internacional (FMI*), ao iniciar, em Washington, as 'reuniões de primavera' junto com o Banco Mundial. Analistas alertam que,

mesmo que o cessar-fogo venha a ocorrer, os danos econômicos provocados pelo conflito tenderão a persistir em 2026.

Os desvarios de Trump, travestido de Jesus Cristo numa rede social, atingiram agora o Papa Leão XIV, o primeiro pontífice americano da história. Muitos analistas acreditam que esta nova frente de conflito do presidente dos EUA cria importantes arestas diplomáticas com a Santa Sé, e está despertando reações de católicos no mundo inteiro, inclusive entre os eleitores nos Estados Unidos fiéis da igreja romana. A premier italiana Giorgia Meloni, aliada de Trump, saiu em defesa do Papa, o que gerou imediatas e duras crítica de Trump contra ela, e mais um atrito diplomático da Casa Branca. Numa reposta aplaudida globalmente, o papa declarou "que não tem medo" das ameaças proferidas pelo presidente norte-americano.

As bizarras atitudes de Trump nas últimas semanas (travestir-se de Jesus Cristo; proposta de construção de um arco-do-triunfo a ele mesmo; além da insensibilidade demonstrada diante dos horrores produzidos pelos bombardeios americanos) trouxe novamente à baila discussões sobre o estado mental do presidente.

A guerra no Oriente Médio e envolvimentos militares do governo Trump mundo afora estão cada vez mais impopulares nos EUA, com críticas em praticamente todos os meios de comunicação e protestos nas ruas. Dezenas de países, incluindo o Brasil, continuam protestando contra a guerra nas Nações Unidas, pedindo moderação e negociações, com resultados pífios.

As outras guerras

A gravidade da situação no Oriente Médio é tamanha que ofuscou *outras guerras* em curso, como, por exemplo, aquela que estalou entre *Paquistão e Afeganistão*; e a sangrenta *guerra na Ucrânia*, que seria resolvida nos primeiros meses, segundo declarava Trump ao assumir, e que completou 4 anos, com milhares de vítimas e sequelados.

O que dizer, então, das guerras que continuam ceifando vidas e gerando sofrimentos em regiões menos nobres, politicamente, como os conflitos de brutais impactos humanitários nas ***guerras esquecidas no continente africano,*** particularmente no Sahel, e em especial no ***Sudão***. No dia 15 de abril, data que registra 3 anos de vigência da guerra civil no país, agências da ONU manifestaram-se em conjunto, apelando por uma trégua na guerra civil sudanesa e recursos para enfrentar os milhares de feridos e os mais de 10 milhões de deslocados https://news.un.org/pt/story/2026/04/1852853. Para o subsecretário-geral da ONU para Assuntos Humanitários, Tom Fletcher, o que está ocorrendo no país africano é "a maior crise humanitária do mundo". ***Silva e colegas*** abordam a tragédia no Sudão em seu informe sobre África neste fascículo.

Donald Trump e seu parceiro em crimes de guerra, *Benjamin Netanyahu*, estão dominados por três patologias interligadas, segundo ***Jeffrey Sachs***, no artigo que reproduzimos neste fascículo. A primeira é de personalidade: ambos são narcisistas malignos. A segunda é a arrogância do poder: homens que possuem a capacidade de comandar a aniquilação nuclear e, por isso, não sentem qualquer restrição. A terceira — e a mais perigosa de todas — é a ilusão religiosa: dois homens que acreditam, e são diariamente levados a acreditar por aqueles ao seu redor, que são messias encarregados de cumprir a vontade de Deus. Cada uma dessas patologias intensifica as outras, de modo que, juntas, colocam o mundo em um nível de perigo sem precedentes.

Sul Global defende Atlântico Sul como zona de paz

O contraponto às guerras no Oriente Médio, Europa, África subsaariana e outras regiões do mundo vem sendo dado pelo esforço que fazem os latino-americanos e africanos para manter o Atlântico Sul como zona de paz, livre de armamentos nucleares e comprometidas com o bem-estar e o desenvolvimento. Este compromisso tem se mantido há pelo menos 40 anos, desde 1986, quando foi firmado o compromisso pela ***Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).***

A **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)** é um fórum diplomático e de segurança que reúne 24 países da América do Sul e da costa ocidental da África, banhados pelo Oceano Atlântico Seu objetivo é garantir a desnuclearização, a segurança marítima e o desenvolvimento sustentável na região. Foi estabelecida em 1986 por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), de iniciativa do Brasil. Foi concebida para estimular a colaboração em temas marítimos, reforçando a imagem do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação, livre de armas de destruição em massa e de rivalidades e conflitos extrarregionais.

A *IX Reunião Ministerial da ZOPACAS* se realizou nos dias 8 e 9 de abril de 2026, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Brasil. A reunião produziu um importante documento político, a *Declaração do Rio de Janeiro* Declaração do Rio de Janeiro - 9 de abril de 2026 — Ministério das Relações Exteriores cujo teor expressa a preocupação com a intensificação da competição estratégica global e com o risco de seu transbordamento para o espaço do Atlântico Sul. A mensagem central é que a Zona deve permanecer livre das rivalidades entre grandes potências, livre de disputas geopolíticas extrarregionais e livre de processos de militarização incompatíveis com os seus objetivos fundacionais. Daí decorrem as ações e compromissos dos países participantes, contidos no corpo da Declaração e no Plano de Ação, aos quais remetemos o leitor.

Um olhar mais político sinaliza que a reunião da ZOPACAS foi uma resposta ao belicismo dos EUA sob Trump que, com sua *Estratégia de Segurança Nacional dos EUA* https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf busca demarcar as Américas como zona de influência exclusiva do país, ainda que tendo que usar a força, como no caso da Venezuela e das ameaças ao México, Colômbia, Canal do Panamá, entre outras. Esta 'reação' da ALC às ameaças de investidas de Trump sobre a região são, a nosso ver, confirmadas também pelo *Fórum de Alto Nível CELAC-África* (Bogotá, 21/3/2026) https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-dos-copresidentes-do-primeiro-forum-de-alto-nivel-celac-africa e pela *2ª Cúpula África-CARICOM* (Adis Abeba, Etiópia, setembro de 2025) https://au.int/en/pressreleases/20250908/2nd-africa-caricom-summit-building-bridges-caribbean-africa#.

A OMS nas guerras

A *Organização Mundial da Saúde*, cumprindo seu indelegável papel da autoridade sanitária mundial e defensora da paz e da saúde da população, acompanha as diversas situações que se apresentam, procurando manter seus estafes e o mundo mobilizados para reduzir ao máximo as consequências das guerras sobre a saúde humana e planetária.

Neste sentido, a OMS tem emitido sucessivos informes sobre a **situação do conflito no Oriente Médio**. Em 26/03, no *Relatório da situação externa global nº 1,* alertou para o que chamou de *"Escalada do conflito no Oriente Médio"* https://cdn.who.int/media/docs/default-source/middle-east-situation-report/middle-east-conflict-global-situation-report-26-march-2026.pdf?sfvrsn=600e236_7&download=true, dando números de mortos, feridos e deslocados, além

dos impactos sobre os serviços de saúde. O *2º. Relatório* https://cdn.who.int/media/docs/default-source/middle-east-situation-report/middle-east-conflict-global-situation-report-2-april-2026.pdf?sfvrsn=4153b03e_3&download=true saiu em 2/04, com dados atualizados, que mostram o agravamento da situação. O *3º. Relatório* foi emitido em 8/04 https://www.who.int/publications/m/item/middle-east-escalation-of-conflict--global-external-situation-report--3---9-april-2026, abrangendo a situação da saúde de mortos, feridos e deslocados; ataques sobre serviços de saúde e suas consequências; e as atualizações operacionais da OMS nos países afetados das regiões do Mediterrâneo Oriental e da Europa, bem como as atividades e prioridades de resposta global da OMS.

Grande número de deslocados forçados no Oriente Médio e em outras guerras apresenta piora crescente na sua situação de saúde e está abrigado em centros de acolhimento coletivos superlotados, em condições de saúde pública precárias. A saúde dos deslocados, refugiados e migrantes é sempre a mais afetada pela sua situação de flagrante vulnerabilidade. Por isso, os Cadernos saúdam a OMS pelo oportuno lançamento do ***Relatório Global sobre Promoção da Saúde de Refugiados e Migrantes,*** que vem comentado no artigo de ***França e colegas***. O documento está acessível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240117747. Em 6 de maio a Fiocruz organiza um Seminário Avançado sobre o tema.

Geopolítica global além das guerras

Cuba segue ameaçada por Trump

As ameaças do governo Trump contra Cuba não cessaram. Contudo, cada vez mais envolvido com o imbróglio político e militar que criou com Israel contra o Irã no Oriente Médio, não conseguiu ainda materializar o que poderia ser a invasão à ilha. O Kremlin disse considerar 'um dever' ajudar Cuba a combater crise energética causada pelos EUA, o que se materializou com a chega de um petroleiro com 100 mil toneladas de petróleo à ilha caribenha nesta segunda (30/03) após tratativas entre Moscou e Washington, uma flexibilização pontual do governo dos EUA a restrições ao envio de combustível à ilha, segundo o *The New York Times*. Países como México e Brasil continuam enviando ajuda humanitária à Cuba, como alimentos, medicamentos e outros itens, por meio das Nações Unidas. Em diversos países, *movimentos sociais* estão organizando coletas para ajuda humanitária ao povo cubano. A situação continua crítica na saúde cubana, com profissionais enfrentando a terrível decisão de a quem atender primeiro, pois a falta de insumos e de energia para os hospitais funcionarem é geral. Chico Buarque foi a Cuba, prestando solidariedade ao povo cubano e foi ovacionado em todos os lugares em que apareceu na ilha.

Flotilha humanitária parte de Barcelona rumo à Gaza



A **Global Sumud Flotilha,** composta por cerca de 70 barcos, partiu de Barcelona, Espanha, em 12 de abril de 2026, com destino à Faixa de Gaza. A missão humanitária, que conta com ativistas internacionais e brasileiros, visa romper o cerco de Israel e entregar ajuda, incluindo alimentos e medicamentos, em protesto contra o bloqueio. Pretende ser "a maior missão marítima em defesa da Palestina" da história, com os organizadores sublinhando que apesar de a

atenção internacional ter se desviado do território palestiniano, Israel mantém o bloqueio ao enclave, assim como ataques, que se intensificaram também na Cisjordânia. Para a organização, "cada barco, cada delegação, cada momento de ação cívica internacional pode ajudar a devolver a Palestina ao centro da atenção. Grande número de brasileiros estão no grupo. Nosso companheiro de trabalho *Juan Garay* participa como médico.

Keiko Fujimori, filha do ditador peruano, vence primeiro turno no Peru

No primeiro turno das eleições presidenciais e de membros do Congresso, realizadas também em 12/04, no Peru, a candidata de direita Keiko Fujimori saiu na frente com cerca de 17% dos votos (com cerca de 40% dos votos apurados). O primeiro turno contava com 36 candidatos à presidente, resultado de extrema fragmentação política que se verifica no Peru. Com a apuração lenta, ainda não está definido o segundo turno, mas tudo indica que será entre candidatos de direita.

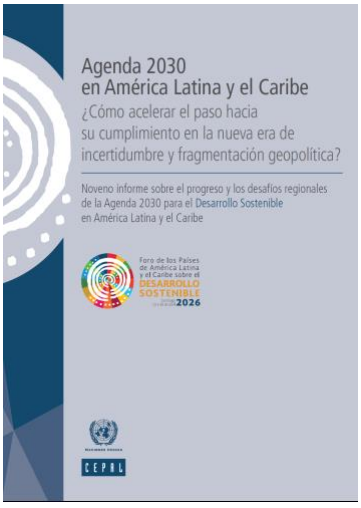
Na ***Colômbia***, o candidato Iván Cepeda, do Pacto Histórico (partido do atual presidente, Gustavo Petro) continua liderando a corrida presidencial com 35% das intenções de voto, segundo pesquisa divulgada em 20/03. Em 2º. lugar vêm os candidatos de direita Paloma Valencia (com 22%) e Abelardo de la Espriella (15%). As eleições se realizam em 31 de maio próximo.

O *Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil* mantém um site que contém informações sobre todos os processos eleitorais para executivos e legislativos programados para 2026 no mundo, acessível em https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Janeiro/eleicoes-no-mundo-temporada-de-2026-ja-esta-aberta

Ultradireitista Orbán é derrotado na eleição da Hungria, em revés para Putin e Trump

O ultradireitista Viktor Orbán, atual primeiro-ministro da Hungria, sofreu esmagadora derrota nas eleições parlamentares de 12/04. O partido Tisza, de centro-direita e pró-União Europeia, liderado por Peter Magyar, conquistou 135 assentos – ou uma crucial maioria de dois terços – no parlamento de 199 membros, à frente do partido Fidesz, de Orbán. Essa derrota representa um revés para os aliados de Orbán na Rússia e na Casa Branca. Para analistas políticos, a derrota de Orbán é um alerta sobre apoio de Trump a candidatos de direita em eleições deste ano, casos da Colômbia e do Brasil.

Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável 2026



A *9ª. Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável* inaugurou segunda-feira, 13, e se desenvolveu até quinta-feira, 16 de abril de 2026, na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em Santiago, sob a Presidência do Peru. O objetivo da reunião foi analisar os progressos e os desafios para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na região.

Um dos principais documentos apresentados ao Fórum foi o *9º. Relatório sobre os Progressos e Desafios Regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe*, intitulado "*Agenda 2030 na América Latina e no Caribe: Como acelerar o progresso rumo à sua*

implementação na nova era de incertezas e fragmentação geopolítica?", que serviu de base para o balanço do cumprimento dos ODS pelos países da região e da região como um todo https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/5986b803-79e7-4207-afd5-84f937f8f699/content (resumo na secção Estante).

O Fórum contou com uma série de diálogos de ação globais, regionais e nacionais. Durante os *diálogos de ação global*, autoridades de alto nível das Nações Unidas e governos da região, juntamente com outras partes interessadas relevantes, discutiram o acompanhamento dos compromissos internacionais assumidos em 2025 na Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Sevilha, Espanha), na Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (Doha, Catar) e na trigésima sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima COP30 (Belém do Pará, Brasil). Também foi realizada uma sessão sobre a Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026 (2-4/12, nos Emirados Árabes Unidos.

Os *diálogos regionais de ação* iniciaram com a apresentação do *9º. Relatório sobre o Progresso e os Desafios Regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe*, por José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL. Representantes de países, da sociedade civil, do setor privado e da academia puderam então trocar experiências sobre o progresso na implementação dos ODS 6: Água Potável e Saneamento; ODS 7: Energia Acessível e Limpa; ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis; e ODS 17: Parcerias para os Objetivos.

Já durante os *diálogos nacionais de ação* ocorreram duas sessões de aprendizagem: a primeira focada na troca de experiências nacionais bem-sucedidas para acelerar o progresso rumo aos ODS, e a segunda no compartilhamento de boas práticas e desafios na preparação das Revisões Nacionais Voluntárias (RNVs) que os países apresentarão em julho no *Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas,* em Nova York.

Os diálogos globais, regionais e nacionais contaram com a participação de representantes de alto nível dos governos dos 33 países da região, bem como de agências, fundos e programas da ONU, coordenadores residentes da ONU na região, instituições financeiras internacionais e bancos de desenvolvimento. Representantes da sociedade civil, do parlamento, da academia e do setor privado também estarão presentes, tanto da América Latina e do Caribe quanto de outras regiões do mundo.

No próximo fascículo, os Cadernos trarão ampla cobertura deste importante evento. Um ***Seminário Avançados sobre a Agenda 2030 e Saúde na ALC*** será realizado dia 22 de abril, 4ª. feira, de 10 às 13h, no âmbito das atividades do Curso de SG e DS.

Mobilização Progressista Global (MPG) reúne em Barcelona e tem presenças de Sanches e Lula

A Mobilização Progressista Global (MPG) https://globalprogressivemobilisation.org/en, que se apresenta como "uma alternativa às forças conservadoras e de extrema-direita", se reunirá em Barcelona, Espanha, nos dias 17 e 18 de abril de 2026. Segundo divulga, a MPG visa tornar as soluções progressistas visíveis e credíveis, unindo regiões e gerações para defender a democracia e promover a justiça social.

Lula, que visita a Espanha e vai a uma feira de negócios em Hanover, na Alemanha, participa do evento junto com Pedro Sánchez, presidente de governo da Espanha, Cyril Ramaphosa, o uruguaio Yamandú Orsi e a mexicana Claudia Sheinbaum. Espera-se forte declaração destes presidentes e chefes-de-Estado, em defesa da democracia, do bem-estar e

desenvolvimento e da soberania dos países. Certamente mais um polo de contestação aos desmandos globais de Trump. A conferir o conteúdo das posições do grupo no próximo fascículo destes Cadernos, sempre atento aos determinantes políticos, sociais e ambientais da saúde global.

Sistema das Nações Unidas

Desde o fascículo 3 estamos acompanhando notícias e ações relativas às *duas eleições* de grande importância no sistema das Nações Unidas em 2026, para inícios de mandatos em 2027: a de *Secretário(a)-Geral da ONU* e a de *Diretor(a)-Geral da OMS.*

Para o cargo de *Secretário(a)-Geral (SG)* foram confirmadas quatro candidaturas: Michelle Bachelet, do Chile; Rafael Mariano Grossi, da Argentina; Rebeca Grynspan, da Costa Rica; e Macky Sall, do Senegal. Dias 21 e 22 de abril serão realizados *diálogos interativos* com os candidatos a SG, na seguinte ordem (horários do Brasil): dia 21, Bachelet (9h-12h) e Grossi (14h-17h); dia 22, Grynspan (9h-12h) e Sall (14h-17h). Nestas sessões de três horas os postulantes apresentarão sua visão sobre a ONU e responderão a perguntas dos representantes de países. Os documentos que cada candidato já disponibilizou no processo de candidatura se encontram em: https://www.un.org/en/sg-selection-and-appointment

OMS convida para participação em processo de transformação da arquitetura global de saúde

A OMS foi solicitada por seu Conselho Executivo, na última sessão do mesmo (janeiro de 2026) https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB158/B158(20)-en.pdf a convocar os principais atores da saúde global para elaborar uma proposta de processo conjunto que apoie a *transformação da arquitetura global de saúde (AGS).*

Este processo conjunto Reforma da arquitetura global de saúde e a Iniciativa ONU80 visa simplificar as atribuições, melhorar a coordenação, alinhar o financiamento com as estratégias lideradas pelos países e reunir os principais atores globais da saúde. Visa também uma abordagem mais inclusiva, transparente e eficiente para atender às necessidades dos países.

Para orientar a concepção do processo de reforma, a OMS convida as partes interessadas a partilharem as suas opiniões, comentários e sugestões sobre uma versão preliminar do documento Global Management Meeting. Suas contribuições ajudarão a moldar uma proposta que reflita as diversas experiências e conhecimentos especializados da comunidade global de saúde. As informações devem ser agrupadas sob estes títulos: 1) Objetivo, âmbito e princípios; 2) Áreas funcionais para os fluxos de trabalho propostos; 3) Abordagem proposta para a coordenação do processo; 4) Cronograma e fases previstos; 5) Estratégia de engajamento das partes interessadas.

Todas as contribuições devem ser recebidas antes de 18 de abril de 2026 acessando o link: Consultation on the joint process to support transformation of the GHA

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e*

propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas**, ***Alcázar*** nos traz um diário de bordo de um velho Capitão. Resoluções da AGNU e do Conselho de Segurança enchem as páginas. Os comentários revelam o seu olhar crítico, sempre atento para o absurdo e as injustiças. No final, confiando que a velocidade dos acontecimentos seguirá aumentando, espera poder testemunhar o mundo novo que está para nascer. Só espera que esse mundo novo seja o mundo melhor de sua juventude.

Jeffrey Sachs argumenta que as ações de *Donald Trump e Benjamin Netanyahu* representam um risco extremo à ordem internacional ao combinar poder militar ilimitado, ausência de freios institucionais e uma retórica de autolegitimação messiânica. O autor sustenta que o narcisismo patológico, a psicopatia política e o uso instrumental da religião levam à banalização da guerra de agressão, à violação do direito internacional e à naturalização da violência contra populações civis. Sachs alerta que a erosão deliberada das instituições multilaterais amplia o perigo de escaladas militares catastróficas, exigindo uma resposta firme da comunidade internacional para conter tais lideranças.

O informe de ***Negri Filho e Gaspar*** analisam as normativas no sistema das Nações Unidas relativos ao enfrentamento do racismo estrutural, com foco na Declaração e Programa de Ação de Durban e na Resolução A/RES/80/250, que declara o tráfico de africanos escravizados e a escravidão racializada como o crime mais grave contra a humanidade. Examina o painel de discussão do 25º aniversário de Durban no Conselho de Direitos Humanos realizado durante a 61ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos** da ONU que envolveu debates sobre memória, reparação e racismo estrutural, o conteúdo da resolução aprovada na Assembleia Geral da ONU e o seu mapa de votação. Evidencia-se a centralidade dos países ricos colonizadores em impedir que a justiça reparatória e suas respectivas medidas sejam implementadas e seu consequente reconhecimento que a atual ordem geopolítica e econômica é resultado do sistema de tráfico de africanos escravizados, da escravidão, da colonização e exploração de recursos dos países colonizados conforme análise do jornalista e analista político Beto Cremonte.

O artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão*** sobre a **OMS** destacam no cenário da Saúde Global da última quinzena os eventos *One Health Summit* e o *Global Forum of WHO Collaborating Centres*, realizados em Lyon em abril de 2026. Esses eventos consolidam a centralidade da interdependência entre saúde humana, animal, vegetal e ambiental, ao mesmo tempo em que buscam avançar da formulação conceitual para a implementação concreta de ações multissetoriais. A liderança da OMS na coordenação da parceria Quadripartite e o fortalecimento de instrumentos como o GPW 14 reforçam a tentativa de alinhar governança, ciência e ação. O período foi marcado também por anúncios significativos de financiamento e compromissos institucionais, incluindo aportes da Comissão Europeia, Banco Mundial e Gavi, além de iniciativas voltadas à produção regional de vacinas e insumos estratégicos. Esses investimentos dialogam com a necessidade de fortalecer capacidades locais e reduzir desigualdades estruturais. Paralelamente, o Fórum dos Centros Colaboradores da OMS destacou o papel das redes científicas na tradução de evidências em políticas públicas, promovendo maior articulação entre instituições e países. Em conjunto, esses movimentos

refletem uma transição em curso na saúde global, orientada por ciência, multilateralismo e cooperação, mas ainda desafiada pela necessidade de garantir implementação efetiva, coordenação e impacto sustentável.

Trindade e Bermudez analisam o momento de inflexão da **saúde global**, marcado pelas crises recentes — como a pandemia de Covid-19, mudanças climáticas e conflitos — que evidenciaram profundas desigualdades no acesso a vacinas, tratamentos e diagnósticos. As autoras destacam que, embora haja avanços científicos significativos, milhões de pessoas permanecem excluídas de seus benefícios, revelando uma contradição central da governança global da saúde. A fragilidade do multilateralismo, especialmente diante do enfraquecimento da Organização Mundial da Saúde (**OMS**) e da fragmentação de atores e interesses, compromete respostas coordenadas e equitativas. Nesse contexto, o artigo enfatiza o crescente protagonismo do Sul Global, com países como Brasil, Índia e África do Sul propondo modelos mais colaborativos, solidários e orientados à equidade. A defesa de soberania em saúde, fortalecimento de capacidades produtivas locais e cooperação internacional aparecem como caminhos essenciais para uma nova arquitetura da saúde global, capaz de garantir o direito à saúde em escala mundial.

Doherty, Tuler, Briand e Ghebreyesus trazem reflexões sobre os **Centros Colaboradores da OMS** como uma rede científica global. Todos os anos, em 7 de abril, o mundo celebra o Dia Mundial da Saúde, comemorando a data em que a Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS)[2] entrou em vigor, em 1948. Este ano a OMS escolheu o tema "Juntos pela saúde. Em defesa da ciência" para destacar o papel das inovações guiadas pela ciência no aprimoramento da saúde pública global e reforçar a importância de ações baseadas em evidências em um mundo multilateral.

A migração animal é um dos fenômenos mais espetaculares da natureza, movendo milhares de indivíduos ao redor do Planeta em busca de habitats favoráveis para reprodução e alimentação. Essa estratégia sofisticada exige sincronia entre o clima e a conservação de corredores ecológicos, mas enfrenta graves ameaças decorrentes da pressão antrópica, como a perda de habitats, poluição, e mudanças climáticas. Para ***Márcia Chame e al,*** nesse cenário, a saúde das populações silvestres revela-se intrinsecamente ligada à saúde humana e dos ecossistemas, reforçando a necessidade da conservação das espécies e habitats e das premissas instituídas pelo conceito de Saúde Única para antecipar riscos e emergências zoonóticas. Para coordenar a proteção dessas espécies, a *Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS), ou Convenção de Bonn*, estabelece diretrizes internacionais e organiza as espécies em apêndices de acordo com o nível de ameaça. Apesar desses esforços, o *Relatório Global do Estado das Espécies Migratórias de 2024* indica a deterioração preocupante, com uma em cada cinco espécies migratórias ameaçada de extinção. O Brasil, que sediou a **COP15 sobre Espécies Migratórias** em *Campo Grande em março de 2026*, tem avançado em sua diplomacia ambiental ao liderar a inclusão de espécies sul-americanas nos mecanismos de proteção e ao integrar as ações da CMS com a preservação de áreas úmidas da Convenção Ramsar. O sucesso contínuo dessas medidas depende da mobilização de recursos e da participação ativa da sociedade e de comunidades indígenas e tradicionais no monitoramento das rotas e na fiscalização ambiental e da integração dos diversos setores de governos nacionais, regionais e internacionais.

Peres informa que entre os temas que estarão na agenda da 114ª Sessão da **Conferência Internacional do Trabalho da OIT,** a realizar-se de 1 a 12 de junho próximo, está a proposta de uma *Convenção sobre o Trabalho Decente na Economia de Plataformas*, que busca apresentar propostas para reduzir impactos e mitigar danos relacionados ao trabalho mediado por

plataformas tecnológicas/digitais, que se configura como um dos grandes determinantes da precarização do trabalho, globalmente, na atualidade. A proposta de Convenção parte do reconhecimento das deficiências existentes em relação ao trabalho na economia de plataformas (e a limitada possibilidade de se constituir como saudável, sustentável, seguro e equitativo), assim como dos desafios para a garantia de direitos e proteção dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito aos arranjos de trabalho e ao papel central da tecnologia (como os algoritmos) nas operações das plataformas digitais de trabalho. E propõe normas gerais e específicas para o trabalho mediado por plataformas digitais, a fim de permitir que trabalhadoras e trabalhadores desfrutem amplamente de seus direitos no contexto da economia de plataformas. No cenário atual, onde evidências registradas no país e internacionalmente mostram que a plataformização está fortemente associada a consequências adversas para a saúde de trabalhadoras e trabalhadores, coloca-se a necessidade de que as recomendações incorporadas à Convenção sejam, de fato, garantidas e se traduzam em melhores e mais dignas condições de trabalho para o crescente contingente de trabalhadores que, diariamente e ao redor do planeta, utilizam plataformas digitais para o desenvolvimento de suas atividades de trabalho.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** traz um resumo das principais informações disponíveis no novo relatório da Organização Mundial da Saúde sobre a promoção da saúde de refugiados e migrantes, publicado em 26 de março de 2026. O relatório tem como objetivo atualizar o monitoramento do progresso relativo ao Plano de Ação Global de 2019-2030 e foi o segundo elaborado pela Organização, sendo o primeiro em 2022. Foram consolidadas evidências globais da implementação de políticas nos Estados-membros da OMS das seis regiões de trabalho da OMS, principalmente a partir da primeira Pesquisa Global sobre Saúde e Migração, realizada entre 2024 e 2025. O relatório traz as necessidades de fortalecer as lideranças, garantir investimentos e aprimorar a coordenação para promover a saúde de refugiados e migrantes.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Vilellai, Massari e Gomes*** expõem sobre o relatório *Níveis e Tendências da Mortalidade Infantil – Relatório 2025*, elaborado pelo Grupo Interagências das Nações Unidas para a Estimativa da Mortalidade Infantil. O documento apresenta as estimativas globais mais recentes sobre mortalidade de crianças, adolescentes e jovens no período de 1990 a 2024, destacando tendências, causas e desigualdades. Este boletim analisa os principais achados do documento, evidenciando que, embora tenha havido avanços significativos na redução da mortalidade infantil nas últimas décadas, o ritmo de progresso desacelerou após 2015, colocando em risco o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. O relatório aponta que a maioria dessas mortes é evitável, estando associada a causas como complicações neonatais, doenças infecciosas e fatores estruturais como pobreza, desigualdade e acesso limitado a serviços de saúde de qualidade. Entre adolescentes e jovens, destacam-se causas externas, como violência, acidentes de trânsito e suicídio. O documento também evidencia importantes lacunas nos sistemas de informação, especialmente em países de baixa renda, que dificultam o monitoramento adequado. Conclui-se que a aceleração do progresso depende de investimentos sustentados em atenção primária à saúde, melhoria da qualidade do cuidado materno e neonatal e enfrentamento das desigualdades sociais, com foco nos contextos mais vulneráveis.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson e Oliveira*** abordam sobre os preços dos alimentos e a inflação específica sobre esses produtos, incluindo sua relação com a segurança alimentar e nutricional e a dupla carga da má nutrição, bem como os riscos atuais

considerando a guerra no Oriente Médio e suas consequências globais, bem como a situação do Brasil.

Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues apresentam o Relatório Global de Monitoramento da Educação 2026, da **UNESCO**, que analisa 25 anos de dados sobre acesso e equidade educacional no contexto da Agenda 2030. Apesar da ampliação da matrícula escolar em escala global, persistem profundas desigualdades associadas a gênero, território e nível socioeconômico. Na América Latina, os avanços convivem com assimetrias regionais e sociais significativas. O relatório reafirma que o direito à educação exige não apenas acesso formal, mas também permanência, aprendizagem e conclusão em condições de equidade.

Analisando as **instituições financeiras internacionais**, ***Cazumbá*** informa que o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) mostraram preocupação com os rumos econômicos devido ao atual conflito no Oriente Médio. Com o objetivo de amenizar os efeitos da guerra na economia de seus países membros, as duas instituições financeiras emitiram uma nota dizendo que estão trabalhando conjuntamente na preparação de respostas céleres, dispondo de todos os instrumentos existentes.

Na sequência das apresentações sobre as perspectivas para 2026 dos **BRDs (Bancos Regionais de Desenvolvimento)**, ***Tavares*** analisa o posicionamento do NDB - sigla em inglês para o Novo Banco de Desenvolvimento ou Banco dos BRICS - para o próximo período. Aqui se detalha a Estratégia Geral do Banco bem como seus propósitos, objetivos e metas. São apresentados os principais projetos para 2026 com destaque para o Brasil. Finalmente, nas Considerações Finais, foi feita uma análise mais qualitativa do papel do NDB junto aos países do Sul Global.

Chamas e Cesário analisam os desenvolvimentos recentes do comércio global em um contexto de crescente fragmentação geoeconômica e riscos à segurança alimentar. Com base em evidências da **UNCTAD** (2026), demonstra que o comércio global cresceu de forma robusta em 2025, embora parte desse crescimento tenha sido impulsionada pela inflação, indicando fragilidade subjacente. A erosão da governança multilateral, especialmente na **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, reflete o avanço do protecionismo e o enfraquecimento da adesão a regras comuns. O informe destaca assimetrias estruturais persistentes, incluindo desequilíbrios comerciais e a posição periférica dos países em desenvolvimento. Examina ainda a disrupção no Estreito de Ormuz e seus efeitos sobre os mercados de fertilizantes, evidenciando a interdependência entre energia e sistemas alimentares. O aumento dos preços e restrições de oferta representa riscos à produção agrícola, sobretudo em economias vulneráveis, reforçando riscos sistêmicos globais.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** acompanhou, na última quinzena, 58 **Organizações da Sociedade Civil (OSC),** das quais 35 se manifestaram em temas aderentes à Saúde Global. Esse informe nº 05/2026 expõe uma triste e persistente convergência de crises humanitárias severas na Palestina, no Sudão, no Líbano e no Irã, onde o desrespeito ao direito internacional resultou, em sete semanas de ataques, no colapso de infraestruturas essenciais como os serviços de saúde. Além de tratar das crises humanitárias, as OSC se manifestaram expondo avanços e barreiras na prevenção e no controle de doenças transmissíveis, como a inovação diagnóstica para tuberculose e os impasses comerciais no acesso a medicamentos de prevenção ao HIV. Esse informe aborda ainda o impacto das mudanças climáticas na saúde urbana e a necessidade de adaptação de infraestruturas. Deixa evidente, com base nas manifestações coletadas, que o sistema de

governança multilateral da saúde global precisa ser repensado e reestruturado. Os marcos em discussão sobre essa reestruturação oscilam entre uma posição que demanda o fortalecimento do multilateralismo e da solidariedade, defendida pelas OSC de interesse público, e uma posição de total abandono do multilateralismo, expressa pelo atual governo dos EUA. Uma terceira posição surge de um debate promovido pela *Wellcome Trust* que sugere a regionalização das pautas de saúde e solidariedade, deixando as instituições de abrangência global, como a OMS, como espaços de elaboração de normas e diretrizes, sem papel executivo. Para onde vai o sistema multilateral é, claramente, uma questão ainda em aberto.

De Negri e De Negri Filho analisam na seção de *Panorama Político-Econômico*, as contradições do *Orçamento Climático de 2026*, que financia a transição verde com recursos do petróleo enquanto o Congresso corta verbas de adaptação, revelando a urgência de vincular o direito fiscal ao direito climático. Em contraste, os povos indígenas apresentam uma proposta ousada de eliminação dos combustíveis fósseis durante o Acampamento Terra Livre, colocando territórios e direitos no centro da estratégia global. O custo climático da guerra é escancarado: emissões militares opacas e subnotificadas agravam a crise, enquanto cerca de 15% dos gastos militares anuais cobririam toda a adaptação climática no Sul Global. Diante do avanço do fascismo e do imperialismo na América Latina, a sociedade civil resiste com teimosia e inovação, assegurando espaços de denúncia e construção de alternativas. As *Spring Meetings* do FMI são um momento de prestação de contas para reformar um sistema de quotas que exclui os mais vulneráveis. Na seção de *Saúde*, continuam a expor o genocídio em curso em Gaza, que atualmente ultrapassa 72.000 mortes, com Israel assassinando sistematicamente jornalistas – tornando-se o maior assassino de jornalistas desde 1992. Na Europa, a austeridade e a privatização estão colapsando os sistemas públicos de saúde, deixando um quarto da população sem acesso a cuidados.

Ungerer, Kastrup e Monteiro relatam que o **UNOSSC** destacou em seu Boletim de março e consolidou parcerias estratégicas, com destaque para o lançamento da iniciativa global de Cooperação Triangular junto à OCDE e o fortalecimento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul. O foco recaiu sobre a resiliência urbana e saúde via inovação digital, intercâmbio técnico no Sul Global e a convocação para capacitação em redução de riscos de desastres. Sob a presidência da ZOPACAS, o **Brasil** fortaleceu a **cooperação Sul-Sul** com novas estratégias para o Atlântico Sul. Por intermédio da ABC e da Embrapa, consolidou parcerias históricas na cadeia do algodão em Mali e Camarões. Paralelamente, a Fiocruz debateu sua internacionalização no Senado Federal e reafirmou, em Lyon, seu compromisso com a ciência e a equidade global no Fórum de Centros Colaboradores da OMS. O **G-77+China** intensificaram a defesa por uma reforma sistêmica na governança global. Na AGNU, condicionaram a Inteligência Artificial à Agenda 2030, exigindo financiamento para infraestrutura e denunciando possíveis impactos ambientais no Sul Global. Nas consultas informais sobre o fórum FfD, reivindicaram um sistema multilateral baseado em regras que garanta uma integração justa das nações do Sul Global nas cadeias de valor. Sobre a iniciativa ONU80, defenderam que mudanças estruturais não diluam mandatos de desenvolvimento, enquanto no acordo BBNJ, reivindicaram que a sede da Secretaria seja estabelecida em um país em desenvolvimento, priorizando a transferência de tecnologia marinha. Em relação ao **Movimento dos Não Alinhados**, o destaque foi a 5.ª Conferência de sua Rede Parlamentar em Istambul. O encontro transpôs as Declarações de Tashkent e Kampala para marcos legislativos, fortalecendo a soberania tecnológica em cooperação com a UIP. Esse protagonismo é amplificado pela "Estratégia 2026", que integra a eficiência tecnológica do ASAN Service à diplomacia humanitária do NAMYO, capacitando jovens líderes para negociações em saúde e tecnologia e preparando as bases para uma governança

global equilibrada. O **Centro Sul** liderou debates sobre justiça financeira e acesso à saúde. Destacou a coordenação do Sul Global para a Convenção-Quadro Tributária da ONU e defendeu medidas contra o abismo digital. Na saúde, propôs soluções contra barreiras de patentes em medicamentos para tuberculose e anticorpos monoclonais, visando garantir a equidade tecnológica.

Para ***Albuquerque e Hoirisch*** analisam os desdobramentos do conflito de 2026 entre o eixo EUA-Israel e o Irã, questionando o papel e a efetividade do **BRICS** como alternativa à ordem mundial vigente. A partir do anúncio do cessar-fogo e da mediação estratégica chinesa, o texto explora como a resiliência iraniana expôs a fragilidade do vetor militar estadunidense como ferramenta de coerção absoluta. Contudo, o foco central recai sobre o "silêncio do BRICS": por que um bloco que reivindica a reforma da arquitetura internacional permaneceu paralisado diante da agressão a um de seus Estados-membros? A análise aponta que o princípio do consenso, somado às rivalidades internas importadas pela expansão recente e ao nacionalismo pragmático da Índia, transformou-se em um mecanismo de imobilismo diplomático. O texto também detalha os impactos sistêmicos da guerra no setor da saúde, destacando como o bloqueio de Hormuz e ataques a indústrias farmacêuticas exacerbam as vulnerabilidades da soberania sanitária do Sul Global, incluindo o Brasil. Conclui-se que o BRICS enfrenta uma encruzilhada de relevância: para consolidar uma ordem multipolar, o grupo precisa superar sua fragmentação interna e transitar de um fórum técnico para um ator geopolítico coeso, capaz de garantir autonomia tecnológica e segurança para as nações em desenvolvimento.

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** analisa os grupos **G20 e G7,** assim como a **OCDE.** O informe analisa a próxima reunião de finanças do **G20** em Washington, destacando a prioridade da segurança energética frente às tensões no Irã. O texto aborda a exclusão da África do Sul, a estreia internacional do novo ministro da Fazenda do Brasil e o agravamento das cisões internas do bloco diante da crescente instabilidade geopolítica global. A Cúpula One Health do **G7** reuniu especialistas, parceiros e líderes globais para fortalecer a integração entre saúde humana, animal e ambiental. O evento destacou a importância da ciência, do compartilhamento de dados e da cooperação internacional diante de ameaças como pandemias, resistência antimicrobiana e mudanças climáticas. Os destaques da OCDE se dividem entre oito variadas publicações que retomam suas atenções mais explicitamente aos temas relacionados à Saúde.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** expressam que a região atravessa uma "policrise" estrutural, baixo crescimento econômico, altos níveis de conflito social, polarização política e desigualdades em saúde. Discutem as tensões diplomáticas entre Colômbia, El Salvador e Equador, a crise alimentar na região, o enfraquecimento das iniciativas de integração, um panorama geral sobre as eleições da Costa Rica, Peru, Colômbia e Brasil neste ano e iniciativa de inclusão digital na região. No seguimento das organizações regionais, destacam que o *Organismo Andino de Saúde* se reuniu com autoridades de saúde peruanas e lançou nota sobre a situação do sarampo na região andina; que a *OTCA* fortaleceu a cooperação na área de educação; que o *SELA* apresentou estratégia para integrar mercados na região e, por fim, descreve a *IX Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS.* Para o próximo fascículo esta programado um balanço do Fórum de Países da ALC para o Desenvolvimento Sustentável

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, detalha iniciativas cruciais para a saúde e estabilidade em África entre março e abril de 2026. O **CDC África** lançou o *Programa SPARK–NCD* para combater o fardo das doenças não transmissíveis, como hipertensão e diabetes, integrando a vigilância nos sistemas de saúde existentes. Esta iniciativa

visa transformar dados fragmentados em inteligência acionável para salvar milhões de vidas. Simultaneamente, a **CEDEAO** reforçou a sua política de tolerância zero contra a violência de gênero em Banjul, classificando-a como uma crise de saúde pública e um entrave ao desenvolvimento económico. No **Sudão**, o conflito intensifica-se e regionaliza-se, com ataques devastadores a hospitais que já resultaram em mais de 2.000 mortes em instalações de saúde. A crise humanitária agravou-se com o uso frequente de drones em áreas povoadas. Por fim, a **OMS África** estabeleceu normas continentais de qualidade (AHPEQS) para o ensino das profissões de saúde. O objetivo é suprir a escassez projetada de 6,1 milhões de profissionais até 2030, garantindo que a formação responda às necessidades reais do continente e promova o acesso universal de saúde.

No seu informe sobre a **Europa**, ***Freire*** analisa como a guerra envolvendo EUA, Israel e Irã afeta diretamente o conflito na Ucrânia. O presidente ucraniano, Volodimir Zelensky, teme a redução do apoio internacional, já que a suspensão de sanções fortalece economicamente a Rússia e os EUA passam a priorizar o Oriente Médio, inclusive limitando o fornecimento de armamentos essenciais à Ucrânia. A Europa, sua atual principal financiadora, enfrenta dificuldades devido à crise energética agravada pela alta dos preços do petróleo e gás. O conflito no Golfo intensifica riscos globais, especialmente no fornecimento de energia, pressionando a União Europeia entre manter metas climáticas ou recorrer a fontes fósseis como o carvão. Paralelamente, há tensões políticas, mudanças no cenário europeu (como eleições na Hungria e reaproximação do Reino Unido com a UE) e posicionamentos divergentes sobre o conflito. Na área da saúde, destacam-se um caso isolado de gripe aviária na Europa (com baixo risco), iniciativas para melhorar respostas a emergências sanitárias, com a publicação de um guia pelo ECDC e o teste de um aplicativo de vigilância epidemiológica na África. O texto também aborda desigualdades no acesso à saúde digital e a continuidade da crise humanitária em Gaza, com esforços logísticos internacionais para envio de ajuda.

Marques considera que a atual escalada de conflitos está afetando 21 países em todo o mundo, incluindo 16 países na **região do Mediterrâneo Oriental e Norte da África (MENA)**, afetando a vida de milhões de pessoas, atingindo a economia de dezenas de países, provocando o deslocamento de dezenas de milhares de pessoas, levantando preocupações humanitárias e de saúde pública significativas, com desdobramentos que vão além das consequências diretas das guerras, na região e além. As interrupções no espaço aéreo e nas rotas marítimas, consequências da guerra dos EUA contra Irã, afetam não só os suprimentos globais de combustível e fertilizantes mas, também, os suprimentos humanitários e equipamentos médicos, com efeitos para além da região. Na Ásia, Pacífico e no Mena, para além de conflitos e guerras, os países enfrentam as consequências dos eventos climáticos e geológicos severos. A ajuda humanitária necessária sofreu cortes severos sob a administração Trump 2.0 desde o ano passado e agora enfrenta as interrupções pela guerra no Oriente Médio. O grave surto de sarampo em Bangladesh demonstra como a diplomacia da saúde e a estabilidade das instituições são vitais; mesmo um país com um programa de imunização exemplar pode colapsar em poucos meses de instabilidade política. A Agenda 2030 acabou de sofrer um grande revés, uma vez que o mundo todo está deslocando os investimentos para armamentos.

Em seu artigo sobre a **China**, ***Lobato e parceiros*** informam que líderes dos partidos Nacionalista (KMT) e Comunista (PCCh) se encontram em Pequim após hiato de 10 anos. Cheng Li Wunhen, do KMT, disse que não interessava aos chineses uma guerra em Taiwan. Ela se encontrou com Xi Jinping, prestou homenagem à Sun Yatsen (fundador da primeira república chinesa) e elogiou o desenvolvimento da China continental. Na *frente diplomática*, Pequim

lançou, com Islamabad, cinco pontos para a resolução do conflito entre Estados Unidos e o Irã, tendo já concluído planos de evacuação de cidadãos também em Israel. A diplomacia chinesa tem denunciado o uso do Conselho de Segurança na legitimação de operações militares não autorizadas. No *âmbito sanitário*, um novo plano nacional para cuidadores é ampliado após testagens piloto. Ele inclui assistência e medicamentos a pessoas, por exemplo, com dificuldade de locomoção. Artigo mostra redução da tuberculose em 20% e discute estratégias nacionais e o contexto global da doença. O Ministério de Saúde lança, com outras agências, plano duplo randomizado para inspeções em escolas, hospitais e outros bens públicos. O Renminbi digital continua a se expandir, com novos bancos e aumento significativo do volume total.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Seminários Avançados da Fiocruz discutem Agenda 2030 e saúde na ALC em 22 de abril



Internacionalização da Fiocruz como instituição estratégica do Estado brasileiro

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizou, em 8 de abril de 2026, audiência pública para debater a internacionalização da Fiocruz e o papel do Brasil na saúde global. O encontro destacou a Fundação como instituição estratégica do Estado

brasileiro, com atuação integrada em saúde, ciência, tecnologia e inovação, orientada pela equidade no acesso e pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Durante o debate, foi enfatizado que a cooperação internacional da Fiocruz — nas áreas de diplomacia da saúde, cooperação científica e produção e inovação em saúde — contribui para a soberania nacional, a incorporação tecnológica, a redução de desigualdades e fortalecimento



de sistemas de saúde parceiros, especialmente no eixo Sul-Sul.

Parlamentares e representantes do governo reconheceram a relevância da agenda internacional da Fiocruz para ampliar a presença do Brasil na saúde global e para enfrentar desafios sanitários em um contexto de crises e instabilidades globais.

Clique aqui para assistir à gravação completa da audiência e as perguntas enviadas para a audiência pública.

Fiocruz realizará Conferência Livre Ecocídio é racismo: ODS 18 é enfrentamento e superação



A Fiocruz realizará, no dia 22 de abril, uma Conferência Livre aberta ao público com o objetivo de construir uma proposta concreta para incluir o enfrentamento ao ecocídio e ao racismo ambiental na Agenda 2030. O encontro, organizado pela Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) e pela Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030, reunirá representantes da sociedade civil, academia, movimentos sociais e gestores públicos no campus de Manguinhos, no Rio de Janeiro, com participação do Ministério da Igualdade Racial. Inserida no processo preparatório para a 1ª Conferência Nacional dos ODS, a iniciativa busca ampliar a participação social e promover a construção coletiva de estratégias para uma implementação mais efetiva e inclusiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no país. O debate é pioneiro e reflete o protagonismo recente do Brasil na agenda global do desenvolvimento sustentável. Em 2024, o país tornou-se o primeiro a adotar voluntariamente um 18º objetivo — o ODS 18, voltado à igualdade étnico-racial — reconhecendo o racismo

estrutural como um entrave central ao desenvolvimento. A Conferência Livre pretende aprofundar essa agenda ao articular as dimensões do racismo ambiental e do ecocídio, entendidos como processos interligados que afetam de forma desproporcional populações historicamente vulnerabilizadas. Como resultado, será elaborada uma proposta a ser encaminhada à etapa nacional, além da indicação de uma liderança para representar essa pauta, reforçando a importância da escuta ativa e da participação social na formulação de políticas públicas mais justas e sustentáveis.

O evento será transmitido ao vivo pelo canal da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030 no YouTube. A programação completa está disponível aqui. Para se inscrever, clique aqui.

Rede Pasteur expressa sua preocupação com os bombardeios sobre o Instituto Pasteur do Irã



O Instituto Pasteur do Irã foi atingido por um ataque aéreo em 23 de março último, atribuído às forças de EUA e Israel. Em nota que reproduzimos nesta matéria, a **Rede Pasteur** expressa sua preocupação com relação aos danos relatados às instalações do Instituto e observa o impacto potencial dos recentes eventos em Teerã sobre uma importante instituição científica e de saúde pública. Reportagens científicas internacionais, incluindo a cobertura da revista *Science* (https://www.science.org/content/article/war-escalates-iran-s-universities-face-increasing-fire) destacaram os efeitos da escalada das hostilidades sobre universidades e instituições de pesquisa no Irã, incluindo impactos na infraestrutura acadêmica e de saúde pública.

Fundado em 1920, o Instituto Pasteur do Irã é um membro de longa data da Rede Pasteur. O Instituto contribui para a saúde pública nacional, regional e global por meio de seus laboratórios nacionais de referência, Centros Colaboradores da OMS, vigilância e diagnóstico de doenças, biobancos e produção de contramedidas médicas essenciais.

Danos ou interrupções em tal infraestrutura podem ter consequências além das fronteiras nacionais. Quando institutos de saúde pública e sistemas de vigilância são afetados, a capacidade de detecção de surtos pode ser reduzida, funções essenciais de saúde pública podem ser interrompidas e a preparação para ameaças infecciosas emergentes pode ser enfraquecida. Esses desafios estão diretamente ligados a considerações mais amplas de segurança sanitária regional e global. A proteção das instituições de saúde e científicas é amplamente reconhecida como importante para salvaguardar funções essenciais de saúde pública, particularmente em tempos de crise. Manter a continuidade dessas instituições apoia não apenas os sistemas nacionais de saúde, mas também os esforços coletivos para prevenir e responder a ameaças transfronteiriças à saúde.

Mario Moreira, Presidente da Rede Pasteur, declarou: “Os danos relatados ao Instituto Pasteur do Irã são profundamente preocupantes. Esta instituição desempenha um papel importante no apoio à saúde das populações no Irã e na região. Quando tais capacidades são interrompidas, o diagnóstico, a vigilância e a resposta a ameaças existentes e emergentes podem ser afetados, com potenciais implicações para a segurança sanitária além das fronteiras nacionais.”

A Rede Pasteur observa a crescente atenção internacional à proteção das instituições de saúde e científicas e elogia os esforços da equipe do Instituto Pasteur do Irã para manter funções essenciais de diagnóstico e saúde pública em circunstâncias desafiadoras. A Rede Pasteur expressa seu apoio aos seus colegas do Instituto Pasteur do Irã e reafirma seu compromisso com a continuidade de funções críticas de saúde pública, a cooperação científica e a proteção de instituições de saúde e pesquisa em todo o mundo.

Sobre a Rede Pasteur - A Rede Pasteur é uma aliança de 32 organizações que desempenha um papel crucial no enfrentamento dos desafios globais de saúde por meio da ciência, inovação e saúde pública. Sua força distintiva reside na diversidade e no amplo alcance geográfico de seus membros, abrangendo 25 países em cinco continentes e unidos por valores e missões compartilhados em benefício das populações, fomentando uma comunidade dinâmica de conhecimento e experiência científica que é ao mesmo tempo localmente enraizada e globalmente conectada (pasteur-network.org).

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia de Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os Cadernos se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 130 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa "*estranha mania de ter fé na vida*"; e, como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, diante dos absurdos que verificamos globalmente, continuamos a nos guiar pelo "*pessimismo da razão e o otimismo da vontade*".

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 16 de abril de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Érica Kastrup
Editor e editoras-associadas
Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde



Comentários no diário de bordo de um velho capitão

Anotaciones en el diario de navegación de un viejo capitán

Comments in the logbook of an old captain

Santiago Alcázar

Resumo: O que segue é um diário de bordo de um velho Capitão. Resoluções da AGNU e do Conselho de Segurança enchem as páginas. Os comentários revelam o seu olhar crítico, sempre atento para o absurdo e as injustiças. No final, confiando que a velocidade dos acontecimentos seguirá aumentando, espera poder testemunhar o mundo novo que está para nascer. Só espera que esse mundo novo seja o mundo melhor de sua juventude.

Palavras-chave: ONU; Assembleia Geral; Conselho de Segurança.

Resumen: *Lo que sigue es un diario de bordo de un viejo Capitán. Resoluciones de la AGNU y del Consejo de Seguridad llenas las páginas. Los comentarios revelan una mirada crítica, siempre atenta al absurdo y a las injusticias. Al final, confiando que la velocidad de los acontecimientos siempre aumenta, confía poder estar presente cuando nazca el mundo nuevo, que espera sea el mundo mejor de su juventud.*

Palabras clave: *ONU; Asamblea General; Consejo de Seguridad.*

Abstract: *What follows is a logbook of an old Captain. UN General Assembly and Security Council Resolutions fill the pages. The sideline commentaries show his critical eye, always there for the absurdities and the injustices. In the end, confident that the speed of change will forever increase, he hopes to see the New World that is coming to be, wishing that it is the Better World that he dreamed about when young*

Keywords: *UN; General Assembly; Security Council.*

Em 25 de março, a AGNU aprovou a resolução A/80/250 “Declaração sobre a qualificação do tráfico de africanos escravizados e a escravidão racial de africanos como o crime de lesa humanidade mais grave”. A resolução, de iniciativa do Grupo Africano, foi aprovada por 123 votos a favor, 3 em contra (Argentina, EUA e Israel) e 52 abstenções.

A resolução afirma a importância de abordar o crime de lesa humanidade cometido contra africanos. O texto é importante pela quantidade de referências, entre as quais cabe registrar a Carta Manden, proclamada em Kurukan Fufa (hoje Mali). A Carta de Manden, uma das constituições mais antigas do mundo, menciona a abolição da escravidão. A Carta foi inscrita na lista representativa do Patrimônio Imaterial da Humanidade da UNESCO.

O texto da resolução menciona o pouco que se sabe sobre os quase 400 anos de tráfico transatlântico de escravos, bem como sobre as suas consequências ao redor do mundo. Reconhece a importância da verdade, da recordação, da educação e da justiça histórica como componentes essenciais da reconciliação e da paz sustentável. Afirma que abordar erros

históricos de maneira a promover justiça, direitos humanos, dignidade e reparação constitui um primeiro passo para curar a ferida da escravidão, que permanece aberta.

O representante dos EUA deu o tom da oposição à resolução, a qual se alinharam países europeus, como a seção de violinos numa orquestra regida por um maestro inflexível.

A resolução, disse o representante do Governo Trump, tem inúmeros problemas. Em primeiro lugar, não cabe reconhecer direito jurídico à reparação por ações que não eram ilegais quando foram realizadas. O argumento do Embaixador parece repousar na máxima segundo a qual tudo o que não é proibido é permitido, evidentemente válida enquanto se mantém a ética escondida debaixo do tapete. O Embaixador, ademais, condenou o que chamou de uso cínico de erros históricos como uma alavanca para realocar recursos financeiros disponíveis para povos e nações historicamente distantes das vítimas originais. Curiosamente, o Embaixador parece ignorar os efeitos concretos da escravidão ao longo do tempo sobre povos e nações. Em todo caso, trata-se de uma posição pragmática de evitar transtornos sobre a consciência e sobre a carteira. Os delegados europeus, em grandes linhas, seguiram a mesma argumentação, sem acrescentar modulações distintas.

O Ministro de Negócios Estrangeiros de Gana, em nome do Grupo Africano, esclareceu a todos os oponentes que o texto da resolução não pretende reabrir a história ou dirigir-se a este ou aquele país. Trata-se, somente, disse de procurar estabelecer um quadro de princípios para a reconciliação baseada na verdade e enraizada no reconhecimento moral. Nos tempos que correm, é de duvidar que os termos “verdade” e “moral” produzam efeitos esperados nos salões da ONU onde se realizam acrobacias gênero *Cirque du Soleil*.

Em 31 de março, a AGNU adotou a resolução A/Res/80/251 “Criação, aplicação e exame dos mandatos para as Nações Unidas mais eficientes e eficazes”. A resolução foi aprovada por 168 votos a favor, 4 contra (Belarus, Federação Russa, Nicaragua, República Popular Democrática da Coreia), 0 abstenções.

A questão de reforma urgente das Nações Unidas é um tema que se tornou recorrente nos últimos anos. À luz de cortes orçamentários e diante de políticas fiscais restritivas, alguns Estados membros vinham expressando preocupação com mandatos que, a seu ver, duplicam esforços, tornam-se onerosos e são pouco claros em seus propósitos. O Secretariado havia lançado em 2025 a iniciativa ONU80 com vistas a atender demandas de reforma, entre as quais se inclui a questão dos mandatos. Nos termos da resolução adotada, os países membros acordaram guiar-se por um conjunto de regras que governará a criação, a implementação e a revisão de todos os mandatos das Nações Unidas. O Secretário-Geral, Antônio Guterres, felicitou o grupo de trabalho encarregado de definir os novos termos de referência, bem como a acolhida favorável dos Estados membros.

O Secretário-Geral e o serviço de imprensa das Nações Unidas qualificaram a resolução como histórica. É ao menos curioso que uma resolução que essencialmente trata de questões adjetivas relativas a como criar, como implementar e como revisar textos da Organização possa ter importância histórica, a menos que os temas substantivos tenham perdido relevância. Os três pilares das Nações Unidas, como se sabe, são paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento. Toda a substância temática das Nações Unidas apoia-se nesses 3 pilares. O entusiasmo do SG e de algumas delegações com a adoção dessa resolução faz pensar que o fracasso, por exemplo, da Agenda 2030, o caminho de consenso para o desenvolvimento sustentável deve-se principalmente a um problema mecânico da burocracia onusiana; ou que a ineficácia dos documentos do Conselho de Direitos Humanos são resultado da incompetência

compartilhada de delegados e secretariado; ou ainda, que o desastre das múltiplas guerras em andamento, seja por conta de algum travamento na máquina administrativa.

Provavelmente, de agora em diante, teremos mandatos mais claros, mais sucintos, menos custosos e, sobretudo, com definições de responsabilidades mais claras e precisas. Será um progresso extraordinário, como uma lâmpada acessa numa noite terrível.

Em 11 de março, o Conselho de Segurança adotou a resolução S/Res/2817 (2026), pela qual se condena o flagrante ataque do Irã contra os seus vizinhos enquanto escala a violência no Oriente Médio. A resolução foi aprovada por 13 votos a favor, 0 contra e 2 abstenções (China e Federação Russa). O texto aprovado condena em termos duros o ataque do Irã contra o Barein, Kuwait, Oman, Catar, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos e reitera apoio à soberania, à integridade territorial e à independência política desses países. De maneira específica, a resolução condena o ataque contra áreas residenciais e a infraestrutura civil e solicita o fim dos ataques, das ameaças e das provocações orientadas a interromper a navegação marítima.

O Ministro de Negócios Estrangeiros do Barein, que teve a iniciativa de apresentar o projeto de resolução, disse que a comunidade internacional condena os atos iranianos injustos e hostis. Recordou que o projeto de resolução teve o copatrocínio de 140 Estados Membros que, segundo ele, demonstraria a existência de uma consciência coletiva.

O representante da França foi enfático ao afirmar que “esta guerra, que impõe grave risco para a segurança regional, deve acabar agora”, como professor zangado frente a alunos de ginásio. “Somente o respeito ao direito internacional e à diplomacia”, continuou, “podem assegurar a segurança e a estabilidade”. Esqueceu de mencionar a paz, mas talvez tivesse consciência de que isso é mais complicado que encontrar a quadratura do círculo. É curioso que o entusiasmo verbal do representante da França tenha ficado aquém quando do ataque surpresa dos EUA e de Israel ao Irã, em 28 de fevereiro, quando o nobre exercício da diplomacia estava sendo posto em prática. Naquela ocasião, França, Alemanha e o Reino Unido, mantiveram silêncio com relação ao ataque americano/israelense, mas protestaram contra o revide do Irã. É interessante que alguns ainda rasguem as vestimentas quando ouvem que o direito internacional é desrespeitado. Recentemente, o direito internacional deixou de ser respeitado quando os EUA invadiram a Venezuela e sequestraram o seu Presidente e bombardearam o Irã, com o silêncio obsequioso de países europeus. Antes disso, o direito internacional foi violado inúmeras vezes, com destaque para as ações Israel, que se tornou um país fora da lei.

O representante da China, observou que os EUA e Israel lançaram ataques militares sem a autorização do Conselho de Segurança e, por isso, devem cessar imediatamente as suas ações. Com sabedoria oriental, ponderou que, enquanto a soberania, a segurança e integridade territorial dos países do Golfo deve ser respeitada, é preciso considerar as causas que levaram ao conflito, ignoradas pela resolução.

O representante da Federação Russa havia proposto um texto alternativo, mais equilibrado, com vistas a desescalar a situação. A resolução, como apresentada pelo Barein, disse esse representante, faz pensar que Teerã, sem nenhuma provocação e agindo por pura malícia, decidiu atacar os seus vizinhos. A resolução, continuou o Embaixador ignora que os EUA e Israel mataram homens e mulheres, assassinaram o líder supremo do país e outras autoridades e começaram esta guerra. A proposta da Federação Russa teve apoio da China, do Paquistão e Somália, mas foi barrada pelo voto contrário dos EUA.

Também presentes na reunião do Conselho de Segurança que adotou a resolução 2817, estavam os representantes de Israel e do Irã. O primeiro, ao saudar a iniciativa de Barein, disse "atacar civis está errado; atacar cidades está errado. O Irã deve parar imediatamente". Não há registro da reação dos presentes a essa fala desprovida de sentido. O representante do Irã, por sua vez, acusou os EUA de ter iniciado essa guerra. "Esta resolução que acaba de ser aprovada pelo Conselho", disse, é uma injustiça contra o meu país, a vítima principal de um flagrante ato de agressão injustificado".

O leitor curioso, poderá perguntar-se por que China e Rússia não exerceram o direito a voto, impedindo assim que uma resolução tão desequilibrada e tendenciosa fosse aprovada. A razão é simples: preservar o naco de respeito ao direito internacional que ainda resta. O ponto central da resolução e o respeito à soberania, à segurança e à integridade territorial. Vetar a resolução poderia ser interpretado como um ataque a esses princípios basilares do direito internacional. Preservar esse naco de respeitabilidade é essencial, ainda quando o texto contenha desequilíbrios condenatórios. Ademais, não é a primeira vez que China e Rússia permitem que uma resolução do Conselho de Segurança. Em 17 de novembro, de 2025, o Conselho de Segurança adotou a resolução S/Res/2803 (2025), pela qual endossa o "Plano Abrangente para pôr fim ao conflito em Gaza", apresentado pelo Presidente Donald Trump. O Plano Abrangente, como se sabe, criou o absurdo Conselho da Paz de Trump e estabeleceu "condições críveis" para a autodeterminação dos palestinos sem, no entanto, incluir os palestinos na formulação do que seriam essas condições críveis. O Conselho da Paz revelou-se um estridente fracasso, como todos sabem. China e Rússia se abstiveram, atendendo a pedido dos países árabes que pensaram que havia na proposta uma chance para a paz. Se tivesse votado contra, a resolução não teria passado, mas a responsabilidade pelo fracasso da paz seria atribuída a eles. Ao se absterem, a carga toda cai sob os ombros dos EUA e seus aliados.

Em 12 de março, o Conselho de Segurança debateu o programa nuclear iraniano em meio a disputa sobre a retomada imediata de sanções contra aquele país. Em 2015, o Conselho de Segurança adotou resolução S/Res/2231 (2015), pela qual sanções voltariam a ser aplicadas imediatamente (*snapback mecahnism*) caso o Irã violasse os termos do Plano de Ação Conjunto Global (JCPA, nas siglas em inglês) acordado por Alemanha, China, EUA, Federação Russa, França e Reino Unido e a União Europeia.

Pelos termos do JCPA o Irã comprometeu-se a extraordinárias e robustas medidas de monitoramento, verificação e inspeção sob a responsabilidade da AIEA. Qualquer suspeita de violação desencadearia uma série de ações, entre as quais a aplicação. Em contrapartida, os EUA, o Reino Unido e a UEE levantariam as sanções. Tudo funcionou a contento até a chegada de Trump à Casa Branca.

Em 2018, o Governo Trump retirou-se do JCPA, provavelmente por pressão de Israel. Assim, o Irã sentiu-se desobrigado de continuar submetido às restrições do Plano de Ação Global.

A reunião do Conselho de Segurança do dia 12 de março foi convocada com o fito de disparar o mecanismo de aplicação imediata das sanções. China e Rússia objetaram à convocação da reunião.

Recordando que foram os EUA que se retiraram do Acordo em 2018, eles, bem como a Alemanha, a França e o Reino Unido não teriam autoridade para disparar o mecanismo para a volta de sanções, argumentou o representante da China. "Foram os EUA que se retiraram do JCPA e com isso desencadearam a crise nuclear iraniana, juntando-se com Israel em ataques

militares enquanto as conversas diplomáticas seguiam seu curso (...) Países europeus relevantes (sic) devem parar de atiçar as chamas da guerra e passar a contribuir de maneira construtiva para a situação, recordando que a aplicação de sanções nunca deve servir como armas para interesses políticos estreitos". A crítica da China é severa e parece dirigida às ambições descabidas de Israel.

O debate encerrou-se sem acordo.

Em 24 de março, o Conselho de Segurança ouviu o relato de Ramiz Alakbarov, Vice-Coordenador Especial para o Processo de Paz no Oriente Médio focado na resolução S/Res/2334 (2016), que exige de Israel cessar toda atividade de assentamento no Território Ocupado da Palestina, incluindo Jerusalém Oriental. Na oportunidade, o Conselho também ouviu o informe de Nickolay Mladenov, Alto Representante para Gaza do Conselho de Paz (ver acima).

O Senhor Alakbarov citou o alarmante aumento dos assentamentos e da violência dos colonos na Cisjordânia. Segundo o relator, no período de 3 de dezembro de 2025 a 13 de março do corrente ano, as autoridades israelenses aprovaram mais de 6 mil unidades habitacionais e expandiram a sua autoridade sobre essa área. Os colonos demoliram, ocuparam e forçaram as pessoas a demolirem 429 estruturas, deslocando 575 pessoas, incluindo 290 crianças e 150 mulheres. Citou também a violência dos colonos contra os palestinos, às vezes com sob o olhar cúmplice das forças armadas.

O Senhor Mladenov centrou a sua exposição sobre a necessidade de respeitar os termos do Plano de Trump.

O representante do Estado da Palestina recordou que a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental constituem uma unidade territorial. Mencionou a violência diária dos soldados israelenses, bem como a impunidade dos assassinos de homens, mulheres e crianças.

O representante de Israel disse que o seu país, durante anos, havia tentado a via diplomática para a questão do Irã, em pronunciamento que parecia fugir do tema. "O fato que estamos atuando com força contra o Irã e o Hezbollah não significa que estamos menos focados em Gaza", afirmou, parecendo ter voltado em forma convoluta ao tema da reunião. Manifestou apoio à iniciativa do Presidente Trump e sustentou que Gaza pode tornar-se um polo atrativo para investimentos. O representante dos EUA ecoou essa postura e afirmou que a assistência humanitária havia voltado a Gaza.

Outros delegados foram menos otimistas, insistindo que a paz e a segurança somente serão possíveis com o cumprimento das resoluções sobre a questão palestina por parte de Israel, bem como da opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça sobre o caso.

O representante da Rússia disse que enquanto a atenção da comunidade internacional concentrava-se no Irã, o vice-Prefeito de Jerusalém postou vídeo que exibe a destruição de prédio da UNRWA enquanto a voz do prefeito pede o assassinato do pessoal daquela Agência. "Essas atitudes não são isoladas", disse o representante, "mas constituem um exemplo de campanha agressiva dirigida contra a UNRWA".

Em 31 de março, o Conselho de Segurança reuniu-se em caráter de emergência por conta da escalada da violência no Líbano. "Destruição, deslocamento e pânico voltaram ao Líbano", disseram funcionários das Nações Unidas lotados na região.

Tom Fletcher, Subsecretário-Geral para Assuntos Humanitários, expôs a situação in loco: 1.240 mortes nas últimas quatro semanas, incluindo 87 mulheres e 124 crianças e 52 assistentes de saúde. Mais de 200 mil pessoas cruzaram a fronteira para a Síria no que representa um novo deslocamento em massa de uma população submetida à violência contínua de Israel.

O representante da Indonésia manifestou indignação e frustração com o assassinato de 3 nacionais de seu país, integrantes da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, nas siglas em inglês). A UNIFIL, mantém desde 1978 contingente militar na zona.

O representante dos EUA pediu suspender juízos de valor sobre a morte dos integrantes da UNIFIL até que as Nações Unidas terminassem as investigações necessárias. Acrescentou, no que parece uma infelicidade, que "terroristas não respeitam as normas do direito internacional". A fala do representante estadunidense, verdadeira em mais de um sentido não passou desapercebida.

Em 7 de abril, o Conselho de Segurança rejeitou projeto de resolução submetido por países do Golfo com vistas a assegurar o livre trânsito pelo estreito de Ormuz. A reunião do Conselho seguiu a várias rodadas de negociação realizadas no quadro da escalada militar em decorrência dos ataques dos EUA e Israel contra o Irã, iniciado em 28 de fevereiro. O Conselho vinha sendo brifado sobre a situação, cujos efeitos se espalham para toda a região.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Barein ocupa no mês de abril a Presidência do Conselho de Segurança. Em sua qualidade de Presidente, apresentou projeto de resolução. Em seguida, falando como representante de seu país, informou que pelo estreito de Ormuz passam 38% do petróleo cru do mundo, 29% do gás liquefeito de petróleo, 19% do gás natural liquefeito, 20% de produtos de petróleo refinados e 30% de toda a produção de hélio. São números impressionantes e mostram claramente a importância estratégica do estreito de Ormuz.

A importância do hélio na economia moderna deve ser ressaltada, de que são exemplo a produção de microprocessadores e a de máquinas que dependem de imãs supercondutores, como os utilizados para a ressonância magnética. O hélio encontra-se misturado com gases naturais liquefeitos. Para extraí-lo é preciso temperatura próxima ao zero absoluto. Enquanto os demais gases se liquefazem, o hélio permanece em estado gasoso. É somente a temperatura muito próximo ao zero absoluto que ele se torna líquido. É quando se faz a extração para a indústria. O Catar é grande produtor de gás natural liquefeito e de hélio. O parque industrial para produção, estocagem e exportação é considerado uma das obras de engenharia mais sofisticadas do mundo. Um ataque balístico ao parque sacrificaria toda a cadeia de produção de hélio, talvez de maneira irreversível.

Na sequência dos ataques sofridos pelo Irã por parte dos EUA e Israel, aquele país revidou atacando Israel e os países do Golfo, com o propósito de tornar simétrica a resposta aos ataques sofridos. Os países do Golfo são aliados dependentes dos EUA. Atacá-los significaria fazer pressão sobre os EUA. É importante ressaltar que os petrodólares desses países se destinam aos EUA, principalmente para a nascente indústria de IA. A possibilidade real de causar danos sérios à produção ou ao escoamento de petróleo e de seus derivados dos países do Golfo é algo que pode mudar para sempre a relação de forças no cenário internacional. Se o Irã, ademais da capacidade de causar danos graves à infraestrutura (inclusive às unidades de dessalinização) dos países do Golfo, puder efetivamente "fechar" o estreito de Ormuz para embarcações "inimigas", parece claro que os EUA e seus aliados perderam esta guerra que nunca deveria ter começado, não fosse a instabilidade emocional do Presidente Trump e a

insensatez criminal do Governo de Netanyahu. O que virá é desconhecido, mas nada mais será como antes.

Enquanto isso, o Conselho de Segurança viu-se às voltas com projeto de resolução de pedia a aplicação do Capítulo VII da Carta para a abertura do estreito de Ormuz.

O Capítulo VII intitula-se “Ações com respeito a ameaças à paz, rompimento da paz e atos de agressão”. Trata-se das condições jurídicas para o legítimo uso da força. Legitimar o uso da força para a abertura do estreito de Ormuz teria como consequência incontornável a escalada incontrolada da violência. Não é certo, ademais, que o uso legítimo da força traria os resultados esperados. Nesse contexto, o uso da força poderia ser interpretado como uma “solução” desesperada por parte dos EUA para salvar o que resta de sua imagem desgastada.

O texto do projeto de resolução proposto pelos países do Golfo acusava a beligerância do Irã, sem mencionar a dos EUA e Israel. Poderia levar a pensar que o conflito ocorreu em um vácuo, sem causas, por pura maldade. Após vários dias e várias horas de reunião, com debates incessantes, o projeto recebeu 11 votos favoráveis, 2 contra (China e Federação Russa) e 2 abstenções (Colômbia e Paquistão). O projeto não foi aprovado.

Que mundo é este que tem dificuldade em reconhecer os erros históricos do passado? Como é possível a reconciliação quando procura-se evitar que a verdade venha à luz? Como avançar quando a bússola moral está quebrada?

Escravidão, genocídio, assassinatos, destruição em nome de interesses inconfessáveis. Gaza, Cisjordânia, Líbano, Síria, Irã – obstáculos no caminho de um projeto louco. China, Índia, a formidável força imparável que vem do Oriente que já muda o estado do mundo. Tudo muda muito rápido. É possível que o velho capitão ainda veja o mundo novo que está para nascer. Só espera que seja o mundo melhor de sua juventude.

Trump e Netanyahu: dois loucos brincando de Deus[1]

Jeffrey D. Sachs

> *Quando líderes desequilibrados invocam uma catástrofe divina como instrumento político, não são apenas seus inimigos que são consumidos. Se eles não forem detidos, todos nós seremos vítimas desses dois psicopatas.*

Eis a mensagem de Páscoa de Donald Trump para o mundo:

> *Terça-feira será o Dia da Usina, e o Dia da Ponte, tudo ao mesmo tempo, no Irã. Não haverá nada igual!!! Abram a porra do Estreito, seus malucos desgraçados, ou vocês vão viver no inferno — É SÓ ESPERAR! Louvado seja Alá. Presidente DONALD J. TRUMP*

Donald Trump e seu parceiro em crimes de guerra, Benjamin Netanyahu, estão travando juntos uma guerra de agressão sanguinária contra o Irã, uma nação de 90 milhões de pessoas. Eles estão dominados por três patologias interligadas. A primeira é de personalidade: ambos são narcisistas malignos. A segunda é a arrogância do poder: homens que possuem a capacidade de comandar a aniquilação nuclear e, por isso, não sentem qualquer restrição. A terceira — e a mais perigosa de todas — é a ilusão religiosa: dois homens que acreditam, e são diariamente levados a acreditar por aqueles ao seu redor, que são messias encarregados de cumprir a vontade de Deus. Cada uma dessas patologias intensifica as outras, de modo que, juntas, colocam o mundo em um nível de perigo sem precedentes.

O resultado é uma glorificação da violência que não se via desde a era dos líderes nazistas. A questão é se os poucos adultos responsáveis do mundo — líderes nacionais comprometidos com o direito internacional e dispostos a afirmá-lo — conseguirão contê-los. Não será fácil, mas é imperativo tentar.

Comecemos pelo transtorno psicológico subjacente. Narcisismo maligno é um termo clínico, não um insulto. O psicólogo social Erich Fromm cunhou a expressão em 1964 para descrever Adolf Hitler, como a fusão de grandiosidade patológica, psicopatia, paranoia e personalidade antissocial em uma única estrutura de caráter. O narcisista maligno não é apenas vaidoso. Ele é estruturalmente incapaz de empatia genuína, constitucionalmente imune à culpa e movido por uma convicção paranoica de que está cercado de inimigos que precisam ser

[1] Publicado originalmente em Common Dreams, em 6 de abril de 2026. Acesso: https://www.commondreams.org/opinion/netanyahu-trump-psychopaths-war-criminals Tradução: Carolina Leocadio.

destruídos. Já em 2017, o psicólogo John Garnter e muitos outros profissionais alertavam para o narcisismo maligno de Trump.

Diversos psicólogos e psiquiatras respeitados avaliaram Trump quanto à psicopatia utilizando a Escala de Hare padronizada e chegaram a pontuações bem acima do limite diagnóstico. Veja, por exemplo, aqui. A psicopatia é mais bem caracterizada como a ausência de consciência moral ou de compaixão pelos outros seres humanos.

Tanto Trump quanto Netanyahu se encaixam nesse perfil com precisão. A psicopatia de Trump ficou evidente quando forças dos EUA destruíram em Teerã uma ponte civil sem qualquer relevância militar, matando pelo menos oito civis e ferindo mais de 95 pessoas. Trump não lamentou. Ele se vangloriou e prometeu mais destruição. O discurso de Netanyahu na Páscoa judaica também não trouxe uma única palavra pelos mortos. Nenhuma pausa. Nenhuma sombra de dúvida. Apenas um catálogo triunfante dos inimigos que ele destruiu.

A paranoia alimenta a ameaça que Trump e Netanyahu fabricaram. A própria diretora de Inteligência Nacional de Trump, Tulsi Gabbard, declarou por escrito que o programa nuclear do Irã havia sido "obliterado" e que a comunidade de inteligência "continua avaliando que o Irã não está construindo uma arma nuclear". A AIEA afirmou de forma categórica que não havia evidências de uma bomba. Um funcionário do próprio setor de contraterrorismo de Trump renunciou em protesto, escrevendo que "iniciamos esta guerra devido à pressão de Israel e de seu poderoso lobby americano". O paranoico não precisa de uma ameaça real. Ele a inventa, se necessário, para corresponder aos seus próprios sentimentos de medo exagerado.

O maquiavelismo opera sem qualquer vergonha. Trump disse ao mundo que a diplomacia sempre foi sua "primeira preferência", ao mesmo tempo que se gabava de ter destruído o acordo nuclear com o Irã: "Foi uma honra fazê-lo. Fiquei muito orgulhoso de fazê-lo." Ele destruiu com as próprias mãos a estrutura diplomática e depois culpou o Irã pelos escombros. Em seguida, admitiu, de forma casual, que a guerra não tem justificativa de autodefesa: "Não precisamos estar lá. Não precisamos do petróleo deles. Não precisamos de nada do que eles têm. Mas estamos lá para ajudar nossos aliados." Pela Carta da ONU, a autodefesa é a única base legal para o uso da força. Trump confessou que tal base não existe.

Há uma deformação particular que o poder exerce sobre certas personalidades, especialmente quando esse poder é ilimitado — ou parece ser. Com o comando de arsenais nucleares, Trump e Netanyahu não percebem o mundo como os demais. A disponibilidade de armas nucleares, para esses narcisistas malignos, não é um fardo de responsabilidade, mas uma extensão de seus egos grandiosos: posso fazer qualquer coisa. Posso destruir qualquer coisa. Observem. Não haverá autocontenção por parte de Netanyahu e Trump diante dessa grandiosidade delirante.

Trump internalizou plenamente essa sensação de impunidade. Em 1º de abril, diante das câmeras, prometeu bombardear o Irã "de volta à Idade da Pedra, onde eles pertencem". A expressão "onde eles pertencem" é o veredito de alguém que se sente autorizado divinamente a julgar o valor de 90 milhões de pessoas e a desumanizá-las sem hesitação. Ele ameaçou repetidamente destruir a infraestrutura elétrica civil do Irã — um crime de guerra segundo as leis do conflito armado —, anunciando isso abertamente como posição de negociação para uma audiência global que, em sua maioria, simplesmente mudou de canal.

Netanyahu comanda um Estado com cerca de 200 ogivas nucleares, nunca assinou o Tratado de Não Proliferação e não está submetido a nenhum regime internacional de inspeção.

Ele observa Trump usar o poder militar americano com agressividade sem limites e conclui que não há consequências. A segunda loucura alimenta a terceira: quando o poder não encontra limites, o único freio interno restante é a consciência. E o psicopata não tem consciência.

A ausência de consciência é a patologia mais perigosa das três, porque elimina o último possível freio interno. O estrategista que trava uma guerra injusta pode, eventualmente, concluir que os custos superam os ganhos e recuar. O narcisista maligno que faz guerra por ego pode, em algum momento, satisfazer as demandas de seu próprio ego e parar. O psicopata tende a escalar o conflito indefinidamente, porque não há limites.

E, acredite, fica ainda pior. Tanto Trump quanto Netanyahu se veem como messias. São agentes de Deus autoproclamados. Para eles, interromper a guerra contra o Irã significaria que Deus estava errado. E o messias autoproclamado não pode estar errado, porque, na psique grandiosa, messias e Deus se tornam, na prática, indistinguíveis.

Ambos afirmaram explicitamente essa identidade messiânica. Trump já se chamou de "o escolhido". Sobre a tentativa de assassinato contra ele em 2024, declarou: "Senti naquele momento e acredito ainda mais agora que minha vida foi poupada por um motivo. Fui salvo por Deus para tornar a América grande novamente." Netanyahu, em seu discurso na véspera da Páscoa judaica, não apenas invocou Deus. Ele se apropriou do papel divino na narrativa do Êxodo — enumerando dez "realizações" do que chama de "Guerra da Redenção" e nomeando cada uma como uma praga. O assassinato do aiatolá Khamenei foi chamado por ele de "Praga dos Primogênitos". Em seguida, advertiu o mundo:

"Após as dez pragas do Egito, lembro que o faraó ainda tentou prejudicar o povo de Israel, e todos sabemos como isso terminou."

No Livro do Êxodo, esse desfecho é o afogamento de todo o exército do faraó. Netanyahu estava ameaçando a aniquilação do Irã, na televisão, ao recorrer à linguagem das escrituras sagradas.

Ao redor de cada um desses homens há uma corte de bajuladores e fanáticos cuja função é sustentar a ilusão e impedir que a realidade penetre em suas consciências.

A Corte de Trump: Hegseth, Huckabee e os nacionalistas cristãos

Pete Hegseth, secretário de Defesa, transformou o Pentágono em um verdadeiro teatro de guerra santa. Ele ostenta uma tatuagem da Cruz de Jerusalém no peito e as palavras "Deus Vult" ("Deus o quer"), o grito de guerra das Cruzadas medievais, no braço. Ele realiza cultos cristãos mensais no auditório do Pentágono. Chegou a pedir ao povo americano que orasse "todos os dias, de joelhos" pela vitória militar no Oriente Médio "em nome de Jesus Cristo". Em um desses cultos, rezou em voz alta para que as tropas dos EUA infligissem:

"Violência avassaladora contra aqueles que não merecem misericórdia… Pedimos essas coisas com ousada confiança no poderoso nome de Jesus Cristo."

Em uma coletiva de imprensa sobre a guerra com o Irã, Hegseth afirmou que os Estados Unidos "negociam com bombas". Descreveu os líderes iranianos como "fanáticos religiosos" em busca de capacidade nuclear para "algum Armagedom religioso", ao mesmo tempo em que presidia cultos mensais no Pentágono e declarava que "a providência de nosso Deus todo-poderoso está lá protegendo aquelas tropas". Ele parece não ter consciência do espelho que está

erguendo. Um secretário de Defesa que ora por "violência avassaladora" em nome de Jesus, enquanto chama seus inimigos de fanáticos religiosos, ilustra perfeitamente o mecanismo de projeção.

Mike Huckabee, embaixador dos EUA em Israel, fornece a arquitetura teológica. Pastor batista e fervoroso sionista cristão, Huckabee acredita que o conflito entre Israel e Irã é o cumprimento de uma profecia bíblica — um passo necessário rumo ao Arrebatamento e à segunda vinda de Cristo. Ele enviou a Trump uma mensagem — que o próprio Trump depois publicou nas redes sociais — comparando o momento a Truman em 1945 e ao lançamento das bombas atômicas sobre o Japão, instando Trump a ouvir "a voz DELE", isto é, a de Deus.

Em uma entrevista, Huckabee foi questionado sobre a promessa bíblica de terras que se estende do Nilo ao Eufrates — abrangendo Líbano, Síria, Jordânia e partes da Arábia Saudita e do Iraque — e se Israel teria direito divino a todo esse território. Sua resposta foi direta: "Não haveria problema se tomassem tudo."

O ministro das Finanças de extrema direita de Israel, Smotrich, por sua vez, publicou nas redes sociais: "Eu ♥ Huckabee." O pastor sionista cristão John Hagee, cuja organização Christians United for Israel tem sido uma importante força por trás do apoio evangélico americano às guerras de Israel, referindo-se à guerra com o Irã, disse simplesmente: "Do ponto de vista profético, estamos exatamente no momento certo." Franklin Graham, em um culto de oração de Páscoa na Casa Branca, alimentou as ilusões messiânicas de Trump: "Hoje os iranianos, o regime perverso deste governo, querem matar todos os judeus e destruí-los com fogo atômico. Mas Tu levantaste o presidente Trump. Tu o levantaste para um momento como este. E, Pai, pedimos que lhe concedas a vitória."

A corte de Netanyahu: Ben-Gvir, Smotrich e os colonos messiânicos

Do lado israelense, o círculo interno é composto por duas figuras cujo radicalismo é tão extremo que eram consideradas párias políticos até Netanyahu usar seus votos para se manter no poder. Itamar Ben-Gvir, ministro da Segurança Nacional, é admirador do falecido rabino Meir Kahane, cujo partido, Kach, foi classificado como organização terrorista. Bezalel Smotrich, ministro das Finanças, baseia sua ideologia no rabino Zvi Yehuda Kook, que ensinava que a vitória militar de Israel em 1967 foi determinada por Deus e que a colonização dos territórios palestinos é a vontade divina. Juntos, eles detêm 20 cadeiras na coalizão de 67 assentos de Netanyahu. Não apenas aconselham o primeiro-ministro, mas compartilham suas crenças e sua visão messiânica.

Ben-Gvir usou seu controle sobre a polícia israelense para permitir a atuação de paramilitares de colonos contra palestinos na Cisjordânia. Ele tem bloqueado sistematicamente negociações de cessar-fogo e chegou a reivindicar publicamente o mérito por atrasá-las. Defendeu a ampliação de direitos rituais judaicos no Monte do Templo, em desafio a um status quo mantido por décadas — uma medida que autoridades de segurança israelenses alertaram que levaria diretamente a derramamento de sangue. Em agosto de 2023, declarou: "O meu direito, e o direito da minha esposa e dos meus filhos, de circular pelas estradas na Judeia e Samaria é mais importante do que o direito de circulação dos árabes." Reino Unido, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Noruega, Eslovênia, Países Baixos e Espanha impuseram sanções contra ele por incitação à violência, mas os Estados Unidos, sob Marco Rubio, defenderam Ben-Gvir e criticaram essas sanções.

Smotrich é o mais metódico dos dois: menos teatral e mais perigoso. Ele transferiu sistematicamente a governança civil da Cisjordânia do exército israelense para seu próprio ministério, direcionando centenas de milhões de shekels para a infraestrutura dos assentamentos, enquanto estrangula deliberadamente os orçamentos da Autoridade Palestina. Orientou seu gabinete a formular "um plano operacional para aplicar soberania" sobre a Cisjordânia. Durante a guerra com o Irã, defendeu que Israel anexasse o sul do Líbano até o rio Litani, declarando que a guerra "precisa terminar com uma realidade completamente diferente". A ideologia de Smotrich se apoia no ensinamento de Kook de que o projeto de assentamentos não é político, mas sagrado — uma obrigação divina que deve ser cumprida independentemente do direito internacional, dos direitos dos palestinos ou da opinião do mundo. As fronteiras de 1967, nessa teologia, não são uma realidade militar temporária. São parte de uma missão divina ainda inacabada.

Nem Ben-Gvir nem Smotrich eram mais do que extremistas marginais antes de Netanyahu legitimá-los ao trazê-los para o governo e para seu círculo interno. Ele lhes deu poder sobre a sociedade israelense, e eles lhe forneceram a força religiosa-nacionalista para apresentar suas guerras como uma missão divina.

Nesse cenário de guerra santa, uma voz se destacou com graça e clareza salvadoras. O papa Leão XIV tem defendido consistentemente o fim da violência. Durante uma missa de Quinta-feira Santa em Roma, ele abordou a arrogância do poder:

"Tendemos a nos considerar poderosos quando dominamos, vitoriosos quando destruímos nossos semelhantes, grandes quando somos temidos. Deus nos deu um exemplo — não de como dominar, mas de como libertar; não de como destruir a vida, mas de como dá-la."

No Domingo de Ramos, o papa foi novamente direto, afirmando que Jesus "não escuta as orações daqueles que fazem a guerra, mas as rejeita". Hegseth respondeu realizando outro culto no Pentágono, no qual voltou a rezar por "violência avassaladora" em nome de Cristo.

O professor John Mearsheimer afirmou com precisão que os crimes agora cometidos por Trump e Netanyahu são os mesmos pelos quais a liderança nazista foi enforcada em Nuremberg: guerra de agressão, anexação de território estrangeiro, ataque deliberado a infraestrutura civil e punição coletiva. Isso não é exagero retórico. São categorias jurídicas. O Tribunal de Nuremberg chamou o crime de agressão de o "crime internacional supremo" — aquele que "contém em si o mal acumulado de todos os outros" — porque é o crime que torna todos os demais possíveis. Esses homens confessaram isso publicamente, em discursos transmitidos por emissoras internacionais.

Os mecanismos institucionais que existem justamente para evitar esse tipo de catástrofe — incluindo o Conselho de Segurança da ONU, o Tribunal Penal Internacional, o regime de não proliferação e as leis do conflito armado — estão sendo ativamente subvertidos pelos Estados Unidos.

Ainda assim, os adultos responsáveis do mundo precisam tentar conter essa loucura. O esforço multilateral em Islamabad, envolvendo os ministros das Relações Exteriores do Paquistão, Turquia, Egito e Arábia Saudita, trabalhando em conjunto com a iniciativa de paz de cinco pontos China-Paquistão, é um começo importante. Deve ser reforçado pelo peso total dos países do BRICS, da Assembleia Geral da ONU e de todos os Estados que desejam viver em um mundo regido por regras, e não pelos delírios de dois narcisistas malignos.

Quando líderes desequilibrados invocam uma catástrofe divina como instrumento político, não são apenas seus inimigos que são consumidos. Todos nós seremos vítimas das pragas de Netanyahu e do bombardeio de Trump que pretende levar o Irã de volta à Idade da Pedra, a menos que outros líderes imponham limites a esses dois loucos.

Reconhecimento, resistência e reparação: a Declaração de Durban e o reconhecimento da escravidão como o crime mais grave contra a humanidade

Reconocimiento, resistencia y reparación: la Declaración de Durban y el reconocimiento de la esclavitud como el crimen más grave contra la humanidad

Recognition, resistance, and reparation: The Durban Declaration and the recognition of slavery as the gravest crime against humanity

Armando De Negri Filho e Fabiane Gaspar

> ***Reconhecendo*** *que os legados da escravidão e do tráfico transatlântico de escravos persistem até hoje sob a forma de racismo estrutural, desigualdades raciais, subdesenvolvimento, marginalização e disparidades socioeconômicas que afetam africanos e pessoas de ascendência africana em todas as partes do mundo,*
>
> *1.* ***Condena*** *inequivocamente o tráfico de africanos escravizados e a escravidão racializada de africanos, a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos como a injustiça mais desumana e duradoura contra a humanidade;*
>
> *2.* ***Declara*** *o tráfico de africanos escravizados e a escravidão racializada de africanos como o crime mais grave contra a humanidade;*
>
> *3.* ***Enfatiza*** *o tráfico de africanos escravizados e a escravidão racializada de africanos como o crime mais grave contra a humanidade, em razão da ruptura definitiva na história mundial, da escala, da duração, da natureza sistêmica, da brutalidade e das consequências duradouras que continuam a estruturar a vida de todas as pessoas por meio de regimes racializados de trabalho, propriedade e capital;*
>
> **Trecho da Resolução A/RES/80/250, de 25/03/2026**

Resumo. Este informe analisa as normativas no sistema das Nações Unidas relativos ao enfrentamento do racismo estrutural, com foco na Declaração e Programa de Ação de Durban e na Resolução A/RES/80/250, que declara o tráfico de africanos escravizados e a escravidão racializada como o crime mais grave contra a humanidade. Examina o painel de discussão do 25º aniversário de Durban no Conselho de Direitos Humanos realizado durante a 61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU que envolveu debates sobre memória, reparação e racismo estrutural, o conteúdo da resolução aprovada na Assembleia Geral da ONU e o seu mapa de votação. Evidencia-se a centralidade dos países ricos colonizadores em impedir que a justiça reparatória e suas respectivas medidas sejam implementadas e seu consequente reconhecimento que a atual ordem geopolítica e econômica é resultado do sistema de tráfico de africanos escravizados, da escravidão, da colonização e exploração de recursos dos países colonizados conforme análise do jornalista e analista político Beto Cremonte.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Declaração de Durban; Escravidão; Reparações; Nações Unidas.

Resumen. *Este informe analiza las normas del sistema de las Naciones Unidas relativas a la lucha contra el racismo estructural, centrándose en la Declaración y el Programa de Acción de Durban y en la Resolución A/RES/80/250, que declara que la trata de africanos esclavizados y la esclavitud racializada constituyen el crimen más grave contra la humanidad. Examina el panel de debate del 25.º aniversario de Durban en el Consejo de Derechos Humanos, celebrado durante el 61.º período de sesiones del Consejo de Derechos Humanos de la ONU, que incluyó debates sobre la memoria, la reparación y el racismo estructural, el contenido de la resolución aprobada en la Asamblea General de la ONU y su mapa de votación. Se pone de manifiesto el papel central de los países colonizadores ricos a la hora de impedir que se implementen la justicia reparadora y sus respectivas medidas, y su consiguiente reconocimiento de que el actual orden geopolítico y económico es resultado del sistema de tráfico de africanos esclavizados, de la esclavitud, de la colonización y de la explotación de los recursos de los países colonizados, según el análisis del periodista y analista político Beto Cremonte.*

Palabras clave: *Racismo estructural; Declaración de Durban; Esclavitud; Reparaciones; Naciones Unidas.*

Abstract. *This report analyzes United Nations policies regarding the fight against structural racism, focusing on the Durban Declaration and Programme of Action and Resolution A/RES/80/250, which declares the slave trade and racialized slavery to be the gravest crime against humanity. It examines the panel discussion on the 25th anniversary of Durban at the Human Rights Council, held during the 61st Session of the UN Human Rights Council, which included debates on memory, reparations, and structural racism, as well as the content of the resolution adopted by the UN General Assembly and its voting record. It highlights the central role of wealthy colonizing nations in preventing reparative justice and its respective measures from being implemented, and their consequent acknowledgment that the current geopolitical and economic order is the result of the system of trafficking enslaved Africans, slavery, colonization, and the exploitation of resources from colonized countries, according to the analysis by journalist and political analyst Beto Cremonte.*

Keywords: *Structural racism; Durban Declaration; Slavery; Reparations; United Nations.*

Introdução

A persistência do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das formas correlatas de intolerância constitui um dos desafios centrais para a efetivação universal dos direitos humanos no mundo contemporâneo. Por um lado, apesar dos avanços normativos do direito internacional dos direitos humanos, desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, as desigualdades raciais continuam a estruturar relações sociais, políticas, econômicas e institucionais em escala global. Por outro lado, os processos multilaterais das Nações Unidas têm desempenhado papel central na nomeação do racismo como fenômeno estrutural e na construção de respostas normativas e políticas ancoradas na justiça histórica e na igualdade substantiva.

Nesse contexto, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, representou um momento histórico ao proclamar a Declaração e o Programa de Ação de Durban. Estes instrumentos constituem o marco mais abrangente e ambicioso do esforço coletivo em combater o racismo e suas formas correlatas de intolerância que impedem a aplicação da justiça social e a diminuição da desigualdade e discriminação.

Ao reconhecer a escravidão, o tráfico transatlântico de africanos escravizados e o colonialismo como crimes contra a humanidade e fontes estruturantes do racismo contemporâneo, a Declaração de Durban inaugurou uma agenda global que articula memória, justiça, reparação e políticas públicas. Esses instrumentos não somente reconhecem as raízes históricas e estruturais do racismo, mas também formulam diretrizes concretas destinadas aos Estados, às organizações internacionais e à sociedade civil para a erradicação das desigualdades raciais.

Passados vinte e cinco anos de sua adoção, o sistema internacional de direitos humanos busca renovar esforços para fortalecer conceitos dispostos na Declaração e a implementação do seu Programa de Ação. Em março de 2026, a Resolução A/RES/80/250 foi adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) declarando o tráfico de africanos escravizados e a escravidão racializada como o crime mais grave contra a humanidade, constituindo mais um avanço normativo e político de grande relevância.

Por fim, este informe traz as reflexões do jornalista e analista político Beto Cremonte, em seu artigo *La esclavitud en el centro del mundo: memoria, poder y reparación en disputa*, sobre as implicações da Resolução A/RES/80/250 para o debate contemporâneo sobre memória, poder e reparação.

A Declaração de Durban e seu Programa de Ação: significado e importância

A Declaração de Durban afirma de maneira inequívoca que o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas correlatas de intolerância constituem violações graves dos direitos humanos. O documento reconhece que tais fenômenos não são apenas expressões individuais de preconceito, mas se manifestam de forma estrutural, institucional e sistêmica, sendo profundamente marcados por processos históricos como a escravidão, o tráfico transatlântico de pessoas africanas escravizadas, o colonialismo e o *apartheid*. Ao qualificar esses processos como crimes contra a humanidade, a Declaração estabelece um vínculo direto entre passado e presente, evidenciando como as desigualdades contemporâneas são herdeiras de injustiças históricas não reparadas.

O Programa de Ação de Durban, por sua vez, traduz esse reconhecimento em compromissos operacionais. Ele fornece um conjunto abrangente de medidas políticas, legislativas, educacionais, econômicas e culturais destinadas a prevenir o racismo, proteger as vítimas e promover a igualdade substantiva. Apesar de não ser um instrumento juridicamente vinculativo, essa articulação entre diagnóstico e ação confere ao marco de Durban um caráter singular, que combina memória histórica, justiça social e formulação de políticas públicas baseadas em direitos humanos, buscando facilitar o comprometimento político àqueles Estados afins ao combate do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância a elas associada.

> *Declaramos que todos os seres humanos nascem livres, iguais em dignidade e direitos, e têm o potencial de contribuir de forma construtiva para o desenvolvimento e o bem-estar de suas sociedades. Qualquer doutrina de superioridade racial é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, e deve ser rejeitada, juntamente com as teorias que tentam determinar a existência de raças humanas distintas.*
>
> **Parágrafo 7 da Declaração de Durban, 2001**

a) Questões gerais da Declaração

O item inicial da Declaração de Durban estabelece os fundamentos conceituais, políticos e normativos que orientam todo o documento, afirmando o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às formas correlatas de intolerância como um imperativo central do sistema internacional de direitos humanos.

Esse eixo parte do reconhecimento de que tais fenômenos constituem graves violações da dignidade humana e obstáculos estruturais à plena realização dos direitos humanos, à democracia, ao desenvolvimento sustentável e à paz. O texto também reafirma princípios jurídicos centrais do direito internacional dos direitos humanos, como a igualdade, a não discriminação, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos, destacando que nenhuma doutrina de superioridade racial possui fundamento científico, ético ou jurídico.

A Declaração defende que o enfrentamento do racismo requer abordagens abrangentes, baseadas em políticas públicas integradas, cooperação internacional e fortalecimento das instituições democráticas. Enfatiza ainda a importância da memória, da verdade histórica, da educação e da sensibilização social como elementos indispensáveis para prevenir a repetição de práticas racistas e promover transformações estruturais duradouras.

Por fim, estabelece a centralidade da responsabilidade dos Estados na prevenção e erradicação do racismo, ao mesmo tempo em que reconhece o papel fundamental da sociedade civil, dos organismos internacionais e das instituições multilaterais.

b) Origens, causas, formas e manifestações atuais do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância a elas associada

A Declaração e o Programa de Ação de Durban identificam como fontes e causas fundamentais do racismo contemporâneo os legados históricos da escravidão, do tráfico de

pessoas africanas escravizadas, do colonialismo e das ideologias de supremacia racial. Esses processos produziram hierarquias raciais duradouras, que continuam a organizar as relações de poder, o acesso a recursos e a distribuição de oportunidades em diferentes sociedades. O racismo é, assim, compreendido como um fenômeno historicamente construído e reproduzido por instituições estatais, mercados de trabalho, sistemas educacionais e meios de comunicação.

Em suas manifestações contemporâneas, o racismo assume múltiplas formas, incluindo o racismo institucional, o racismo ambiental, a violência racializada, o perfilamento racial, a discriminação no acesso à saúde, à educação, ao trabalho e à moradia, bem como a disseminação de discursos de ódio, inclusive nos ambientes digitais. O documento destaca ainda a interseção entre racismo e outros eixos de desigualdade, como gênero, classe social, religião e condição migratória, reconhecendo que essas dinâmicas produzem formas agravadas de exclusão e vulnerabilidade.

c) Vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância

A Declaração e o Programa de Ação adotam uma abordagem centrada nas vítimas, reconhecendo que determinados grupos são desproporcionalmente afetados pelo racismo e suas consequências. Entre esses grupos, destacam-se as pessoas afrodescendentes, os povos indígenas, os migrantes, refugiados, solicitantes de asilo, minorias étnicas e nacionais, bem como mulheres e crianças pertencentes a esses segmentos.

O marco de Durban enfatiza que os impactos do racismo são cumulativos e intergeracionais, afetando não apenas indivíduos, mas também comunidades inteiras. As vítimas sofrem exclusão social, marginalização econômica, estigmatização cultural e maior exposição à violência institucional, incluindo a violência estatal. O reconhecimento dessas condições visa orientar a formulação de políticas específicas, capazes de responder às necessidades concretas desses grupos e de promover sua plena participação na vida social, política, econômica e cultural.

d) Medidas de prevenção, educação e proteção destinadas à erradicação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância a elas associada nos âmbitos nacional, regional e internacional

O Programa de Ação atribui centralidade às estratégias de prevenção, educação e proteção como pilares do combate ao racismo. No campo da prevenção, recomenda-se o fortalecimento de marcos legais antidiscriminatórios, a criminalização efetiva das práticas racistas e o enfrentamento do racismo institucional, especialmente nos sistemas de justiça, segurança pública, saúde e educação.

A educação é apresentada como instrumento estratégico para a transformação cultural e social. O documento defende a incorporação da história da África, da diáspora africana, dos povos indígenas e das contribuições de grupos racializados nos currículos escolares, bem como a promoção de uma educação em direitos humanos voltada para a valorização da diversidade e o combate a estereótipos raciais. No que se refere à proteção, enfatiza-se a necessidade de garantir acesso efetivo à justiça, mecanismos de denúncia acessíveis, apoio às vítimas e reparação adequada dos danos sofridos.

e) Estratégias para alcançar a igualdade plena e efetiva, incluindo a cooperação internacional e o fortalecimento das Nações Unidas e de outros mecanismos internacionais

Por fim, o Programa de Ação estabelece estratégias voltadas à promoção da igualdade plena e efetiva, compreendida não apenas como igualdade formal perante a lei, mas como igualdade substantiva, capaz de corrigir desigualdades historicamente produzidas. Nesse sentido, são recomendadas políticas de ações afirmativas, programas de inclusão socioeconômica e a produção sistemática de dados desagregados por raça, etnia e gênero, como base para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

O documento também destaca o papel da cooperação internacional e do fortalecimento dos mecanismos das Nações Unidas no combate ao racismo. A implementação efetiva da Declaração de Durban depende da articulação entre Estados, organismos internacionais, instituições nacionais de direitos humanos e sociedade civil. A criação e o fortalecimento de instâncias como grupos de trabalho, fóruns permanentes e mecanismos de monitoramento são considerados fundamentais para garantir a continuidade do compromisso político e a responsabilização dos Estados.

A Resolução da ONU que reconhece o crime mais grave contra a humanidade

A Resolução A/RES/80/250, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de março de 2026, estabelece um marco histórico no reconhecimento jurídico-político ao declarar o tráfico de africanos escravizados e a escravidão racializada como o crime mais grave contra a humanidade. A resolução reafirma princípios centrais da Carta das Nações Unidas e do direito internacional dos direitos humanos ao reconhecer que esses sistemas de dominação constituíram um regime global, sistemático e institucionalizado de desumanização, exploração e violência, cujas consequências persistem de forma estrutural nas desigualdades raciais nos tempos atuais.

O texto assenta-se no entendimento de que a escravidão e o tráfico transatlântico não foram meros episódios históricos isolados, mas processos organizados e duradouros, sustentados por Estados, por meio de instituições legais, com expressos interesses econômicos e estruturas ideológicas que converteram seres humanos africanos e seus descendentes em propriedade racializada e hereditária. A resolução reconhece que esse sistema representou uma ruptura profunda na história da humanidade, tanto pela sua magnitude e duração quanto pelos efeitos globais duradouros sobre as relações políticas, econômicas e sociais entre continentes e povos.

Ao reafirmar que esses crimes configuram violações de normas imperativas do direito internacional (*jus cogens*) e que não estão sujeitos à prescrição, a resolução explicita que deles decorrem obrigações contínuas dos Estados, incluindo deveres de memória, verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição. Nesse sentido, o documento avança ao reconhecer que as desigualdades raciais, o racismo estrutural, a marginalização socioeconômica e a exclusão política que afetam africanos e pessoas de ascendência africana em todas as regiões do mundo constituem legados diretos desses crimes históricos.

A resolução dedica atenção específica à dimensão reparatória, ao convocar os Estados a engajarem-se em diálogos inclusivos e de boa-fé sobre justiça reparatória, abrangendo medidas como pedidos formais de desculpas, restituição de bens culturais e patrimoniais, compensação, reabilitação, satisfação simbólica e reformas estruturais nas leis, políticas públicas e instituições. Nesse cenário, destaca-se o chamado à restituição de objetos culturais,

arquivos, monumentos e artefatos historicamente apropriados, bem como ao fortalecimento de programas de educação, pesquisa, memória e conscientização pública sobre a escravidão e suas consequências.

Enfatiza também o papel da cooperação internacional e do sistema das Nações Unidas no acompanhamento e na implementação dessas medidas, solicitando ao Secretário-Geral relatórios periódicos sobre os avanços alcançados e incentivando a articulação com organizações regionais, como a União Africana e a Comunidade do Caribe, em iniciativas relacionadas à reparação e à reconciliação histórica. Ao fazê-lo, o documento reafirma que o enfrentamento das injustiças derivadas da escravidão racializada é uma responsabilidade coletiva da comunidade internacional.

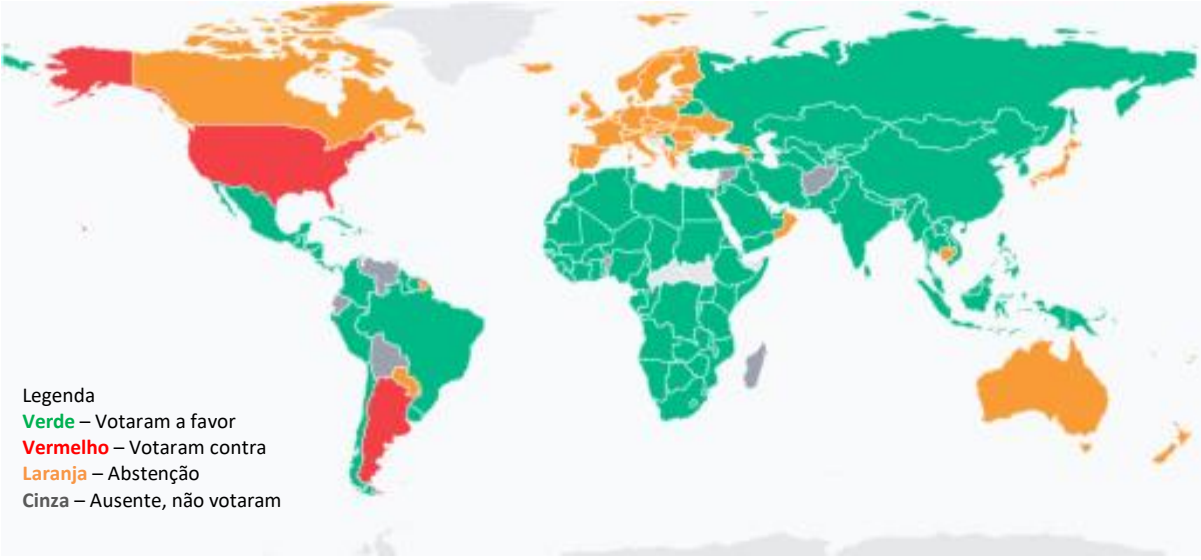
Em síntese, a Resolução A/RES/80/250 consolida um avanço normativo e político ao deslocar a escravidão racializada do campo da memória meramente simbólica para o centro do debate sobre responsabilidade histórica, desigualdades estruturais e justiça global. Ao declarar esses sistemas como o crime mais grave contra a humanidade, a Assembleia Geral reafirma que não pode haver igualdade substantiva, paz duradoura ou direitos humanos plenamente realizados sem o enfrentamento explícito e reparador de um dos pilares fundamentais da ordem racial moderna.

Mapa da votação da Resolução A/RES/80/250

Do total de 193 Estados habilitados a votar, a resolução foi aprovada com 123 votos favoráveis, 3 votos contra (EUA, Israel e Argentina) e 52 abstenções. 15 Estados estiveram ausentes e não votaram. O padrão de votação evidencia as resistências centrais à agenda de reparações históricas, apesar do reconhecimento simbólico da memória, sem nenhuma surpresa em relação aos países que se abstiveram e os que votaram contra (Imagem 1).

A lista completa da votação por país pode ser encontrada no link a seguir: https://digitallibrary.un.org/record/4106660?ln=en

Imagem 1 – Mapa de votação por país – Resolução A/RES/80/250



Fonte: UNVOTEANALYSIS

A votação por grupo geopolítico demonstra o posicionamento do Sul Global e dos países europeus e de suas ex-colônias parceiras (Tabela 1).

Tabela 1 – Mapa de votação por grupo geopolítico – A/RES/80/250

Grupo / Países	Sim	Não	Abstenção	Ausente
União Europeia			27	
União Africana	51			3
Aliança dos Pequenos Estados Insulares	28		2	7
ASEAN	9		1	
BRICS	10			
CARICOM	14			
CELAC	28			
Grupo dos 77 e China	114	1	4	15
Países em Desenvolvimento sem Litoral (LLDCs)	25		2	3
Liga dos Estados Árabes	19		1	1
Países Menos Desenvolvidos (LDCs)	37		1	8
Movimento dos Não Alinhados (NAM)	104		3	10
Conselho Nórdico			5	
Organização da Cooperação Islâmica (OIC)	51		2	3
Forum das Ilhas do Pacífico (PIF)	4		4	6

Fonte: UNVOTEANALYSIS

Análise crítica e o debate sobre reparação

No artigo intitulado *La Esclavitud en el Centro del Mundo: Memoria, Poder y Reparación en Disputa*, publicado em 02 de abril de 2026, no âmbito do Periodismo Internacional Alternativo (PIA Global), o jornalista e analista político Beto Cremonte analisa criticamente a aprovação, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da Resolução A/RES/80/250, que declara o tráfico transatlântico de africanos escravizados e a escravidão racializada como o crime mais grave contra a humanidade.

Para o autor, esse acontecimento não deve ser interpretado como um gesto simbólico isolado ou meramente moral, mas como um marco político que reabre uma disputa histórica profundamente enraizada nas estruturas de poder do sistema internacional contemporâneo. Cremonte sustenta que o reconhecimento aprovado pela ONU desloca a escravidão atlântica do campo de uma memória administrável e despolitizada para o centro da reflexão sobre a formação do mundo moderno.

Segundo o autor, a escravidão não constitui apenas um episódio trágico do passado, mas o alicerce material sobre o qual se edificaram o capitalismo global, a acumulação originária de riqueza, a expansão colonial europeia e a consolidação de hierarquias raciais que ainda estruturam as desigualdades entre Norte e Sul Global. Ao qualificar a escravidão racializada como o crime mais grave contra a humanidade, a resolução expõe a dimensão sistêmica desse processo histórico e questiona a legitimidade moral e política da ordem internacional construída a partir dele.

O autor dedica parte significativa de sua análise à dinâmica política da votação, destacando que os 123 votos favoráveis partiram majoritariamente de países africanos, caribenhos, latino-americanos e asiáticos, enquanto as negativas e abstenções concentraram-se nas potências centrais do sistema internacional.

Para Cremonte, esse padrão revela que o conflito não reside no reconhecimento dos fatos históricos, mas nas consequências políticas e econômicas que tal reconhecimento acarreta. A memória, argumenta o autor, é tolerável enquanto não gera obrigações materiais; a reparação, ao contrário, ameaça interesses consolidados e, por isso, encontra resistência sistemática.

Nesse contexto, o artigo destaca o papel protagonizado por Gana como promotora da iniciativa, interpretando-o como parte de uma estratégia africana de reconectar a agenda antirracista contemporânea às demandas históricas por reparação. Entretanto, Cremonte observa que essa estratégia não é homogênea no continente africano, estando atravessada por tensões internas, disputas diplomáticas e diferentes leituras sobre os caminhos possíveis para a justiça reparatória.

O autor contrasta essa situação com a experiência caribenha, onde a agenda de reparações se encontra mais institucionalizada, notadamente por meio da plataforma da CARICOM, que há anos articula demandas unificadas por restituição, compensações e reconhecimento histórico.

Cremonte também interpreta a resolução como um ponto de inflexão no debate global sobre reparações, ao afirmar que o reconhecimento da escravidão como crime máximo não encerra a discussão, mas, ao contrário, a intensifica. Para o autor, a resolução desconstrói narrativas que isolam a escravidão como um passado superado e reforça a ideia de que suas consequências se manifestam hoje em desigualdades raciais estruturais, subdesenvolvimento induzido, marginalização econômica e violência institucional contra populações negras em diferentes partes do mundo. Assim, o debate sobre reparação deixa de ser uma reivindicação histórica restrita e passa a integrar o campo das disputas contemporâneas por justiça global.

Por fim, Cremonte conclui que a verdadeira relevância da Resolução A/RES/80/250 não está apenas em seu conteúdo formal, mas no que ela coloca em movimento no plano político e simbólico. Ao recentralizar a escravidão racializada na história corrente, o documento desafia os limites do consenso liberal internacional e evidencia que não é possível construir narrativas universais de direitos humanos sem enfrentar as bases raciais e coloniais que sustentaram — e ainda sustentam — a desigualdade global. O artigo, portanto, interpreta a resolução como um ponto de partida para disputas futuras, nas quais memória, poder e reparação permanecem profundamente entrelaçados e em permanente contestação.

Considerações finais

A articulação entre a Declaração e o Programa de Ação de Durban e a Resolução da Assembleia Geral da ONU A/RES/80/250, complementada com a análise do jornalista Beto Cremonte evidencia que o enfrentamento do racismo estrutural no sistema internacional de direitos humanos deixou de ser apenas uma questão normativa ou moral para se afirmar como uma disputa central sobre poder, riqueza e legitimidade da ordem global contemporânea.

A Declaração de Durban marcou esse processo ao estabelecer, de forma inequívoca, que a escravidão, o tráfico transatlântico de africanos escravizados e o colonialismo constituem crimes contra a humanidade e fundamentos históricos das desigualdades raciais persistentes.

A Resolução A/RES/80/250 aprofunda e marca ainda mais o posicionamento ao declarar a escravidão racializada como o crime mais grave contra a humanidade, atribuindo-lhe caráter imprescritível e vinculando-o a deveres permanentes de memória, verdade, reparação e garantias de não repetição.

A análise de Beto Cremonte explicita, contudo, que esse avanço normativo esbarra em resistências estruturais profundas. O padrão de votação da resolução — marcado pelo apoio contundente do Sul Global e pela oposição ou abstinência dos países ricos e historicamente colonizadores — revela que a principal resistência não reside no reconhecimento formal da brutalidade da escravidão, mas na recusa em enfrentar suas consequências políticas e econômicas. Ao rejeitarem ou se colocando de fora da agenda da justiça reparatória, esses Estados operam ativamente na preservação da atual ordem geopolítica e econômica, cuja acumulação de riqueza, centralidade financeira e poder institucional foram historicamente viabilizadas pela escravidão racializada, pelo colonialismo e pela exploração sistemática de territórios, recursos e corpos não brancos.

Nesse sentido, a resistência dos países centrais à implementação de medidas reparatórias não pode ser interpretada como prudência diplomática ou divergência interpretativa, mas como estratégia consciente de manutenção de privilégios históricos e de bloqueio de transformações estruturais que colocariam em questão a legitimidade do sistema internacional tal como ele foi constituído. A tolerância à memória, desacompanhada de redistribuição, restituição ou reparação material, funciona como mecanismo de contenção política, desativando o potencial transformador do reconhecimento histórico.

Assim, a convergência entre Durban, a Resolução A/RES/80/250 e a leitura crítica de Cremonte evidencia que a luta contra o racismo estrutural, no plano internacional, é inseparável da disputa por uma reconfiguração profunda das relações globais de poder. A efetivação da igualdade substantiva e dos direitos humanos exige confrontar diretamente as bases raciais e coloniais da ordem mundial, buscando ir mais além do simples reconhecimento simbólico do passado para que as mudanças estruturais necessárias sejam feitas para a construção de uma justiça global efetiva.

Referências

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração e Programa de Ação de Durban*. Artigo final da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. Durban, 2001. Documento A/CONF.189/12. Disponível em: <https://www.un.org/en/durbanreview2009/pdf/DDPA_full_text.pdf> Acesso em: 08 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Resolução A/RES/80/250 – Declaration of the Trafficking of Enslaved Africans and Racialized Chattel Enslavement of Africans as the Gravest Crime against Humanity*. Assembleia Geral das Nações Unidas, 25 mar. 2026. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4106660?ln=en> Acesso em: 07 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Report of the Intergovernmental Working Group on the Effective Implementation of the Durban Declaration and Programme of Action*. Conselho de Direitos Humanos, 61ª Sessão. Documento A/HRC/61/73. Genebra, 2026. Disponível em: <https://docs.un.org/A/HRC/61/73> Acesso em: 08 abr. 2026.

CREMONTE, Beto. *La esclavitud en el centro del mundo: memoria, poder y reparación en disputa*. Periodismo Internacional Alternativo (PIA Global), 2 abr. 2026. Disponível em: <https://www.other-news.info/noticias/la-esclavitud-en-el-centro-del-mundo-memoria-poder-y-reparacion-en-disputa/> Acesso em: 06 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (ICERD)*. Nova York, 1965. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-convention-elimination-all-forms-racial> Acesso em: 11 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Universal Declaration of Human Rights*. Assembleia Geral, Resolução 217 A (III), Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights> Acesso em: 06 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Rome Statute of the International Criminal Court*. Roma, 1998. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/RS-Eng.pdf> Acesso em: 11 abr. 2026.

COMUNIDADE DO CARIBE (CARICOM). *CARICOM Reparations Commission: Ten-Point Action Plan for Reparatory Justice*. Georgetown, 2014. Disponível em: <https://caricom.org/caricom-reparations-commission/> Acesso em: 11 abr. 2026.

UNIÃO AFRICANA. *Agenda 2063: The Africa We Want*. Addis Abeba, 2015. Disponível em: <https://au.int/en/agenda2063/overview> Acesso em: 10 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *International Decade for People of African Descent*. Resolução A/RES/68/237, 2013. Disponível em: <https://www.un.org/en/observances/decade-people-african-descent> Acesso em: abr. 2026.

UNVOTEANALYSIS. Mapa de votação analisada da Resolução A/RES/80/250. Disponível em: https://www.unvoteanalysis.com/ Acesso em: 07 abr.2026

Uma Só Saúde, ciência e financiamento: reconfigurando a governança global da saúde

"Una Sola Salud", ciencia y financiación: reconfigurando la gobernanza mundial de la salud

One Health, Science, and Financing: Reshaping Global Health Governance

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

Resumo: No cenário da Saúde Global da última quinzena há destaque para o *One Health Summit* e o *Global Forum of WHO Collaborating Centres*, realizados em Lyon em abril de 2026. Esses eventos consolidam a centralidade da interdependência entre saúde humana, animal, vegetal e ambiental, ao mesmo tempo em que buscam avançar da formulação conceitual para a implementação concreta de ações multissetoriais. A liderança da OMS na coordenação da parceria Quadripartite e o fortalecimento de instrumentos como o GPW 14 reforçam a tentativa de alinhar governança, ciência e ação. O período foi marcado também por anúncios significativos de financiamento e compromissos institucionais, incluindo aportes da Comissão Europeia, Banco Mundial e Gavi, além de iniciativas voltadas à produção regional de vacinas e insumos estratégicos. Esses investimentos dialogam com a necessidade de fortalecer capacidades locais e reduzir desigualdades estruturais. Paralelamente, o Fórum dos Centros Colaboradores da OMS destacou o papel das redes científicas na tradução de evidências em políticas públicas, promovendo maior articulação entre instituições e países. Em conjunto, esses movimentos refletem uma transição em curso na saúde global, orientada por ciência, multilateralismo e cooperação, mas ainda desafiada pela necessidade de garantir implementação efetiva, coordenação e impacto sustentável.

Palavras-Chave: Uma Só Saúde, Saúde Global

Resumen: *En el contexto de la salud global, durante las últimas dos semanas, destacan la Cumbre Una Salud y el Foro Mundial de Centros Colaboradores de la OMS, celebrados en Lyon en abril de 2026. Estos eventos consolidan la importancia de la interdependencia entre la salud humana, animal, vegetal y ambiental, al tiempo que buscan avanzar desde la formulación conceptual hasta la implementación concreta de acciones multisectoriales. El liderazgo de la OMS en la coordinación de la Alianza Cuatripartita y el fortalecimiento de instrumentos como el GPW 14 refuerzan el intento de alinear la gobernanza, la ciencia y la acción. El período también estuvo marcado por importantes anuncios de financiación y compromisos institucionales, incluidas contribuciones de la Comisión Europea, el Banco Mundial y Gavi, así como iniciativas centradas en la producción regional de vacunas e insumos estratégicos. Estas inversiones responden a la necesidad de fortalecer las capacidades locales y reducir las desigualdades estructurales. Paralelamente, el Foro de Centros Colaboradores de la OMS subrayó el papel de las redes científicas en la traducción de la evidencia en políticas públicas, promoviendo una mayor coordinación entre instituciones y países. En conjunto, estos movimientos reflejan una transición en curso en la salud mundial, impulsada por la ciencia, el multilateralismo y la cooperación, pero que aún se enfrenta al reto de garantizar una implementación eficaz, una coordinación efectiva y un impacto sostenible.*

Palabras clave: *Una sola Salud, Salud global*

Abstract: *In the context of global health over the past two weeks, the One Health Summit and the Global Forum of WHO Collaborating Centres, held in Lyon in April 2026, stand out. These events consolidate the centrality of the interdependence between human, animal, plant, and environmental health, while simultaneously seeking to advance from conceptual formulation to the concrete implementation of multi-sectoral actions. The WHO's leadership in coordinating the Quadripartite Partnership and the strengthening of instruments such as GPW 14 reinforce the attempt to align governance, science, and action. The period was also marked by significant announcements of funding and institutional commitments, including contributions from the European Commission, the World Bank, and Gavi, as well as initiatives focused on the regional production of vaccines and strategic inputs. These investments address the need to strengthen local capacities and reduce structural inequalities. In parallel, the WHO Collaborating Centres Forum highlighted the role of scientific networks in translating evidence into public policy, promoting greater coordination between institutions and countries. Together, these movements reflect an ongoing transition in global health, driven by science, multilateralism, and cooperation, but still challenged by the need to ensure effective implementation, coordination, and sustainable impact.*

Keywords*: One Health, Global Health*

07/04: Dia Mundial da Saúde

Marcando a celebração do 78o aniversário da Organização Mundial da Saúde, o Dia Mundial da Saúde é celebrado anualmente em 07 de abril. Este ano foi um convite a pessoas de todo o mundo a apoiarem a ciência. Com o tema “Juntos pela saúde. Apoie a ciência” (1), a celebração deste ano dá início a uma campanha anual que celebra o poder da colaboração científica para proteger a saúde das pessoas, dos animais, das plantas e do planeta. A campanha destaca tanto as conquistas científicas quanto a cooperação multilateral necessária para transformar evidências em ações – com forte ênfase na abordagem “Uma Só Saúde”.

A campanha de 2026 é ancorada por dois grandes eventos globais: a Cúpula Internacional “Uma Só Saúde” (7 de abril) (One Health Summit, em inglês), organizada pelo Governo da França sob a Presidência francesa do G7, e o Fórum Global inaugural dos Centros Colaboradores da OMS (7 a 9 de abril), que reuniu quase 800 instituições científicas de mais de 80 países. Juntos, esses eventos formam a maior rede científica já reunida em torno de uma agência das Nações Unidas, ressaltando como as parcerias impulsionadas pela ciência podem construir um futuro mais saudável e seguro para todos.

A campanha convida pessoas de todo o mundo a participar, celebrando conquistas científicas, interagindo com evidências, compartilhando histórias pessoais de como a ciência melhora vidas e juntando-se à conversa global por meio das hashtags #StandWithScience e #WorldHealthDay.

A campanha convoca governos, cientistas, profissionais de saúde, parceiros e o público a: apoiar a ciência, interagindo com evidências, fatos e orientações científicas para proteger a saúde; reconstruir a confiança na ciência e na saúde pública; e apoiar soluções baseadas na ciência para um futuro mais saudável.

Uma Só Saúde em ação: ciência, multilateralismo e a construção de uma agenda integrada para crises globais de saúde

O Dia Mundial da Saúde de 2026, celebrado em 7 de abril sob o lema mencionado acima, foi marcado por um reposicionamento estratégico da saúde global também em torno da abordagem “Uma só saúde”, tendo como eixo central a realização do One Health Summit em Lyon, na França. Sediado pelo governo francês no contexto da presidência do G7, o encontro se configurou como um dos principais momentos políticos e técnicos do calendário internacional recente, reunindo chefes de Estado, organismos internacionais, comunidade científica, sociedade civil, juventudes e atores locais. A coincidência com o Dia Mundial da Saúde reforçou o caráter simbólico e programático do evento, ancorando-o em uma campanha global que busca reafirmar o papel da ciência e da cooperação multilateral na proteção da saúde em sua dimensão ampliada (2).



O Summit partiu de uma premissa já consolidada no debate contemporâneo, mas ainda insuficientemente operacionalizada: a interdependência entre saúde humana, animal, vegetal e ambiental. Ao enfatizar essa interconexão, o evento buscou avançar da dimensão conceitual para a implementação concreta, destacando a necessidade de abordagens coordenadas e baseadas em evidências para enfrentar ameaças compartilhadas. Nesse sentido, o fortalecimento da parceria Quadripartite — envolvendo FAO, UNEP, OMS e WOAH — foi apresentado como um dos pilares institucionais dessa agenda, ao lado do papel crescente da OMS na articulação de respostas em múltiplos níveis, incluindo o lançamento e a expansão de iniciativas como a Academia da OMS e redes de cooperação técnica.

A assunção da presidência da Quadripartite pela OMS em 8 de abril de 2026 confere ao momento uma dimensão adicional de inflexão política. O Summit foi explicitamente posicionado como uma oportunidade para traduzir compromissos políticos em ações multissetoriais concretas, com foco em prevenção, preparação, resistência antimicrobiana, sistemas alimentares sustentáveis e saúde ambiental. Trata-se, portanto, de um esforço de alinhamento entre governança global e implementação nacional, com ênfase na construção de sistemas de saúde mais resilientes e equitativos, capazes de responder a riscos complexos e interdependentes.

Os objetivos do encontro refletem essa ambição: fomentar o diálogo internacional e interdisciplinar, reconfigurar marcos institucionais globais a partir de uma cultura comum de One Health, engajar atores públicos e privados em ações concretas e desenvolver soluções para

o fortalecimento de sistemas de vigilância e resposta. Esses objetivos são sustentados por dois princípios fundamentais: a centralidade da ciência, da pesquisa e da inovação, e a promoção de um multilateralismo orientado para a ação. Na prática, isso se traduz na priorização de fatores estruturais que contribuem para doenças infecciosas e não transmissíveis, como reservatórios zoonóticos, resistência antimicrobiana, sistemas alimentares e exposição a poluentes.

O contexto apresentado durante o Summit reforça a urgência dessa agenda. Estima-se que cerca de 60% das doenças infecciosas conhecidas em humanos tenham origem animal, e aproximadamente 75% das doenças emergentes sejam zoonóticas. A pandemia de COVID-19, com cerca de 15 milhões de mortes e impactos econômicos trilionários, permanece como referência central para a necessidade de antecipação e resposta coordenada. A esses desafios somam-se dinâmicas estruturais como mudanças climáticas, degradação ambiental, perda de biodiversidade, insegurança alimentar e desigualdades no acesso à saúde, configurando um cenário de risco sistêmico.

Como resposta a esse cenário, a OMS e seus parceiros anunciaram um conjunto de ações estruturantes. Entre elas, destaca-se a criação de uma nova rede global de instituições em One Health, voltada à operacionalização do Plano de Ação Conjunto e ao apoio direto aos países, com ênfase na tradução de diretrizes globais em ferramentas práticas e no fortalecimento de capacidades por meio de treinamento e aprendizado entre pares. Também foi anunciada a ampliação do mandato do painel de especialistas de alto nível (OHHLEP, em inglês), consolidando seu papel na definição de agendas de pesquisa, apoio técnico e advocacy baseado em evidências.

Outras iniciativas incluem o relançamento do esforço global para eliminar a raiva transmitida por cães até 2030, utilizando essa agenda como modelo para fortalecer sistemas de vigilância e preparação, e a apresentação de um novo marco estratégico para influenza aviária, com foco na coordenação entre setores e na superação de respostas fragmentadas. Essas ações indicam uma tentativa de operacionalizar o conceito de One Health em agendas específicas, com metas mensuráveis e impacto direto em saúde pública, segurança alimentar e meios de subsistência.

Paralelamente ao Summit, a realização do primeiro Fórum Global dos Centros Colaboradores da OMS, entre 7 e 9 de abril, ampliou a dimensão científica e institucional do momento. Reunindo cerca de 800 instituições de mais de 80 países, o Fórum foi apresentado como a maior rede científica já mobilizada em torno de uma agência das Nações Unidas, com o objetivo de acelerar inovação, compartilhamento de dados e pesquisa coordenada. Esse movimento reforça a centralidade da ciência como eixo estruturante da governança global em saúde, em consonância com os objetivos da campanha do Dia Mundial da Saúde.

A campanha de 2026, ao convidar governos, cientistas, profissionais de saúde e o público em geral a “defender a ciência”, também revela uma dimensão política mais ampla: a necessidade de reconstruir a confiança em evidências científicas e instituições de saúde pública, em um contexto marcado por desinformação e fragmentação. Ao articular mobilização social, cooperação internacional e produção científica, o conjunto de eventos em Lyon sinaliza um esforço de reconfiguração da saúde global, no qual a abordagem One Health deixa de ser apenas um paradigma emergente para se tornar um eixo organizador de políticas, investimentos e mecanismos de governança.

A dimensão financeira e política do One Health Summit reforçou, de maneira significativa, a tentativa de traduzir o consenso técnico em compromissos concretos de

investimento e implementação (3). Nesse sentido, o anúncio da Comissão Europeia de uma contribuição de 700 milhões de euros para o próximo ciclo de financiamento do Fundo Global de Luta contra AIDS, Tuberculose e Malária representa um dos principais marcos do encontro. A alocação inicial de 185 milhões de euros para o primeiro ano sinaliza não apenas um esforço de antecipação de recursos, mas também a centralidade contínua dos mecanismos multilaterais clássicos no financiamento da saúde global, mesmo em um contexto de crescente pressão fiscal e instabilidade geopolítica.

Esse compromisso foi acompanhado por um conjunto mais amplo de investimentos estratégicos. A Comissão Europeia anunciou ainda 46,5 milhões de euros para segurança em saúde, por meio de uma parceria entre o Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças, o Africa CDC e a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar, evidenciando a crescente articulação inter-regional em torno da vigilância e resposta a ameaças sanitárias. Adicionalmente, foram destinados 30 milhões de euros para pesquisa e desenvolvimento em resistência antimicrobiana e 20 milhões para o desenvolvimento de novos tratamentos para dengue, indicando uma priorização de riscos emergentes e negligenciados no âmbito da agenda One Health.

Outros atores multilaterais e financeiros também anunciaram aportes relevantes. O Banco Mundial indicou a intenção de investir 750 milhões de dólares em iniciativas relacionadas ao One Health, com foco particular no fortalecimento de programas regionais na África Ocidental e Central. Já a aliança vacinal Gavi sinalizou uma possível alocação de até 200 milhões de dólares para apoiar a manufatura de vacinas no continente africano, complementando o compromisso já existente de 1 bilhão de dólares com o African Vaccine Manufacturing Accelerator. Além disso, a criação de um mecanismo de resiliência de 380 milhões de dólares voltado à imunização em contextos frágeis reforça a centralidade das vacinas como elemento estruturante da preparação e resposta a crises.

No setor produtivo, iniciativas como o anúncio da empresa sul-africana Aspen de pré-qualificação e produção local de vacinas infantis, bem como a produção de insulina em parceria com a Novo Nordisk, evidenciam o papel crescente da capacidade industrial regional no avanço da agenda de equidade em saúde. Esses movimentos dialogam diretamente com a ênfase do Summit na necessidade de fortalecer cadeias produtivas locais e reduzir dependências estruturais.

A agenda climática emergiu como um eixo transversal e estruturante das discussões. Lideranças políticas destacaram a intensificação e convergência de riscos associados às mudanças climáticas, à degradação ambiental e à saúde. A ênfase na interconexão entre surtos infecciosos, resistência antimicrobiana, sistemas alimentares e eventos climáticos extremos reforça a leitura de que os desafios contemporâneos operam em uma lógica sistêmica. As intervenções de chefes de Estado africanos, em particular, trouxeram uma dimensão empírica e territorial a esse debate, ao evidenciar como impactos ambientais, desde mineração ilegal até alterações nos regimes climáticos, afetam diretamente a saúde, a biodiversidade e os meios de subsistência.

Por fim, a atuação da filantropia internacional foi apresentada como complementar e catalítica. A declaração articulada por organizações como o Wellcome Trust enfatizou três pilares: a necessidade de sustentar investimentos em desenvolvimento de produtos, a incorporação da lente One Health — especialmente no contexto das mudanças climáticas — e o fortalecimento de parcerias multissetoriais. Ao reconhecer seus limites enquanto

financiadores, esses atores reforçaram a centralidade da cooperação entre governos, setor privado e sociedade civil como condição para enfrentar ameaças complexas e interdependentes.

Em conjunto, esses anúncios e posicionamentos indicam que o One Health Summit não apenas consolidou uma agenda normativa, mas também buscou ancorá-la em compromissos financeiros, industriais e institucionais. Ainda assim, permanece o desafio de garantir que esses recursos sejam efetivamente traduzidos em capacidades nacionais sustentáveis, particularmente em contextos de maior vulnerabilidade, evitando a fragmentação de iniciativas e promovendo coerência entre financiamento, governança e implementação.

Nesse sentido, o One Health Summit e o Dia Mundial da Saúde de 2026 não apenas consolidam uma agenda, mas também evidenciam os desafios de sua implementação: transformar consenso técnico em ação coordenada, alinhar múltiplos setores e atores, e garantir que a centralidade da ciência se traduza em políticas públicas eficazes e equitativas em diferentes contextos nacionais.

Redes científicas e governança global: o papel estratégico dos Centros Colaboradores da OMS

Realizado entre 7 e 9 de abril de 2026, em Lyon, o primeiro *'Global Forum of WHO Collaborating Centres*' (4) insere-se como um desdobramento técnico e institucional central no contexto mais amplo do *One Health Summit*. Sob o tema "*Collaborating for a Healthier Future*", o encontro reuniu centenas de instituições designadas como Centros Colaboradores da OMS, provenientes de mais de 80 países, além de lideranças da organização e pontos focais técnicos. Ao operar como um espaço de articulação científica e estratégica, o Fórum buscou fortalecer o papel dessas redes na implementação do 14º Programa Geral de Trabalho da OMS (GPW 14) e no avanço da agenda de "*Health for All*".





Os Centros Colaboradores constituem uma infraestrutura frequentemente subestimada da governança global em saúde. Ao fornecer suporte técnico, científico e estratégico às atividades da OMS em níveis global, regional e nacional, essas instituições funcionam como uma interface entre produção de conhecimento, formulação de políticas e implementação. Nesse sentido, o Fórum representou uma tentativa explícita de otimizar e alinhar essa capacidade instalada, promovendo maior coerência entre as atividades dos centros e as prioridades estratégicas da organização.

Do ponto de vista dos objetivos, o encontro foi orientado por duas ambições principais. A primeira consistiu em fortalecer a contribuição dos Centros Colaboradores para o GPW 14, com a expectativa de construir um roteiro compartilhado que conecte de forma mais clara as atividades dessas instituições às prioridades globais, identifique lacunas e proponha estratégias orientadas a resultados mensuráveis. A segunda ambição foi expandir e consolidar redes

colaborativas capazes de responder a desafios emergentes em saúde global, incluindo a identificação de tendências e riscos, a construção de uma visão comum e o engajamento ativo de instituições em torno da agenda de saúde para todos.

A estrutura do Fórum refletiu essa dupla dimensão de alinhamento estratégico e fortalecimento de redes. Distribuído ao longo de três dias, o programa combinou sessões plenárias, espaços interativos, exposições de pôsteres e discussões temáticas. A abertura, articulada ao segmento de alto nível do *One Health Summit*, reforçou a integração entre as dimensões política e técnica. Nos dias subsequentes, o foco recaiu sobre a contribuição estratégica dos Centros Colaboradores, com destaque para mecanismos de coordenação, compartilhamento de dados, inovação científica e capacitação. As sessões interativas e grupos de trabalho buscaram, por sua vez, promover uma dinâmica mais horizontal de construção coletiva, favorecendo a identificação de sinergias e oportunidades de colaboração entre instituições e regiões.

Do ponto de vista analítico, o Fórum sinaliza uma tentativa de reconfigurar a governança global da saúde a partir de uma lógica mais distribuída e baseada em redes. Ao invés de uma centralidade exclusiva na OMS enquanto ator normativo, observa-se um movimento de valorização de ecossistemas colaborativos que conectam instituições acadêmicas, centros de pesquisa e estruturas técnicas em diferentes contextos nacionais. Essa abordagem dialoga diretamente com a complexidade dos desafios contemporâneos, que exigem respostas interdisciplinares, transnacionais e ancoradas em evidências.

Ao mesmo tempo, persistem desafios relevantes. A heterogeneidade entre os Centros Colaboradores, em termos de capacidades, financiamento e inserção institucional, pode limitar a efetividade dessa rede se não houver mecanismos claros de coordenação, priorização e avaliação de impacto. Além disso, a necessidade de alinhar agendas institucionais diversas a um marco estratégico comum, como o GPW 14, coloca em evidência tensões entre autonomia científica e direcionamento político.

Ainda assim, ao ser realizado em paralelo ao *One Health Summit*, o Fórum reforça a centralidade da ciência e da cooperação técnica como pilares da resposta global a crises de saúde. Mais do que um evento isolado, ele se configura como um instrumento de articulação entre conhecimento e ação, com potencial para influenciar a forma como a OMS mobiliza suas redes para enfrentar desafios emergentes e estruturar respostas mais coordenadas, eficazes e sustentáveis.

Referências

1. World Health Organization. World Health Day 2026 [Internet]. Who.int. 2026. Disponível em: https://www.who.int/campaigns/world-health-day/2026. Acesso em 10 abr. 2026

2. World Health Organization. WHO and France shift One Health vision to action with new high-impact initiatives [Internet]. Who.int. World Health Organization: WHO; 2026. Disponível em: . Acesso em 10 abr. 2026

3. Health Policy Watch. Flurry Of Pledges At G7 One Health Summit – Health Policy Watch [Internet]. Health Policy Watch. 2026 [citado em 10 abr 2026]. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/flurry-of-pledges-at-g7-one-health-summit/. Acesso em 10 abr. 2026

4. World Health Organization. Global Forum of WHO Collaborating Centres: collaborating for a healthier future [Internet]. Who.int. 2026. Disponível em: https://www.who.int/news-room/events/detail/2026/04/07/default-calendar/global-forum-of-who-collaborating-centres-collaborating-for-a-healthier-future. Acesso em 10 abr. 2026

A saúde mundial em inflexão: Sul Global propõe caminhos para a equidade no acesso a tratamentos e diagnósticos[1]

La salud mundial en un punto de inflexión: el Sur Global propone vías para lograr la equidad en el acceso a tratamientos y diagnósticos

Global Health at a Turning Point: The Global South Proposes Pathways to Equitable Access to Treatments and Diagnostics

Nísia Trindade Lima e Luana Bermudez

Cada vez mais forças externas ao setor de saúde, como rivalidades geopolíticas, agendas de segurança nacional e interesses econômicos, impactam a arena da saúde global. E impedem uma governança eficaz para a saúde.

A pandemia de Covid-19 sobrecarregou sistemas de saúde ao redor do mundo e revelou profundas desigualdades no acesso a vacinas, tratamentos, diagnósticos e capacidades de resposta.

Equidade e multilateralismo

Conforme destacou Tedros Adhanom, Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), o mundo esteve "à beira de uma falha moral catastrófica". E isso reacendeu debates sobre equidade e multilateralismo.

Apesar dos avanços científicos e tecnológicos sem precedentes, milhões de pessoas ainda carecem de acesso aos resultados da pesquisa, desenvolvimento e inovação. Essa contradição evidencia os desafios persistentes da saúde global no século XXI

A crise da OMS veio à tona diversas vezes nas últimas décadas, principalmente no caso de crises sanitárias. Alguns exemplos são o surto de gripe aviária H5N1, a pandemia de Influenza A H1N1, epidemia de Ebola, epidemia de Zika e a pandemia de Covid-19.

As pandemias aceleraram um processo de desgaste que já vinha se acumulando há décadas. O que piorou com o forte ataque dos Estados Unidos à Organização das Nações Unidas e à OMS, com questionamento sobre a gestão da pandemia e retirada do país da organização.

Questionamentos sobre a governança da saúde global

A explosão de novos atores da saúde global nas últimas décadas acabou gerando também um ambiente de competição, fragmentação de regime, incoerência política, falta de definição de prioridades e desperdício de recursos. Isso levou a um forte questionamento sobre a eficácia e a sustentabilidade da governança da saúde global. Porém, mesmo com todas as

[1] Publicado na Plataforma Eletrônica *The Conversation* Brasil, em 7 de abril de 2026. Disponível em: https://theconversation.com/a-saude-mundial-em-inflexao-sul-global-propoe-caminhos-para-a-equidade-no-acesso-a-tratamentos-e-diagnosticos-279999?utm_medium=article_native_share&utm_source=theconversation.com

possíveis críticas, não existe outra entidade que possa substituir a OMS na liderança da saúde global.

Cabe destacar a aprovação do Acordo sobre Pandemias, na Assembleia Mundial da Saúde de maio de 2025, como um importante avanço e reafirmação não só da relevância do multilateralismo, mas também do papel central da OMS como autoridade máxima em saúde.

Embora menos ambicioso do que se esperava diante da catástrofe humanitária vivida durante a pandemia de Covid-19 e do reconhecimento de que o mundo não estava preparado para uma nova emergência em saúde dessa magnitude, o Acordo consolida uma série de compromissos vinculantes.

Além disso, alinha demandas históricas do Sul Global e fundamenta os princípios de equidade e solidariedade, em um dos contextos geopolíticos mais desafiadores das últimas décadas.

Acesso a patógenos e repartição de benefícios

O principal desafio no momento é a negociação e aprovação do anexo sobre Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS).

Este é um elemento fundamental, uma vez que o Acordo sobre Pandemias não poderá ser adotado nem operacionalizado sem esse instrumento. Na prática, isso significa que ainda não há, até o momento, um acordo global plenamente estabelecido sobre como enfrentar futuras pandemias.

A crescente concentração da capacidade produtiva e de inovação, aliada à monopolização da saúde, compromete a viabilidade de respostas nacionais e internacionais fundamentadas nos princípios da universalidade e da equidade.

Nesse contexto, torna-se imperativo enfrentar uma das mais profundas desigualdades contemporâneas: aquela que se expressa no acesso ao conhecimento, à inovação e às capacidades produtivas.

Diante disso, é evidente a necessidade de um sistema de pesquisa e desenvolvimento mais justo, que enfrente os desafios globais de saúde e promova a saúde como um bem público.

Para isso, é crucial reduzir as assimetrias e desigualdades na capacidade de pesquisa, desenvolvimento e acesso às tecnologias em saúde entre os países.

Governança global mais equitativa

Nesse contexto, têm emergido alternativas para uma governança global mais equitativa. A proposta é o fortalecimento de instituições regionais que priorizam as necessidades da comunidade, o estímulo à inovação liderada localmente e a expansão de coalizões entre governos e partes interessadas.

Muitas dessas iniciativas têm sido impulsionadas por países do Sul Global. Esses países exigem uma forma de governança mais democrática e inclusiva, bem como solidariedade no enfrentamento de desafios.

No Brasil, esse debate ressalta o fortalecimento do Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS). Esta abordagem compreende a saúde como um vetor do desenvolvimento.

Dessa forma, o governo brasileiro impulsionou a agenda de ciência, inovação, produção local e regional e acesso como prioridade de suas presidências do G20 e do BRICS. O objetivo é contribuir para o enfrentamento desse desafio central.

Essa orientação parte do entendimento de que o multilateralismo e a cooperação internacional desempenham papel decisivo no fortalecimento das capacidades globais de produção e inovação, essenciais para reduzir as iniquidades em saúde e enfrentar assimetrias estruturais.

Modelo mais colaborativo

Os Ministros da Saúde do G20 aprovaram em 2024 a criação da Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, com foco em doenças negligenciadas e pessoas em situação de vulnerabilidade. A iniciativa tem como objetivo enfrentar desafios interconectados que limitam o acesso à inovação e aprofundam as desigualdades em saúde.

A Coalizão Global orienta-se pela articulação e catalisação de esforços, promovendo a integração e a colaboração com os principais atores e iniciativas da saúde global. Com isso, demonstram que um novo modelo, mais colaborativo e inclusivo, é possível. Um modelo que valoriza a produção local, parcerias efetivas e soluções concretas.

No âmbito do BRICS, a principal iniciativa na área de saúde que resultou da presidência brasileira em 2025 foi a Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas. Uma aliança entre os países do Sul Global com o objetivo de articular ações integradas e multissetoriais para enfrentar condições de saúde diretamente relacionadas aos determinantes sociais, ambientais e econômicos.

Uma iniciativa mais recente também originada do Sul Global é a "Accra Reset", que busca repensar a arquitetura de governança global em saúde e desenvolvimento na atual conjuntura internacional.

A iniciativa conta com um painel de alto nível, que reúne lideranças das áreas da saúde, finanças, inovação e do setor empresarial, com o objetivo de desenvolver propostas de ações que possam acelerar a reforma do ecossistema global de saúde. E incluir áreas como financiamento em saúde, produção local e inovação, e governança global.

Os recentes cortes no financiamento internacional representam um risco significativo para a segurança da saúde global. Por isso, é imperativo que os países em desenvolvimento utilizem este momento para fortalecer a resiliência de seus sistemas de saúde e assumir um papel de liderança na criação de soluções globais para desafios comuns.

Isso implica impulsionar e fortalecer as capacidades locais e regionais. Além disso, é importante promover a democratização da produção e disseminação do conhecimento, preenchendo as lacunas estruturais, deslocando o centro de gravidade da pesquisa e desenvolvimento e direcionando a inovação para o fortalecimento dos sistemas de saúde.

Centros Colaboradores da OMS: uma rede científica global[1]

WHO Collaborating Centres: a global scientific network

Centros Colaboradores de la OMS: una red científica global

Meg Doherty, Matias Tuler, Sylvie Briand e Tedros Adhanom Ghebreyesus

Todos os anos, em 7 de abril, o mundo celebra o Dia Mundial da Saúde,[1] comemorando a data em que a Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS)[2] entrou em vigor, em 1948. Este ano a OMS escolheu o tema "Juntos pela saúde. Em defesa da ciência" para destacar o papel das inovações guiadas pela ciência no aprimoramento da saúde pública global e reforçar a importância de ações baseadas em evidências em um mundo multilateral.

A Constituição estabelece que uma das funções da OMS é promover e conduzir pesquisas na área da saúde. A prática de recorrer a instituições nacionais para realizar funções internacionais teve início ainda no âmbito da Liga das Nações, quando laboratórios nacionais foram selecionados como centros de referência responsáveis pela padronização de produtos biológicos. A então recém-criada OMS ampliou essa proposta ao designar centros de referência adicionais. O primeiro foi o Centro Mundial de Influenza[3] em Londres, no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, criado em 1948 para realizar vigilância epidemiológica global.

Em 1949, a Segunda Assembleia Mundial da Saúde adotou uma política que vem sendo aplicada de forma consistente desde então, segundo a qual a OMS não deveria estabelecer seus próprios institutos de pesquisa, mas sim apoiar, coordenar e utilizar o trabalho de instituições já existentes ao redor do mundo.[4] Essa abordagem serviu de base para o que viria a se tornar, anos mais tarde, a rede de Centros Colaboradores da OMS.

Um centro colaborador é definido como uma instituição oficialmente designada pelo Diretor-Geral da OMS para apoiar os programas da organização nos níveis nacional, regional, inter-regional e global.[5] Em 2026, mais de 800 Centros Colaboradores, vinculados a universidades, hospitais e grandes institutos de pesquisa em mais de 80 Estados-Membros,[5] apoiam a OMS na realização de seu mandato. Essas instituições científicas nacionais constituem a maior rede científica associada a qualquer agência das Nações Unidas e são cada vez mais reconhecidas como um recurso para um movimento global em prol da ciência, do multilateralismo, da produção de evidências e da confiança.

Em consonância com a estratégia da OMS para a cooperação técnica, esses centros também fortalecem a capacidade nacional em saúde ao contribuir com informações, serviços, pesquisas e capacitação voltada ao avanços na saúde pública. Trata-se de um mecanismo de colaboração que tem ampliado significativamente a participação de instituições nacionais nos programas da OMS.

Todas as áreas de atuação da OMS se beneficiam dos Centros Colaboradores, cujas atividades são diversas: coleta, análise e compartilhamento de dados; padronização de

[1] Publicado originalmente em: https://www.who.int/publications/journals/bulletin

terminologias, tecnologias, diagnósticos e terapias. Os centros fornecem materiais de referência; participam de pesquisas colaborativas sob a liderança da OMS; oferecem capacitação; e coordenam trabalhos conduzidos por diversas instituições em temas específicos.

Colaborações bem-sucedidas proporcionam benefícios mútuos: instituições de excelência apoiam a OMS no cumprimento de suas funções ao oferecer expertise especializada. Essas parcerias garantem a credibilidade científica das iniciativas de saúde global e fortalecem o papel de liderança da OMS na definição da agenda internacional de saúde. Por outro lado, a designação como centro colaborador da OMS confere reconhecimento e visibilidade junto às autoridades nacionais e ao público, facilita o intercâmbio de informações, amplia as oportunidades de cooperação técnica internacional e, em alguns casos, também contribui para atrair maior financiamento de parceiros.

A designação não está vinculada ao apoio financeiro da OMS. Em vez disso, as instituições designadas geralmente são responsáveis por cobrir os custos das atividades realizadas a pedido da OMS e em apoio a seus programas. Esse modelo permite à OMS acessar recursos que, de outra forma, não estariam disponíveis. Dado o grande número de Centros Colaboradores, tal mecanismo de cooperação tornou-se a principal modalidade de mobilização de recursos em espécie em apoio às prioridades e atividades da OMS.

A OMS reúne Centros Colaboradores que atuam em áreas técnicas semelhantes para formar redes técnicas, regionais e nacionais, otimizando ainda mais a abrangência e o impacto de seu trabalho conjunto com a organização, como, por exemplo, nas áreas de influenza, bioética, radiação, saúde ambiental infantil[6] e classificação de doenças.

A ruptura geopolítica que vem se intensificando ao longo do último ano trouxe à OMS diversos desafios e oportunidades, desencadeando um processo de priorização e realinhamento institucional. Esse processo nos levou a refletir sobre como, enquanto organização mais enxuta, podemos ser mais eficazes — inclusive por meio do aproveitamento estratégico da rede de Centros Colaboradores e do apoio em espécie que eles oferecem para gerar impacto na saúde global.

No Dia Mundial da Saúde, a OMS reunirá seus Centros Colaboradores para celebrar as conquistas e traçar caminhos para uma colaboração mais ampla e robusta durante o primeiro Fórum Global dos Centros Colaboradores da OMS.[7] Esse modelo colaborativo tem resistido aos desafios do tempo por quase 80 anos. Em um contexto de instabilidade política, mudanças na arquitetura global da saúde, redução do financiamento em saúde e erosão da confiança na ciência, a OMS continuará a contar com os Centros Colaboradores. A organização busca expandir essas parcerias para mobilizar a boa vontade de pesquisadores e cientistas em todo o mundo, contribuindo para o objetivo da OMS de alcançar a saúde para todos e de continuar defendendo a ciência.

Referências

1. WHO World Health Day. 2026. Together for health. Stand with science [internet]. Geneva: World Health Organization; 2026. Disponível em: https://www.who.int/news-room/events/detail/2026/04/07/default-calendar/world-health-day-2026-together-for-health-stand-with-science. Acesso em: 11 mar. 2026.

2. Constitution. Geneva: World Health Organization; 1948. Disponível em: https://www.who.int/about/governance/constitution. Acesso em: 12 mar. 2026.

3. Worldwide Influenza Centre [internet]. London: Francis Crick Institute; 2026. Disponível em: https://www.crick.ac.uk/research/platforms-and-facilities/worldwide-influenza-centre. Acesso em: 12 mar. 2026.

4. Resolution WHA2.15. Resolutions and decisions. In: Second World Health Assembly, Rome, 30 June 1949. Rome: World Health Organization; 1949. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/10665-99092. Acesso em: 12 mar. 2026.

5. WHO Collaborating Centres [internet]. Geneva: World Health Organization; 2026. Disponível em: https://www.who.int/about/collaboration/collaborating-centres. Acesso em: 11 mar. 2026.

6. Children's environmental health [internet]. Geneva: World Health Organization; 2026. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/children-environmental-health. Acesso em: 12 mar. 2026.

7. WHO Global Forum of WHO Collaborating Centres [internet]. Geneva: World Health Organization; 2026. Disponível em: https://www.who.int/news-room/events/detail/2026/04/07/default-calendar/global-forum-of-who-collaborating-centres-collaborating-for-a-healthier-future. Acesso em: 11 mar. 2026.

Espécies migratórias: compromisso internacional para além da conservação da biodiversidade

Especies migratorias: un compromiso internacional que va más allá de la conservación de la biodiversidad

Migratory species: an international commitment that goes beyond biodiversity conservation

Marcia Chame

Resumo. A migração animal é um dos fenômenos mais espetaculares da natureza, movendo milhares de indivíduos ao redor do Planeta em busca de habitats favoráveis para reprodução e alimentação. Essa estratégia sofisticada exige sincronia entre o clima e a conservação de corredores ecológicos, mas enfrenta graves ameaças decorrentes da pressão antrópica, como a perda de habitats, poluição, e mudanças climáticas. Nesse cenário, a saúde das populações silvestres revela-se intrinsecamente ligada à saúde humana e dos ecossistemas, reforçando a necessidade da conservação das espécies e habitats e das premissas instituídas pelo conceito de Saúde Única para antecipar riscos e emergências zoonóticas. Para coordenar a proteção dessas espécies, a Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS), ou Convenção de Bonn, estabelece diretrizes internacionais e organiza as espécies em apêndices de acordo com o nível de ameaça. Apesar desses esforços, o Relatório Global do Estado das Espécies Migratórias de 2024 indica a deterioração preocupante, com uma em cada cinco espécies migratórias ameaçada de extinção. O Brasil, que sediou a COP15 em Campo Grande em março de 2026, tem avançado em sua diplomacia ambiental ao liderar a inclusão de espécies sul-americanas nos mecanismos de proteção e ao integrar as ações da CMS com a preservação de áreas úmidas da Convenção Ramsar. O sucesso contínuo dessas medidas depende da mobilização de recursos e da participação ativa da sociedade e de comunidades indígenas e tradicionais no monitoramento das rotas e na fiscalização ambiental e da integração dos diversos setores de governos nacionais, regionais e internacionais.

Abstract. *Animal migration is one of nature's most spectacular phenomena, moving thousands of individuals around the planet in search of favorable habitats for reproduction and feeding. This sophisticated strategy requires synchrony between the climate and the conservation of ecological corridors, but it faces serious threats from anthropogenic pressure, such as habitat loss, pollution, and climate change. In this scenario, the health of wild populations proves to be intrinsically linked to human and ecosystem health, reinforcing the need for the conservation of species and habitats and the premises established by the One Health concept to anticipate zoonotic risks and emergencies. To coordinate the protection of these species, the Convention on Migratory Species (CMS), or Bonn Convention, establishes international guidelines and organizes species into appendices according to their threat level. Despite these efforts, the 2024 State of the World's Migratory Species report indicates a worrying deterioration, with one in five migratory species threatened with extinction. Brazil, which hosted COP15 in Campo Grande in March 2026, has advanced its environmental diplomacy by leading the inclusion of South American species in protection mechanisms and by integrating CMS actions with the preservation of wetlands under the Ramsar Convention. The continued success of these measures depends on the mobilization of resources and the active participation of society and indigenous*

and traditional communities in monitoring routes and environmental surveillance, as well as the integration of various national, regional, and international government sectors.

Resumen. *La migración animal es uno de los fenómenos más espectaculares de la naturaleza, moviendo a miles de individuos alrededor del planeta en busca de hábitats favorables para la reproducción y la alimentación. Esta sofisticada estrategia exige sincronía entre el clima y la conservación de los corredores ecológicos, pero enfrenta graves amenazas derivadas de la presión antrópica, como la pérdida de hábitats, la polución y el cambio climático. En este escenario, la salud de las poblaciones silvestres se revela intrínsecamente ligada a la salud humana y de los ecosistemas, reforzando la necesidad de la conservación de las especies y hábitats y de las premisas instituidas por el concepto de Una Sola Salud para anticipar riesgos y emergencias zoonóticas.*

Para coordinar la protección de estas especies, la Convención sobre las Especies Migratorias (CMS), o Convención de Bonn, establece directrices internacionales y organiza las especies en apéndices según su nivel de amenaza. A pesar de estos esfuerzos, el Informe sobre el Estado Mundial de las Especies Migratorias de 2024 indica un deterioro preocupante, con una de cada cinco especies migratorias amenazada de extinción. Brasil, que fue sede de la COP15 en Campo Grande en marzo de 2026, ha avanzado en su diplomacia ambiental al liderar la inclusión de especies sudamericanas en los mecanismos de protección y al integrar las acciones de la CMS con la preservación de humedales de la Convención de Ramsar. El éxito continuo de estas medidas depende de la movilización de recursos y de la participación activa de la sociedad y de las comunidades indígenas y tradicionales en el monitoreo de las rutas y en la fiscalización ambiental, así como de la integración de los diversos sectores de gobiernos nacionales, regionales e internacionales.

Migrações e espécies

A migração de animais é um dos fenômenos mais espetaculares da natureza. Comportamento em massa de muitas espécies terrestres e aquáticas, por longas distâncias, em períodos sazonais, em idas e vindas que se repetem e move centenas e milhares de indivíduos ao redor do Planeta. Em busca de habitats favoráveis para reprodução, descanso e alimentação, escapam de fatores climáticos desfavoráveis e da escassez de alimento encontrando ao longo das rotas migratórias recursos abundantes que temporariamente também respondem a fatores ambientais favoráveis (Begon et al. 2007).

Por mecanismos variados e intrigantes como a orientação por estrelas e magnetismo terrestre (Packmor et al., 2024), aves, tartarugas, tubarões, baleias, elefantes, morcegos, borboletas, milhares de espécies buscam destinos e paradas com condições favoráveis à redução da predação e competição por abrigo, alimento, água, encontro com novos parceiros, condições favoráveis ao acasalamento e a nidificação, aumento da taxa de sobrevivência de filhotes e jovens, entre outros benefícios.

Estratégia de vida sofisticada, evolutivamente moldada, requer alto nível de previsibilidade e sincronicidade entre as condições de conservação da biodiversidade e clima nos corredores migratórios e nos locais de paradas. Ao se lançar em viagens de longa distância, indivíduos são acionados por diversos fatores que informam os melhores momentos de partir com relativa garantia de encontrar os recursos pelo qual se moveu e não para uma viagem suicida. Obviamente, nem todos completam seus percursos, muitos se desviam das rotas, se

perdem, morrem no caminho debilitados por doenças pré-existentes, outros tem seu percurso interrompido por tempestades, correntes atípicas, alguns chegam atrasados e já não encontram os recursos esperados, outros chegam debilitados, nem todos partem de volta ao mesmo tempo. A dinâmica natural das migrações impõe riscos, mas garante a sobrevivência da maioria e a manutenção do ciclo.

> *"Espécies migratórias" inclui toda a população ou qualquer parte geograficamente separada da população de qualquer espécie ou táxon inferior de animais silvestres, cuja proporção significativa de membros cruza ciclicamente e previsivelmente uma ou mais fronteiras jurisdicionais nacionais.*
> *https://www.cms.int/convention-text*

Há, entretanto, na programação destas viagens, forjadas ao longo de milhares de anos, fatores imprevisíveis que ameaçam as espécies. Ao contrário dos grandes fenômenos naturais esporádicos, as pressões antrópicas impactam de forma cada vez mais intensa, extensa e rápida a sobrevivência dos indivíduos, espécies, de toda a biodiversidade, impossibilitando alternativas imediatas, que muitas vezes inexistem. Dependentes da qualidade dos habitats, a sobrevivência das espécies estará em risco se um dos locais de parada for atingido pela devastação da vegetação; aterramentos de manguezais e áreas alagadas; a faixa de areia de praias for ocupada e iluminada; expansão de empreendimentos imobiliários e industriais na terra e nas profundezas do mar, portos, campos agrícolas, pastos, urbanização e ocupações diversas. Estes e outros impactos nem sempre óbvios, além da supressão de elementos básicos de sobrevivência, colocarão os indivíduos em contato com espécies domésticas e humanos, com lixo e dejetos de toda natureza, e muitas vezes sob perseguição, caça e comércio ilegal.

Considerando a ubiquidade da migração entre vertebrados e invertebrados e que o comportamento responde a condições ambientais normalmente previsíveis para as espécies, o que implica rotas nacionais, regionais, intra e intercontinentais, os esforços para a conservação das espécies migratórias demandam, de forma obrigatória, ações, regras e fundamentos legais, consensuados entre os países que as recebem para que as medidas de conservação sejam coordenadas internacionalmente.

Espécies migratórias e saúde

A saúde das populações silvestres na natureza está intrinsicamente ligada a saúde humana, dos animais, das plantas, dos ecossistemas e ao nosso comportamento, padrão de consumo e produção, cultura e vulnerabilidades (Goulet et al. 2024). A circulação e transmissão de agentes patogênicos entre as espécies ficou facilmente exemplificada após a COVID-19 e traz incertezas sobre quais fatores favorecem novas emergências e de onde surgirão.

Apesar da presença de parasitos estar tradicionalmente associada a efeitos deletérios à saúde, o monitoramento destas espécies traz informações relevantes sobre a saúde dos ecossistemas onde ocorrem e por onde passam. A presença de parasitos explicita sua posição na cadeia trófica e os enlaces com as espécies que compartilham seu ciclo de vida complexo

(Lafferty et al. 2008). Assim, por si só, trazem informações da qualidade dos habitats e das condições do ecossistema que permitem ou não sua ocorrência.

Fundamental, neste contexto, considerar o papel significativo das espécies parasitas na evolução de seus hospedeiros e vetores e diferenciar doença parasitária de parasitismo (Hasik, et al., 2025). Parasitos, incluindo os vírus, são a forma mais comum de vida no Planeta, representam biomassa importante, refletem processos co-evolutivos e a história das migrações, inclusive as humanas, ao longo dos tempos (Castanha et al. 2026). Algumas espécies são bioacumuladoras de metais e substâpncias tóxicas, promovem o amadurecimento imunológico de seus hospedeiros e, sem dúvida, regulam populações e forjam geneticamente as espécies envolvidas nos seus ciclos (Pianka, 2011).

Situações que provocam alta mortalidade populacional refletem adensamento populacional anormal, dispersão e espalhamento geográfico, contatos acidentais e recentes com novas espécies e alterações significativas e estruturais no ecossistema e nos arranjos das comunidades biológicas, com comprometimento comportamental, acirramento da competição e predação, alterações nos ciclos de transmissão de agentes infecciosos, com possíveis rompimento das barreiras biológicas e emergência zoonóticas (Verma et al., 2025). O encontro de H5N1 clado 2.3.4.4b sequenciado recentemente em carcaças de oito espécies de aves e mamíferos marinhos coletadas na Antártica pela equipe do FioAntar da Fiocruz (Ogrzewalska et al., 2026), exemplifica claramente esta importância. Os genomas virais encontrados apontaram a introdução do vírus na região por eventos distintos, originados de espécies e de localidades distintas, mostrando a plasticidade genética do vírus, a extensa conectividade da transmissão viral entre espécies que se desloca em saltos (“step stone”) pela Patagônia, a Península Antártica e Ilhas da Geórgia do Sul. A consequência do avanço do vírus sobre a América do Sul com impacto massivo nos animais patagônicos foi dramática e somente a vigilância continuada apontará aquelas que virão no futuro.

Menos observadas que as espécies de grande porte ou as que fazem migrações transoceânicas, as espécies pequenas ou as que fazem migrações internas nos biomas, desempenham muitas vezes papel pouco conhecido na manutenção dos ciclos enzoóticos de agentes infecciosos ou são foco de monitoramento. Entretanto, elas são numerosas, passam desapercebidas e raramente incluídas na vigilância em saúde (BOX 1).



Pyrocephalus rubinus – Príncipe
Registro SISS-Geo/Fiocruz: 60226
Local: Corumbá/MS em 09/07/2025
Colaboradora: Jessica Andrade

BOX 1. *Pyrocephalus rubinus* – Príncipe

A espécie é em grande parte residente, vivendo o ano todo e migrando por 4.000km em partes do sul dos EUA (Califórnia, Delta do Mississipi) e Golfo do México quando ruma para o Brasil amazônico, sudeste da Colômbia e sudeste do Equador, onde as populações reprodutivas sulistas sobem para o norte durante o inverno austral. No Brasil, a espécie reproduz principalmente no sul do país e em países vizinhos (Uruguai e sul da Argentina) e, após o ciclo reprodutivo, retorna para o norte, chegando até a Amazônia. Populações importantes invernam no Pantanal e no interior do Sudeste, com registros concentrados entre abril e outubro. Não há confirmação de reprodução no Sudeste, mesmo em áreas do sul de São Paulo, onde a espécie aparece apenas como migrante ou invernante, tampouco de sua importância na transmissão de agentes infecciosos (Ellison et al. 2021).

Como é possível constatar, as espécies migratórias e as condições de seus habitats trazem revelações e benefícios fundamentais para ações preventivas para a saúde, que incluem a antecipação, a identificação oportuna de novos patógenos e a avaliação de risco e vulnerabilidade das espécies, populações e ecossistemas.

A Convenção das Espécies Migratórias

Tão amplo os desafios de preservar estas espécies e seus sítios e tão clara a importância de sua conservação que esforços internacionais conjuntos se fazem necessários.

Com esse propósito, as Nações Unidas constituíram a Convenção sobre Espécies Migratórias (Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals – CMS)[1]. Também conhecida como a Convenção de Bonn, assinada em 1979 na Alemanha e em vigor em 1983, sob a tutela do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A Convenção tem como objetivo proteger as espécies migratórias e seus habitats, promovendo a conservação em toda a sua área de distribuição, com o compromisso dos países signatários de garantir a sobrevivências destas espécies e a proteção das áreas de pouso, descanso e alimentação.

Em seu Artigo 1º. a Convenção orienta sobre os fatores favoráveis e desfavoráveis a serem considerados para a avaliação continuada do status das espécies e providencias. Para organização e entendimento das ações compartilhadas a CMS organiza as espécies em duas listas atualizadas a cada 3 anos na reunião dos países parte. O Apêndice I inclui a lista de espécies em perigo de extinção, cujo habitats devem ser restaurados e a captura proibida e, o Apêndice 2, lista as espécies com condições desfavoráveis, que necessitam de fortalecimento de ações internacionais para sua proteção. Sob condições acordadas, o uso de espécies constantes do Apêndice 1 podem ser usadas para subsistência por comunidades tradicionais e pesquisa científica.

A CMS orienta sobre a formulação de acordos internacionais, funcionando como uma convenção-quadro, e orienta sobre a criação de ferramentas e acordos regionais vinculados juridicamente (como os que conservam albatrozes e petréis[2]) e memorandos de entendimento mais flexíveis (para algumas espécies como os tubarões). Os países e os acordos firmados devem incentivar a pesquisa e a coleta de dados sobre as populações e seus habitats, promover a conscientização sobre a importancia destas espécies para os ecossistemas, além do monitoramento do progresso regidos pelas metas e acordos estabelecidos.

[1] https://www.cms.int/legalinstrument/cms

[2] Acordo para a Conservação de Albatrozes e Petréis - https://acap.aq/

Até março de 2026, 132 países e a União Europeia assinaram e ratificaram a CMS. O Brasil ratificou a Convenção somente em 2013[3], com vigência em 2015 e promulgação em 2017[4]. Inicialmente, em 2015, o Ministério do Meio Ambiente publicou a primeira lista brasileira com duas espécies de cetáceos (Toninha, *Pontoporia blainvillei* e a baleia-franca-austral, *Eubalaena australis),* diversos maçaricos e petréis e as cinco espécies de tartarugas que ocorrem no Brasil. Todas já faziam parte das espécies listas no Apêndice 1 da CMS. Em 2018 a lista brasileira incluiu 647 espécies migratórias com necessidade de atenção[5]. A partir daí o Brasil atualiza suas listas para apresentação ao secretariado antes das Conferências das Partes da CMS (Portaria MMA nº 1.314, de 10.02.2025).

Embora os acordos firmados e a inclusão das espécies nos apêndices sejam medidas cruciais para o enfrentamento e a conservação dessas espécies, dados de 2024[6] do primeiro relatório sobre o estado mundial de 1.189 espécies migratórias (State of the World´s Migratory Species UNEP-WCMC, 2024) apontaram a deterioração do status das espécies no mundo. Uma a cada 5 espécies analisadas encontram-se ameaçadas de extinção e 44% delas em declínio populacional, com aumento de 5% de declínio entre 49% das populações nos últimos 2 anos. Entre 1988 e 2020, 70 espécies listadas pela CMS mostravam deterioração contra apenas 14 em estado de melhora, além de 399 espécies globalmente ameaçadas que não estavam listadas. Nos locais monitorados 58% sofriam com níveis importantes de pressão antrópica e 7 em cada 10 espécies no Apêndice I estavam afetadas pela sobre-explotação; 90% das espécies de peixes em declínio populacional desde 1970 e 97% de peixes migratórios em extinção, o que representa além da perda inadmissível da biodiversidade, impacto sobre a segurança alimentar das populações humanas das zonas costeiras, e da economia de muitos países (UNEP-WCMC,2024).

A lista das espécies do Apêndice 1 apresentada incluiu 188 espécies das quais 28 mamíferos terrestres e 23 aquáticos, 103 aves 8 répteis e 26 peixes e outras análises incluíram mais de 3000 espécies migratórias (UNEP-WCMC,2024).

Tanto nos termos de criação da CMS, quanto em diversos estudos (Chapman et al., 2014; Somenzari et la., 2022), as principais ameaças à sobrevivência das espécies migratórias são antrópicas, com impactos diretos e indiretos sobre a mobilidade, mortalidade e natalidade (Tabela 1). Combinados entre si, a redução e mitigação destes impactos exigem esforço substancial de cooperação internacional regional e mundial, integração de ações com a sociedade, diversos órgãos no âmbito nacional, regional e internacional e, sobretudo, vontade política.

Tabela 1. Ameaças, causas e medidas protetivas sugeridas para as espécies migratórias

Ameaças	Causas	Medidas protetivas
Perda de conectividade ecológica (degradação, fragmentação e isolamento de habitats)	Agricultura, pecuária, incêndios, desmatamento, urbanização, assoreamento de áreas alagadas, perda de cordões arenosos litorâneos, manguezais e estuários.	Identificação de espécies e sítios de parada, reprodução, descanso e alimentação das espécies para criação de Corredores Ecológicos e Unidades de Conservação em pontos críticos; implementação de restauração

[3] https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-387-15-outubro-2013-777255-convencao-141455-pl.html

[4] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9080.htm

[5] https://www.gov.br/mma/pt-br/media/arquivo-portaria-especies-migratorias/anexo_portaria_especies_migratorias_2a_edicao2020.pdf

[6] https://www.cms.int/news/new-report-decline-populations-migratory-species-animals-covered-un-treaty-worsens

		ambiental em áreas desconectadas; integração de ações de conservação e monitoramento de espécies com planos socioeconômicos de desenvolvimento territorial nacionais e locais; promoção de ações de proteção e atividades não predatórias com as comunidades e governos locais e monitoramento de impactos por satélite.
Sobre-exploração	Caça e pesca autorizada ou não autorizada de indivíduos e de espécies base da dieta e da teia alimentar	Ordenamento pesqueiro considerando impacto da pesca industrial sobre a dinâmica de populações das espécies migratórias, espécies acessórias e da base da teia alimentar; ordenação de construção de portos, dutos, canais de navegação, trapiches, hidrovias e trânsito marítimo, considerando áreas de relevância para as espécies; ações de educação com comunidades pesqueiras e ribeirinhas com alternativas econômicas ao defeso e outras medidas. Colaboração de órgãos e governos para fiscalização integrada em pontos críticos. Desenvolvimento de novas técnicas para seleção adequada do pescado com limitação de captura de fauna associada e de tamanho não adequado e monitoramento de áreas de exclusão de pesca.
Poluição	Pesticidas, plásticos e microplásticos, metais pesados, toxinas por eutrofização, fertilizantes, antibióticos, dejetos domésticos e industriais	Avaliação e monitoramento de impacto sobre as espécies e cadeia trófica para subsídio e fortalecimento do arcabouço legal de proteção das espécies quando ao uso de substâncias tóxicas, carcinogênicas, resistentes e persistentes e capacidade de fiscalização para mitigação e minimização dos impactos. Apoio ao desenvolvimento de novas técnicas e produtos menos ou não poluidores
Poluição sonora (perda de orientação, comprometimento na comunicação, identificação de predadores e alimento, chamado de acasalamento...)	Plantas eólicas, urbanização, trânsito marítimo e fluvial, perfurações oceânicas, testes sísmicos para exploração de petróleo, mineração	Desenvolver e adotar boas práticas e tecnologias disponíveis para redução de ruídos marinhos (UNEP/ASCOBANS, 2020; Moretti & Affatati 2023) em exploração petrolífera, instalações de óleo e gás, sonares civis e militares, sondas, transmissão acústica, rotas de navios, em especial, nos sítios RAMSAR, das espécies migratórias e Unidades de Conservação Marinha
Poluição luminosa	Luzes subaquáticas, iluminação urbana	Desenvolver técnicas e sistemas de iluminação de baixa intensidade e reflexo e adotá-los nas áreas costeiras urbanas que interligam corredores de migração (DCCEEW 2023)
Obstáculos físicos	Estradas, ferrovias, cercas, muros, barragens e represas,	Identificar e monitorar rotas migratórias cortadas por barreiras físicas e

	canalização de rios, hidrovias, usinas eólicas, vastas plantações e pastos, grandes plantas industriais	implementar passagens de fauna, desvio de rotas, corredores de conexão ecológica para indução de passagem.
Mudanças climáticas	Alteração na sazonalidade e previsibilidade de recursos disponíveis nas rotas de migração, secas, enchentes,	Buscar a redução necessária de gases de efeito estufa, desmatamento, incêndios e demais ações que contribuem com as alterações climáticas, implementar os planos de contingência, com equipes capacitadas e estrutura de salvamento em caso de emergências climáticas e desastres ambientais de larga escala.
Morte e transmissão de patógenos	Adensamento populacional em pequenos fragmentos promovem transmissão de patógenos, em especial de transmissão indivíduo a indivíduo (H5N1), contato inesperados com predadores e coabitação com outras espécies (spillover)	Ampliar a proteção sobre os sítios de migração implementando maiores áreas; corredores que garantam afastamento das rotas migratórias das zonas de produção intensiva de animais para consumo; medidas de redução de acesso das espécies às exóticas invasoras e domésticas, lixo e despejos; implementar monitoramento da saúde dos animais; ampliar o uso de ferramentas tecnológicas participativas de vigilância de animais mortos e doentes para geração de alertas precoces e ação oportuna

Considerando a importância que as áreas úmidas (*wetlands)* exercem sobre as espécies migratórias e da sua importância ecológica como refúgio de biodiversidade e endemismos; berçário de espécies de peixes, crustáceos e moluscos; zonas de resistência e resiliência de impactos de eventos climáticos severos, como inundações e secas; regulação hídrica; sequestro de carbono; estabilidade da costa e cordões arenosos; decomposição e biorremediação de poluentes; além do valor econômico para o sustento humano e cultural para diversas sociedades[7] (IPBES, 2029), é fundamental agregar e integrar nas ações propostas pela CMS as já desenvolvidas pela Convenção Ramsar (Convenção sobre as Áreas Úmidas de Importância Internacional)[8].

O Brasil aderiu à Convenção Ramsar em 1996[9] que além da proteção de sítios e espécies busca ampliar o uso racional dos seus recursos e bem-estar das populações humanas que nela vivem. Estes sítios incluem pântanos e pantanais, brejos e banhados, várzeas e veredas, manguezais, recifes de corais, complexos lagunares, arquipélagos, e ambientes aquáticos artificias, como as represas. Estas áreas apresentam alto valor em serviços ecossistêmicos (IPBES,2019), representam cerca de 6% da superfície terrestre e concentram algo em torno de 40% da biodiversidade do Planeta. No Brasil as áreas úmidas ocupam 20% do território nacional[10] e 27 delas são constituídas como sítios Ramsar. Dentre elas estão o Parque Nacional do Pantanal, Atol das Rocas, Anavilhanas, Parque Nacional da Lagoa do Peixe, Estuário do Amazonas e

[7] https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/areas-umidas

[8] https://www.unesco.org/en/biodiversity/wetlands

[9] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1905.htm

[10] https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/zonas-umidas-e-biodiversidade-e-o-tema-do-dia-mundial-de-zonas

Manguezais, Reserva Particular do Patrimônio Natural do SESC do Pantanal, e a APA das Reentrâncias Maranhense, o Rio Negro, maior sítio Ramsar do mundo, entre outros. Apesar da maior parte dos sítios Ramsar brasileiros já estarem em Unidades de Conservação e a maior parte de proteção federal, o que na verdade deixa de incluir novas áreas no sistema de proteção, ao indicar um sítio Ramsar, o país assume o compromisso de manter suas características ecológicas.

O Brasil na COP 15

De 23 a 29 de março de 2026, o Brasil sediou a COP15 da CMS em Campo Grande no Mato Grosso do Sul. Durante as negociações o Relatório de 2024 se consolidou como referência para subsídio a ações concretas e busca de investimentos por parte dos governos e agencias internacionais. Além disso, progressos obtidos no período encorajam o uso de novas tecnologias com a identificação de 9.372 áreas-chaves para as espécies listadas pela Convenção e a recuperação de algumas espécies a partir de ações internacionais coordenadas. Estudos sobre o impacto da mineração em águas profundas alertou sobre a alteração da navegação, alimentação e contaminação de partículas de metais na cadeia alimentar, impactando peixes ósseos, tubarões e raias, aves e répteis marinhos. A Iniciativa Global sobre a Captura de Espécies Migratórias (GTI) lançada na Convenção busca ajudar os governos, especialistas e engajar as comunidades locais na proteção das espécies e no uso legal, sustentável e seguro nos territórios e abre caminhos importantes para ações educativas e inclusivas

Com a presença de ministros de Estado, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, apresentou os avanços na redução de desmatamento, das queimadas no Pantanal, o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre na COP 30, além da assinatura de ratificação do Tratado do Mar e a criação do Parque Nacional Marinho do Albardão, no Rio Grande do Sul; a ampliação do Parque Nacional do Pantanal em 47 mil hectares, da Estação Ecológica de Taiamã, em 57 mil hectares e a promessa de criação de outras áreas de proteção.

O Brasil liderou a inclusão de espécies de águas continentais e biomas terrestres sul-americanos, antes sub-representadas, e incluiu no Apêndice I (proteção integral) o maçarico-de-bico-torto (*Numenius hudsonicus*) e o maçarico-de-perna-amarela (*Limosa haemastica*). No Apêndice II (gestão internacional) o Surubim-pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), o cação-cola-fina (*Mustelus schmitti*) e o caboclinho-do-pantanal (*Sporophila iberaensis*). Nos dois apêndices, incluiu ainda grupos de petréis e grazinas (*Pterodroma* e *Pseudobulweria*). A Aprovação do Plano de Ação para grandes bagres (dourada e a piramutaba) permitirá avanços na conectividade dos rios amazônicos entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela; a renovação da Ação Concertada entre Brasil, Argentina e Uruguai para o monitoramento da Toninha Franciscana permitirá a redução da mortalidade acidental deste boto; o Plano de Ação da Onça Pintada permitirá a proteção de corredores biológicos entre Brasil, Argentina e Paraguai, além da Aprovação do Plano de Ação de cinco anos (2026-2031) para a conservação da espécie Boto de Lahille.

Desta forma, de recebedor de uma lista pronta de espécies e habitats a proteger, o Brasil passou a participar da diplomacia ambiental com a inclusão de novas espécies de interesse nacional e proposições de ações cooperativas de proteção de habitats na Amazônia e Pantanal.

Os países aprovaram em Campo Grande, por consenso, a proteção de mais 40 espécies e 15 ações concertadas[11]. Destaques precisam ser dados aos temas transversais como medidas para mitigar impactos da infraestrutura das redes de energias e barreiras físicas sobre as rotas migratórias e a nova resolução para reduzir a captura incidental de espécies marinhas nas atividades pesqueiras. Todas as medidas adotadas representam apoio relevantes à implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. Entretanto, como é comum a todas as Conferências das Partes a mobilização por recursos para o Sul Global foi pautada com peça fundamental para a implementação das ações mitigadoras e restauradoras das populações das espécies migratórias e dos habitats ameaçados**.**

Oportunidades, avanços e desafios

Dentre os temas transversais relevantes discutido em eventos paralelos, a COP 15 consolidou a necessidade e a oportunidade da integração das premissas da Saúde Única como estratégia fundamental para a conservação das espécies e a proteção da saúde humana, animal e ecossistêmica.

As questões e desafios para a saúde, a conservação das espécies e a economia, pautados pelos processos em curso das alterações climáticas e uso da terra e reviravoltas políticas, só terão chance de mitigação, controle e prevenção, se ações integradas e coordenadas entre técnicos e profissionais de diferentes áreas de conhecimento, setores e órgãos traçarem, executaram e continuamente avaliarem a eficácia e eficiência de estratégias e ações traçadas em conjunto. Para isso, há que se constituir ambiente político e gerencial de confiança, garantido por recursos continuados, pautados pela ciência de excelência, forte estrutura e capacidade laboratorial e de processamento de dados, a serem compartilhados em ambientes seguros, com respeito às responsabilidades e competências exclusivas de seus atores, gestores e tomadores de decisão.

A adesão do Brasil ao Plano de Ação e a Aliança Quadripartite para a Saúde Única[12] é a semente para esta construção a ser edificada pelo Comitê Técnico Interinstitucional de Uma Só Saúde, coordenado pelo Ministério da Saúde, com a participação de diversos ministérios e entidades que pela primeira vez se sentam juntos para construir uma estratégia para o País (Decreto nº 12.007, de 25 de abril de 2024[13]).

Como ressaltado nas discussões e acordos, não há construção com resultados sustentáveis sem ações conjuntas de comunicação e educação entre países vizinhos e sem a participação das comunidades locais e o reconhecimento do conhecimento tradicional das comunidades tradicionais e povos indígenas. A parceria com comunidades indígenas, ribeirinhas e pescadores para a proteção das espécies migratórias tem resultados importantes no rio Negro, AM (Turner et al., 2024) e foi defendida pelo governo brasileiro como essencial para monitorar as rotas migratórias e para o sucesso das ações de fiscalização e prevenção de doenças.

Referências

[11] https://www.cms.int/cop15docs

[12] https://www.who.int/teams/one-health-initiative/quadripartite-secretariat-for-one-health/one-health-joint-plan-of-action

[13] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12007.htm

1. Begon, M.; Townsend, C. R.; Harper, J. L. Ecologia: De indivíduos a ecossistemas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 752p
2. Castanha, P.M.S., Martí, M.M.; Marques, E.T.A., Martinson, J.J., Barratt-Boyes, S.M. Host genetic ancestry and immunity to pathogens, Trends in Microbiology, 2026, https://doi.org/10.1016/j.tim.2026.02.007.
3. Chapman, B.; Hulthén, K.; Wellenreuther, M. Hansson, L.; Nilsson, J ; Brönmark, C. Patterns of animal migration. In Animal Movement Across Scales (pp.11-35), 2014.
4. DCCEEW 2023. National Light Pollution Guidelines for Wildlife, Department of Climate Change, Energy, the Environment and Water, Canberra, May. CC BY 4.0. Disponível em: https://www.dcceew.gov.au/environment/biodiversity/publications/national-light-pollution-guidelines-wildlife
5. Ellison, K. S., B. O. Wolf, and S. L. Jones (2021). Vermilion Flycatcher (Pyrocephalus rubinus), version 1.1. In Birds of the World (A. F. Poole, Editor). Cornell Lab of Ornithology, Ithaca, NY, USA. https://doi.org/10.2173/bow.verfly.01.1
6. Goulet, C.; de Garine-Wichatitsky, M.; Chardonnet, P.; de Klerk, L.M; Kock, R.; Muset S.; Suu-Ire, R.; Caron, A. An operational framework for wildlife health in the One Health approach, One Health, Volume 19, 2024. //doi.org/10.1016/j.onehlt.2024.100922.
7. Hasik, A.Z., Ilvonen, J.J., Gobbin, T.P. et al. Parasitism as a driver of host diversification. Nat. Rev. Biodivers. 1, 401–410 (2025). https://doi.org/10.1038/s44358-025-00045-w
8. IPBES (2019): Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. IPBES secretariat, Bonn, Germany. 56 pages
9. Lafferty K.D., Allesina S., Arim M., Briggs C.J., De Leo G., Dobson A.P., Dunne J.A., Johnson P.T., Kuris A.M., Marcogliese D.J., Martinez N.D., Memmott J., Marquet P.A., McLaughlin J.P., Mordecai E.A., Pascual M., Poulin R., Thieltges D.W. Parasites in food webs: the ultimate missing links. Ecol Lett. 2008 Jun;11(6):533-46. doi: 10.1111/j.1461-0248.2008.01174.x.
10. Moretti, P.F., Affatati A. Understanding the Impact of Underwater Noise to Preserve Marine Ecosystems and Manage Anthropogenic Activities. *Sustainability*. 2023; 15(13):10178. https://doi.org/10.3390/su151310178
11. Ogrzewalska, M., Vanstreels, R.E.T., Pereira, E.C. *et al.* Genomic analysis of high pathogenicity avian influenza viruses from Antarctica reveals multiple introductions from South America. *Nat Commun* (2026). https://doi.org/10.1038/s41467-026-71544-3
12. Packmor F, Kishkinev D, Zechmeister T, Mouritsen H, Holland RA. Migratory birds can extract positional information from magnetic inclination and magnetic declination alone. *Proc Biol Sci*. 2024;291(2034): rspb20241363. doi:10.1098/rspb.2024.1363
13. Pianka, E.R. Evolutionary Ecology 7th Ed-eBook 2011 (available from Google)
14. Somenzari, M; Luchetti, N; Amaral, P. Capítulo 2 Atualização da lista de aves migratórias do Brasil. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/391452652_Capitulo_2_Atualizacao_da_lista_de_aves_migratorias_do_Brasil/citation/download
15. Turner J., Sarah S., Williams J., Montagna M. and Nobbe C. Community participation and livelihoods in the conservation management of migratory species. 2024. Disponível em CMS website https://www.cms.int/publication/community-participation-and-livelihoods.
16. UNEP/ASCOBANS/Res.8.11(Rev.MOP9) Annex. CMS Family Guidelines on Environmental Impact Assessment for Marine Noise-generating Activities. 9th Meeting of the Parties. Online, 7 - 11 September 2020. Disponível em https://www.vliz.be/imisdocs/publications/ocrd/357263.pdf
17. UNEP-WCMC, 2024. State of the World's Migratory Species. UNEP-WCMC, Cambridge, United Kingdom.
18. Verma, M., Maan, H.S., Konatam S., et al. Geographical and Ecological Drivers of Zoonotic Viral Spillover: A Review of Emerging and Re-emerging Outbreaks. *Cureus*. 2025;17(12):e99820. Published 2025 Dec 22. doi:10.7759/cureus.99820

Proposta de Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Trabalho Decente na Economia de Plataformas

Propuesta de Convenio de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) sobre el trabajo decente en la economía de plataformas

Proposed International Labour Organization (ILO) Convention on Decent Work in the Platform Economy

Frederico Peres e Letícia Pessoa Masson[14]

Resumo. Entre os temas que estarão na agenda da 114ª Sessão Conferência Internacional do Trabalho da OIT, a realizar-se de 1 a 12 de junho próximo, está a proposta de uma Convenção sobre o Trabalho Decente na Economia de Plataformas, que busca apresentar propostas para reduzir impactos e mitigar danos relacionados ao trabalho mediado por plataformas tecnológicas/digitais, que se configura como um dos grandes determinantes da precarização do trabalho, globalmente, na atualidade. A proposta de Convenção parte do reconhecimento das deficiências existentes em relação ao trabalho na economia de plataformas (e a limitada possibilidade de se constituir como saudável, sustentável, seguro e equitativo), assim como dos desafios para a garantia de direitos e proteção dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito aos arranjos de trabalho e ao papel central da tecnologia (como os algoritmos) nas operações das plataformas digitais de trabalho. E propõe normas gerais e específicas para o trabalho mediado por plataformas digitais, a fim de permitir que trabalhadoras e trabalhadores desfrutem amplamente de seus direitos no contexto da economia de plataformas. No cenário atual, onde evidências registradas no país e internacionalmente mostram que a plataformização está fortemente associada a consequências adversas para a saúde de trabalhadoras e trabalhadores, coloca-se a necessidade de que as recomendações incorporadas à Convenção sejam, de fato, garantidas e se traduzam em melhores e mais dignas condições de trabalho para o crescente contingente de trabalhadores que, diariamente e ao redor do planeta, utilizam plataformas digitais para o desenvolvimento de suas atividades de trabalho.

Palavras-chave: Plataformização; Saúde do Trabalhador; Plataformas Digitais; Transformações do Trabalho; Precarização do Trabalho.

Resumen. *Entre los temas de la agenda de la 114ª Sesión de la Conferencia Internacional del Trabajo de la OIT, que se celebrará del 1 al 12 de junio, se encuentra la propuesta de una Convención sobre el Trabajo Decente en la Economía de Plataformas. La Convención busca presentar propuestas para reducir los impactos y mitigar los daños relacionados con el trabajo mediado por plataformas tecnológicas/digitales, que actualmente constituye uno de los principales determinantes de la precarización del trabajo a nivel mundial. La propuesta de Convención parte del reconocimiento de las deficiencias existentes en relación con el trabajo en*

[14] Pesquisadora do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

la economía de plataformas (y la limitada posibilidad de que este sea saludable, sostenible, seguro y equitativo), así como de los desafíos para garantizar los derechos y la protección de los trabajadores, especialmente en lo que respecta a las modalidades de trabajo y el papel central de la tecnología (como los algoritmos) en el funcionamiento de las plataformas de trabajo digitales. Propone normas generales y específicas para el trabajo mediado por plataformas digitales, a fin de permitir que los trabajadores disfruten plenamente de sus derechos en el contexto de la economía de plataformas. En el escenario actual, donde la evidencia registrada a nivel nacional e internacional demuestra que la plataformización está fuertemente asociada con consecuencias adversas para la salud de los trabajadores, es necesario garantizar, de manera efectiva, las recomendaciones incorporadas en la Convención y traducirlas en mejores y más dignas condiciones de trabajo para el creciente número de trabajadores que, diariamente y en todo el mundo, utilizan plataformas digitales para realizar sus actividades laborales.

Palabras clave: *Plataformización; Salud del Trabajador; Plataformas Digitales; Transformaciones del Trabajo; Precarización del Trabajo.*

Abstract*. The agenda of the 114th Session of the ILO International Labour Conference, scheduled from June 1 to 12, includes a proposal for a Convention on Decent Work in the Platform Economy. This Convention aims to propose measures to diminish the impacts and alleviate harm associated with labor facilitated by technology and digital platforms, which is presently a significant factor contributing to worldwide precarious employment. The proposed Convention acknowledges the current shortcomings in the platform economy concerning the health, sustainability, safety, and equity of work, alongside the challenges in ensuring workers' rights and protections, particularly in relation to work arrangements and the pivotal role of technology, such as algorithms, in the functioning of digital work platforms. It offers both general and specific criteria for employment facilitated by digital platforms, enabling workers to fully exercise their rights within the platform economy. Given the prevailing circumstances, wherein national and international evidence indicates that platformization is significantly linked to detrimental effects on worker's health, it is imperative that the recommendations embedded in the Convention are assured and result in improved and more dignified working conditions for the increasing population of workers who, on a daily basis, utilize digital platforms for their occupational activities, globally.*

Keywords: *Platformization; Occupational Health; Digital Platforms; Labor Transformations; Precarious Employment.*

Introdução

Entre os dias 1º e 12 de junho de 2026, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realiza, em Genebra, a 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. A Conferência é a instância deliberativa máxima da OIT, reunindo anualmente, delegações tripartites (representações de governo, empregadores e trabalhadores) dos 187 Estados-Membros da Organização, além de diversos observadores, com o objetivo de analisar temas relacionados ao mundo do trabalho.

Entre os temas que serão apreciados durante esta 114ª Sessão, está a proposta de uma Convenção sobre trabalho decente na economia de plataformas, que busca apresentar propostas para reduzir impactos e mitigar danos relacionados ao trabalho mediado por plataformas tecnológicas, que se configura como um dos grandes determinantes da precarização do trabalho, globalmente.

A proposta de Convenção, a ser apreciada e votada durante a Conferência, parte da consideração de um conjunto de aspectos, nomeados pela OIT no documento orientador da proposta[15] a seguir traduzidos na íntegra, do inglês:

- Reconhece que a natureza e o crescimento da economia de plataformas, incluindo a expansão das plataformas digitais de trabalho, está transformando significativamente a forma como o trabalho é organizado e realizado;
- Observa que a economia de plataformas contribuiu para a eficiência econômica e criou oportunidades para empresas e desenvolvimento de negócios;
- Reconhece que a economia de plataformas gerou oportunidades de emprego e renda, inclusive para pessoas que enfrentam barreiras de acesso ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo que proporciona aos trabalhadores maior flexibilidade;
- Reconhece as deficiências existentes em relação ao trabalho decente e os desafios para os direitos e a proteção dos trabalhadores na economia de plataformas, relacionados principalmente aos arranjos de trabalho e ao papel central da tecnologia nas operações das plataformas digitais de trabalho;
- Reconhece, em particular, as implicações significativas do uso de sistemas automatizados baseados em algoritmos ou em métodos similares para as condições de trabalho dos trabalhadores de plataformas digitais ou seu acesso ao trabalho;
- Observa que, quando as plataformas digitais de trabalho operam além-fronteiras, clientes, trabalhadores e plataformas podem estar localizados em países diferentes;
- Lembra que as Convenções e Recomendações internacionais sobre o trabalho se aplicam a todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores de plataformas digitais, salvo disposição em contrário;
- E destaca que as especificidades do trabalho por meio de plataformas digitais de trabalho tornam desejável o complemento de normas gerais por normas específicas, para trabalhadores de plataformas digitais, a fim de permitir que eles desfrutem plenamente de seus direitos e contribuam para a concorrência empresarial justa.

Se, por um lado, é necessário reconhecer que as plataformas digitais abriram novas oportunidades de trabalho e ampliaram o mercado de trabalho, em diferentes setores da economia, é de fundamental importância desvelar os inúmeros problemas associados à expansão e ao avanço destas plataformas, sobretudo em relação à precarização do trabalho e à fragilização extrema das redes de proteção que, historicamente, ampararam trabalhadoras e trabalhadores, ao redor do planeta. Um complexo cenário, sobretudo quando se considera que muitas destas plataformas digitais transcendem ao alcance de legislações e limites geográficos de Estados nacionais, configurando um problema global, cujos impactos sobre a saúde (física e mental) e o bem-estar de trabalhadoras e trabalhadores são identificados (e sentidos) localmente.

Evidências levantadas por estudos realizados em diversas partes do planeta mostram que a **plataformização** – termo que descreve os processos de reorganização do trabalho, dos serviços e das dinâmicas de produção e consumo, entre outros, através de plataformas digitais, com ampla penetração em diferentes setores da economia e nas dinâmicas sociais – está fortemente associada a consequências adversas para a saúde mental e física de trabalhadoras e

[15] Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-08/ILC114-V%283%29-%5BWORKQ-250714-001%5D-Web-EN.pdf

trabalhadores. Sobretudo aqueles que desenvolvem atividades como entrega de comida (*delivery*), transporte de passageiros por aplicativos, trabalho remoto (seja este comercial, operacional ou acadêmico, entre outras aplicações) e o trabalho autônomo (*freelance*) mediante 'entregas' (produtos do trabalho que servem de referência para a remuneração, mediante apresentação).

Entre os principais problemas identificados em estudos internacionais sobre a saúde mental dos trabalhadores que realizam entrega de comida por aplicativos, estão o aumento da ansiedade (estudo realizado na China[16]), dos casos de depressão (estudo realizado na França[17]), da incidência de burnout (estudo realizado na Índia[18]) e o aumento do sentimento de solidão e impotência diante de situações cotidianas de vida (estudo realizado no Canadá[19]).

Nestes estudos, identifica-se que os trabalhadores que dependem totalmente da renda obtida pelo trabalho mediado por plataformas vivenciam níveis de sofrimento e desgaste mental comparáveis aos vivenciados por indivíduos desempregados[20], onde se observa que a pressão para obtenção de remuneração capaz de prover o sustento, do indivíduos e ou de sua família, responde por, aproximadamente, 50% da carga de sofrimento mental[21]. A dependência total do trabalho mediado por plataformas igualmente produz impactos desproporcionais sobre a saúde física, como observado entre entregadores de comida totalmente dependentes da renda de plataformas na cidade de Nova York, que enfrentam uma prevalência de lesões 61% maior do que trabalhadores parcialmente dependentes[22] .

Corroborando com o acima observado, as evidências na literatura mostram que as consequências do trabalho mediado por plataformas sobre a saúde física de trabalhadores e trabalhadoras são mais evidenciados em setores que dependem do trabalho *in loco* (ou presencial/territorial): mais da metade dos entregadores de comida franceses relatam acidentes de trabalho[23] , 83% dos entregadores de comida que utilizam motocicletas, no Paquistão, sofrem de dor lombar[24] e 62% dos trabalhadores desse grupo, na Tailândia, relatam distúrbios musculoesqueléticos[25]

Outra importante questão, identificada em motoristas de transporte de passageiros por aplicativo, é a maior prevalência de obesidade, hipertensão e síndrome metabólica, associados ao trabalho sedentário prolongado[26].

Tais resultados negativos podem ser explicados por distintas, entre as quais se destacam três principais mecanismos. O primeiro está relacionado com a gestão algorítmica, que aumenta

[16] https://www.mdpi.com/1660-4601/19/20/13189
[17] https://academic.oup.com/eurpub/article/35/Supplement_4/ckaf161.1760/8302721),
[18] https://journals.lww.com/ijoe/fulltext/2025/04000/prevalence_and_factors_of_anxiety,_depression,_and.4.aspx
[19] https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/07308884211024711).
[20] https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/23780231221082414
[21] https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/23780231221082414
[22] https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11189866/
[23] https://academic.oup.com/eurpub/article/35/Supplement_4/ckaf161.1760/8302721
[24] https://www.medteach.org/index.php/mjsp/article/view/307/288
[25] https://link.springer.com/article/10.1186/s12995-025-00460-x
[26] https://journals.lww.com/joem/abstract/2026/01000/a_preliminary_study_on_the_occupational.19.aspx

as exigências do trabalho, ao mesmo tempo em que restringe a autonomia e a possibilidade de trabalhadoras e trabalhadores buscarem/acessarem suas redes de apoio social, aumentando, de forma significativa, o risco de adoecimento físico e mental, e colocando, frequentemente, estes trabalhadores em situações extremas, onde a segurança e a saúde ficam significativamente comprometidas[27].

Segundo, a vulnerabilidade financeira e a dependência da renda gerada através das plataformas levam, frequentemente, a longas jornadas de trabalho, resultando em fadiga (física e mental) que, por sua vez, aumenta a incidência de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho [28]. E terceiro, o isolamento social e o estigma associado ao trabalho precarizado comprometem o bem-estar físico e mental de diferentes grupos de trabalhadores plataformizados, como motoristas de aplicativos de transporte e entregadores de comida, entre outros indivíduos submetidos à jornadas de trabalho extremas, cumpridas na maior parte do tempo de forma individual e em condição avançada de isolamento social [29].

Diferentes grupos da população tradicionalmente vulnerabilizados - migrantes, mulheres e jovens trabalhadores – enfrentam riscos agravados por desvantagens interseccionais[30]. No entanto, as evidências disponíveis são predominantemente transversais e qualitativas, com poucos estudos longitudinais ou representativos e nenhum ensaio clínico randomizado[31]. As incipientes evidências causais disponíveis, provenientes de dados de um painel realizado no Reino Unido[32] e um estudo realizado no Canadá[33], confirmam consistentemente os impactos negativos na saúde mental, associados ao trabalho mediado por plataformas digitais.

Em síntese, os estudos internacionais sobre a plataformização apontam que o trabalho remoto em plataformas proporciona menores impactos sobre a saúde e a segurança de trabalhadoras e trabalhadores, quando comparados a atividades realizadas in loco, e trabalhadores com menor dependência das plataformas digitais (principalmente aqueles que complementam a renda obtida em outros empregos por atividades mediadas por plataformas) não apresentam os mesmos graus de comprometimento de sua saúde física e mental, indicando que os efeitos da plataformização sobre a saúde e a segurança de trabalhadoras e trabalhadores dependem do grau de dependência econômica e do setor específico em que se dá o trabalho mediado por plataformas digitais.

O que propõe a Convenção?

A minuta do texto da Convenção Internacional sobre Trabalho Decente na Economia Plataformizada (que, já no título, expõe uma contradição difícil de ser superada), a ser discutida e implementada em junho próximo, durante a Conferência Internacional do Trabalho, pode ser acessada no site da Organização Internacional do Trabalho/OIT[34].

[27] https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2093791124000647
[28] https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10803548.2024.2356997
[29] https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/07308884211024711
[30] https://www.jstage.jst.go.jp/article/indhealth/advpub/0/advpub_2025-0075/_article
[31] https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ajim.70007
[32] https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-4446.70028
[33] https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/23780231221082414
[34] https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-08/ILC114-V%283%29-%5BWORKQ-250714-001%5D-Web-EN.pdf

A seguir, destacamos os principais pontos, incluídos nesta minuta, a compor a Convenção que, no que tange ao seu escopo, se aplica: a) a todas as plataformas digitais de trabalho; e b) a todas/os as/os trabalhadoras/es de plataformas digitais, salvo disposição em contrário na presente Convenção, quer estejam na economia formal ou informal. Considerando tal escopo, a Convenção, em seu Artigo 3, demanda a cada país membro tomar medidas para garantir que as/os trabalhadoras/es de plataformas digitais gozem dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, nomeadamente:

- A liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
- A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;
- A abolição efetiva do trabalho infantil;
- A eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação;
- A garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Este mesmo Artigo 3 destaca que, ao tomar medidas para garantir que os trabalhadores vinculados a plataformas digitais gozem, efetivamente, da liberdade de associação e do direito à negociação coletiva, cada país membro deverá proteger o direito tanto das plataformas de trabalho digital quanto dos trabalhadores de criar e, sujeitos apenas às regras da organização em causa, de aderir a organizações da sua própria escolha, sem autorização prévia.

Já em seu Artigo 4, que trata justamente da saúde e segurança no trabalho, a Convenção demanda que cada país membro exija às plataformas digitais de trabalho que sejam tomadas as medidas adequadas, na medida do razoavelmente praticável, para prevenir acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e quaisquer outros danos à saúde, decorrentes do trabalho, a ele relacionados ou que ocorram durante o trabalho, avaliando todos os riscos ocupacionais e adotando medidas preventivas e de controle adequadas. Tais medidas deverão ser adotadas como estratégia para prevenir acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e quaisquer outros danos à saúde, sobretudo aqueles associados a longas jornadas de trabalho e períodos de descanso insuficientes.

Ainda sobre o tema saúde e segurança no trabalho, os Artigos 5, 6 e 7 da Convenção demandam aos países membros que tomem medidas para garantir que tanto as plataformas digitais quanto os trabalhadores a elas vinculados tenham condições de cumprir as medidas de segurança e saúde ocupacional prescritas, com base em normas internacionais, tomando as devidas precauções para a própria segurança e a segurança dos outros e garantindo que trabalhadores e plataformas de trabalho digital disponham de mecanismos de cooperação para o cumprimento das suas respectivas obrigações, em matéria de segurança e saúde ocupacional.

No Artigo 8, por sua vez, a Convenção demanda a cada país membro que tome as medidas adequadas para proteger eficazmente as trabalhadoras e os trabalhadores de plataformas digitais contra qualquer forma de violência e assédio no trabalho, incluindo a violência e o assédio baseados no gênero, em conformidade com o direito de todos a um mundo do trabalho livre de violência e assédio, reconhecido na Convenção da OIT sobre a Violência e o Assédio (n.º 190) de 2019. Quando aplicável, tais medidas deverão incluir a violência e o assédio perpetrados online ou que envolvam terceiros, como clientes e consumidores.

Em seu Artigo 9, a Convenção busca garantir, de acordo com as circunstâncias nacionais, medidas para a criação de empregos decentes, incentivando o desenvolvimento de carreiras e competências na economia de plataformas, tendo em conta o objetivo do emprego pleno,

produtivo e livremente escolhido referido na Convenção da OIT sobre a Política de Emprego (n.º 122), de 1964.

Já em seu Artigo 10 – e, talvez, um dos mais complicados de serem internalizados, no âmbito de cada país membro – a Convenção trata do reconhecimento de vínculo de trabalho junto às plataformas digitais, onde cada país membro deverá garantir condições para assegurar a correta classificação dos trabalhadores de plataformas digitais no que diz respeito à existência de uma relação de trabalho, guiando-se principalmente por questões como o desempenho de atividades de trabalho e a remuneração do trabalhador por parte da plataforma digital, tendo em conta a Recomendação sobre a Relação de Trabalho da OIT (n.º 198) de 2006. Este Artigo ressalta, ainda, que considerando as especificidades do trabalho realizado através de plataformas digitais, tais medidas precisam garantir que os trabalhadores de plataformas digitais, e no que tange à relação de trabalho, tenham a proteção a que têm direito.

Os Artigos 11, 12 e 13, por sua vez, tratam de aspectos relacionados à remuneração dos trabalhadores de plataformas digitais, demandando a cada país membro tomar as medidas cabíveis medidas para garantir que a remuneração devida aos trabalhadores de plataformas digitais nos termos das leis e regulamentos nacionais, convenções coletivas ou obrigações contratuais, inclusive quando calculada por peça/produto entregue, seja: (a) adequada; (b) paga em moeda corrente ou, na medida em que autorizado pelas leis e regulamentos nacionais ou convenções coletivas, em espécie; (c) paga integralmente e em tempo oportuno.

Já os Artigos 14, 15, 16 e 17 abordam as exigências que cada país membro deverá fazer às plataformas de trabalho digital sobre a transparência no uso de sistemas automatizados, baseados em algoritmos ou em métodos semelhantes, para monitorar ou avaliar o trabalho, bem como seus potenciais impactos nas condições de trabalho de trabalhadoras e trabalhadores vinculados a estas plataformas digitais. Tais artigos da Convenção visam garantir que estes sistemas automatizados não gerem condições extremas de trabalho, promovam a discriminação de qualquer espécie ou coloquem os trabalhadores em situação de vulnerabilidade frente a doenças ocupacionais ou a riscos de acidentes de trabalho.

Os Artigos 18 e 19, por sua vez, abordam a garantia de privacidade dos dados de trabalhadoras e trabalhadores vinculados a plataformas digitais, demandando que cada país membro exija que tais plataformas adotem medidas eficazes e adequadas relativas ao levantamento, armazenamento, processamento, utilização e comunicação de dados pessoais dos trabalhadores a elas vinculados, em conformidade com as normativas nacionais e internacionais aplicáveis.

Finalmente, os Artigos de 20 a 31 abordam, sob diferentes aspectos, as garantias de tratamento adequado a questões legais entre trabalhadores e plataformas, bem como estabelecem as formas de disputa de interesses, em caso de litígios. Cabe destaque, nesses dispositivos, ao Artigo 23 da Convenção que trata, de forma específica e nomeada, da proteção a trabalhadores migrantes e refugiados, reconhecendo a necessidade de adoção de medidas específicas para sua proteção frente aos processos de recrutamento por parte das plataformas digitais de trabalho, considerado o elevado grau de vulnerabilidade identificado entre estes grupos populacionais específicos.

Que evidências identificamos no Brasil?

Entre estudos e estatísticas sobre esta população no Brasil – embora ainda escassos do ponto de vista da abrangência dos dados – ressaltam-se aqueles relativos a entregadores/as

motoristas que atuam via plataformas digitais, apesar da expansão deste modo de organização do trabalho para as mais diversas categorias e ramos profissionais. É digno de nota que o país se encontra na interseção de fenômenos dos quais o processo (global) de plataformização do trabalho mais se beneficia: a inexistência do histórico de um Estado de bem-estar social de fato e o rebaixamento dos direitos trabalhistas, ao que se somam investimentos para rebaixá-los ainda mais. Portanto, aqui, uma das características locais deste processo é sua ênfase em fazer uso de condições precárias pré-existentes junto à implantação de processos de precarização de empregos anteriormente menos precários. Trocando em miúdos, a exploração de trabalhadores e trabalhadoras sem opções de emprego e o rebaixamento das condições de trabalho de categorias que antes haviam conquistado direitos e condições de trabalho, ainda que mínimas[35].

É nesse contexto, de um entrecruzamento – que passa por histórico colonial e escravização, estímulo ao consumismo imediatista, falta de priorização e investimento em transporte público e planejamento urbano saudável do ponto de vista de justiça social e ambiental –, que se encontram as produções acadêmicas, os dados de entidades governamentais, os movimentos de trabalhadores e um processo acelerado de plataformização da vida em nossa sociedade. Assim, é fundamental frisar que tal fenômeno não tem apenas a face da mudança tecnológica, mas de uma articulação entre este aspecto e todo um aparato político, social e econômico de rebaixamento do valor do trabalho frente ao capital. Ou seja, trata-se de uma ampla mudança tecnológica que permite alterações nas condições de trabalho e vida em escala ampliada, sustentando-se em argumentos que ligam tecnologia à praticidade/agilidade, flexibilidade à liberdade e trabalho sob demanda à autonomia, quando, na realidade concreta de trabalhadores e trabalhadoras, tais analogias atuam como falsas promessas que alimentam esperanças de que um dia melhor chegará mais adiante.

Com o rebaixamento da proteção trabalhista, previdenciária e social[36] e o modo de organização do trabalho adotado por empresas-plataforma, evidenciam-se mudanças significativas nas condições de trabalho e na organização coletiva dessas categorias profissionais. Esse processo vem sendo marcado pelo agravamento dos riscos do trabalho à saúde dos/as trabalhadores/as. Medos e inseguranças associados ao modo de organização e ao gerenciamento algorítmico do trabalho somam-se a antigos riscos ou os intensificam, ampliando o sofrimento, adoecimentos, acidentes e mortes[37], dentro de um quadro de precariedade social, que envolve um alto índice de informalidade[38], colaborando para a grande adesão de trabalhadores e trabalhadoras ao trabalho plataformizado, em que se tem que arcar com os custos e riscos do próprio trabalho, sem acesso a direitos trabalhistas e à garantia de condições mínimas de trabalho, saúde e segurança[39].

Neste contexto, alguns dados se destacam, em consonância com os estudos de outros país apresentados acima, e trazendo outras especificidades e pistas sobre como pode se dar o

[35] https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/601125-uberismo-e-gamificacao-transformacoes-do-mundo-do-trabalho-reveladas-na-greve-dos-entregadores-entrevista-especial-com-ana-claudia-moreira-cardoso
[36] https://pesquisa.ie.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/62/2019/11/Livro-REMIR-v-site.pdf
[37] https://www.scielo.br/j/rbso/a/CpWfR8RYCdd9skYTLxJjd5p/?lang=pt
[38] https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45923-em-2025-vinte-unidades-da-federacao-registram-a-menor-taxa-de-desocupacao-da-serie#:~:text=J%C3%A1%20taxa%20anual%20de%20informalidade,Paulo%20(29%2C%200%25)
[39] https://revistas.usp.br/cpst/pt_BR/article/view/195750

trabalho gerenciado por empresas que se utilizam de plataformas digitais em um país do sul global, como o Brasil:

Individualização dos riscos, acidentes e culpabilização dos trabalhadores

Como uma das características da organização do trabalho de entregas e corridas por plataformas digitais, destaca-se a ampliação da exposição dos/as trabalhadores/as a riscos de acidentes de trabalho no trânsito. Com a falta de regulação do contrato, é negado o acesso a medidas de prevenção e proteção à saúde e segurança no trabalho previstas na legislação brasileira, como a lei do motofrete (12.009/2009) e a lei Habib's (12.436/2011).

O Boletim epidemiológico do Ministério da Saúde sobre acidentes de motociclistas no Brasil entre 2011 e 2021[40] aponta as lesões de trânsito como um importante problema de saúde pública global, tendo sido responsáveis, em 2020, por mais de 190 mil internações em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) e seus hospitais conveniados, sendo 61,6% destas de motociclistas. Dentre as pessoas envolvidas nas lesões, os motociclistas são também os que apresentam as mais graves consequências. O documento faz ainda a correlação entre tais dados e o progressivo aumento da realização de trabalho de entregas em sistemas de trabalho precarizados, o que faz com que diversos acidentes de motociclistas possam ser considerados acidentes de trabalho típicos e relacionados ao gerenciamento algorítmico – que define o tempo de realização das entregas, rotas que desconsideram regras de trânsito, além de punições financeiras e desligamentos por atraso – realizado por empresas-plataforma. Tais empresas, por sua vez, não são responsabilizadas pelos acidentes, não arcam com os custos de afastamento do trabalho, do reparo dos equipamentos qualquer indenização das pessoas envolvidas. Assim, a lógica de responsabilização individual é central neste modelo de negócios. E o próprio Boletim sugere incluir entre ações de prevenção de acidentes, a regulação das atividades profissionais de motociclistas, considerando a adoção de jornadas de trabalho adequadas.

Documento mais recente do IPEA[41] chama a atenção de que as mortes de motociclistas representam hoje cerca de 40% das mortes por acidentes de transporte terrestre no país, sendo a motocicleta o meio de transporte mais perigoso, gerando alta morbidade e pressionando o Sistema Único de Saúde (SUS) com custos elevados e demanda por leitos hospitalares. O estudo também aponta a necessidade de uma análise sobre a responsabilidade civil das empresas de aplicativos de transporte e recomenda não regulamentar os serviços de mototáxi, exceto em casos excepcionais, como em comunidades com infraestrutura limitada, entendendo que, apesar de oferecerem opções de transporte e emprego, essa modalidade apresenta riscos associados que não justificam sua regulamentação ampla.

Estudos recentes com entregadores também trazem dados preocupantes sobre acidentes. Em pesquisa da Unicamp com motoboys[42], de 198 respondentes 65,7% disseram já ter se acidentado e a maioria já havia se acidentado mais de uma vez, com afastamentos do trabalho por longos períodos e sem proteção previdenciária e 70% disseram trabalhar com medo de se acidentar. O dossiê conclui que "tais acidentes devem ser compreendidos como um alto risco que tragicamente se tornou elemento comum e estrutural da profissão". Estudo da

[40] https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-06

[41] https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/2da4761a-bffa-40d2-9291-9347ef7b07fa

[42] https://pesquisa.ie.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/62/2019/11/Livro-REMIR-v-site.pdf

UFBA com 583 entregadores[43] buscou investigar a magnitude dos acidentes de trabalho e os fatores associados a esses eventos entre entregadores de mercadorias e identificou que os acidentes no trânsito representam 82,8% dos acidentes de trabalho entre os entrevistados e os principais fatores associados a estes foram: conflitos com clientes das empresas, escassez de apoio das empresas-plataforma de entrega e ritmo acelerado.

A subnotificação dos acidentes no trânsito pelos serviços de saúde como acidentes de trabalho contribui para invisibilizar a caracterização das vítimas como trabalhadores e dificulta a produção de estatísticas para o debate social e a construção de políticas públicas. Como o Boletim do Ministério da Saúde[44] salienta em uma de suas recomendações:

> *"é necessário capacitar a rede de atenção à saúde para identificar os acidentes de trabalho com motociclistas, tanto de trajeto quanto típicos, notificando adequadamente nos sistemas de informação em saúde, permitindo obter informações fidedignas desse agravo e propor ações de promoção de saúde e prevenção desses acidentes"*
>
> **Boletim do Ministério da Saúde, p. 9**

Destaca-se, assim, a importância de tornar visíveis os acidentes de trabalho no trânsito, principalmente a partir da construção de estratégias públicas para a efetivação de suas notificações no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) e na abertura de CAT's (Comunicado de Acidente de Trabalho), como a recente NOTA TÉCNICA Nº 14/2025-CGSAT/DVSAT/SVSA/MS, que orienta a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renastt) e demais componentes da Rede de Atenção à Saúde (RAS) sobre como notificar Doenças e Agravos Relacionados ao Trabalho (Dart) em trabalhadores(as) de plataformas digitais no SINAN[45]. Além disso, ressalta-se a inclusão, recém divulgada, do item "Trabalhador de plataforma digital" nas fichas de notificação do SINAN, afim de aprimorar a captura de dados de acidentes e agravos dessa categoria para subsidiar ações de prevenção, como parte das ações anunciadas pelo governo federal em lançamento do Relatório final do Grupo Técnico de Trabalho Entregadores por aplicativo[46] .

Insegurança e pressão psicológica constantes

Uma característica marcante da plataformização é o apagamento da atividade de trabalho, ou seja, a invisibilização de sua complexidade, dos esforços e custos da gestão que quem trabalha tem que fazer cotidianamente, apagamento que contribui também para um rebaixamento do valor a ele atribuído.

[43] https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/9444/20340
[44] https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-06
[45] https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2025/nota-tecnica-no-14-2025-cgsat-dvsat-svsa-ms.pdf
[46] https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/trabalhadores-por-app/20260324-relatorio-gtt-trabalhadores-por-app.pdf

Neste sentido, o sistema de trabalho sob demanda adotado, deixa de remunerar o tempo das atividades de busca, espera e preparação para o trabalho, como a manutenção dos equipamentos utilizados. Além disso, ao nomear trabalhadores/as como "parceiros/as", empresas lhes negam a condição de subordinação jurídica a elas, contribuindo para a ampliação de diversas formas de insegurança no trabalho, como a incerteza sobre o valor da remuneração, a preocupação constante com seus veículos de trabalho (não subsidiados pelas empresas), o medo de não ser bem avaliado e de exclusão das plataformas (bloqueios e desligamentos) e a falta de suporte nas situações de acidentes ou incidentes do dia-a-dia de trabalho.

Outra forma de insegurança que se destaca é a alimentar e nutricional, diretamente relacionada à baixa remuneração e ao não fornecimento de alimentos ou vale-refeição/alimentação pelas plataformas digitais, além da falta de tempo e espaço apropriados para fazer pausas (não remuneradas), tendo como algumas de suas consequências problemas gastrointestinais, emagrecimento entre ciclistas e aumento de peso entre motoristas, além de problemas relacionados à baixa ingestão de líquidos, como pedras nos rins.

Identificam-se ainda inseguranças e medos relacionados a diversas violências, como a violência urbana (assaltos e agressões), a violência policial, desconfiança e falta de respeito, assédios, racismo e discriminações de gênero e classe, por parte de empresas, clientes e estabelecimentos[47]

Sofrimento e adoecimento físico e mental

Artigo de revisão integrativa de literatura sobre os desafios à saúde do trabalhador no trabalho por plataformas digitais aponta que os estudos selecionados permitiram concluir que, embora as pesquisas sobre condições de saúde e segurança no trabalho por plataformas ainda sejam incipientes no Brasil, "a gestão algorítmica e a insegurança laboral provocam agravos à saúde física e mental"[48].

Sobre efeitos do fenômeno da plataformização no corpo dos/as trabalhadores/as, estudos apontam diferentes cargas que agem conjuntamente na determinação social do processo saúde-doença: físicas (ruídos, radiação, vibrações), químicas (sobretudo poluição), mecânicas (motos, carros, ônibus), fisiológicas (sede, fome, distúrbio de sono) e psíquicas, que podem ser resumidas como estresse[49]) ou fatores psicossociais associados ao trabalho, como o sentimento crescente de perda do controle sobre o trabalho e a necessidade de controle das emoções, na medida em que se espera que sejam solícitos com os clientes, que os avaliam a todo instante[50] .

Do ponto de vista físico, identificaram-se problemas osteomusculares, como dores na coluna e joelho, em função das longas jornadas, do peso da bag e da posição sentada, com poucas pausas, contribuindo também para poucas horas de sono e fadiga. Ressalta-se também a exposição a vulnerabilidades relacionadas ao trabalho na rua, como sol forte, chuva, calor, frio, ruído, poluição; falta de espaços de descanso e para a realização de necessidades fisiológicas; e

[47] https://www.researchgate.net/publication/383123934_Capitulo_3_-_Sobre_viver_no_trabalho_por_plataformas_digitais_saude_sofrimento_e_luta_de_entregadoresas_e_motoristas

[48] https://www.scielo.br/j/rbso/a/65yzBsfT8ZRkLYVJZvPD7xG/?lang=pt, p.1

[49] https://www.direitoshumanos.unicamp.br/noticias/2024/04/17/dossie-das-violacoes-dos-direitos-humanos-no-trabalho-uberizado-o-caso-dos-motofretistas-na-cidade-de-campinas/

[50] https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/282).

a insegurança alimentar e hídrica. Todas as ditas questões físicas articulam-se diretamente ao sofrimento e adoecimento mental associando intensificação do trabalho, como a pressão de tempo para a realização dos serviços, a: falta de tempo para pausas, para o lazer, para estar com a família; sentimento de impotência e indignação com as injustiças a que estão sujeitos/as nesse trabalho[51] .

A gamificação do trabalho[52] se destaca como elemento do gerenciamento algorítmico para incentivar trabalhadores/as a cumprirem as metas do trabalho, apresentadas como jogos a partir das quais as plataformas buscam explorar o desejo de superação pessoal e reconhecimento social de quem trabalha, em meio. Uma consequência recorrentemente relatada por trabalhadores e trabalhadoras é a vivência do que nomeiam uma "noia", um "vício", resultando em ansiedade, medo e mesmo euforia, associados à necessidade de controlar essas sensações, envolvendo autovigilância e autoexigência[53]. Neste sentido, estudo aborda as repercussões do gerenciamento algorítmico gamificado nos processos de subjetivação do trabalho de entregadores e motoristas e suas formas de resistência individuais e coletivas a este gerenciamento, indicando uma tendência ao consentimento por parte dos trabalhadores às condições e regras impostas pelas plataformas digitais, que deve ser compreendida no contexto de altos índices de desemprego, informalidade e precariedade somado aos efeitos individualizantes desse sistema de gerenciamento, levando os sujeitos a priorizar a busca de suportes materiais e simbólicos para garantir sua existência, mesmo que isso implique em abrir mão de seu descanso, lazer, saúde e segurança[54].

Iniciativas de resistência e organização coletiva

Estudos apontam que a resistência e o enfrentamento da precarização do trabalho também são práticas constantes entre trabalhadores e trabalhadoras que atuam por plataformas digitais, tanto via estratégias cotidianas individuais e coletivas para a realização das atividades, quanto na organização para a luta política e social mais ampla[55] por melhores condições de trabalho e de vida e o fortalecimento da profissionalização do trabalho. Embora, imersas em um campo de forças extremamente desigual e difícil para os trabalhadores, tais formas de resistência apresentam novos elementos e estratégias de mobilização da categoria (e

[51] https://www.researchgate.net/publication/383123934_Capitulo_3_-_Sobre_viver_no_trabalho_por_plataformas_digitais_saude_sofrimento_e_luta_de_entregadoresas_e_motoristas

[52] https://researchonline.lse.ac.uk/id/eprint/86373/1/Woodcock_Gamification%20what%20it%20is_2018.pdf

[53] https://www.researchgate.net/publication/383123934_Capitulo_3_-_Sobre_viver_no_trabalho_por_plataformas_digitais_saude_sofrimento_e_luta_de_entregadoresas_e_motoristas

[54] https://revista.aps.pt/pt/controle-algoritmico-e-gamificacao-do-trabalho-de-entregadores-e-motoristas-por-aplicativos-no-contexto-brasileiro-consentimento-e-resistencias/

[55] Exemplos são o: Breque dos Apps, em julho de 2020, reivindicando melhores remunerações e medidas de saúde e de segurança do trabalho durante a pandemia de Covid-19, assim como o fim dos bloqueios e desligamentos injustificados; a constituição, em dezembro de 2022, da Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos (ANEA), que reivindicou e conseguiu assentos no grupo de trabalho tripartite para a regulamentação do trabalho por aplicativos (com representações de trabalhadores/as, empresas e governo federal) instituído em 2023, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego; e coletivos de economia solidária como o Senõritas Courrier, cooperativa de cicloentregadoras de mulheres e pessoas trans, atuando em São Paulo/SP desde 2018 como alternativa ao trabalho precarizado das plataformas digitais.

da sociedade) em um processo intenso de criação e aprendizado sobre a luta coletiva. Dentre elas estão desde ações de cooperação, como o compartilhamento entre os próprios trabalhadores de dicas e orientações; criação de grupos para operar serviços fora das plataformas; "vaquinhas" em caso de acidentes e roubos até a formação de sindicatos, associações e federações, cooperativas/coletivos de solidariedade e a realização de greves e, em alguns casos a ampliação da luta para além da categoria profissional específica[56].

Conclusões

A proposta de uma Convenção sobre Trabalho Decente na Economia de Plataformas, a ser apreciada e, provavelmente, aprovada durante a 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, a pouco menos de dois meses, coloca a possibilidade de fortalecer iniciativas tripartites, nos países membros, para o enfrentamento de problemas associados à expansão e ao avanço do trabalho mediado por plataformas, sobretudo em relação à precarização do trabalho e à fragilização extrema das redes de proteção que, historicamente, ampararam trabalhadoras e trabalhadores, ao redor do planeta.

As experiências aqui relatadas, entretanto, apontam para a necessidade de que as recomendações incorporadas à Convenção sejam, de fato, garantidas e se traduzam em melhores e mais dignas condições de trabalhos para o contingente cada vez maior de trabalhadoras e trabalhadores que utilizam plataformas digitais, ao redor do planeta, para suas atividades de trabalho. A busca por saúde e segurança no trabalho passa, de maneira central, pelo fortalecimento da organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras, e pela mobilização da sociedade como um todo, na luta pela garantia de direitos, incluindo a efetivação de uma regulamentação do trabalho por plataformas que se dê no sentido da ampliação frente a direitos trabalhistas já conquistados, ou seja, sem legalizar uma falsa condição de autônomos a esses trabalhadores, e, claro, com a sua participação na construção e respeito às suas reivindicações. Nenhum passo atrás!

56 http://repositorio2.unb.br/bitstream/10482/48651/1/EmanueleDeFatimaRubimCostaSilva_DISSERT.pdf; https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=wwK48nQAAAAJ&citation_for_view=wwK48nQAAAAJ:_Qo2XoVZTnwC; https://www.erudit.org/fr/revues/ri/2023-v78-n3-ri09225/1110481ar/

O Relatório Mundial sobre a Promoção da Saúde de Refugiados e Migrantes da OMS

El Informe Mundial sobre la Promoción de la Salud de Refugiados y Migrantes de la OMS

WHO World Report on promoting the health of refugees and migrants

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: Este informe, preparado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, traz um resumo das principais informações disponíveis no novo relatório da Organização Mundial da Saúde sobre a promoção da saúde de refugiados e migrantes, publicado em 26 de março de 2026. O relatório tem como objetivo atualizar o monitoramento do progresso relativo ao Plano de Ação Global de 2019-2030 e foi o segundo elaborado pela Organização, sendo o primeiro em 2022. Foram consolidadas evidências globais da implementação de políticas nos Estados-membros da OMS das seis regiões de trabalho da OMS, principalmente a partir da primeira Pesquisa Global sobre Saúde e Migração, realizada entre 2024 e 2025. O relatório traz as necessidades de fortalecer as lideranças, garantir investimentos e aprimorar a coordenação para promover a saúde de refugiados e migrantes.

Palavras-chave: Migração; refúgio; OMS; Plano de Ação Global.

Resumen: *Este informe, organizado por el Grupo de Trabajo sobre Migración, Refugio y Salud Global, resume la principal información disponible sobre el nuevo informe de la Organización Mundial de la Salud sobre la promoción de la salud de personas refugiadas y migrantes, publicado el 26 de marzo de 2026. El informe tiene como objetivo actualizar el monitoreo del progreso del Plan de Acción Mundial 2019-2030 y constituye el segundo elaborado por la Organización, siendo el primero publicado en 2022. Asimismo, consolida evidencia global sobre la implementación de políticas por parte de los Estados miembros en las seis regiones de la OMS, principalmente a partir de los resultados de la primera Encuesta Global sobre Salud y Migración, realizada entre 2024 y 2025. El informe destaca la necesidad de fortalecer el liderazgo, asegurar inversiones y mejorar la coordinación para promover la salud de las personas refugiadas y migrantes.*

Palabras clave: *Migración; refugio; OMS; Plan de Acción Mundial.*

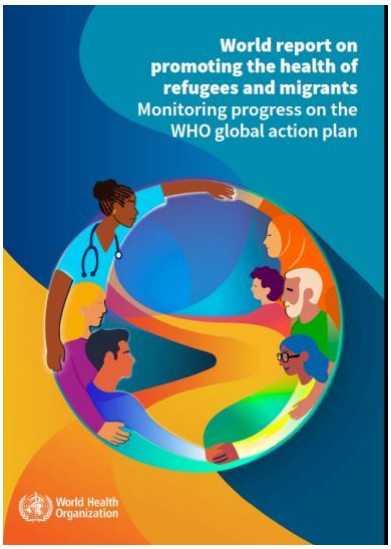
Abstract: *This report, organized by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health, summarizes the main information available on the new World Health Organization report on the promotion of refugee and migrant health, published on March 26 2026. The report aims to update the progress monitoring of the 2019-2030 Global Action Plan and was the second one developed by the Organization, the first being published in 2022. It consolidated global evidence on the Member-states implementation of policies across the six WHO regions, mainly by the*

results of the first Global Survey on Health and Migration, conducted between 2024 and 2025. The report brings out the need to strengthen leadership, secure investments and enhance coordination to promote the health of refugees and migrants.

Keywords: *Migration; refuge; WHO; Global Action Plan.*

Introdução

A mobilidade populacional constitui um fenômeno histórico, com impactos importantes no desenvolvimento social, político e econômico global. No século XXI, a migração e o deslocamento configuram-se como desafios e oportunidades relevantes para a saúde pública, afetando tanto as populações em movimento quanto as comunidades de origem, trânsito e destino. Nesse cenário, a saúde de refugiados, migrantes e populações anfitriãs emerge como uma prioridade estratégica, exigindo respostas coordenadas e baseadas em evidências. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a migração como uma área central da saúde pública e tem atuado, em parceria com Estados-Membros, na promoção de iniciativas que atendam às necessidades e demandas em saúde dessas populações em contextos diversos.



O relatório da atual da OMS integra esse esforço e dá continuidade ao Relatório Mundial sobre a Saúde de Refugiados e Migrantes (2022), ao consolidar evidências e localizar lacunas críticas de dados, ressaltando a necessidade de fortalecer o ampliamento de sistemas de monitoramento e de incluir sistematicamente essas populações no planejamento e na implementação de políticas públicas de saúde e assistência social. Além do mais, o documento apoia a implementação do Plano de Ação Global (GAP) da OMS para a Promoção da Saúde de Refugiados e Migrantes (2019–2030), que orienta ações coordenadas em nível global.

Ao estabelecer uma linha de base para o acompanhamento desse plano, o relatório traz para a centralidade que a saúde global depende da inclusão efetiva de refugiados e migrantes, que frequentemente enfrentam barreiras estruturais, jurídicas e sociais no acesso a serviços. Destinado a formuladores de políticas, pesquisadores e demais atores relevantes, o documento oferece subsídios para a análise dos avanços, destaca o papel central de dados e evidências e orienta a formulação de estratégias futuras para a promoção da saúde dessas populações.

A intersecção entre saúde e migração

A relação entre migração e saúde é complexa e dinâmica, influenciando os resultados de saúde ao longo de todo o percurso migratório, da pré-partida ao reassentamento ou retorno. A migração pode gerar efeitos tanto positivos quanto negativos: enquanto alguns indivíduos enfrentam vulnerabilidades, como exposição à violência, exploração e impactos na saúde mental, outros podem experimentar melhorias decorrentes de melhores condições de vida e maior acesso a serviços de saúde. Além disso, a saúde também atua como fator determinante da mobilidade, seja pela maior propensão de indivíduos saudáveis a migrar, seja pela busca de proteção da vida em contextos de deslocamento forçado.

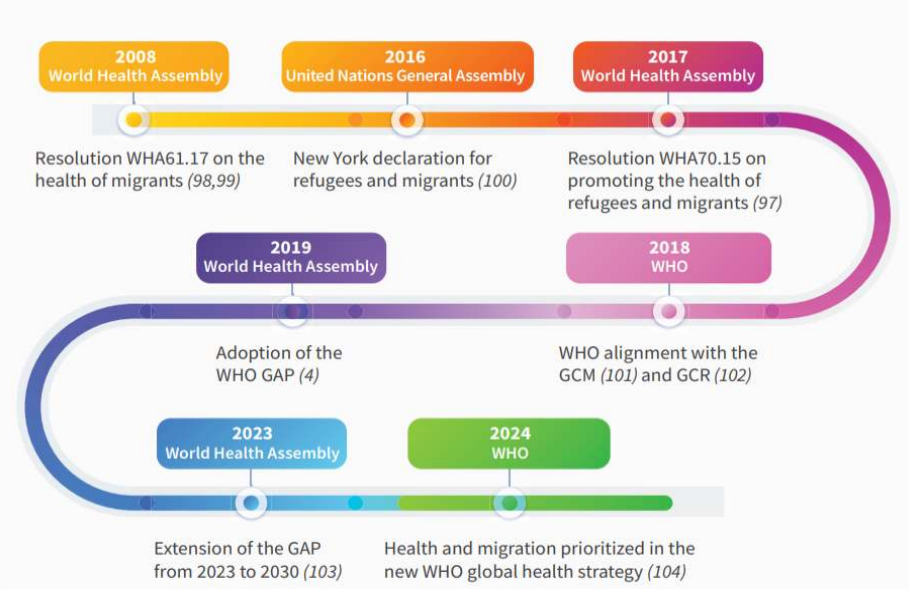
A produção de evidências sobre migração e saúde ainda apresenta limitações relevantes, marcadas por lacunas, subnotificação e falta de padronização entre países. A ausência de dados comparáveis, principalmente com relação a migrantes internos, migrantes em situação irregular e aqueles inseridos na economia informal, compromete análises globais mais profundas e a formulação de políticas públicas pautadas em dados.

Nesse contexto, garantir acesso equitativo aos serviços de saúde para refugiados e migrantes é fundamental para promover sociedades mais inclusivas e sustentáveis. Apesar de avanços recentes, persistem desafios, agravados por restrições orçamentárias e redução da ajuda humanitária. Assim, a integração da saúde de migrantes nas estratégias nacionais de saúde e desenvolvimento consolida-se como um imperativo de saúde pública, sendo o Plano de Ação Global (GAP) um marco estratégico para orientar ações coordenadas e maximizar os benefícios da migração para as populações envolvidas e comunidades anfitriãs.

O Plano de Ação Global e o quadro de monitoramento

O capítulo 3 do relatório retoma as prioridades definidas pelo Plano de Ação Global (GAP) de 2019-2030 para a saúde de refugiados e migrantes e analisa o progresso realizado até o momento. Em primeiro lugar, é retomado o histórico da criação do GAP a partir de alguns marcos, conforme a figura 1. Em 2017, foi aprovada a resolução WHA 70.15 em que foi estabelecido um compromisso político com a promoção dos direitos de refugiados e migrantes, tornando-se um ponto de virada para a promoção de sistemas de saúde inclusivos no âmbito da OMS. Entre os anos de 2017 e 2018, foi realizada uma pesquisa com os Estados-membros para mapear práticas que já estavam sendo implementadas para a saúde de refugiados e migrantes, e a partir desse estudo foi desenhado o GAP, inicialmente compreendendo o período de 2019 a 2023, e aprovado em 2019 como documento não-vinculante para ser implementado com início em 2020. Em 2022 foi publicado o primeiro Relatório Mundial sobre a saúde de refugiados e migrantes e foi alterado o período de duração do GAP para até 2030, com relatórios de progresso em 2025, 2027 e 2029.

Figura 1 – "*Health and migration policy landscape, progress towards action: redefining the narrative*"



Fonte: OMS (2026)

O GAP definiu seis áreas prioritárias de ação e objetivos para o trabalho da OMS com os Estados-membros e parceiros, entre eles a Organização Internacional da Migração e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, considerando a natureza intersetorial da questão migratória. As prioridades definidas foram:

1. Promover a saúde de refugiados e migrantes através de um misto de intervenções em saúde pública de curto e longo prazo;
2. Promover a continuidade e a qualidade dos cuidados essenciais em saúde, e ao mesmo tempo desenvolver, reforçar e implementar medidas de saúde e segurança ocupacional;
3. Defender a priorização da saúde de refugiados e migrantes dentro das agendas nacionais e a promoção de políticas de saúde e proteção social e jurídica sensitivas a migrantes;
4. Aprimorar a capacidade de gerenciar os determinantes sociais da saúde e acelerar o progresso em direção aos ODSs;
5. Fortalecer o monitoramento e os sistemas de informação em saúde;
6. Apoiar medidas para melhoria da comunicação baseada em evidências e contra percepções equivocadas sobre a saúde de refugiados e migrantes.

A OMS também destaca que o GAP foi formulado em linha com outros instrumentos internacionais para uma agenda de saúde global para refugiados e migrantes coerente. Entre eles, a agenda de cobertura de saúde universal (UHC), o regulamento sanitário internacional (IHR), os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), o Mecanismo de Coordenação Global para Prevenção e Controle das Doenças Não-Transmissíveis (GCM) e o Pacto Global sobre Refugiados (GCR). Além disso, o plano também dialoga com iniciativas regionais.

Um dos principais desafios para a implementação do GAP é a falta de políticas baseadas em evidência, consequência das dificuldades de estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação. Diante disso, a Iniciativa Especial para Saúde e Migração da OMS criou o *GAP Monitoring Framework* (GMF), elaborado com o objetivo de acompanhar o progresso do GAP de maneira sistemática, identificando desafios e guiando a formulação de políticas e a implementação de programas ao redor do mundo. Em 2024, foi criado um instrumento padronizado para condução de um estudo global: a Pesquisa Global em Saúde e Migração. O questionário de doze perguntas foi lançado em outubro de 2024 aos Estados-membros e encerrado em fevereiro de 2025, obtendo respostas de 93 dos 111 países que nomearam pontos focais para a pesquisa.

Resultados da pesquisa GMF

O quarto capítulo traz os resultados da pesquisa realizada entre 2024 e 2025 com 93 Estados-membros a partir de seus próprios monitoramentos. No geral, os resultados indicam que em diversas áreas a implementação do GAP está progredindo bem. A maioria dos países reporta ter iniciado a inclusão de refugiados e migrantes nas políticas nacionais de saúde, enquanto outros estabeleceram mecanismos de coordenação governamentais para a promoção da saúde deste grupo. No entanto, o progresso foi mais lento em alguns outros domínios: menos de metade dos países reportaram ter ao menos um componente sobre a saúde de migrantes e refugiados nos planos nacionais de preparação e resposta para emergências, por exemplo. A figura 2 traz os resultados relativos à inclusão de refugiados e migrantes nas políticas nacionais por região de atuação da OMS.

Figura 2 – *"Inclusion of refugee and migrant health aspects in national policies, legislation strategies or plans across thematic areas, by WHO region"*



Fonte: OMS (2026)

Uma das questões identificadas na pesquisa foi que os subgrupos de refugiados e migrantes têm níveis diferentes de acesso a serviços de saúde. Por exemplo, no geral, refugiados têm maior probabilidade de acesso do que migrantes em situação irregular; pessoas deslocadas internamente (IDPs) foram raramente mencionadas como um grupo alvo. Outro ponto é a falta de intervenções específicas e adaptadas para cada subgrupo/comunidade. A pesquisa sugeriu que refugiados e migrantes são geralmente incluídos em políticas gerais para a população como um todo ou dentro de um grupo amplo de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Ademais, muitos Estados-membros estabeleceram mecanismos multissetoriais para a coordenação da saúde de migrantes, mas isso nem sempre é refletido nas intervenções. Em geral, a "colaboração multissetorial" se resume ao diálogo entre ministérios e setores, e não se

aplica à implementação e avaliação de políticas. A pesquisa também evidenciou que mudanças nas prioridades políticas dos Estados impactam diretamente a capacidade de avançar a promoção da saúde para refugiados e migrantes: ao serem perguntados sobre o caminho adiante, muitos respondentes mencionaram incertezas sobre o futuro devido às mudanças nas lideranças políticas e suas respectivas agendas.

A coleta de dados sobre a saúde de refugiados e migrantes também foi um tema de atenção. Embora apenas um terço dos Estados-membros afirmarem coletar e disseminar dados sobre *status* migratório e outras variáveis relacionadas, mais da metade reportou ter medidas para resguardar o uso inadequado dessas informações. Dessa forma, a OMS entende que, na realidade, mais países coletam dados relacionados à migração, porém de maneira não-sistemática ou rotineira. Em adição a isso, a variedade de iniciativas e abordagens reportadas na pesquisa indica que as dinâmicas migratórias são múltiplas, exigindo respostas adaptadas ao nível nacional. Por fim, foi identificada uma necessidade de intervenções direcionadas nas áreas em que a implementação do GAP está atrasada, e a assistência técnica e o apoio para desenvolvimento das capacidades locais tornam-se fundamentais em diferentes áreas.

O caminho a seguir

O Capítulo *"The Way Forward"* (o caminho a seguir) apresenta diretrizes para o avanço da saúde de refugiados e migrantes, destacando que, embora haja progresso, este permanece limitado e desigual. O documento evidencia que a inclusão dessas populações nos sistemas de saúde ainda é fragmentada, com lacunas importantes na produção de dados, na integração à cobertura universal e na capacitação dos profissionais. Assim, o reconhecimento do direito à saúde não se traduz plenamente em acesso efetivo.

No campo da governança, o relatório aponta fragilidades na coordenação institucional e na articulação entre setores, o que compromete a implementação de políticas consistentes. Esse cenário é agravado pela redução de financiamento e pela instabilidade política, que ameaçam a continuidade de programas essenciais. Dessa forma, as respostas permanecem muitas vezes pontuais e insuficientes frente à complexidade dos fluxos migratórios contemporâneos.

Sob uma perspectiva crítica, o capítulo revela uma contradição central: apesar do consenso internacional sobre a necessidade de inclusão, a efetivação dessas políticas esbarra em barreiras políticas e ideológicas. O avanço de discursos anti-imigração e a priorização de agendas nacionais restritivas indicam que a saúde de migrantes está diretamente condicionada por disputas geopolíticas mais amplas, limitando avanços concretos.

O relatório também enfatiza a importância de fortalecer dados e evidências, bem como de desenvolver políticas sensíveis às especificidades das populações migrantes. No entanto, a ênfase técnica pode ser considerada insuficiente sem mudanças estruturais, especialmente no que se refere à participação efetiva dessas populações nos processos decisórios e ao compromisso político dos Estados na garantia de direitos.

Por fim, ao abordar financiamento e cooperação internacional, o capítulo propõe maior mobilização de atores e compartilhamento de conhecimento. Ainda que relevantes, tais estratégias não substituem a necessidade de ações estatais robustas e sustentáveis. Em síntese, o relatório indica que os caminhos estão bem definidos, mas sua implementação permanece limitada, revelando que a saúde de refugiados e migrantes segue como um desafio estrutural nas agendas globais.

Conclusão

Por fim, a conclusão sintetiza os principais argumentos do relatório, ressaltando que a saúde de refugiados e migrantes continua marcada por desigualdades persistentes em relação às populações locais. Apesar de avanços normativos e maior reconhecimento institucional do tema, o acesso equitativo aos serviços de saúde permanece limitado, evidenciando brechas importantes na efetivação de políticas inclusivas.

O relatório reforça a necessidade de fortalecimento de sistemas de saúde capazes de incorporar as especificidades dessas populações, destacando a importância da ampliação do monitoramento, da melhoria dos sistemas de informação e da formulação de políticas baseadas em evidências. Também é enfatizada a relevância da cooperação internacional como elemento estratégico para enfrentar desafios que ultrapassam fronteiras nacionais.

O último capítulo reafirma a integração de refugiados e migrantes nos sistemas nacionais de saúde como eixo central para a promoção da equidade, destacando essa diretriz como fundamental para ampliar o acesso e a qualidade dos serviços. Enfatizando a importância de considerar diferentes contextos nacionais na implementação dessas propostas, reconhecendo que os sistemas de saúde possuem capacidades e desafios distintos. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de adaptação das estratégias às realidades locais, de modo a favorecer a efetividade das políticas e a ampliação da cobertura em saúde.

Referência

OMS. **World Report on promoting the health of refugees and migrants**: Monitoring progress on the WHO global action plan. Genebra, 2026. Disponível em: https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/d62502a5-fd7a-431f-b90c-7864e227e9db/content. Acesso em: 13 abr. 2026.

Desaceleração na redução da mortalidade infantil e juvenil no mundo: desigualdades persistentes e desafios para o alcance dos ODS

Slowing progress in reducing child and youth mortality worldwide: persistent inequalities and challenges to achieving the SDGs

Desaceleración en la reducción de la mortalidad infantil y juvenil en el mundo: desigualdades persistentes y desafíos para alcanzar los ODS

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: O relatório Níveis e Tendências da Mortalidade Infantil – Relatório 2025, elaborado pelo Grupo Interagências das Nações Unidas para a Estimativa da Mortalidade Infantil, apresenta as estimativas globais mais recentes sobre mortalidade de crianças, adolescentes e jovens no período de 1990 a 2024, destacando tendências, causas e desigualdades. Este boletim analisa os principais achados do documento, evidenciando que, embora tenha havido avanços significativos na redução da mortalidade infantil nas últimas décadas, o ritmo de progresso desacelerou após 2015, colocando em risco o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. O relatório aponta que a maioria dessas mortes é evitável, estando associada a causas como complicações neonatais, doenças infecciosas e fatores estruturais como pobreza, desigualdade e acesso limitado a serviços de saúde de qualidade. Entre adolescentes e jovens, destacam-se causas externas, como violência, acidentes de trânsito e suicídio. O documento também evidencia importantes lacunas nos sistemas de informação, especialmente em países de baixa renda, que dificultam o monitoramento adequado. Conclui-se que a aceleração do progresso depende de investimentos sustentados em atenção primária à saúde, melhoria da qualidade do cuidado materno e neonatal e enfrentamento das desigualdades sociais, com foco nos contextos mais vulneráveis.

Palavras-chave: Mortalidade infantil; Mortalidade neonatal; Desigualdades em saúde; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Resumen: *El informe Levels and Trends in Child Mortality – Report 2025, elaborado por el United Nations Inter-agency Group for Child Mortality Estimation, presenta las estimaciones globales más recientes sobre la mortalidad de niños, adolescentes y jóvenes entre 1990 y 2024, destacando tendencias, causas y desigualdades. Este boletín analiza los principales hallazgos del documento, evidenciando que, aunque se han logrado avances significativos en la reducción de la mortalidad infantil en las últimas décadas, el ritmo de progreso se ha desacelerado desde 2015, poniendo en riesgo el cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible para 2030. La mayoría de estas muertes son evitables y están asociadas a complicaciones neonatales, enfermedades infecciosas y determinantes estructurales como la pobreza, la desigualdad y el acceso limitado a servicios de salud de calidad. Entre adolescentes y jóvenes predominan causas externas como la violencia, los accidentes de tránsito y el suicidio. El informe también destaca*

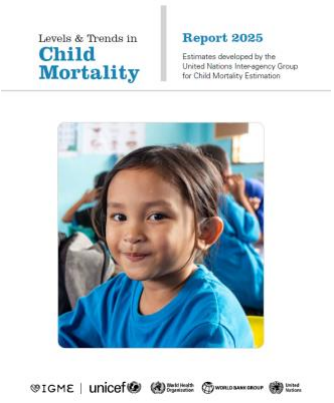
importantes brechas en los sistemas de información, especialmente en países de bajos ingresos. Se concluye que acelerar el progreso requiere inversiones sostenidas en atención primaria de salud, mejora de la calidad de la atención materna y neonatal, y acciones para reducir las desigualdades sociales, con énfasis en las poblaciones más vulnerables.

Palabras clave: *Mortalidad infantil; Mortalidad neonatal; Desigualdades en salud; Objetivos de Desarrollo Sostenible*

Abstract*: The Levels and Trends in Child Mortality – Report 2025, produced by the United Nations Inter-agency Group for Child Mortality Estimation, provides the most recent global estimates on mortality among children, adolescents, and youth from 1990 to 2024, highlighting trends, causes, and inequalities. This brief analyzes the report's key findings, showing that although significant progress has been made in reducing child mortality over recent decades, the pace of improvement has slowed since 2015, jeopardizing the achievement of the Sustainable Development Goals by 2030. Most of these deaths are preventable and are linked to causes such as neonatal complications, infectious diseases, and structural determinants including poverty, inequality, and limited access to quality health services. Among adolescents and youth, external causes such as violence, road traffic injuries, and suicide predominate. The report also highlights significant data gaps, particularly in low-income countries, which hinder effective monitoring. Accelerating progress will require sustained investments in primary health care, improved quality of maternal and neonatal care, and strategies to address social inequalities, with a focus on the most vulnerable populations.*

Keywords: *Child mortality; Neonatal mortality; Health inequalities; Sustainable Development Goals*

Introdução



O relatório Níveis e Tendências da Mortalidade Infantil – Relatório 2025, publicado em 17 de março de 2026 pelo Grupo Interagências das Nações Unidas para a Estimativa da Mortalidade Infantil (UN IGME), constitui a principal referência global sobre a evolução da mortalidade entre crianças, adolescentes e jovens. Trata-se de um instrumento central para o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente das metas relacionadas à redução da mortalidade infantil e juvenil. Liderado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em colaboração com a Organização Mundial da Saúde, Banco Mundial e Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (UN DESA), o documento de 140 páginas apresenta as principais estimativas para o período de 1990 a 2024 e, pela primeira vez, integra de forma sistemática dados de mortalidade total com estimativas consolidadas de causas de morte, mostrando as causas que levam as crianças a morrer em diferentes faixas etárias.

Com esse nível de detalhamento de evidências, é possível identificas onde certas ações são mais urgentes e necessárias e quais intervenções deverão ter maior impacto. Ainda assim, importante reconhecer que persistem lacunas importantes nos dados, principalmente nos

países com maior incidência; e reduzir isso é fundamental para direcionar as intervenções de forma eficaz e acelerar o progresso rumo ao fim das mortes infantis evitáveis em todo o mundo.

Apenas a título de informação, a mortalidade infantil é definida como o número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade por mil nascidos vivos em um determinado local e período. Funciona como um indicador crucial das condições de vida, saúde, saneamento e desenvolvimento socioeconômico de uma população. O cálculo da taxa é feito a partir do Número de óbitos menores de 1 ano/1.000 nascidos vivos. Dentro da Mortalidade Infantil, ainda há os componentes: neonatal precoce (0 a 6 dias de vida), neonatal tardio (7 a 27 dias de vida), e pós-neonatal (28 a 364 dias de vida). A Mortalidade na Infância, por sua vez, tem sua taxa calculada a partir do Número de óbitos dos menores de 5 anos/1.000 nascidos vivos.

O documento confirma uma tendência ambivalente: ao mesmo tempo em que se registra progressos históricos na redução da mortalidade (1 em cada 27 crianças morreu antes de completar cinco anos em 2024, em comparação com 1 em cada 11 em 1990), evidencia uma desaceleração preocupante nos últimos anos, com profundas desigualdades geográficas e sociais, e um risco concreto de não cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

Logo no início do documento, é apresentada uma síntese do panorama global mais recente e estabelecido um tom de alerta. Em 2024, cerca de 7 milhões de mortes ocorreram entre indivíduos de 0 a 24 anos, sendo 4,9 milhões entre menores de cinco anos e aproximadamente 2,1 milhões entre 5 e 24 anos. Isso equivale a cerca de 13.400 mortes diárias de crianças menores de cinco anos. Um dado relevante é que quase metade dessas mortes (aproximadamente 2,3 milhões) ocorre no período neonatal, ou seja, nos primeiros 28 dias de vida, consolidando uma tendência de crescente concentração da mortalidade nesse período. O relatório destaca ainda que, apesar da redução global acumulada desde 1990 (superior a 50% na mortalidade de menores de cinco anos), o ritmo de queda desacelerou significativamente após 2015.

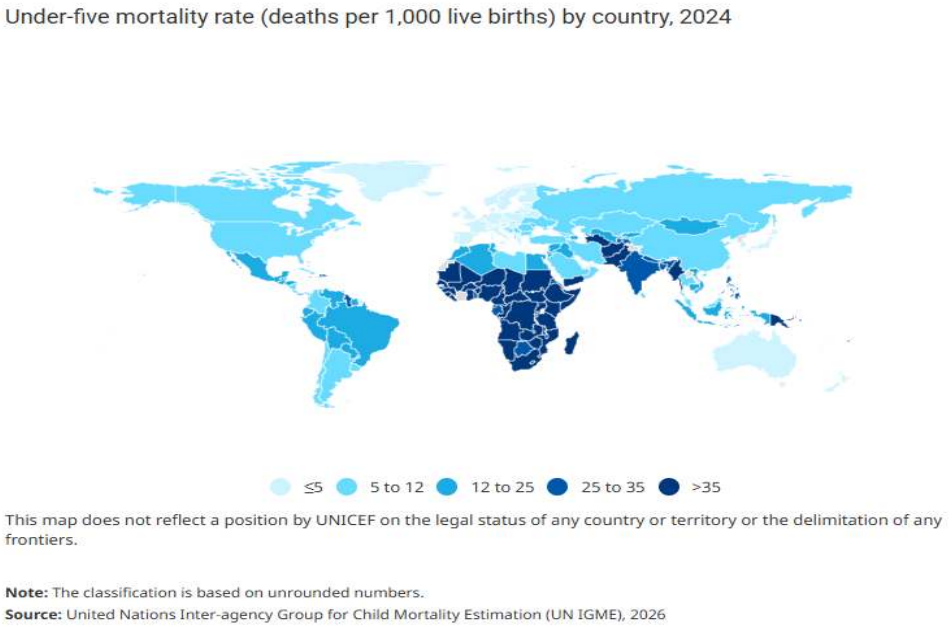
Na “Introdução” do relatório são reconhecidos os avanços em perspectiva histórica. Entre 2000 e 2015, o mundo vivenciou uma fase de aceleração expressiva na redução da mortalidade infantil, impulsionada por iniciativas globais, expansão da cobertura de intervenções custo-efetivas (como vacinação, terapia de reidratação oral e controle da malária) e aumento do financiamento internacional. Entretanto, o período posterior é marcado por desaceleração do progresso, agravada por múltiplas crises sobrepostas, incluindo a pandemia de COVID-19, conflitos armados e instabilidade econômica global. Esses fatores impactaram tanto a oferta quanto a demanda por serviços de saúde, interrompendo trajetórias de melhoria em diversos países.

Enfatiza-se que a mortalidade infantil é determinada por desigualdades estruturais. Crianças nascidas em países de baixa renda apresentam um risco de morte antes dos cinco anos que pode ser até dez vezes maior do que aquelas em países de alta renda. Além disso, países em situação de fragilidade, conflito ou crise humanitária concentram uma parcela crescente das mortes globais, indicando uma interseção crítica entre saúde e contextos geopolíticos. Apesar de muitas dessas mortes serem evitáveis com intervenções conhecidas e de baixo custo, persistem desigualdades profundas entre regiões, países e grupos populacionais, havendo falhas importantes na cobertura e, sobretudo, na qualidade da atenção à saúde.

Tendências e causas globais de mortalidade de menores de cinco anos

Na seção dedicada às tendências e causas globais de mortalidade de menores de cinco anos, observa-se que o mundo fez progressos notáveis na sobrevivência infantil nas últimas três décadas, e milhões de crianças têm melhores chances de sobrevivência do que em 1990 (1 em cada 27 crianças morreu antes de completar cinco anos em 2024, em comparação com 1 em cada 11 em 1990). No entanto, o progresso na redução da mortalidade infantil (menores de cinco anos) diminuiu na primeira metade da era dos ODS (2015–2024) em comparação com o que foi alcançado na era dos ODM (2000–2015). Globalmente, a taxa anual de redução da mortalidade infantil diminuiu de 3,9% em 2000–2015 para 1,5% em 2015–2024, indicando uma possível estagnação.

Globalmente, doenças infecciosas, incluindo pneumonia, diarreia e malária, continuam sendo uma das principais causas de morte em crianças menores de cinco anos, juntamente com desnutrição, que frequentemente aumenta a vulnerabilidade de adquirir outras doenças. Além disso, a análise mostra que o risco de morte antes dos cinco anos continua extremamente desigual: crianças nascidas na África Subsaariana e no Sul da Ásia possuem risco maior de morrer antes do quinto aniversário em comparação com aquelas nascidas em regiões de alta renda. Nesses contextos, fatores estruturais como pobreza, desigualdade de gênero, baixa escolaridade materna, acesso limitado a serviços de saúde de qualidade e instabilidade política contribuem para a manutenção de níveis elevados de mortalidade. Países afetados por conflitos, fragilidade institucional e crises humanitárias também concentram uma proporção crescente das mortes. A análise também ressalta disparidades internas aos países, com diferenças significativas entre áreas urbanas e rurais, e entre grupos socioeconômicos.



Especificamente no que se refere à mortalidade neonatal, o relatório aponta que este é o componente mais resistente à redução e o momento mais vulnerável para a sobrevivência de uma criança. As crianças enfrentam o maior risco de morte no primeiro mês de vida, com uma taxa média global de 17,2 óbitos por 1.000 nascidos vivos em 2024, uma redução de 53% em relação aos 36,6 óbitos por 1.000 nascidos vivos em 1990. Em comparação, a probabilidade de morte após o primeiro mês e antes de completar 1 ano foi estimada em 10,7 óbitos por 1.000 e a probabilidade de morte após completar 1 ano e antes de completar 5 anos foi estimada em

10,0 óbitos por 1.000 em 2024. Globalmente, 2,3 milhões de crianças morreram no primeiro mês de vida em 2024 – aproximadamente 6.200 óbitos neonatais por dia.

Neonatal mortality rate (deaths per 1,000 live births) by country, 2024



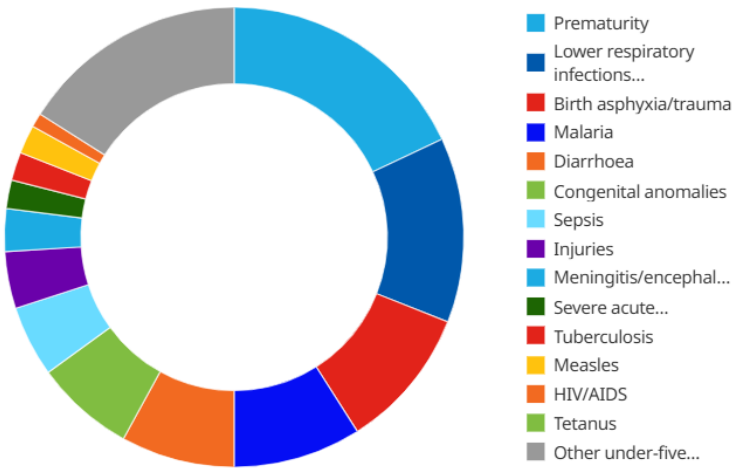
≤5 5 to 12 12 to 25 25 to 35 >35

This map does not reflect a position by UNICEF on the legal status of any country or territory or the delimitation of any frontiers.

Source: *United Nations Inter-agency Group for Child Mortality Estimation (UN IGME), 2026*

Quase metade das mortes de crianças menores de cinco anos ocorre nos primeiros 28 dias de vida, o que reflete desafios persistentes relacionados à qualidade da atenção ao parto, nascimento e ao cuidado neonatal imediato. As principais causas de morte neonatal incluem, como mencionado acima, prematuridade, complicações durante o parto (como asfixia) e infecções. A queda mais lenta nesse período contrasta com os avanços mais rápidos observados na redução de mortes por doenças infecciosas em crianças maiores, como pneumonia, diarreia e malária, evidenciando a necessidade de maior investimento em sistemas de saúde perinatais.

Cause of death distribution for under-five deaths, World (2024)



Source: Child and Adolescent Causes of Death Estimation project (2026) for the years 2000–2024.

Em síntese, a análise por faixa etária revela que, entre crianças de 1 a 59 meses, houve progresso significativo na redução de mortes por causas evitáveis, especialmente graças à expansão de intervenções como vacinação, tratamento de doenças infecciosas e melhoria das condições nutricionais. Ainda assim, essas causas continuam sendo responsáveis por uma parcela importante da mortalidade em países de baixa renda.

Tendências e causas globais de mortalidade de crianças maiores de cinco anos, adolescentes e jovens

Na seção seguinte, o relatório desloca o foco para a faixa de 5 a 24 anos e revela um perfil distinto. Embora o volume absoluto de mortes seja menor do que em menores de cinco anos, ainda são cerca de 2,1 milhões de mortes anuais, o que representa uma carga significativa e frequentemente negligenciada. Doenças infecciosas e lesões ainda desempenham papel relevante entre crianças mais novas, enquanto entre adolescentes e jovens predominam causas externas, como acidentes de trânsito, violência interpessoal e suicídio. O suicídio é a principal causa entre meninas de 15 a 19 anos e os acidentes de trânsito entre os meninos, na mesma faixa etária, em 2024. Além disso, meninas podem ser mais vulneráveis a determinadas condições relacionadas à saúde reprodutiva em contextos específicos. A inclusão sistemática dessas estimativas de causas representa um avanço metodológico importante, pois permite orientar melhor as políticas de prevenção.

Já no Brasil, no mesmo ano, a violência foi responsável por quase metade (49%) das mortes de meninos de 15 a 19 anos, com doenças não-transmissíveis ocupando o segundo lugar (18%). Acidentes de trânsito foram a terceira causa mais comum (14% das mortes). Entre meninas na mesma faixa etária, doenças não-transmissíveis foram a principal causa de morte (37%), seguidas por doenças transmissíveis (17%), pela violência (12%) e pelo suicídio (10%).

Lacunas de dados: limitações estruturais comprometem monitoramento e resposta

A seção sobre lacunas de dados evidencia um dos principais desafios para a governança global em saúde. Em muitos países, especialmente na África Subsaariana, menos de 50% das mortes são registradas em sistemas oficiais, o que obriga o uso de modelos estatísticos para estimativas.

Essa limitação compromete a capacidade de identificar com precisão as causas de morte e de monitorar desigualdades internas. A subnotificação é particularmente acentuada em áreas rurais, populações mais pobres e contextos de fragilidade institucional.

O relatório enfatiza que o fortalecimento dos sistemas de registro civil e estatísticas vitais não é apenas uma questão técnica, mas um componente essencial das políticas de saúde, pois dados de qualidade são fundamentais para orientar intervenções e alocar recursos de forma eficiente.

A seção também aponta desigualdades internas nos dados, com subnotificação maior em áreas rurais e populações vulneráveis. O fortalecimento dos sistemas de informação é apresentado como condição essencial para políticas públicas mais eficazes

Conclusões

Nas "*Conclusões*", o relatório retoma seus principais achados e reforça o caráter urgente das ações necessárias. É enfatizado que o mundo não está no caminho para atingir as metas dos ODS relacionadas à mortalidade infantil até 2030. Mantidas as tendências atuais, milhões de

mortes evitáveis continuarão a ocorrer. O documento chama atenção para a necessidade de acelerar o progresso especialmente nos países com maior carga de mortalidade, por meio de investimentos em atenção primária à saúde, cuidado materno e neonatal de qualidade e políticas intersetoriais que enfrentem determinantes sociais como pobreza, educação e nutrição. A equidade aparece como eixo central: reduzir desigualdades é condição para avançar globalmente.

O documento defende uma agenda centrada em três eixos principais: (1) aceleração do progresso nos países de maior carga, (2) melhoria da qualidade da atenção à saúde, especialmente no período neonatal, e (3) redução das desigualdades estruturais, incluindo pobreza, insegurança alimentar e acesso desigual a serviços. Há também um chamado para reforço da cooperação internacional e do financiamento sustentável, bem como para a integração entre diferentes áreas de políticas públicas.

*A seção *Annex: Estimating child mortality* detalha os métodos utilizados pelo *United Nations Inter-agency Group for Child Mortality Estimation* para gerar as estimativas. São descritos modelos estatísticos que integram diferentes fontes de dados, como censos, pesquisas domiciliares e registros administrativos. O relatório explica como são tratados problemas como sub-registro, inconsistências e ausência de dados em determinados países. Também descreve os intervalos de incerteza associados às estimativas e os processos de validação utilizados. Um avanço metodológico importante desta edição é a integração mais consistente entre estimativas de mortalidade total e de causas de morte.

*A seção de *Statistical tables* apresenta um amplo conjunto de dados desagregados por país, região, faixa etária e período. Nela, é possível observar, por exemplo, as taxas específicas de mortalidade neonatal, infantil e de menores de cinco anos para praticamente todos os países do mundo, além de séries históricas desde 1990. As tabelas também permitem identificar países que já atingiram as metas dos ODS e aqueles que estão mais distantes, evidenciando padrões de desigualdade global e regional. Esses dados são fundamentais para análises comparativas e para o planejamento de políticas públicas baseadas em evidências.

Recomendações

Mudanças no cenário global de financiamento para o desenvolvimento — incluindo a queda na ajuda internacional — estão colocando programas essenciais de saúde materna, neonatal e infantil sob crescente pressão. Pesquisas, sistemas de informação em saúde e funções essenciais que sustentam os serviços de saúde precisam de financiamento contínuo não só para preservar os atuais avanços, mas para acelerá-los.

As evidências mostram que investimentos em saúde infantil estão entre as medidas de desenvolvimento mais efetivas. Intervenções comprovadas e de baixo custo — como vacinas, tratamento da desnutrição e profissionais de saúde qualificados na gestação, parto e pós-parto — dão alguns dos maiores retornos em saúde global, aumentando a produtividade, fortalecendo economias e reduzindo gastos públicos futuros. Cada dólar investido na sobrevivência infantil pode gerar até vinte dólares em benefícios sociais e econômicos.

Para acelerar o progresso e salvar vidas, governos, doadores e parceiros devem:

- **Tornar a sobrevivência infantil uma prioridade política e financeira**, com compromisso dos países mais afetados para mobilizar recursos internos e ampliar o acesso a serviços de qualidade, baseados em evidências e acessíveis a todos.

- **Focar naqueles em maior risco**, especialmente mães e crianças na África Subsaariana e no Sul da Ásia, e em contextos frágeis e de conflito.
- **Fortalecer o cumprimento dos compromissos existentes** para reduzir mortes maternas, neonatais e infantis, incluindo registro de dados de forma transparente, assim como monitoramento e a divulgação.
- **Investir em sistemas de atenção primária à saúde** para prevenir, diagnosticar e tratar as principais causas de morte entre crianças, incluindo por meio de agentes comunitários de saúde e assistência qualificada no parto.

Referências

1. United Nations Inter-agency Group for Child Mortality Estimation. Levels and trends in child mortality: report 2025. New York: UNICEF; 2026. Disponível em: https://data.unicef.org/resources/levels-and-trends-in-child-mortality-2025/
2. UNICEF. Progresso na redução das mortes infantis desacelera no mundo enquanto 4,9 milhões de crianças menores de cinco anos morreram em 2024 [Internet]. 2026 [citado 2026 abr. 13]. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/progresso-na-reducao-das-mortes-infantis-desacelera-no-mundo-enquanto-4-virgula-9-milhoes-criancas-menores-de-cinco-anos-morreram-em-2024
3. UNICEF. Neonatal mortality [Internet]. UNICEF Data; 2026 [citado 2026 abr. 13]. Disponível em: https://data.unicef.org/topic/child-survival/neonatal-mortality/

Os preços e a inflação dos alimentos e a segurança alimentar e nutricional global

Los precios y la inflación de los alimentos, y la seguridad alimentaria y nutricional mundial

Food prices and inflation, and global food and nutrition security

Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva

Resumo. Nesse informe, serão abordados os dos preços dos alimentos e a inflação específica sobre esses produtos, incluindo sua relação com a segurança alimentar e nutricional e a dupla carga da má nutrição, bem como os riscos atuais considerando a guerra no Oriente Médio e suas consequências globais, bem como a situação do Brasil.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional global. Preço dos alimentos. Inflação.

Resumen. *En este informe se abordarán los precios de los alimentos y la inflación específica de estos productos, incluyendo su relación con la seguridad alimentaria y nutricional y la doble carga de la malnutrición, así como los riesgos actuales derivados de la guerra en Oriente Medio y sus consecuencias a nivel mundial, además de la situación en Brasil.*

Palabras clave: *Seguridad alimentaria y nutricional mundial. Precios de los alimentos. Inflación.*

Abstract. *This report will address food prices and inflation specific to these products, including their relationship to food and nutritional security and the double burden of malnutrition, as well as current risks arising from the war in the Middle East and its global consequences, and the situation in Brazil.*

Keywords: *Global food and nutrition security. Food prices. Inflation.*

A atual crise global de preços e inflação de alimentos é possivelmente a maior da história humana moderna, com profundos impactos sobre a segurança alimentar e nutricional (SAN). Agravam esse cenário a dupla carga da má nutrição presente em muitos países, que combina a persistência da desnutrição com o crescimento da obesidade. Embora esses problemas tenham múltiplas determinações sociais, nosso informe concentra-se nos efeitos dos preços dos alimentos sobre a SAN sob a ótica dessa dupla carga, o que exige monitoramento contínuo, políticas nacionais consistentes e apoio permanente dos organismos internacionais para mitigar e evitar suas consequências.

A relação entre preços dos alimentos e SAN é intuitiva: os preços influenciam diretamente as escolhas alimentares, efeito mais agudo entre grupos de menor renda, nos quais os gastos com alimentação consomem a maior parte do orçamento. Em um primeiro nível de insegurança alimentar e nutricional, há comprometimento da qualidade dos alimentos adquiridos e consumidos; com o agravamento da insegurança, a quantidade também é afetada, podendo levar, nos casos extremos, à fome.

Esse quadro torna-se ainda mais crítico diante de eventos geopolíticos recentes, como a guerra contra o Irã que levou ao bloqueio do Estreito de Ormuz, cujas consequências sobre os preços de combustíveis e fertilizantes ameaçam agravar a inflação de alimentos nos países e gerar consequências sobre a segurança alimentar e nutricional global, segundo preocupações já externadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

No caso específico do Brasil, esses efeitos podem ser duplamente danosos, tendo em vista a dependência do transporte rodoviário de produtos e o modelo agroexportador de commodities que é altamente dependente de tecnologia e insumos, como os fertilizantes, que tornam o país muito vulnerável à volatilidade internacional de preços e disponibilidade desses insumos.

As ameaças globais da atualidade aos preços dos alimentos

De acordo com o mais recente índice de referência divulgado no início de abril de 2026 pela FAO, os preços mundiais das commodities alimentares subiram em março de 2026 pelo segundo mês consecutivo, devido principalmente ao aumento dos preços da energia ligado à escalada do conflito no Oriente Próximo. Por exemplo, o Índice de Preços dos Alimentos da organização, que acompanha as variações mensais nos preços internacionais de uma cesta de commodities alimentares negociadas globalmente, teve média de 128,5 pontos em março, alta de 2,4% em relação a fevereiro e 1,0% acima do nível registrado um ano antes.

A questão do aumento do preço dos alimentos já vinha sendo observada, na medida em que o Índice de Preços de Cereais da FAO mostrava aumento de 1,5% em relação ao mês anterior, impulsionado principalmente pela alta dos preços mundiais do trigo, que subiram 4,3%. Dentre os motivos apontados para essas variações, destacam-se a deterioração das perspectivas de colheita causada pela seca nos Estados Unidos da América e as expectativas de redução do plantio na Austrália por causa do aumento dos custos de fertilizantes. Nesse mesmo campo, as cotações globais do milho subiram ligeiramente, pois a ampla disponibilidade global compensou as preocupações com a acessibilidade dos fertilizantes e o suporte indireto das maiores perspectivas de demanda por etanol ligadas ao aumento dos preços da energia. O Índice de Preços do Arroz da FAO, por sua vez, caiu 3,0% em março, influenciado pelo momento da colheita, pela demanda mais fraca por importações e pelas desvalorizações cambiais em relação ao dólar americano.

Segundo o Economista-Chefe da FAO, Máximo Torero, até agora os aumentos de preços desde o início do conflito foram modestos, impulsionados principalmente pela alta do petróleo e amortecidos pelas amplas ofertas globais de cereais. Todavia, reflete que, se o conflito se estender por mais de 40 dias, com altos custos de insumos e as atuais margens baixas, os agricultores terão que escolher: cultivar a mesma área com menos insumos, plantar menos ou mudar para culturas menos intensivas em fertilizantes. Essas escolhas afetarão os rendimentos futuros e moldarão nossa oferta de alimentos e os preços das commodities pelo resto deste ano e por todo o próximo.

Como veremos a seguir, os índices de preços de grande parte dos grupos de alimentos já estão com tendência de aumento desde 2025 e, com um choque global, os aumentos podem acelerar. Por exemplo, o Índice de Preços de Óleos Vegetais da FAO aumentou 5,1% de fevereiro para março, ficando 13,2% acima do nível do ano anterior. As cotações internacionais dos óleos de palma, soja, girassol e canola subiram, refletindo os efeitos colaterais dos fortes aumentos nos preços do petróleo bruto, o que catalisou expectativas de maior demanda por biocombustíveis.

O Índice de Preços da Carne da FAO, por sua vez, aumentou 1,0% em relação ao mês anterior, impulsionado por uma disparada nos preços da carne suína na União Europeia antes do fortalecimento da demanda sazonal, juntamente com a alta dos preços mundiais da carne bovina, especialmente no Brasil, onde a oferta exportável foi reduzida pela menor disponibilidade de gado. Os preços da carne ovina e de aves caíram, em parte devido a restrições logísticas que limitaram o acesso aos mercados do Oriente Próximo.

Em continuidade, o Índice de Preços de Laticínios da FAO aumentou 1,2%, impulsionado principalmente por cotações mais altas de leite em pó em meio a uma queda sazonal na oferta na Oceania. Os preços internacionais do queijo caíram ainda mais na União Europeia, impulsionados pela maior produção e pela fraca demanda por exportações, enquanto subiram na Oceania por razões opostas.

Ainda, o Índice de Preços do Açúcar da FAO aumentou 7,2% em março. Avaliou-se, em relação a este produto, que as crescentes expectativas de que o Brasil, o principal exportador de açúcar, usasse mais cana-de-açúcar para produzir etanol a fim de contrabalançar os preços mais altos do petróleo bruto internacional superaram um panorama geral favorável da oferta global para a temporada atual, apoiado pelo bom andamento da colheita na Índia e na Tailândia.

Ao mesmo tempo a FAO também divulgou hoje avaliações atualizadas da produção global de trigo e milho em 2026, ambas parecendo caminhar para uma queda modesta em relação aos níveis elevados, embora permanecendo acima das médias dos últimos cinco anos.

Com a maior parte da safra mundial de trigo já plantada, a FAO prevê colheitas globais de 820 milhões de toneladas, uma queda de 1,7% em relação ao ano anterior. Preços mais baixos e condições climáticas adversas devem conter a produção de trigo na União Europeia, na Federação Russa e nos Estados Unidos da América, enquanto a produção na Índia deve atingir um recorde histórico. A melhora nas chuvas deve aumentar os rendimentos e a produção total na República Islâmica do Irã, na Turquia e em todo o Norte da África. Por outro lago, a colheita de milho já está em andamento abaixo da linha do equador, e espera-se que a produção esteja acima da média na Argentina, no Brasil e na África do Sul.

No entanto, a escalada do conflito no Oriente Próximo, com os consequentes aumentos nos preços de energia e fertilizantes e as interrupções nas rotas de produção e cadeia de suprimentos, bem como a perspectiva de alguns agricultores mudarem para culturas menos intensivas em fertilizantes, introduziu incertezas adicionais nas perspectivas para o trigo e o milho, de acordo com o novo Resumo de Oferta e Demanda de Cereais.

A FAO também atualizou várias previsões, projetando agora a produção global de cereais em 2025 em 3.036 milhões de toneladas, 5,8% maior que no ano anterior. A produção mundial de arroz deve se expandir 2,0%, impulsionada por Bangladesh, Brasil, China, Índia e Indonésia, atingindo um recorde de 563,3 milhões de toneladas.

A utilização mundial de cereais em 2025/26 deve aumentar 2,4% no ano, para 2.945 milhões de toneladas, enquanto os estoques globais de cereais provavelmente se expandirão 9,2%, para 951,5 milhões de toneladas. A relação estoque e o uso mundial de cereais no final das safras em 2025/26 está projetada em 32,2%, destacando uma situação geral confortável da oferta global. A previsão da FAO para o comércio mundial de cereais em 2025/26 é de 505,3 milhões de toneladas.

Esses fatos dialogam diretamente com o que uma entrevista recente de Torero, em que fez um alerta em relação à atual interrupção no corredor comercial do Estreito de Ormuz, que está desencadeando um dos choques mais severos aos fluxos globais de commodities nos anos recentes, com implicações significativas para a segurança alimentar e nutricional global, a produção agrícola e os mercados mundiais. Torero destacou que o tráfego de petroleiros pelo Estreito de Ormuz colapsou mais de 90 por cento em poucos dias desde a escalada do conflito, sendo que essa artéria vital para o comércio global normalmente transporta cerca de 20 milhões de barris de petróleo por dia (aproximadamente 35 por cento do fluxo global de petróleo bruto) junto com um quinto do gás natural liquefeito (GNL) mundial e até 30 por cento dos fertilizantes comercializados internacionalmente.

Ainda segundo Torero, não se trata apenas de um choque energético, mas sim de um choque sistêmico que afeta os sistemas agroalimentares globalmente, e ele enfatizou que a região do Golfo é responsável por quase metade do comércio global de enxofre, um insumo crítico usado para produzir ácido sulfúrico, necessário para processar rocha fosfática em fertilizantes. As interrupções no fornecimento de enxofre correm o risco de fraturar a produção global de fertilizantes fosfatados, inclusive em grandes países produtores. As restrições ao transporte marítimo foram agravadas pela disparada dos custos de seguro: após a expansão das zonas de alto risco no início de março, os prêmios de seguro de risco de guerra subiram de 0,25 por cento para até 10 por cento do valor da embarcação, com a cobertura agora sendo renovada a cada sete dias, e mesmo em caso de desescalada, as condições normais de navegação podem levar meses para serem retomadas.

O economista-chefe apontou que as interrupções já estão se traduzindo em custos mais altos para os agricultores em todo o mundo, com os preços dos fertilizantes subindo acentuadamente: a ureia granular do Oriente Médio aumentou 19% na primeira semana de março, enquanto os preços da ureia egípcia dispararam 28%. Dado que o gás natural é a principal matéria-prima para fertilizantes nitrogenados, o aumento dos preços da energia deve manter pressão de alta sobre os custos dos fertilizantes, e as projeções da FAO indicam que os preços globais dos fertilizantes podem ficar, em média, 15 a 20% mais altos no primeiro semestre de 2026 se a crise persistir. Torero ressaltou que os agricultores estão enfrentando um duplo choque de custos: fertilizantes mais caros junto com o aumento dos custos de combustível que afeta toda a cadeia de valor agrícola, incluindo irrigação e transporte, e que, em resposta, muitos produtores provavelmente reduzirão a aplicação de fertilizantes ou mudarão para culturas menos intensivas em insumos.

Torero lembrou que, como o uso de fertilizantes segue uma resposta de rendimento não linear, mesmo reduções modestas podem resultar em quedas desproporcionalmente grandes na produtividade das culturas, particularmente em regiões onde o uso de base já é baixo. Durante a coletiva, ele enfatizou que a duração da crise determinará a escala de seu impacto global: no caso de uma interrupção de curto prazo de até um mês, espera-se que os impactos permaneçam contidos, pois os estoques globais de alimentos são atualmente suficientes e os mercados podem se estabilizar em aproximadamente três meses, uma vez que o Índice de Preços dos Alimentos da FAO permanece cerca de 21 por cento abaixo do pico de março de 2022. Contudo, se a interrupção persistir por três meses ou mais, os riscos aumentam significativamente, afetando as decisões globais de plantio para 2026 e além. Em um cenário de interrupção de médio prazo, a FAO antecipa rendimentos reduzidos para culturas intensivas em fertilizantes, como trigo, arroz e milho, substituição de culturas por aquelas fixadoras de nitrogênio, como a

soja, e aumento da concorrência da produção de biocombustíveis à medida que os preços mais altos do petróleo estimulam a demanda por matérias-primas agrícolas.

Torero ressaltou ainda que os efeitos da crise variarão dependendo dos ciclos das culturas e das dependências de importação, identificando como países atualmente mais vulneráveis: Sri Lanka, onde a colheita de arroz Maha está em andamento; Bangladesh, atualmente em sua crítica estação de arroz Boro; Índia, enfrentando redução da produção doméstica de fertilizantes antes da estação Kharif; Egito, altamente exposto devido à dependência de importações de trigo; Sudão, já enfrentando insegurança alimentar aguda; e, na África Subsaariana, Somália, Quênia, Tanzânia e Moçambique, particularmente expostos devido à alta dependência de importações de fertilizantes. Além destes, grandes exportadores agrícolas, como o Brasil, também podem enfrentar impactos na produção, com possíveis repercussões nos mercados globais.

Em consequência, Torero destacou dois riscos secundários críticos: possíveis declínios nos fluxos de renda das economias do Golfo podem afetar milhões de lares em países em desenvolvimento que dependem de remessas, e restrições à exportação podem apertar ainda mais a oferta global e exacerbar a volatilidade dos preços.

Diante desse quadro, Torero pediu ação internacional urgente e coordenada. No curto prazo, é fundamental estabelecer corredores comerciais alternativos, fornecer apoio financeiro emergencial a países dependentes de importações e garantir que os agricultores tenham acesso a crédito. No médio prazo, os países precisam diversificar as fontes de importação de fertilizantes, fortalecer as reservas regionais e evitar restrições à exportação. No longo prazo, a FAO recomenda investir em agricultura sustentável e eficiente no uso de insumos, ampliar tecnologias alternativas de fertilizantes, como a amônia verde, e tratar os sistemas alimentares como infraestrutura estratégica.

Contudo, os riscos dos sistemas alimentares hegemônicos à SAN global são ainda maiores, pois envolvem questões sistêmicas, como a relação do comércio globalizado com a dupla carga da má nutrição e a relação dos preços de alimentos com a fome e com a obesidade, principalmente para populações vulnerabilizadas, que trataremos a seguir.

O comércio global de alimentos e a dupla carga da má nutrição

Análises das consequências da globalização econômica do comércio de alimentos têm comprovado que seus impactos variam conforme o rendimento familiar e a renda dos países. Por exemplo, há maior risco da dupla carga da má nutrição nas famílias mais pobres dos países de menor renda e esse efeito se atenua com o aumento da renda familiar e nacional. Enquanto isso, a globalização social tem efeitos ainda maiores, visto que aumenta a probabilidade da dupla carga da má nutrição em todos os grupos de rendimentos familiares, particularmente nos países de baixa e média renda (Seferidi *et al.*, 2022).

Considerando a dupla carga da má nutrição, por um lado, com o aumento da fome, particularmente nos últimos anos em que se somam efeitos de crises econômicas, conflitos e da pandemia de Covid-19, mais que dobrou o número de pessoas que enfrentam insegurança alimentar e nutricional aguda em todo o mundo. Em termos absolutos, antes da pandemia de Covid-19 estimava-se que a fome afetava em torno de 149 milhões de pessoas e, depois dela, em 2023, esse número passou a ser de 333 milhões de pessoas. Como resultado, há grande risco de não serem alcançadas as metas de eliminação da fome no mundo para 2030, bem como

outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à alimentação (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2025).

Como a continuidade na escala de insegurança alimentar e nutricional, o relatório sobre o Estado da Insegurança Alimentar da FAO (SOFI – *State of Food Security and Nutrition in the World*) traz o problema da fome do mundo junto com uma questão ainda maior, que é o acesso a alimentos saudáveis (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2025). Esse ponto é igualmente importante, na medida em que a segurança alimentar e nutricional preconiza não somente o acesso a alimentos, mas que esses alimentos precisam ser saudáveis, cultural e socialmente adequados.

Essas situações são também associadas às mudanças climáticas, particularmente os extremos climáticos e meteorológicos no aquecimento global, seca, inundações e precipitação. Esses fenômenos extremos têm causado cada vez mais problemas à produção agrícola, repercutindo inclusive no aumento do preço dos alimentos básicos, levando à insegurança alimentar e desnutrição generalizadas e persistentes para milhões de pessoas (Mirzabaev *et al.*, 2023).

Essa insegurança alimentar grave tem sérios impactos sobre a saúde, tanto imediata quanto futura. Por exemplo, segundo o Estudo de Carga Global da Doença (GBD – *Global Burden of Disease*), em 2019, foram perdidos 68 milhões de anos ajustados por incapacidade devido à desnutrição, correspondendo, ainda, 252 mil mortes globalmente (Chong *et al.*, 2023)(IHME, 2025). Além disso, consequências dessa insegurança grave, tais como a desnutrição crônica entre crianças, trazem comprometimento no desenvolvimento e na cognição, que afetam o desenvolvimento humano até a vida adulta (Soliman *et al.*, 2021).

Em paralelo, segundo o Atlas Mundial da Obesidade 2025 (World Obesity Federation, 2025), alerta que, mantida a atual tendência de crescimento, teremos 79% dos adultos de países de renda baixa e média com excesso de peso (sobrepeso mais obesidade) até 2035 e, tão ou mais preocupantemente, até esse ano serão até 88% das crianças com excesso de peso nesses países. Em termos absolutos, isso significa que o número de adultos com obesidade pode aumentar dos 0,81 milhão em 2020 para cerca de 1,53 milhão em 2035.

Em consequência, mais de 12% das mortes anuais atribuídas às doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs) são associadas ao excesso de peso, contemplando principalmente doenças cardiovasculares, diabetes e cânceres. Essa carga reúne os impactos das mortes prematuras e da morbidade associada ao excesso de peso e à obesidade, totalizando, anualmente, mais de 120 milhões de anos-pessoa perdidos. Vale destacar que, apesar desse impacto global da obesidade, os seus efeitos são mais acentuados nos países de média renda, em que acontecem três quartos dessas mortes e doenças evitáveis em adultos relacionadas ao Índice de Massa Corporal (IMC) elevado.

Os preços dos alimentos e a fome

Segundo Headley e Ruel, a inflação de alimentos tem um forte impacto sobre a desnutrição infantil em países de baixa e média renda tendo em vista a crescente volatilidade nos preços dos alimentos no século XXI, com picos de preços globais em 2007-2008, 2010-2011 e novamente em 2021-22, que pode ser estimado (Headey e Ruel, 2023). Os preços internacionais dos alimentos tornaram-se cada vez mais voláteis nas últimas décadas, e a inflação alimentar pode muito bem ser um dos principais desafios econômicos deste século, especialmente com a mudança climática e os choques de conflitos.

Em seu estudo, buscaram compreender melhor o impacto da inflação alimentar no risco de desnutrição infantil analisando dados de inflação alimentar e déficits de peso e de estatura em 1,27 milhão de crianças em idade pré-escolar de 44 países em desenvolvimento. Os resultados são impressionantes, mostrando que aumentos no preço real dos alimentos elevam significativamente o risco de perda de peso em 9% e de emaciação grave em 14%. Esses riscos se aplicam mesmo a bebês recém-nascidos, sugerindo a influência pré-natal da falta de alimentos, bem como a crianças mais velhas que comumente mostram uma deterioração na qualidade da dieta em situações de inflação alimentar. Além disso, crianças de famílias pobres e rurais sem-terra são as mais severamente impactadas.

Voltando à questão do pré-natal, o estudo também aponta que a inflação alimentar durante a gravidez e no primeiro ano após o nascimento também aumenta o risco de estatura reduzida para crianças de 2 a 5 anos de idade, cujas consequências são observadas ao longo de toda a vida da criança, incluindo maior suscetibilidade a doenças, maior risco de obesidade, atraso no desenvolvimento cognitivo e pior rendimento escolar. Essas evidências fornecem, portanto, uma forte justificativa para intervenções destinadas a prevenir a inflação alimentar e mitigar seus impactos em crianças vulneráveis e suas mães.

Em outro trabalho dos mesmos autores, são ainda mais detalhados os efeitos da inflação de alimentos sobre a desnutrição infantil, destacando a importância de iniciativas e o importante papel de organismos internacionais como a FAO no monitoramento global de preços dos alimentos (Headey e Ruel, 2024). Por exemplo, este estudo aponta que, segundo o índice de preços de alimentos da FAO, os preços alcançaram um pico histórico em março de 2022, que representa um valor 116% maior do que aquele do ano 2000.

Outro dado interessante desse trabalho é que os impactos da inflação de alimentos se dão de forma diferenciada em populações urbanas e rurais. Na zona rural, por exemplo, essa inflação, no curto prazo, afeta diretamente a renda familiar e esse impacto pode ser maior ou menor dependendo do quanto o que ela produz é para seu consumo.

Além disso, o trabalho aponta que estudos evidenciam o impacto do aumento de preço de alimentos nas prevalências de emaciação (comprometimento do índice de peso para altura) segundo grupos de idade. Nesse gráfico, foi estimado o impacto de um aumento de 5% no preço dos alimentos por um período de três meses, mostrando que pode haver aumento de até 17% na prevalência de emaciação grave e que todos os grupos estão expostos a esse risco, mesmo os menores de um ano, tendo em vista possíveis impactos ainda na gestação durante episódios de inflação alimentar.

Vale destacar que os efeitos dos preços dos alimentos variam também segundo características como sexo (meninos são mais suscetíveis do que meninas, mesmo durante a gestação), assim como fatores associados. O mesmo aumento de preços analisado anteriormente, com base nessas novas desagregações, revela que o risco de emaciação aumenta em 11% entre os meninos (comparado a um aumento de 6% entre as meninas), que o risco aumenta em 10% para crianças que residem na zona rural (2,5 vezes mais do que na urbana), aumenta em 15% para as famílias em situação de pobreza (2,5 vezes mais do que as não pobres), além de também aumentar em 16% entre crianças de famílias sem a posse de terras. Se unidos dois desses fatores de vulnerabilidade (pobreza e falta de acesso a terras), o risco de emaciação chega a um pico de 26%.

Vale destacar que mesmo comprometimentos nutricionais breves nos primeiros 1000 dias de vida (desde a concepção até os dois anos de idade) podem afetar o crescimento de uma

criança por anos no futuro e até determinar a estatura adulta. Por isso, os autores também analisaram os impactos da inflação alimentar no período pré-natal ou nos primeiros ou segundos anos após o nascimento como fatores de risco a longo prazo para a redução da estatura das crianças. Como resultado, observou-se que um aumento de 5% nos preços dos alimentos no período pré-natal aumenta o risco subsequente de redução da estatura em 1,6% e aumenta o risco de déficit de estatura para idade (desnutrição crônica) em 2,4%, consistente com choques nos preços dos alimentos aumentando o risco de emagrecimento entre recém-nascidos e lactentes. Além disso, foram encontrados efeitos significativos de choques nos preços dos alimentos no primeiro ano após o nascimento, consistentes com a conhecida vulnerabilidade nutricional dos lactentes.

Os autores então analisaram outro componente importante do problema da inflação dos alimentos sobre a nutrição infantil: a qualidade da dieta. Para testar isso, investigaram se os preços dos alimentos preveem mudanças na obtenção de diversidade dietética adequada, definida como uma criança consumindo pelo menos quatro dos sete grupos alimentares saudáveis nas últimas 24 horas. Esse indicador simples tem se mostrado eficiente para prever a adequação do consumo de calorias, vitaminas e minerais das crianças, e, no estudo, mostrou-se que a diversidade dietética também é preditiva de riscos reduzidos de emagrecimento e estatura reduzida: um aumento de 5% nos preços reais dos alimentos nos últimos 12 meses prevê uma redução de 3% na probabilidade de uma criança ter uma dieta adequadamente diversificada.

Isso não é surpreendente do ponto de vista econômico, porque à medida que os preços dos alimentos aumentam e a renda disponível diminui, as pessoas recorrem a fontes mais baratas de calorias, ou seja, alimentos ricos em amido e produtos ultraprocessados. Infelizmente, alimentos nutritivos como frutas, vegetais e alimentos de origem animal podem ser entre 5 e 15 vezes mais caros do que calorias provenientes de alimentos ricos em amido como arroz, trigo ou milho em países de baixa e média renda, tornando os alimentos ricos em nutrientes economicamente ainda menos atrativos para os pobres durante uma crise.

Ao mesmo tempo, comparativamente aos alimentos in natura e minimamente processados, tem havido uma tendência de redução relativa no preço dos produtos alimentícios ultraprocessados, favorecendo ainda mais o deslocamento do consumo principalmente das famílias de menor renda. Por exemplo, no Brasil, indicava-se que, se mantidas as tendências em relação aos preços dos alimentos, os ultraprocessados estarão mais baratos do que os alimentos saudáveis em 2026 (Maia *et al.*, 2020), contudo o choque representado pela pandemia de Covid 19 pode ter antecipado essa inversão de preços relativos dos padrões alimentares no país.

Os trabalhos alertam, ainda, que a proteção de crianças vulneráveis contra a volatilidade dos preços dos alimentos é ainda mais importante, pois. pela primeira vez, a comunidade científica possui evidências sólidas de diferentes países de que o estado nutricional de crianças mais jovens é altamente vulnerável a choques nos preços dos alimentos, que se tornaram mais frequentes e severos no século XXI. Uma vez que esses choques têm efeitos prejudiciais durante a gravidez, bem como na primeira infância, transferências de renda e doação de alimentos nutritivos para mães e crianças podem ser meios eficazes de prevenir a desnutrição e a mortalidade relacionada ao longo dos primeiros 1000 dias, especialmente se combinados com estratégias de educação alimentar e nutricional. Em uma era de maior volatilidade dos preços dos alimentos e eventos climáticos extremos mais frequentes, há uma necessidade urgente de maior investimento no monitoramento da nutrição, segurança alimentar e bem-estar econômico em alta frequência e tempo real. Além disso, e não menos importante, os programas de

prevenção e tratamento da desnutrição grave também precisam ser fortalecidos e equipados para manter plena operação durante períodos de crise.

Como recomendações dos autores, os sistemas alimentares nos níveis local, nacional, regional e global requerem ações para tornar esses sistemas mais produtivos e sustentáveis, mais equitativos e inclusivos, e mais resilientes aos complexos choques econômicos, políticos e ambientais que estão impactando os sistemas alimentares com crescente regularidade e gravidade.

Preços dos alimentos e obesidade

É importante destacar que, na formulação de políticas públicas para a prevenção de doenças relacionadas à alimentação, os fatores ambientais que influenciam as escolhas alimentares são mais fortes do que a responsabilidade pessoal. Nesse sentido, as imperfeições de mercado no varejo de alimentos que distorcem os preços são um elemento importante do ambiente alimentar. Em um estudo recente nos Estados Unidos, por exemplo, a partir de um conjunto de dados abrangente sobre quantidades e preços de compras de alimentos, revelou-se que as distorções de preço representam um terço da diferença entre a ingestão recomendada e real de frutas e vegetais; portanto, políticas fiscais para corrigir essas distorções beneficiariam todos os consumidores (Pancrazi, Rens, van e Vukotić, 2022).

Em outro estudo foram analisados os potenciais impactos da crise do custo de vida, com o aumento dos custos de alimentos e da energia, sobre a epidemia de obesidade no Reino Unido, produzindo mais desigualdades dietéticas e de saúde para aqueles que vivem com obesidade (Johnstone e Lonnie, 2023). Mesmo em países de alta renda, a qualidade da dieta e o estado de saúde estão fortemente correlacionados com o status socioeconômico e a insegurança alimentar e nutricional. Ao considerar "a falta de acesso seguro a quantidades suficientes de alimentos seguros e nutritivos para o crescimento e desenvolvimento normais e uma vida ativa e saudável", mostra-se que essa insegurança pode ser experimentada sem a fome. Por exemplo, para indivíduos que vivem com obesidade, o aumento do custo de alimentos mais saudáveis aumenta a sua insegurança alimentar e nutricional, não relacionada ao acesso aos alimentos como um todo, mas ao acesso a alimentos mais saudáveis. A isso se somam as características do sistema alimentar hegemônico globalmente, dominado por alimentos ultraprocessados com alta densidade energética, gordura, açúcar e sal, que são frequentemente mais baratos do que alimentos mais nutritivos. No Reino Unido, os alimentos mais saudáveis são três vezes mais caros por caloria do que os alimentos não saudáveis, com uma tendência semelhante observada nos Estados Unidos.

Fontes alimentares de proteínas, fibras, vitaminas e minerais custam mais por 100 g, após o ajuste para energia. Como resultado, as escolhas dietéticas das famílias de menor renda geralmente são limitadas a uma combinação de baixo preço e alta energia, o que, em longo prazo, pode promover o ganho de peso, especialmente quando combinado com um estilo de vida sedentário. Assim, apesar de parecer um paradoxo, a realidade é que a insegurança alimentar e nutricional está diretamente relacionada à prevalência crescente de obesidade, uma ligação que pode parecer contraditória para o público em geral. Nesse contexto, ainda se somam o preconceito social e a discriminação experimentada por pessoas que vivem com obesidade e insegurança alimentar, com respostas ortodoxas de "comer menos" e "se exercitar mais" sem enfrentar os problemas conjunturais que levaram à e sustentam essa situação.

No Brasil, por exemplo, estimou-se que o preço dos ultraprocessados é inversamente proporcional às prevalências de excesso de peso e de obesidade, principalmente nos estratos de menor renda, ou seja, quanto menor seu preço, maiores as prevalências (Passos *et al.*, 2020).

Em resposta ao aumento das taxas de obesidade em todos os países, devido em parte ao consumo de alimentos não saudáveis (particularmente de ultraprocessados), pesquisadores e formuladores de políticas argumentaram que a imposição de impostos sobre alimentos que promovem a obesidade, talvez combinada com subsídios para opções mais saudáveis, seria uma ferramenta eficaz para conter a epidemia de obesidade. As evidências atuais indicam, entretanto, que, além dos impostos e subsídios alimentares direcionados, será necessário um conjunto de políticas para reduzir a incidência de obesidade (Finkelstein *et al.*, 2014).

Isso é corroborado e recomendado por posições técnicas do Banco Mundial, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), bem como de diversos grupos de especialistas, apontando a necessidade de estratégias conjuntas de políticas tributárias e regulatórias, como taxação de alimentos e bebidas não saudáveis, regulação da venda de alimentos em ambientes institucionais (como escolas), regulação da publicidade de alimentos e aprimoramento da rotulagem nutricional, entre outras (The World Bank, 2017)(OECD, 2017)(Dobbs *et al.*, 2014). Portanto, a questão do preço dos alimentos é um componente essencial a ser abordado nas políticas tributárias, com o objetivo de tornar escolhas alimentares mais saudáveis mais fáceis e de desincentivar o consumo de produtos não saudáveis, como os ultraprocessados.

Lições e oportunidades no Brasil

Brasil vive um momento rico e oportuno para as políticas que lidam com os preços dos alimentos e suas consequências sobre a segurança alimentar e nutricional. Nesse contexto, destacam-se a ampliação das transferências de renda aliada à retomada do apoio à agricultura familiar, ao estímulo à produção orgânica e agroecológica, ao fortalecimento dos estoques públicos de alimentos e à expansão das compras públicas de alimentos locais para equipamentos sociais. Em 2024, a publicação do Decreto Presidencial sobre a cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento foi uma grande conquista, estabelecendo que a cesta básica só poderá conter alimentos in natura e minimamente processados, excluindo os ultraprocessados, com impactos esperados na reforma tributária e nas doações de alimentos a famílias vulneráveis.

Enquanto isso, esperam-se avanços na possível tributação seletiva de ultraprocessados devido a seu impacto negativo sobre a saúde humana e sobre o ambiente. Muitos países já adotam impostos sobre categorias específicas, mas o maior impacto será alcançado com uma abordagem de todos os ultraprocessados. Ao mesmo tempo, seria fundamental também a retirada de subsídios para a fabricação de ultraprocessados associados à Zona Franca de Manaus. No Brasil, um estudo estimou que, para cada aumento em 1% no preço dos ultraprocessados, poderia haver uma redução de 0,33% na prevalência de excesso de peso e de 0,59% na de obesidade (Passos *et al.*, 2020). Outro estudo nacional estimou que a aplicação de uma alíquota de 8% ou 50% de tributação sobre todos os ultraprocessados preveniria 467 mil casos e 62 mil mortes ou 1 milhão de casos e 236 mil mortes, respectivamente, por doenças crônicas não-transmissíveis (Camargo *et al.*, 2025).

Além destes, os avanços recentes com a aprovação da rotulagem nutricional frontal de alimentos pela Anvisa é outra política importante, ainda que não aborde especificamente a questão dos preços dos alimentos, sendo necessária avaliação de seu design e perfil nutricional.

Contudo, outras políticas que se beneficiam da redução nos preços dos ultraprocessados e de sua ubiquidade no mercado, como a regulação de cantinas escolares e da publicidade de alimentos, carecem de legislação nacional. Essa conjunção de políticas intersetoriais pode ter um triplo impacto no enfrentamento da sindemia de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas ao abordar os determinantes sociais da dupla carga da má nutrição e atuar na transformação dos sistemas alimentares (Swinburn *et al.*, 2019).

Inclusive, em se tratando dos sistemas alimentares, a monotonia em que se baseiam os modelos hegemônicos atuais, globalizados e limitados a poucas culturas tratadas como commodities, compromete a biodiversidade e leva a uma imensa fragilidade e perda de resiliência, de modo que crises e conflitos locais podem se tornar problemas globais e comprometer a segurança alimentar e nutricional de muitos países. Portanto, mesmo com as dificuldades no âmbito do legislativo, será fundamental o enfrentamento dos interesses comerciais dos lobbies para atuar em favor dos direitos à saúde e à alimentação dos brasileiros, reduzindo desigualdades e promovendo a produção e o consumo de alimentos saudáveis.

Entendo a inflação de alimentos no Brasil

Um livro recente do economista Valter Palmieri Júnior, da Universidade de Campinas, publicado em conjunto com a ACT Promoção da Saúde (Junior, 2026), analisa em profundidade a persistente alta dos preços dos alimentos no Brasil não como uma série de choques temporários, mas como uma crise estrutural e sistêmica. Desde meados de 2006, a inflação dos alimentos no Brasil tem superado consistentemente a inflação geral (IPCA), uma tendência que diverge significativamente de outras grandes economias, como os Estados Unidos.

As principais conclusões do estudo indicam que a inflação dos alimentos no Brasil é impulsionada pelo modelo agroexportador, com priorização estratégica de commodities (soja, milho, cana-de-açúcar) para o mercado internacional, que desloca a produção de itens básicos domésticos como arroz, feijão e frutas, pela dolarização dos preços, com o mercado interno altamente sensível à volatilidade cambial, por altos níveis de poder oligopolístico ao longo de toda a cadeia alimentar, por um incentivo nutricional perverso que torna os ultraprocessados relativamente mais baratos e estáveis em comparação aos alimentos frescos e minimamente processados. A isso se soma a falência institucional representada por políticas públicas que historicamente privilegiam os grandes exportadores de commodities em detrimento das cadeias internas de abastecimento, dos estoques públicos de alimentos e da agricultura diversificada de pequena escala.

Segundo o estudo, ao contrário das visões econômicas liberais que tratam a inflação como um fenômeno puramente monetário, a inflação dos alimentos no Brasil está enraizada na economia real e no desenvolvimento histórico do país. Alimentos e bebidas representam 21,84% do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), de modo que as altas dos preços dos alimentos têm impacto decisivo sobre a taxa de inflação geral. Antes de 2006, a inflação dos alimentos geralmente ficava abaixo ou próxima do índice geral, mas desde então tem crescido sistematicamente a uma taxa mais elevada: entre 1986 e 2006, os preços dos alimentos evoluíram 45% menos que a inflação geral; após 2006, subiram 42,5% acima dela. Famílias que ganham até dois salários-mínimos gastam aproximadamente 49,1% a mais de seu orçamento com alimentos em comparação com a média nacional, e, apesar dos aumentos nominais do salário-mínimo, o poder de compra real para alimentos em 2025 permaneceu inferior ao de 15 anos atrás. Em termos acumulados entre junho de 2006 e dezembro de 2025, enquanto o índice geral (IPCA) acumulou 185,8%, o grupo de alimentos e bebidas atingiu 305,1%, com destaque

para frutas (516,2%), carnes (483,5%), tubérculos, raízes e leguminosas (359,5%) e aves e ovos (324,4%).

O Brasil se consolidou como o maior exportador líquido de alimentos do mundo, mas esse êxito ocorreu em detrimento da estabilidade dos preços internos. O sistema agrícola brasileiro orientou-se para o "boom das commodities", impulsionado principalmente pela demanda chinesa. A razão entre a área utilizada para commodities (soja, milho, açúcar) e aquela destinada a culturas básicas (arroz, feijão etc.) era de 4,1 para 1 em 2006; em 2025, essa diferença aumentou para 12,4 para 1. Em 2023, o Brasil registrou um superávit comercial de alimentos de US$ 136,32 bilhões, mais que os quatro maiores exportadores seguintes somados, e as exportações para a China cresceram de US$ 2,68 bilhões em 2006 para US$ 41,78 bilhões em 2024.

Nesse sentido, estudos de caso em municípios específicos ilustram como as culturas voltadas para a exportação canibalizam a produção doméstica de alimentos: em Unaí (MG), anteriormente o maior produtor de feijão do Brasil, a produção de soja passou de 1,2 vez o volume de feijão entre 2000 e 2024 para 9 vezes o volume, com queda de 30,7% na produção de feijão; em Pinheiros (ES), importante produtor de mamão, a área destinada ao mamão caiu de 18,1% para 4,7% entre 2006 e 2024, enquanto a área para commodities exportáveis (café, pimenta-do-reino, soja) subiu para quase 85% da área total colhida.

Outro ponto relevante apontado é que, como "tomadora de preços" nos mercados globais, o Brasil internaliza choques de preços internacionais. Assim, os preços dos alimentos no Brasil são mais sensíveis às flutuações do dólar do que qualquer outra categoria do IPCA, e, quando o real se desvaloriza, os produtores preferem exportar para maximizar o lucro, reduzindo a oferta doméstica e elevando os preços locais. Paralelamente, a "modernização" da agricultura brasileira criou uma dependência estrutural de insumos estrangeiros: em 2006, 73,7% dos fertilizantes utilizados eram importados; em 2022, esse percentual atingiu 86,9%; enquanto as importações globais de agrotóxicos cresceram 136% desde 2006, as importações brasileiras cresceram 750%, tornando o país o maior importador mundial; e o custo de fabricação de tratores e equipamentos agrícolas subiu 114,3% entre 2018 e 2022.

Remetendo à parte deste informe em que trouxemos os riscos do desabastecimento global de combustíveis e fertilizantes, fica claro o grande risco a que o Brasil está exposto por conta de seu modelo de produção agrícola.

Uma consequência crítica dessa inflação estrutural é a mudança na dieta brasileira. Alimentos frescos (frutas, verduras, legumes) apresentam alta sazonalidade e uma forte tendência de alta de preços (as frutas, por exemplo, subiram 2,8 vezes mais rápido que a inflação geral). Em contrapartida, os preços dos alimentos ultraprocessados são mais estáveis e subiram em ritmo mais lento devido à escala massiva e à eficiência oligopolista da cadeia industrial de alimentos. O resultado é que as condições econômicas criam um "incentivo perverso" para que as populações de menor renda consumam alimentos não saudáveis e densamente calóricos, levando ao aumento da obesidade e do diabetes e outras DCNTs.

Ao final, o documento identifica cinco pilares interconectados que mantêm a inflação estrutural dos alimentos, intimamente ligados ao debate global dos sistemas alimentares hegemônicos: a desigualdade histórica na concentração de terras e renda; a concentração de mercado em oligopólios nos setores de insumos, processamento e varejo; as mudanças climáticas como determinante estrutural da oferta; o modelo agroexportador que prioriza o comércio global sobre a soberania alimentar nacional; e a inação política, com falta de políticas

integradas de alimentação e desmonte de mecanismos regulatórios como os estoques públicos de alimentos.

A inflação dos alimentos no Brasil (que também se repete em outros países cuja agricultura é primordialmente direcionada à produção de commodities) é, portanto, um sintoma de um sistema alimentar disfuncional que subordina o direito básico à nutrição à lógica dos mercados internacionais de commodities. A solução desse problema exige mais do que ajustes na taxa de juros (Selic); demanda uma estratégia coordenada para democratizar o sistema alimentar, diversificar a produção, reduzir a dependência de insumos importados e proteger o mercado doméstico da volatilidade global. Sem intervenção estrutural, a diferença entre os custos dos alimentos e a inflação geral continuará a se ampliar, aprofundando ainda mais a insegurança alimentar e as crises de saúde pública.

Conclusão

Diante do exposto, evidencia-se que a inflação de alimentos e a consequente volatilidade dos preços constituem um dos principais desafios econômicos e sanitários deste século, com impactos profundos e diferenciados sobre a segurança alimentar e nutricional em escala global. A dupla carga da má nutrição, que combina a persistência da desnutrição e o avanço da obesidade, é agravada por esse contexto, especialmente entre populações de menor renda e maior vulnerabilidade social, cujas escolhas alimentares são fortemente influenciadas pelos preços dos alimentos. As evidências apresentadas ao longo deste informe demonstram de forma robusta que choques nos preços dos alimentos afetam não apenas a quantidade e a qualidade da dieta, mas também determinam consequências sanitárias de médio e longo prazo, que se iniciam no período pré-natal e se estendem por toda a vida adulta, comprometendo o desenvolvimento humano e sobrecarregando os sistemas de saúde.

As ameaças geopolíticas recentes, exemplificadas pelo conflito no Oriente Próximo e pelo bloqueio do Estreito de Ormuz, revelam a fragilidade dos sistemas alimentares globalizados e a profunda interdependência entre os mercados de energia, fertilizantes e alimentos. A interrupção do fluxo de petróleo e de insumos agrícolas essenciais, como os fertilizantes, desencadeia não apenas aumentos imediatos nos preços das commodities, mas também ameaça a produtividade agrícola futura em escala global. Nesse contexto, países altamente dependentes de importações e aqueles cujo modelo produtivo se baseia no agroexportador de commodities, como o Brasil, expõem-se a riscos sistêmicos que podem comprometer tanto a oferta interna de alimentos básicos quanto a estabilidade de seus preços, realimentando ciclos de inflação alimentar e insegurança nutricional e nutricional.

A análise da situação brasileira, em particular, evidencia que a inflação dos alimentos não é um fenômeno meramente conjuntural, mas estrutural, enraizada em um modelo de desenvolvimento que prioriza a produção de commodities para o mercado externo em detrimento da soberania alimentar e do abastecimento doméstico. A consequente dolarização dos preços, a dependência crítica de fertilizantes importados, a concentração oligopolista das cadeias produtivas e o incentivo perverso ao consumo de ultraprocessados configuram um sistema alimentar disfuncional. Esse sistema não apenas aprofunda a insegurança alimentar e a dupla carga da má nutrição, mas também impõe barreiras econômicas ao acesso a alimentos saudáveis, tornando necessária uma intervenção coordenada e estrutural que vá além dos instrumentos convencionais de política monetária.

Em conclusão, a proteção da segurança alimentar e nutricional diante da atual crise de preços exige uma resposta internacional urgente e articulada, que combine monitoramento em

tempo real, transferências de renda, fortalecimento de estoques públicos e apoio emergencial a países vulneráveis. No âmbito nacional, faz-se premente a adoção de um conjunto abrangente de políticas públicas, incluindo a tributação seletiva de ultraprocessados, a regulação da publicidade de alimentos, o fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica, a diversificação das fontes de fertilizantes e a reconstrução de mecanismos de regulação do abastecimento doméstico. Apenas por meio da transformação estrutural dos sistemas alimentares, tornando-os mais equitativos, resilientes e sustentáveis, será possível romper o ciclo vicioso que vincula a inflação de alimentos à má nutrição e à fome, bem como garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável para as gerações presentes e futuras.

Referências

CAMARGO, J. M. *et al.* Effect Ultraprocessed Foods Taxation on Overweight Prevalence and Noncommunicable Diseases in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 000, n. 000, p. 1–8, 2025.

CHONG, B. *et al.* Trends and predictions of malnutrition and obesity in 204 countries and territories: an analysis of the Global Burden of Disease Study 2019. **eClinicalMedicine**, v. 57, n. February, p. 101850, 2023.

DOBBS, R. *et al.* **Overcoming obesity : An initial economic analysisMcKinsey Global Institute**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Business Functions/Economic Studies TEMP/Our Insights/How the world could better fight obesity/MGI_Overcoming_obesity_Full_report.ashx>.

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 – Addressing high food price inflation for food security and nutrition**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/18053f75-4c71-4a35-a0d9-1eb2fe204364>.

FINKELSTEIN, E. A. *et al.* Food Prices and Obesity: A Review. **Advances in Nutrition**, v. 5, n. 6, p. 818–821, 2014.

HEADEY, D.; RUEL, M. Food inflation and child undernutrition in low and middle income countries. **Nature Communications**, v. 14, p. 5761, 2023.

___. **Rising food prices are putting children in harm's way**. Disponível em: <https://voxdev.org/topic/health/rising-food-prices-are-putting-children-harms-way>.

IHME. **Global burden of disease 2019**, 2025. Disponível em: <https://vizhub.healthdata.org/gbd-compare>

JOHNSTONE, A.; LONNIE, M. The cost-of-living crisis is feeding the paradox of obesity and food insecurities in the UK. **Obesity**, v. 31, n. 6, p. 1461–1462, 2023.

JUNIOR, V. P. **A Inflação de Alimentos no Brasil**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://actbr.org.br/wp-content/uploads/2026/03/INFLACAO-DE-ALIMENTOS-NO-BRASIL.pdf>.

MAIA, E. G. *et al.* What to expect from the price of healthy and unhealthy foods over time? The case from Brazil. **Public Health Nutrition**, v. 23, n. 4, p. 579–588, 2020.

MIRZABAEV, A. *et al.* Severe climate change risks to food security and nutrition. **Climate Risk Management**, v. 39, n. December 2022, p. 100473, 2023.

OECD. **Obesity Update 2017**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.oecd.org/health/health-systems/Obesity-Update-2017.pdf>.

PANCRAZI, R.; RENS, T. VAN; VUKOTIĆ, M. How distorted food prices discourage a healthy diet. **Science Advances**, v. 8, n. 13, p. 1–11, 2022.

PASSOS, C. M. D. C. M. DOS *et al.* Association between the price of ultra-processed foods and obesity in Brazil. **Nutrition, Metabolism and Cardiovascular Diseases**, v. 30, n. 4, p. 589–598, 12 abr. 2020.

SEFERIDI, P. *et al.* Global inequalities in the double burden of malnutrition and associations with globalisation: a multilevel analysis of Demographic and Health Surveys from 55 low-income and middle-income countries, 1992–2018. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 4, p. e482–e490, 2022.

SOLIMAN, A. *et al.* Early and long-term consequences of nutritional stunting: From childhood to adulthood. **Acta Biomedica**, v. 92, n. 1, p. 1–12, 2021.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

THE WORLD BANK. **An overview of liks between obesity and food systems – Implications for the food and agriculture global practice agenda**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/222101499437276873/pdf/117200-REVISED-WP-Obesity-Overview-Web-PUBLIC-002.pdf>.

WORLD OBESITY FEDERATION. **Atlas Mundial da Obesidade 2025**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.worldobesity.org/resources/resource-library/world-obesity-atlas-2025>.

25 anos de avanços desiguais: por que o acesso à educação ainda não é equitativo às vésperas de 2030?

25 años de avances desiguales: por qué el acceso a la educación sigue siendo inequitativo rumbo a 2030"

25 years of unequal progress: why access to education remains inequitable on the road to 2030

Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Heliton Barros e Vitor Rodrigues

Resumo. O Relatório Global de Monitoramento da Educação 2026, da UNESCO, analisa 25 anos de dados sobre acesso e equidade educacional no contexto da Agenda 2030. Apesar da ampliação da matrícula escolar em escala global, persistem profundas desigualdades associadas a gênero, território e nível socioeconômico. Na América Latina, os avanços convivem com assimetrias regionais e sociais significativas. O relatório reafirma que o direito à educação exige não apenas acesso formal, mas também permanência, aprendizagem e conclusão em condições de equidade.

Palavras-chave: educação; equidade; ODS 4; desigualdades educacionais; América Latina.

Resumen. *El Informe de Seguimiento Global de la Educación 2026, de la UNESCO, examina 25 años de datos sobre acceso y equidad educativa en el marco de la Agenda 2030. A pesar de avances importantes en la expansión de la escolarización, persisten profundas desigualdades vinculadas al género, los ingresos, el territorio y la pertenencia étnico-racial. En América Latina, los progresos conviven con marcadas desigualdades sociales y regionales, evidenciando límites estructurales de las políticas educativas. El informe sostiene que el derecho a la educación implica no solo acceso, sino también permanencia, aprendizaje y finalización en condiciones de equidad.*

Palabras clave: *educación; equidad; ODS 4; desigualdades educativas; América Latina.*

Abstract. *UNESCO's Global Education Monitoring Report 2026 examines 25 years of data on access and equity in education within the framework of the 2030 Agenda. Despite significant progress in school enrollment expansion, profound inequalities related to gender, income, territory, and ethnic-racial background persist. In Latin America, educational gains coexist with strong social and regional disparities, revealing structural limitations of public policies. The report emphasizes that the right to education requires not only formal access but also retention, meaningful learning, and completion under equitable conditions.*

Keywords: *education; equity; SDG 4; educational inequalities; Latin America.*

Introdução

A educação é reconhecida como direito humano fundamental e elemento central do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 consolidou a educação como eixo estratégico para a redução das desigualdades sociais, especialmente por meio do Objetivo de Desenvolvimento

Sustentável 4 (ODS 4). Nesse contexto, o Relatório Global de Monitoramento da Educação de 2026 (Relatório GEM 2026), coordenado pela UNESCO, constitui referência internacional para a análise crítica dos avanços e desafios das políticas educacionais.

O Relatório GEM 2026, intitulado *Access and equity: Countdown to 2030*, inaugura a primeira parte de uma série de três avaliações focadas na contagem regressiva para o cumprimento das metas educacionais globais até 2030. Este primeiro relatório (2026) foca no *acesso e na equidade*. O segundo relatório (2027) focará na *qualidade e na aprendizagem*. O terceiro relatório (2028/9) focará na *relevância* da educação, em particular na medida em que os sistemas educacionais preparam os alunos para serem agentes no enfrentamento dos desafios globais (p.3).

O Relatório GEM 2026 analisa 25 anos de dados sobre acesso e equidade educacional no contexto da Agenda 2030. Embora a ampliação da escolarização tenha avançado em todos os níveis educacionais, persistem desigualdades profundas associadas a gênero, território, renda e pertencimento étnico-racial.

A UNESCO parte do entendimento de que, a poucos anos do prazo final da Agenda 2030, torna-se fundamental deslocar o foco do simples crescimento da escolarização para uma análise mais refinada das desigualdades que persistem no interior dos sistemas educacionais. Para medir esse progresso, o relatório estrutura sua análise a partir de cinco indicadores centrais de acesso e equidade, aplicados de maneira comparável aos diferentes níveis de ensino:

1. acesso escolar, medido pelas taxas de ingresso e matrícula;
2. permanência, relacionada à capacidade dos sistemas educacionais de manter os estudantes ao longo do ciclo escolar;
3. progressão adequada, expressa pela transição regular entre etapas sem repetência excessiva;
4. conclusão, referente ao término efetivo dos níveis educacionais; e
5. disparidades de acesso e resultados entre grupos populacionais, analisadas por gênero, nível socioeconômico, território e pertencimento étnico-racial.

Esses indicadores permitem não apenas avaliar o avanço médio dos países, mas, sobretudo, identificar quem permanece excluído ou em situação de desvantagem estrutural. Destaca-se que a definição de metas, a extração de lições das experiências nacionais e a orientação de políticas públicas devem estar fundamentadas nessas evidências, sob pena de perpetuar desigualdades históricas por meio de políticas educacionais aparentemente universais, porém socialmente regressivas.

Mensagens-Chave do Relatório

Os países não alcançarão o acesso universal até 2030, mas isso não significa que a agenda global da educação tenha fracassado.

- As três grandes agendas globais da educação – acesso universal ao ensino primário declarado em 1990; conclusão universal do ensino primário em 2000; e conclusão universal do ensino secundário em 2015 – aumentaram os níveis de ambição mais rapidamente do que a expansão dos sistemas educativos, prejudicando a credibilidade dessas agendas.
- Por trás dos números das crianças fora da escola, há uma história mais encorajadora de aumento das matrículas. Com 1,4 bilhão de estudantes matriculados em 2024, as

matrículas no ensino primário e secundário aumentaram 327 milhões, ou 30%, desde 2000. Também aumentaram 45% na pré-escola e 161% no ensino pós-secundário.
- Os países também transformaram sua abordagem política em relação à equidade e inclusão na educação. Os governos apoiam regiões e grupos desfavorecidos e utilizaram investimentos em tecnologia, transporte, energia e saúde para expandir o acesso à educação.

Desde 2015, o progresso na redução das taxas de exclusão escolar desacelerou em todas as regiões.

- Após cair 33% entre 2000 e 2015, a população fora da escola aumentou pelo sétimo ano consecutivo, subindo 3% desde 2015 e chegando a 273 milhões em 2024. Isso significa que uma em cada seis crianças, adolescentes e jovens no mundo está excluída da educação.
- Essa população é subcontada em pelo menos 13 milhões se informações complementares de fontes humanitárias forem usadas para corrigir lacunas de dados nos 10 países mais afetados por conflitos.
- O progresso é possível. Alguns países reduziram as taxas de exclusão escolar em pelo menos 80% desde 2000, como Madagascar e Togo entre as crianças, Marrocos e Vietnã entre os adolescentes, e Geórgia e Turquia entre os jovens.

No ritmo atual, talvez nunca consigamos que todos concluam o ensino secundário.

- Mais crianças estão concluindo sua educação, mesmo que a taxa de exclusão escolar tenha estagnado. Desde 2000, a taxa de conclusão aumentou de 77% para 88% no ensino primário, de 60% para 78% no ensino fundamental (ciclo II) e de 37% para 61% no ensino médio. O ritmo de aumento tem sido, por exemplo, de um ponto percentual por ano no ensino médio desde 2000.
- No ritmo atual de expansão, o mundo alcançaria 95% de conclusão do ensino médio em 2105.
- As altas taxas de repetência infantil caíram desde 2000 em 62% no ensino primário e 38% no ensino fundamental (ciclo II), o que explica por que as taxas de exclusão escolar podem estagnar enquanto as taxas de conclusão melhoram.
- Muitas crianças ainda entram na escola tarde e repetem anos em países de baixa e baixa-média renda, o que significa que muitas concluem cada ciclo com vários anos de atraso. A diferença entre a conclusão “oportuna” (dentro de três a cinco anos da idade oficial de formatura) e a “final” (ainda mais tarde) no ensino fundamental (ciclo II) é de quatro pontos percentuais globalmente, mas de nove pontos percentuais em países de baixa renda, uma diferença que vem crescendo desde 2005.

A maneira de definir o progresso precisa ser melhorada.

- Embora a Agenda 2030 tenha reconhecido que os governos deveriam definir suas próprias metas nacionais com base em suas circunstâncias, pouco foi feito nesse sentido, com a educação sendo uma notável exceção. Desde 2022, 80% dos países comunicaram metas nacionais para oito indicadores a serem alcançados até 2030, com o progresso monitorado anualmente pelo Instituto de Estatística da UNESCO e pelo Relatório GEM.

- O progresso é melhor compreendido quando se comparam países que partiram de pontos semelhantes. Por exemplo, entre 2000 e 2024, o México reduziu as taxas de

exclusão escolar em mais de 20 pontos percentuais do que El Salvador; Serra Leoa aumentou as taxas de conclusão do ensino primário em 22 pontos a mais do que a Libéria; e o Iraque aumentou sua taxa de conclusão do ensino secundário em 10 pontos a mais do que a Argélia.

- O monitoramento do progresso em equidade não é bem atendido pelo índice de paridade, o indicador global, que diz mais sobre o progresso do indicador que está sendo desagregado do que sobre o estado da desigualdade. Conclusões podem ser tiradas, mas as tendências precisam ser analisadas em contexto.

Algumas ferramentas de medição precisam ser ajustadas para serem mais informativas.

- Na educação pré-primária, o indicador global, que afirma que 75% das crianças de 5 anos estão na educação, superestima quantas crianças frequentaram a pré-escola antes do ensino primário porque 27% dessas crianças já estavam no ensino primário. Este relatório estima que apenas 60% dos alunos do ensino primário tiveram pelo menos um ano de educação pré-primária.

- No ensino primário e secundário, um em cada três países não relata disparidade por localização urbano-rural e um em cada dois países não relata disparidade por riqueza. Na maioria dos casos, isso reflete o fato de que os ministérios da educação não valorizam suficientemente os dados de pesquisas para usá-los ou que os países relutam em revelar disparidades mesmo quando possuem os dados.

- No ensino pós-secundário, a taxa bruta de matrícula superestima o progresso porque muitos não se formam efetivamente. A taxa de conclusão do ensino superior de pessoas de 25 a 34 anos representa consistentemente apenas cerca de 60% da taxa bruta de matrícula dez anos antes. A taxa de conclusão de pessoas de 25 a 29 anos deveria se tornar a base do monitoramento, e a de 30 a 34 anos, uma medida de conclusão tardia.

Não há explicações simples para o progresso de longo prazo no acesso e na equidade.

- Fatores externos à política educacional podem frequentemente explicar a expansão educacional de longo prazo, como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a perspectiva de migração e o dividendo de paz e estabilidade em países em recuperação de conflitos.
- Avaliações experimentais forneceram importantes insights políticos, por exemplo, sobre a importância de intervenções de saúde e nutrição para a educação. Mas também há uma tendência a prestar atenção excessiva aos resultados desses estudos de impacto de curto prazo, que tentam sugerir "o que funciona" e, no entanto, silenciam sobre as instituições robustas que importam para a implementação de políticas que sustentem a expansão educacional.
- Nenhuma solução única funcionará. As revisões de políticas neste relatório destacam a importância de pacotes de políticas coerentes, específicas ao contexto e equilibradas que desenvolvam instituições, incentivem a demanda e fortaleçam a oferta de educação.

Houve grandes esforços políticos para melhorar o acesso.

- Desde 2000, a proporção de países com leis de educação inclusiva subiu de 1% para 24%, enquanto aqueles que exigem em suas leis que crianças com deficiência sejam ensinadas em ambientes educacionais inclusivos aumentou de 17% para 29%. A

proporção de países que adotaram uma definição de educação inclusiva cresceu de 68% em 2020 para 84% em 2025; destes, a parcela cuja definição vai além da deficiência aumentou de 51% para 69%.
- Entre 1998 e 2023, em 158 países, a proporção daqueles com 12 anos de escolaridade obrigatória aumentou de 8% para 26%; em 130 países, a duração média da educação gratuita aumentou de 10 anos para 10,8 anos.

Há uma mudança em direção a políticas que redistribuem recursos para melhorar a equidade na educação.

- O financiamento é uma área política importante para alcançar resultados equitativos na educação. A proporção de países que utilizam quatro mecanismos de financiamento e seu potencial para beneficiar populações desfavorecidas no ensino primário e secundário – transferências para governos subnacionais, para escolas, e para estudantes e famílias – aumentou de 4 a 6 vezes nos últimos 25 anos. Os programas de merenda escolar, que partiram de uma base mais alta, duplicaram.
- Um novo índice que mede a cobertura e o volume pretendidos de políticas orientadas para a equidade mostra, no entanto, que menos de 1 em cada 10 países tem um foco suficientemente forte na equidade.
- Na educação pré-primária, 54% dos países transferem recursos para instituições que atendem crianças desfavorecidas, 26% transferem recursos para as famílias por meio do ministério da educação e 55% transferem recursos para as famílias por meio de algum outro ministério.
- No ensino pós-secundário, 1 em cada 3 países não cobra mensalidades em universidades públicas, quase 1 em cada 2 países subsidia moradia estudantil, 4 em cada 10 apoiam o transporte e pouco menos de 3 em cada 10 subsidiam livros didáticos.

Acesso e equidade até 2030

O relatório amplia o conceito de acesso educacional ao considerar não apenas a matrícula, mas também a permanência, a progressão escolar adequada e a aprendizagem efetiva. Essa abordagem evidencia que o acesso formal não assegura, por si só, o pleno exercício do direito à educação, especialmente para grupos socialmente vulnerabilizados.

A análise longitudinal revela que, embora a educação básica tenha se expandido globalmente, os avanços ocorreram de forma desigual. Países e regiões com maior desenvolvimento econômico apresentaram progressos mais consistentes, enquanto áreas marcadas por pobreza estrutural permanecem com indicadores educacionais insatisfatórios.

No que se refere às desigualdades de gênero, o relatório aponta avanços na redução das disparidades de matrícula entre meninas e meninos, especialmente na educação básica. Contudo, persistem desigualdades relacionadas à permanência escolar, à segregação por áreas de formação e às oportunidades no mercado de trabalho, em especial no campo científico e tecnológico.

A América Latina apresenta trajetória marcada por avanços quantitativos e limites estruturais. A região ampliou significativamente o acesso à educação básica, mas mantém profundas desigualdades internas associadas à renda, ao território e ao pertencimento étnico-racial. Populações rurais, indígenas e afrodescendentes seguem enfrentando maiores barreiras de acesso e permanência.

Educação infantil e equidade

O Relatório GEM 2026 examina tendências globais e regionais de acesso e participação na primeira infância. O relatório reconhece que houve expansão significativa da educação pré-primária, sobretudo para crianças entre quatro e cinco anos. Contudo, evidencia que esse crescimento ocorreu de forma profundamente desigual, sendo fortemente condicionado pela renda familiar, pelo local de residência e pelo pertencimento a grupos socialmente marginalizados. Crianças pobres, residentes em áreas rurais ou pertencentes a comunidades indígenas e minorias étnicas continuam sub-representadas nessa etapa educacional.

O acesso precoce à educação de qualidade apresenta impactos positivos duradouros, especialmente para crianças de contextos socioeconômicos desfavorecidos. Na América Latina, entretanto, a oferta de creches e pré-escolas permanece desigual, sobretudo para crianças de zero a três anos. O relatório conclui que o investimento em educação e cuidado na primeira infância possui efeitos duradouros sobre aprendizagem, saúde e inserção social, configurando-se como uma das políticas mais eficazes para a redução das desigualdades educacionais ao longo do ciclo de vida.

A UNESCO enfatiza que a ampliação do acesso deve estar necessariamente associada à garantia de qualidade, formação adequada de profissionais e integração com políticas de proteção social.

Educação primária e secundária (Ensino Fundamental e Médio)

O capítulo dedicado à educação primária e secundária analisa as tendências de acesso, permanência e conclusão nesses níveis, destacando que a educação primária apresenta, globalmente, altos níveis de cobertura. No entanto, a conclusão bem-sucedida do ensino primário e, sobretudo, a transição para o ensino secundário permanecem altamente desiguais. O relatório identifica a educação secundária como um dos principais gargalos da equidade educacional, uma vez que as taxas de evasão e abandono aumentam significativamente nesse estágio, especialmente entre estudantes de baixa renda.

Na América Latina, observa-se uma trajetória marcada pela expansão do acesso combinada com forte segmentação dos sistemas educacionais. As desigualdades regionais, territoriais e socioeconômicas se traduzem em diferenças expressivas na qualidade da oferta escolar, na infraestrutura, na disponibilidade de docentes qualificados e nos resultados de aprendizagem. O capítulo também sinaliza padrões diferenciados de desigualdade de gênero, com maior evasão escolar masculina em diversos contextos e persistente segregação feminina em determinadas áreas de formação no ensino secundário.

Educação pós-secundária (Ensino Superior)

O capítulo dedicado à educação pós-secundária examina o acesso ao ensino superior e a outras formas de educação terciária, destacando que a expansão desse nível educacional foi uma das transformações mais significativas das últimas décadas. Apesar disso, o relatório demonstra que o ensino pós-secundário permanece profundamente elitizado em escala global. O acesso continua fortemente associado à renda familiar, ao tipo de escola frequentada no ensino médio e à localização geográfica.

Na América Latina, embora tenha ocorrido crescimento expressivo das matrículas no ensino superior, esse avanço foi muitas vezes acompanhado por processos de privatização e diferenciação institucional, que reforçam a estratificação social. Estudantes oriundos de famílias

de baixa renda e de áreas rurais enfrentam maiores barreiras de acesso e permanência, além de concentrarem-se em instituições de menor prestígio e com menores recursos acadêmicos. O relatório alerta que a expansão do ensino superior sem políticas robustas de equidade tende a reproduzir desigualdades em níveis mais elevados de formação e no mercado de trabalho.

Equidade

Por fim, o Relatório GEM 2026 traz a análise da equidade educacional com foco nas tendências globais e na avaliação das políticas públicas, especialmente no que se refere ao financiamento educacional. O relatório evidencia que as desigualdades de acesso e resultados educacionais estão diretamente associadas à forma como os recursos são arrecadados e distribuídos nos sistemas educacionais. Modelos de financiamento baseados exclusivamente em matrícula ou em capacidade local de arrecadação tendem a beneficiar regiões mais ricas, aprofundando disparidades territoriais.

A UNESCO recomenda o fortalecimento do financiamento educacional com critérios redistributivos, priorizando escolas e territórios em maior situação de vulnerabilidade. Destaca-se ainda a importância de dados desagregados para o monitoramento das desigualdades e para o desenho de políticas públicas baseadas em evidências. O financiamento educacional é apresentado não apenas como questão técnica, mas como escolha política central para a efetivação do direito à educação.

Políticas de universalização da educação infantil, associadas à garantia de qualidade, são apontadas como estratégicas para a equidade educacional. O relatório também defende políticas sensíveis às desigualdades de gênero, incluindo a prevenção da evasão escolar feminina, a promoção da participação de meninas em áreas científicas e a construção de ambientes escolares livres de violência.

Considerações finais

A análise desenvolvida pelo Relatório Global de Monitoramento da Educação 2026 permite afirmar que o acesso à educação ainda não é equitativo porque os avanços observados nas últimas décadas foram predominantemente quantitativos, enquanto as estruturas que produzem e reproduzem desigualdades educacionais permaneceram em grande medida intactas. Expandiu-se a escolarização, mas não se transformaram com a mesma intensidade os mecanismos de financiamento, governança, organização dos sistemas e distribuição das oportunidades educacionais.

Em primeiro lugar, embora tenha havido crescimento relevante das taxas de matrícula em todos os níveis educacionais, esse crescimento ocorreu de forma social e territorialmente desigual. Crianças, adolescentes e jovens de famílias mais pobres, residentes em áreas rurais, periféricas ou pertencentes a grupos étnico-raciais historicamente marginalizados continuam enfrentando maiores obstáculos de acesso, permanência e conclusão. Assim, o direito à educação permanece condicionado à origem social, ao local de nascimento e às condições materiais de vida, contrariando o princípio de universalidade que orienta a Agenda 2030.

Em segundo lugar, os sistemas educacionais expandiram-se sem que a equidade fosse incorporada como eixo estruturante das políticas públicas. Em muitos países, políticas universalistas foram implementadas sem mecanismos redistributivos capazes de compensar desigualdades pré-existentes. Como resultado, escolas que atendem populações mais vulneráveis seguem operando com menos recursos, infraestrutura mais precária, maior

rotatividade docente e piores condições de aprendizagem. O acesso formal, nessas circunstâncias, não se converte em igualdade de oportunidades reais.

Outro fator central é a insuficiência e regressividade do financiamento educacional. O relatório demonstra que países que dependem excessivamente de arrecadação local, de financiamento privado ou de mecanismos competitivos tendem a aprofundar desigualdades entre redes, territórios e instituições. Sem financiamento progressivo e redistributivo, não é possível garantir que os estudantes que mais precisam recebam mais apoio. A desigualdade educacional, portanto, não decorre da escassez abstrata de recursos, mas de escolhas políticas sobre como esses recursos são alocados.

Além disso, persistem desigualdades significativas ao longo da trajetória educacional. A educação pré-primária (educação infantil) continua excludente para crianças pequenas em contextos de pobreza; a educação secundária (ensino médio) segue sendo um ponto crítico de evasão e fracasso escolar; e a educação pós-secundária (ensino superior), embora expandida, permanece amplamente elitizada. A cada transição entre níveis, o sistema educacional filtra e exclui progressivamente os estudantes em situação de maior vulnerabilidade, revelando que a desigualdade não é um acidente, mas um padrão sistemático.

As desigualdades de gênero e as desigualdades regionais aprofundam esse cenário. Embora meninas tenham alcançado ou superado indicadores de matrícula em diversos contextos, persistem barreiras relacionadas à violência, à segregação por áreas de formação e às oportunidades pós-escolares. Do ponto de vista regional, países e territórios com menor capacidade fiscal ou histórica dependência de cooperação externa enfrentam maiores dificuldades para sustentar políticas educacionais equitativas e de qualidade.

Por fim, o relatório evidencia que a produção de dados e o monitoramento educacional, embora tenham avançado, ainda não são plenamente utilizados para orientar decisões políticas transformadoras. Em muitos casos, informações sobre desigualdades são conhecidas, mas não resultam em mudanças substantivas nas prioridades governamentais. A distância entre diagnóstico e ação política contribui para a reprodução do acesso desigual à educação.

Dessa forma, passados 25 anos de avanços, o acesso à educação segue não equitativo às vésperas de 2030 porque os sistemas educacionais cresceram sem redistribuir poder, recursos e oportunidades. O Relatório GEM 2026 deixa claro que alcançar a equidade educacional não depende apenas de acelerar o ritmo de expansão, mas de reorientar profundamente as políticas públicas, colocando a equidade no centro das decisões sobre financiamento, governança, organização dos sistemas e prioridades sociais. A contagem regressiva para 2030, portanto, não é apenas temporal: é um chamado para corrigir escolhas estruturais que, até agora, limitaram a realização plena do direito à educação para todos.

Referência

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Global education monitoring report 2026: access and equity – countdown to 2030*. Paris: UNESCO; 2026. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000397618

As Considerações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional Sobre os Impactos Globais Causados pela Guerra no Oriente Médio

Consideraciones del Banco Mundial y del Fondo Monetario Internacional Sobre las Repercusiones Globales de la Guerra en Oriente Medio.

Remarks from the World Bank and the International Monetary Fund on the Global Impacts Caused by the War in the Middle East

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: O Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) mostraram preocupação com os rumos econômicos devido ao atual conflito no Oriente Médio. Com o objetivo de amenizar os efeitos da guerra na economia de seus países membros, as duas instituições financeiras emitiram uma nota dizendo que estão trabalhando conjuntamente na preparação de respostas céleres, dispondo de todos os instrumentos existentes.

Palavras-chave: Banco Mundial. FMI. Economia Global. Conflito. Oriente Médio.

Resumen: *El Banco Mundial (BM) y el Fondo Monetario Internacional (FMI) han manifestado su preocupación por la evolución de la economía debido al conflicto actual en Oriente Medio. Con el objetivo de mitigar los efectos de la guerra en las economías de sus países miembros, ambas instituciones financieras emitieron un comunicado en el que afirman estar trabajando conjuntamente para preparar respuestas rápidas, poniendo a disposición todos los instrumentos existentes.*

Palabras clave: *Banco Mundial. FMI. Economía Global. Conflicto.*

Abstract: *The World Bank (WB) and the International Monetary Fund (IMF) have expressed concern about the economic direction due to the current conflict in the Middle East. With the aim of mitigating the effects of the war on the economies of their member countries, the two financial institutions issued a statement saying that they are working together to prepare swift responses, making available all existing instruments.*

Keywords: *World Bank. IMF. Global Economy. Conflict. Middle East.*

Compromissos das Instituições Financeiras

À medida que o conflito no Oriente Médio foi se intensificando, países membros e clientes de mercados emergentes do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) acionaram as instituições financeiras devido aos impactos negativos nos preços das *commodities* e da logística.

Diante de tamanha preocupação, o BM publicou uma nota indicando que já começou a trabalhar com governos, parceiros regionais, lideranças do setor privado e todos os que querem fazer parte das soluções de problemas que a guerra ajudou a desencadear. Segundo o BM, a

instituição está acompanhando o que vem ocorrendo no mercado global e está mantendo contato direto com os países considerados mais afetados, com o intuito de compreender as demandas e propor soluções.

Ao entender que a resposta precisa ser rápida para conter os estragos nas economias dos países, o BM colocou à disposição todos os seus instrumentos para responder em grande escala, "combinando alívio financeiro imediato com expertise em políticas públicas e apoio do setor privado para a recuperação de empregos e crescimento", tendo como objetivo auxiliar os governos, as empresas e as famílias. Ainda de acordo com o BM, a instituição financeira colocará o seu kit de ferramentas para resposta a crises e facilidades em financiamentos e elaborará estratégias para sustentar a recuperação, além de trabalhar ativamente com o setor privado para fornecer às empresas "liquidez essencial, financiamento ao comércio e capital de giro", com o propósito de proporcionar alívio imediato.

Com o intuito de aumentar as respostas aos impactos econômicos e energéticos devido a guerra, o BM, o FMI e Agência Internacional de Energia emitiram uma nota em conjunto prometendo a criação de uma coordenação para amparar os países. Para os líderes destas instituições, a guerra está provocando "uma das maiores escassez de suprimentos da história do mercado global de energia", afetando as vidas e os meios de subsistência na região do Oriente Médio, impactando negativamente nos setores da economia e de energia dos países de baixa renda. A nota continua dizendo que já se encontram maiores os preços do petróleo, do gás e dos fertilizantes, sendo dado como certo o aumento dos preços dos alimentos. Outro setor mencionado pelos líderes foi a cadeia de suprimentos globais (*commodities*) que estão sendo prejudicadas. De acordo com a nota, a guerra pode fazer com que as políticas monetárias dos países sejam mais rígidas para conter o avanço dos problemas – mercado bem mais volátil, enfraquecimento das economias consideradas emergentes e impactos negativos na inflação.

As instituições se comprometeram em criar um grupo de trabalho que apoie diretrizes para salvaguardar a estabilidade econômica e financeira global e o fortalecimento da segurança energética. Países e pessoas atingidas pelas ocorrências da guerra terão atenção para uma recuperação sustentada, visando crescimento e criação de empregos através de reformas.

Considerações Finais

A guerra no Oriente Médio está fazendo com que o mercado global mostre toda a sua resiliência. O conflito na região tem interrompido as rotas de transporte, que vem aumentando os seus custos e os riscos de fornecimento de energia, fertilizantes e outros produtos agrícolas essenciais estão aumentando. Entre fevereiro e março, os preços do petróleo cresceram em quase 40%, as remessas de gás natural liquefeito para a Ásia tiveram seus preços aumentados em quase dois terços e os fertilizantes à base de nitrogênio tiveram os seus preços aumentados em quase 50% no mês de março.

O BM e FMI se anteciparam em elaborar e divulgar iniciativas que ajudem a conter os estragos. As duas instituições financeiras entenderam que o momento é de profunda incerteza e que se faz necessária a união de forças para monitorar o progresso da crise, com o objetivo de apoiar os formuladores de políticas na elaboração de suas diretrizes.

O ideal é que o desassossego que traz uma guerra se acabe, pois quanto mais prolongado for o conflito, maiores serão os impactos negativos e os desafios para os países – especialmente para os países de economias mais vulneráveis. A apresentação de uma coordenação destas instituições financeiras para conter a crise econômica não é uma novidade,

porém mostra que apesar das críticas e do seu modo de operação, as duas ainda são muito relevantes dentro do cenário global.

Referências

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank Group Statement on the Conflict in the Middle East [acesso em 13 abr. 2026]. Disponível em:

https://www.worldbank.org/en/news/statement/2026/03/26/world-bank-group-statement-on-the-conflict-in-the-middle-east

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Joint Statement by the Heads of the International Energy Agency, International Monetary Fund, and World Bank Group [acesso em 13 abr. 2026]. Disponível em: https://www.imf.org/en/news/articles/2026/04/01/pr-26100-joint-statement-by-the-heads-of-the-iea-imf-and-wb-group

Estratégia de atuação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, ou Banco do BRICS) para o período 2025-2030

Estrategia de actuación del Nuevo Banco de Desarrollo (NDB, o Banco de los BRICS) para el período 2025-2030

Action Strategy of the New Development Bank (NDB, or BRICS Bank) for the 2025–2030 Period

Laura Tavares Soares

Resumo. Na sequência das apresentações sobre as perspectivas para 2026 dos BRDs (Bancos Regionais de Desenvolvimento), este Informe apresenta o posicionamento do NDB – sigla em inglês para o Novo Banco de Desenvolvimento ou Banco dos BRICS – para o próximo período. Aqui se detalha a Estratégia Geral do Banco bem como seus propósitos, objetivos e metas. São apresentados os principais projetos para 2026 com destaque para o Brasil. Finalmente, nas Considerações Finais, foi feita uma análise mais qualitativa do papel do NDB junto aos países do Sul Global.

Palavras-Chave: Novo Banco de Desenvolvimento; Banco dos BRICS; Estratégia do NDB para 2026; Projetos de Desenvolvimento do NDB

***Resumen**. Tras las presentaciones sobre las perspectivas de los Bancos Regionales de Desarrollo (BRD) para 2026, este informe presenta la posición del NDB (Nuevo Banco de Desarrollo o Banco BRICS) para el próximo período. Se detallan la Estrategia General del Banco, así como sus propósitos, objetivos y metas. Se presentan los principales proyectos para 2026, con especial atención a Brasil. Finalmente, en las Conclusiones, se realiza un análisis cualitativo del papel del NDB con los países del Sur Global.*

***Palabras clave**: Nuevo Banco de Desarrollo; Banco BRICS; Estrategia del NDB para 2026; Proyectos de desarrollo del NDB*

***Abstract**. Following the presentations on the 2026 outlook for BRDs (Regional Development Banks), this report presents the position of the NDB – the acronym for the New Development Bank or BRICS Bank – for the coming period. The Bank's General Strategy, as well as its purposes, objectives, and targets, are detailed here. The main projects for 2026 are presented, with a focus on Brazil. Finally, in the Concluding Remarks, a more qualitative analysis of the NDB's role with countries in the Global South is conducted.*

***Keywords**: New Development Bank; BRICS Bank; NDB Strategy for 2026; NDB Development Projects*

Introdução: estratégia, objetivos e metas do NDB para o próximo período

A estratégia de atuação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, ou Banco do BRICS) para o período 2025-2030, sob a presidência de Dilma Rousseff – que foi reeleita para o mandato de 7 de julho de 2025 a 6 de julho de 2030, baseia-se, até o momento, na continuidade da

Estratégia Geral vigente (2022-2026) e nas prioridades estratégicas explicitadas pela própria presidenta em discursos e na Reunião Anual de 2025.

Não existe ainda um novo documento oficial de *Estratégia Geral 2027-2031* (a revisão de meio de mandato de 2024 confirmou a validade da estratégia atual e o próximo ciclo deve ser divulgado em breve). No entanto, Dilma Rousseff definiu claramente os eixos de atuação para os próximos anos, consolidando o NDB como *banco feito pelo Sul Global para o Sul Global*, com governança igualitária, sem condicionalidades políticas e abordagem orientada pela demanda ("demand-driven") definida pelos países-membros.

A Estratégia Geral vigente (2022-2026) – denominada *Aumentando em Escala o Financiamento ao Desenvolvimento para um Futuro Sustentável* ("Scaling Up Development Finance for a Sustainable Future"), continua plenamente em vigor e orienta as operações até 2026 (e além, até a aprovação da próxima estratégia).

Os principais objetivos da atual estratégia são:

- Aumentar drasticamente o volume de financiamento que o banco oferece ("scaling up").
- Focar em infraestrutura sustentável e projetos que promovam o desenvolvimento sustentável.
- Apoiar economias emergentes e países em desenvolvimento (EMDCs).
- *Mobilizar recursos em maior escala* para áreas como infraestrutura, energia renovável, transporte, água.
- Aumentar o impacto no combate às mudanças climáticas, com a meta de destinar 40% dos financiamentos para mitigação e adaptação climática.
- *Expandir o uso de moedas locais dos países membros (reduzindo a dependência do dólar)*.
- Tornar o NDB um banco mais eficiente, com maior capacidade operacional e maior impacto no desenvolvimento.

O NDB pretende crescer muito – em volume de empréstimos e projetos – para ajudar os *países do Sul Global* a construir uma infraestrutura moderna, inclusiva e sustentável, alinhada aos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.*

Essa intenção também aparece em discussões globais sobre financiamento para o desenvolvimento sustentável. Há um grande "gap" (falta) de recursos para atingir os ODS e o Acordo de Paris — estima-se que sejam necessários trilhões de dólares adicionais por ano em países em desenvolvimento. A estratégia vigente do NDB de *aumentar em escala o Financiamento do Desenvolvimento para um Futuro Sustentável* ("Scaling up development finance") significa exatamente aumentar em grande escala os recursos financeiros (públicos, privados, multilaterais) para fechar essa lacuna.

As principais metas apontadas pelo NDB (até março de 2026) são:

- Aprovar US$ 30 bilhões em financiamentos totais.
- Destinar 40% das aprovações a projetos de mitigação e adaptação climática (incluindo transição energética).
- Realizar 30% das operações em moedas locais.
- Destinar 30% dos financiamentos não-soberanos (ver explicação mais adiante) para o setor privado.

- Realizar 20% das operações em cofinanciamento com outros bancos multilaterais.
- Orientar o foco dos projetos em seis áreas prioritárias: *energia limpa, infraestrutura de transporte, água e saneamento, proteção ambiental, infraestrutura social e infraestrutura digital.*

Essa estratégia enfatiza o alinhamento com os ODS da ONU e o Acordo de Paris, com forte ênfase em inovação tecnológica, inclusão social e resiliência climática.

Na Reunião Anual de 2025 (10 anos do NDB), a presidenta Dilma Rousseff enumerou explicitamente os *quatro pilares estratégicos para os próximos anos*:

1. *Ampliação estratégica do quadro de membros*

Expansão dos países membros com critérios claros de representatividade geográfica e econômica do *Sul Global*. Já foram incorporados Colômbia e Uzbequistão, chegando a 11 membros no total em 2025. Outras adesões estão em análise confidencial.

2. *Mobilização intensificada de capital privado*

Criação de mecanismos inovadores de garantia para reduzir riscos percebidos pelos investidores e atrair recursos privados em escala maior.

3. *Parcerias fortalecidas com instituições de pesquisa de excelência*

Aceleração da inovação tecnológica e da troca de conhecimento entre países-membros (ex.: IA, biotecnologia, veículos elétricos, energias renováveis).

4. *Prioridade absoluta às operações em moedas locais*

Redução da vulnerabilidade cambial, promoção de desdolarização gradual e fortalecimento de sistemas financeiros nacionais (já foram emitidos títulos em RMB, ZAR e INR). A meta para 2026 é chegar a 30% das operações financeiras em moedas locais).

Estão definidos, ainda, pilares de investimento e os temas transversais dos Projetos. Os principais pilares operacionais que guiarão o portfólio de projetos, definidos pela Presidenta Dilma, são:

- Infraestrutura logística (portos, aeroportos, ferrovias, incluindo corredores bioceânicos).
- Transformação digital (5G/6G, data centers, economia digital).
- Infraestrutura social (hospitais inteligentes, saneamento, habitação).
- Transição energética (solar, eólica, armazenamento de energia, biocombustíveis).
- Já os ***Temas Transversais*** presentes em todos os projetos são:
- *Desenvolvimento sustentável, inclusivo, justo e resiliente.*
- *Ação climática e transição justa com geração de empregos e proteção social ("just transition").*
- *Combate às desigualdades e empoderamento tecnológico sem marginalização.*
- *Cooperação Sul-Sul e multilateralismo multipolar.*

Em discursos e posicionamentos em reuniões multilaterais, a Presidenta do NDB Dilma Rousseff explicita a linha orientadora e política para o Banco.

"A criação do Novo Banco de Desenvolvimento foi mais do que um marco institucional. Foi uma declaração política — uma afirmação de que o Sul Global não seria mais um receptor passivo de modelos de desenvolvimento impostos externamente, mas sim um arquiteto ativo do seu próprio futuro." Dilma Rousseff, julho/2025, no discurso de comemoração dos 10 anos do Banco.

"*Nós estamos apenas começando. Em nossa primeira década, o NDB lançou as bases. Na próxima década, devemos consolidar nosso papel de liderança para o desenvolvimento equitativo, sustentável e autônomo em um mundo multipolar. O que significa desenvolver ainda mais uma instituição que não seja apenas financeiramente sólida, mas que também seja politicamente relevante e transformadora.*" Dilma Rousseff, julho/2025, no discurso de comemoração dos 10 anos do Banco.

"*O NDB é um banco feito pelo Sul Global para o Sul Global, com governança baseada na igualdade substantiva entre os membros*." Discurso no 10º Encontro Anual.

"Devemos enfrentar a emergência climática com determinação e solidariedade. O financiamento climático deve ser mais do que uma promessa — deve ser um mecanismo tangível para adaptação, transição energética e resiliência — especialmente nos países mais afetados por eventos climáticos extremos. O NDB deve estar na vanguarda desse esforço, expandindo o investimento em infraestrutura verde, energia limpa e tecnologias climáticas inteligentes." Dilma Roussef, discurso no 10º Encontro Anual.

"Devemos também abraçar a revolução digital — não passivamente, mas ativa e estrategicamente. Conectividade, inteligência artificial e dados estão moldando a nova economia. No entanto, sem políticas de inclusão, apenas aprofundaremos a exclusão. Devemos garantir que a transformação digital se torne uma ferramenta de empoderamento, e não de marginalização — aumentando a produtividade, promovendo a inovação e ampliando o acesso à educação, saúde e serviços públicos." Discurso no 10º Encontro Anual

"Ao mesmo tempo, devemos manter o compromisso com a infraestrutura física e social. Estradas, portos, sistemas de água, habitação, transporte público e ***saúde*** *continuam sendo essenciais para a construção de sociedades inclusivas e resilientes. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem essas bases sólidas."* Discurso no 10º Encontro Anual.

Sob a nova presidência de Dilma Rousseff (2025-2030), portanto, o NDB mantém a estratégia 2022-2026 como base, mas acelera sua ambição com foco em *expansão geográfica*, *inovação tecnológica*, *financiamento em moedas locais* e *transição energética justa,* sempre priorizando a *soberania e as necessidades dos países do Sul Global.*

Essa orientação já está sendo implementada em projetos aprovados em 2026.

Principais Projetos para 2026

Até março de 2026 o NDB possuía um total acumulado de 139 projetos aprovados. O Valor total desses projetos era de aproximadamente US$ 42,9 bilhões.

Os Projetos possuem foco em infraestrutura sustentável, transição climática, transporte, água/saneamento e habitação social.

A meta mais importante para 2026 é destinar cerca de 40% dos financiamentos para projetos de clima (mitigação e adaptação).

Projetos Soberanos e Não Soberanos do NDB

Os ***Projetos Soberanos*** ("Sovereign Operations ou Sovereign Guaranteed") do NDB são os projetos em que o governo nacional (soberano) é o tomador direto do empréstimo ou oferece garantia soberana (garantia do governo central).

Quem recebe o financiamento dos projetos soberanos?

- Governo federal (ex.: Ministério da Infraestrutura, Tesouro Nacional).
- Entidades públicas ou agências governamentais com garantia do governo central.
- Entidades subnacionais (estados ou municípios) apenas se houver garantia soberana.

Os projetos dessa natureza se caracterizam por possuir um risco menor para o NDB (o governo garante o pagamento). As taxas de juros (cobradas pelo NDB) são geralmente mais baixas e os prazos de financiamento são mais longos. O processo de aprovação é mais padronizado.

Os Projetos Soberanos representam a grande maioria do portfólio do NDB (cerca de 88–90% dos empréstimos até 2025/2026).

Exemplos recentes de Projetos Soberanos (até março de 2026) são:

- Projeto do Corredor Elevado de Hyderabad ("Hyderabad Elevated Corridor Project"). Índia.
- Projeto do Hospital Acadêmico de Limpopo ("Limpopo Academic Hospital Project"). África do Sul.
- Projeto de Renovação da Infraestrutura Ferroviária de Passageiros ("Passenger Rail Infrastructure Renewal Project"). África do Sul.

No **Brasil**, a maioria dos projetos do NDB (ex.: rodovias, saneamento, energia renovável) é soberana ou com garantia da União.

Já os *Projetos Não Soberanos* ("Non-Sovereign Operations") são projetos financiados *sem garantia do governo nacion*al. O risco recai sobre o tomador do empréstimo (empresa ou entidade) e não sobre o Estado.

Quem pode receber Financiamentos Não Soberanos:

- Empresas privadas (pelo menos 50% de capital privado).
- Empresas públicas ou estatais que sejam autônomas financeiramente e operem como empresas comerciais – mesmo sendo maioritariamente sustentadas ("majority-owned") pelo governo.
- Governos subnacionais (estados/municípios) sem garantia federal.
- Instituições Financeiras Nacionais ("National Financial Intermediaries" – NFIs) para repassar recursos a subprojetos.

Nos Projetos Não Soberanos o risco é maior para o NDB (dependendo da capacidade de pagamento do projeto ou empresa). As taxas de juros geralmente são mais altas. Existe maior flexibilidade e agilidade em alguns casos. O foco aqui é atrair capital privado e *reduzir a dívida pública* dos países.

O NDB tem como meta chegar a 30% do financiamento total em operações não soberanas até o final da estratégia 2022–2026 (atualmente está em torno de 11–14%).

Exemplos recentes de Projetos Não Soberanos do NDB são:

- Projeto de Habitação Acessível da Piramal Finance ("Piramal Finance Affordable Housing Project"). Índia, março 2026. Projeto de Habitação Social via empresa privada.
- Projeto do Porto Logístico Internacional de Yunnan Yuxi ("Yunnan Yuxi International Logistics Port Project"). China.
- Outros empréstimos a bancos ou empresas para repassar a projetos menores.

A previsão de aumento dos Projetos Não Soberanos se alinha com a estratégia atual do Banco ("Scaling Up Development Finance for a Sustainable Future" – 2022–2026); baixo os argumentos de reduzir a pressão sobre a dívida pública dos países membros, mobilizar mais recursos do setor privado, e aumentar o impacto em áreas como habitação acessível, energia limpa e logística.

No portfólio histórico do NDB, os *Projetos Soberanos* ainda dominam, mas os não soberanos vêm crescendo (ex.: primeiros empréstimos não soberanos na China, Brasil, África do Sul e Rússia).

Principais projetos já aprovados em 2026 (por data de aprovação, país, setor e tipo)

- Março de 2026. Projeto de Renovação da Infraestrutura Ferroviária de Passageiros ("Passenger Rail Infrastructure Renewal Project"). África do Sul. Transporte Ferroviário. Soberano.
- Março de 2026. Projeto de Habitação Acessível da Piramal Finance ("Piramal Finance Affordable Housing Project"). Índia. Área de Habitação Social ("Social Infrastructure"). Não-Soberano.
- Fevereiro de 2026. Projeto do Porto Logístico Internacional de Yunnan Yuxi ("Yunnan Yuxi International Logistics Port Project"). China. Áreas de Transporte e Logística. Não-Soberano.
- Fevereiro de 2026. Projeto do Corredor Elevado de Hyderabad ("Hyderabad Elevated Corridor Project"). Índia. Transporte (Elevado). Soberano.
- Janeiro de 2026. Projeto do Hospital Acadêmico de Limpopo ("Limpopo Academic Hospital Project" – também chamado "Limpopo Central Hospital"). África do Sul. Áreas de **Saúde** e Infraestrutura Social. Soberano.

Esses são os projetos mais recentes destacados no site oficial do NDB. Eles reforçam os pilares da estratégia geral do Banco, focando no transporte eficiente, na habitação acessível e na infraestrutura social sustentável**.**

Projetos no Brasil

Até meados de 2025, o NDB havia aprovado 29 projetos para o Brasil, totalizando cerca de US$ 7 bilhões (com desembolsos já realizados na casa de R$ 4 bilhões).

Exemplos de projetos brasileiros aprovados antes de 2026, mas ainda relevantes:

– Programa Regional de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável ("Regional Sustainable Infrastructure Development Program"). Não-soberano. Envolve múltiplos setores.

– Projetos de energia renovável, transporte e infraestrutura sustentável em estados e municípios (2025). (https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2024/12/PPE-Brazil-Para-Sustainable-Municipalities-Project.pdf)

(https://www.ndb.int/project/integration-social-and-sustainable-development-program-of-maceio/)

(https://www.ndb.int/project/sll-for-power-distribution-expansion-and-modernization-project/)

(https://www.ndb.int/project/serra-da-palmeira-wind-power-project/)

(https://www.ndb.int/project/electricity-distribution-infrastructure-modernization-project/)

(https://www.ndb.int/project/brasilia-capital-of-solar-lighting-project/)

(https://www.ndb.int/project/para-sanitation-development-project/)

(https://www.ndb.int/project/graca-aranha-silvania-energy-transmission-project/)

O Brasil continua sendo um dos principais beneficiários do Banco (cerca de 17% do portfólio total).

Em **2026**, o NDB aprovou pelo menos ***três novos empréstimos para o Brasil***, totalizando quase US$ 1 bilhão.

Esses projetos seguem a estratégia geral do Banco, com forte foco em energia renovável, transporte sustentável, infraestrutura regional e ***saúde inteligente***.

a. US$ 500 milhões para o ***Programa Regional de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável*** (“Regional Sustainable Infrastructure Development Program”), com múltiplas áreas – Energia Renovável + Transporte) Projeto Soberano com o objetivo de apoiar fundos regionais de desenvolvimento (Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste); e financiar projetos de energia renovável e transporte sustentável nessas regiões. Contribui para os ODS 7, 9 e 13 (energia limpa, infraestrutura e ação climática).

b. US$ 320 milhões para o **Projeto Hospital Inteligente do Brasil** (“Brazil Smart Hospital Project”) em São Paulo. Áreas de Saúde e Infraestrutura Social. Projeto Soberano. O Ministério da Saúde do Brasil atuará como Entidade do Projeto, responsável pelo planejamento e execução geral do mesmo. Para isso, designará uma organização social para implementar o Projeto, que atuará como unidade executora. O período de execução do Projeto é de quatro anos, de 2026 a 2029. Financiamento para a construção/modernização de hospital inteligente em São Paulo, com uso de IA e tecnologias avançadas para melhorar o atendimento em saúde. Apoia o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar).

Descrição do Projeto: o Projeto propõe o desenvolvimento de um hospital inteligente – o primeiro desse tipo no sistema público de saúde brasileiro. Essa unidade avançada, escalável e integrada será especializada em medicina de emergência, terapia intensiva e neurologia. A implementação bem-sucedida desse projeto piloto servirá como modelo para replicação em todo o país e transferência de tecnologia, fortalecendo significativamente a capacidade do Brasil de oferecer assistência médica de alta qualidade e baseada em tecnologia. O hospital será construído nas dependências de um dos maiores e mais antigos hospitais universitários do país, o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo.

Objetivo do Projeto: o projeto prevê uma nova instalação de 120.000 m² que incluirá unidades de pronto atendimento, unidades de terapia intensiva, enfermarias comuns, cadeiras de emergência, salas cirúrgicas e consultórios ambulatoriais, equipados com sistemas digitais que permitirão serviços de telemedicina, agendamento baseado em inteligência artificial, prontuários eletrônicos, suporte à decisão clínica, central de comando hospitalar e um centro nacional de pesquisa translacional e inovação. O hospital será construído em conformidade com os padrões globais de sustentabilidade. Após a conclusão, o projeto oferecerá tratamento para pacientes de pronto atendimento e terapia intensiva, pacientes internados em neurologia e neurocirurgia, além de consultas ambulatoriais em neurologia. O projeto também prevê programas de treinamento para profissionais de saúde no uso de tecnologias digitais avançadas.

c. Empréstimo para Projeto relacionado *a transporte / BRT e energia renovável*. Áreas de Transporte e Energia. Projeto Soberano. Investimentos em sistemas de transporte sustentável – possivelmente com Trânsito Rápido de Ônibus ("Bus Rapid Transit") e modernização de infraestrutura de energia.

Os três empréstimos juntos somam quase ***US$ 1 bilhão*** e foram destacados pelo NDB como apoio ao desenvolvimento sustentável do Brasil, com ênfase em regiões menos desenvolvidas e em tecnologias modernas.

Os projetos brasileiros, em sua maioria, continuam sendo *soberanos* (com garantia do governo federal).

Há menção a um projeto não-soberano datado de dezembro de 2025, o *Programa Regional de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável* ("Regional Sustainable Infrastructure Development Program"), mas ele aparece em listas recentes, sendo formalizado e desembolsado em 2026.

O foco em 2026 reforça a meta do NDB de alocar cerca de 40% dos financiamentos para temas climáticos (mitigação e adaptação).

Até o momento, não há divulgação de novos projetos brasileiros após março de 2026 na lista oficial do site do NDB (os mais recentes listados publicamente são, os já apontados acima, de outros países em março de 2026).

Esses projetos ajudam o *Brasil a expandir energia limpa, melhorar a mobilidade sustentável e modernizar a saúde pública, especialmente em regiões prioritárias*.

O NDB vem crescendo sua presença no Brasil, sendo este país um dos principais tomadores do banco.

O site oficial do NDB (ndb.int/projects) foi a fonte principal para as atualizações. O NDB aprova projetos ao longo do ano. A lista acima reflete os mais recentes *disponíveis até início de abril de 2026*.

A maioria dos projetos do NDB, tal como exposto aqui, são soberanos (garantidos por governos), mas há previsão de crescimento nos projetos não-soberanos (setor privado e instituições financeiras), incluindo como parte da estratégia a ampliação de *parcerias com outros bancos multilaterais.*

Por outro lado, o Banco continua *aumentando o uso de moedas locais* sempre com o propósito de se constituir em uma alternativa financeira de novo tipo para os países do Sul Global.

Considerações Finais

Apresenta-se aqui os destaques mais qualitativos com base no que foi detalhado neste Informe.

Como apoio à análise do tema, toma-se por base um artigo escrito por **Carlos Albérico de Medeiros**, publicado em 25/02/2026 e intitulado "Laboratório BRICS: *o NDB e a construção de uma arquitetura financeira alternativa"*, baseado em uma metodologia histórico estrutural. (https://vermelho.org.br/2026/02/25/laboratorio-brics-o-ndb-e-a-construcao-de-uma-arquitetura-financeira-alternativa/)

Segundo o artigo, "*o NDB emerge como pilar do BRICS ao desafiar a dependência do dólar, financiar desenvolvimento com soberania e consolidar uma alternativa real à arquitetura financeira tradicional*."

A viabilidade de criar um banco de desenvolvimento próprio dos BRICS, capaz de financiar infraestrutura e desenvolvimento sustentável sem as condicionalidades impostas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI – e Banco Mundial, foi debatida durante a 4ª Cúpula do BRICS (2012).

A Declaração dos líderes do BRICS sobre o estabelecimento do Banco de Desenvolvimento liderado pelo BRICS foi aprovada na Cúpula de Durban (África do Sul, 2013), com a concordância das autoridades nacionais em criar o *Novo Banco de Desenvolvimento*.

O marco da criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, sigla em inglês) e do Arranjo Contingente de Reserva (CRA, em inglês) se deu na 6ª Cúpula do BRICS realizada em julho de 2014 na cidade de Fortaleza, capital do estado nordestino do Ceará.

O acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento definiu como propósito a *mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países dos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento – já deixando clara sua opção pelo Sul Global*.

A adoção de uma *governança igualitária* onde cada país fundador detém 20% das ações e do poder de voto, sem direito de veto unilateral, é um *contraste radical com a estrutura do FMI e do Banco Mundial, onde os EUA mantêm poder de veto sobre decisões estratégicas*.

Tal como apresentado neste Informe, a Estratégia Geral 2022–2026 marca a passagem da fase de consolidação para uma etapa de *expansão, na qual o NDB busca se tornar* ***provedor líder*** *de soluções de infraestrutura e desenvolvimento sustentável para economias emergentes e países em desenvolvimento, com maior diversificação de projetos e instrumentos*.

Outro destaque visto neste Informe é que o alinhamento com os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU – está sempre presente, estabelecendo um compromisso com *sustentabilidade ambiental e social* e a *ampliação da atuação para além dos BRICS* com novos membros.

É possível concluir que o NDB se fortalece cada vez mais como instrumento de crédito voltado à autonomia financeira dos países emergentes e à construção de *uma alternativa à arquitetura financeira dominada pelo dólar e pelos grandes bancos ocidentais*.

Tudo indica que esse é o caminho a ser continuado e ampliado pelo Banco para 2026.

Referências

1. https://www-ndb-int.translate.goog/event/new-development-bank-tenth-annual-meeting/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc

2. ndb.int/projects

3. https://vermelho.org.br/2026/02/25/laboratorio-brics-o-ndb-e-a-construcao-de-uma-arquitetura-financeira-alternativa/

4. https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2024/12/PPE-Brazil-Para-Sustainable-Municipalities-Project.pdf

5. https://www-ndb-int.translate.goog/projects/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc

6. https://www.ndb.int/project/integration-social-and-sustainable-development-program-of-maceio/

7. https://www.ndb.int/project/sll-for-power-distribution-expansion-and-modernization-project/

8. https://www.ndb.int/project/serra-da-palmeira-wind-power-project/

9. https://www.ndb.int/project/electricity-distribution-infrastructure-modernization-project/)

10. https://www.ndb.int/project/brasilia-capital-of-solar-lighting-project/

11. https://www.ndb.int/project/para-sanitation-development-project/

12. https://www.ndb.int/project/graca-aranha-silvania-energy-transmission-project/

Comércio Global em Contexto de Fragmentação Geoeconômica e Riscos Alimentares

El comercio mundial en un contexto de fragmentación geoeconómica y riesgos alimentarios

Global Trade in a Context of Geoeconomic Fragmentation and Food Security Risks

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo. Este informe analisa desenvolvimentos recentes do comércio global em um contexto de crescente fragmentação geoeconômica e riscos à segurança alimentar. Com base em evidências da UNCTAD (2026), demonstra que o comércio global cresceu de forma robusta em 2025, embora parte desse crescimento tenha sido impulsionada pela inflação, indicando fragilidade subjacente. A erosão da governança multilateral, especialmente na Organização Mundial do Comércio, reflete o avanço do protecionismo e o enfraquecimento da adesão a regras comuns. O informe destaca assimetrias estruturais persistentes, incluindo desequilíbrios comerciais e a posição periférica dos países em desenvolvimento. Examina ainda a disrupção no Estreito de Ormuz e seus efeitos sobre os mercados de fertilizantes, evidenciando a interdependência entre energia e sistemas alimentares. O aumento dos preços e restrições de oferta representa riscos à produção agrícola, sobretudo em economias vulneráveis, reforçando riscos sistêmicos globais.

Palavras-chave: comércio global; fragmentação geoeconômica; governança multilateral; Organização Mundial do Comércio; estreito de Ormuz; segurança alimentar; fertilizantes; mercados de energia; países em desenvolvimento; Sul Global

Resumen. *Este informe analiza los desarrollos recientes del comercio global en un contexto de creciente fragmentación geoeconómica y riesgos para la seguridad alimentaria. Basado en evidencia de la UNCTAD (2026), muestra que el comercio mundial creció de forma robusta en 2025, aunque parte de este crecimiento fue impulsado por la inflación, lo que revela fragilidades subyacentes. La erosión de la gobernanza multilateral, especialmente en la Organización Mundial del Comercio, refleja el aumento del proteccionismo y el debilitamiento del cumplimiento de normas comunes. El informe destaca asimetrías estructurales persistentes, incluidos desequilibrios comerciales y la posición periférica de los países en desarrollo. Asimismo, examina la disrupción en el estrecho de Ormuz y sus efectos sobre los mercados de fertilizantes, subrayando la interdependencia entre energía y sistemas alimentarios. El aumento de precios y las restricciones de oferta representan riesgos para la producción agrícola, especialmente en economías vulnerables.*

Palabras clave: *comercio global; fragmentación geoeconómica; gobernanza multilateral; Organización Mundial del Comercio; estrecho de Ormuz; seguridad alimentaria; fertilizantes; mercados energéticos; países en desarrollo; Sur Global*

Abstract. *This briefing analyses recent developments in global trade in the context of increasing geoeconomic fragmentation and rising food security risks. Drawing on evidence from UNCTAD*

(2026), it shows that global trade expanded strongly in 2025, although part of this growth was driven by inflation, indicating underlying fragility. The erosion of multilateral governance, particularly within the World Trade Organization, reflects growing protectionism and declining adherence to common rules. The analysis highlights persistent structural asymmetries, including trade imbalances and the peripheral position of developing countries. It also examines the disruption of the Strait of Hormuz and its effects on fertiliser markets, underscoring the interdependence between energy and food systems. Rising fertiliser prices and supply constraints pose risks to agricultural production, especially in vulnerable economies, reinforcing systemic global risks and the need for coordinated policy responses.

keywords: *global trade; geoeconomic fragmentation; multilateral governance; World Trade Organization; Strait of Hormuz; food security; fertilisers; energy markets; developing countries; Global South*

A Erosão da Governança Multilateral do Comércio em uma Era de Crescente Protecionismo

O editorial de The Washington Post argumenta que a Organização Mundial do Comércio (OMC) está se tornando cada vez mais irrelevante em um contexto global marcado pelo ressurgimento do mercantilismo e pelo enfraquecimento da adesão às regras multilaterais. O impasse mais recente envolvendo os Estados Unidos e o Brasil em uma conferência da OMC ilustra a fragilidade da instituição, cuja autoridade depende fundamentalmente da conformidade dos membros. O texto enfatiza que a ordem comercial global, antes ancorada em regras compartilhadas, está agora se erodindo, visto que até mesmo a própria liderança da OMC reconhece que o sistema multilateral anterior sofreu transformação irreversível. Essa perda de coerência e previsibilidade sinaliza uma crise sistêmica mais ampla na governança do comércio global. (*The Washington Post*, 2026)

Os Estados Unidos têm desconsiderado o princípio da "nação mais favorecida" da OMC por meio de políticas tarifárias inconsistentes, que oneram desproporcionalmente os consumidores americanos. Essas ações demonstram coletivamente que a credibilidade da OMC está sendo corroída não por atores menores, mas por membros influentes, enfraquecendo assim a legitimidade e a aplicabilidade das regras do comércio internacional. (*The Washington Post*, 2026)

O editorial destaca a paralisia institucional da OMC por meio do colapso das recentes negociações em Camarões, onde divergências entre os Estados Unidos e o Brasil sobre a tributação de bens digitais impediram o consenso. Enquanto os Estados Unidos defenderam uma moratória permanente sobre tais impostos, o Brasil propôs prorrogação temporária, expondo interesses nacionais divergentes que revelam problemas relacionados à reforma, incluindo melhorias nos mecanismos de resolução de disputas. (*The Washington Post*, 2026)

Dinâmica do comércio global em 2025 e perspectivas para 2026

Crescimento robusto, mas parcialmente inflacionário

O *Global Trade Update* da UNCTAD de abril de 2026 registra que o valor do comércio global cresceu cerca de US$ 2,5 trilhões em 2025, atingindo US$ 35 trilhões, uma expansão de aproximadamente 7,5% em relação a 2024. Bens responderam por cerca de US$ 1,8 trilhão desse crescimento (7%), enquanto serviços contribuíram com aproximadamente US$ 700 bilhões (8%). O crescimento manteve-se sólido ao longo de todos os quatro trimestres, com

bens avançando 1,7% e serviços quase 3% na comparação trimestral (QoQ) no quarto trimestre. O *nowcast* para o primeiro trimestre de 2026, apurado em 24 de março de 2026, projeta expansão de 2,5% (bens) e 2% (serviços) QoQ. Entretanto, a inflação comercial — que havia recuado no quarto trimestre de 2025 — retornou a cerca de 1,5% QoQ no primeiro trimestre de 2026, sugerindo que parte do crescimento nominal é impulsionada por preços e não por volumes, o que fragiliza a robustez real da expansão (UNCTAD, 2026a).

Liderança da Ásia Oriental e do Sul-Sul, posição periférica do Brasil

O relatório evidencia que o crescimento em 2025 foi liderado pela Ásia Oriental e pela África, ambas com desempenho superior à média global tanto em exportações quanto em importações. O comércio Sul-Sul expandiu cerca de 9% nos quatro trimestres acumulados, embora esse resultado seja largamente explicado pelo desempenho asiático — quando a Ásia Oriental é excluída, o comércio Sul-Sul cai para aproximadamente 2% no acumulado. O Brasil figura em posição ambígua: as importações de bens recuaram 5% QoQ no quarto trimestre de 2025 (ainda que 7% no acumulado de quatro trimestres), enquanto as exportações cresceram 4% QoQ e 3% no acumulado — um desempenho que reflete o dinamismo das vendas externas, mas também a compressão da demanda interna (UNCTAD, 2026a).

Figura 1 — Crescimento de importações e exportações: desvio percentual em relação à média global, por país e região, 2025



Fonte: UNCTAD, 2026a.

Desequilíbrios bilaterais: Brasil como superavitário perante a China

A análise dos desequilíbrios bilaterais revela que a China mantém superávit comercial de bens de US$ 27 bilhões sobre o Brasil, valor que ampliou US$ 6 bilhões no quarto trimestre

de 2025. Esse dado é de interesse direto para a compreensão da inserção do Brasil nas cadeias globais de valor: o país exporta predominantemente bens primários para a China e importa produtos de maior valor agregado, padrão estrutural que, segundo os dados da UNCTAD, persistiu e se aprofundou ao longo de 2025. Os maiores desequilíbrios bilaterais globais continuam concentrados nas relações EUA-China (US$ 277 bilhões), EUA-Europa (US$ 255 bilhões) e EUA-México (US$ 205 bilhões), ainda que os dois primeiros tenham recuado no período (UNCTAD, 2026a).

Exportações de serviços: ponto positivo do Brasil

No comércio de serviços, o Brasil apresentou desempenho expressivo no quarto trimestre de 2025, com exportações crescendo 9% QoQ e 8% no acumulado de quatro trimestres — resultado acima da média das grandes economias e próximo ao desempenho da Índia (5% QoQ, 10% T4Q) e da África do Sul (6% QoQ, 12% T4Q). As importações de serviços permaneceram estagnadas (0% QoQ, 1% T4Q). Esse resultado sugere que setores como turismo, serviços digitais e serviços profissionais podem estar ganhando relevância na pauta exportadora brasileira, embora o relatório não desagregue setores por país (UNCTAD, 2026a).

Desacoplamento EUA-China e economias "conectoras"

Um dos achados analíticos mais relevantes do relatório refere-se ao desacoplamento comercial entre Estados Unidos e China: o comércio bilateral recuou aproximadamente US$ 170 bilhões em 2025, ou cerca de um quarto do volume de 2024. Ainda assim, o comércio total de ambas as economias continuou crescendo, pois parte dos fluxos foi redirecionada por meio de economias "conectoras" — países cujo comércio com ambos os polos aumentou simultaneamente. Os exemplos mais proeminentes incluem Egito, Camboja, Vietnã e Tailândia. O relatório observa que muito poucos países experimentaram polarização em direção a apenas um dos polos, indicando que a fragmentação geoeconômica permanece setorial e geograficamente seletiva, e não configura um desacoplamento generalizado. Os dados de dependência comercial mostram que a dependência dos EUA em relação à China caiu 3,5 pontos percentuais no acumulado de quatro trimestres, enquanto países como Indonésia (+2,0 p.p.) e Vietnã (+1,5 p.p.) ampliaram sua dependência em relação à China (UNCTAD, 2026a).

Setor manufatureiro, eletrônica e IA: motores do crescimento em 2025

O setor manufatureiro cresceu cerca de 11% em 2025, liderando o desempenho setorial. Dentro do setor, maquinário avançou 16% no acumulado de quatro trimestres, metais de base 28% (impulsionados pelos preços de metais preciosos) e eletrônica 16%, com o subsegmento de ICT crescendo 19% e semicondutores 12%. A demanda por bens relacionados à inteligência artificial emergiu como um dos principais vetores da expansão em eletrônica e semicondutores. Por outro lado, o setor automotivo permaneceu abaixo da média, com veículos elétricos registrando retração de 1% no acumulado, enquanto veículos híbridos avançaram 21%; padrão sugestivo de uma transição ainda em curso e sujeita a tensões comerciais. O comércio de energia relacionada a combustíveis fósseis recuou 9% no acumulado, com petróleo bruto caindo 13% e carvão 27%, enquanto energia eólica cresceu 17% e baterias 8% (UNCTAD, 2026a).

Perspectivas para 2026: desaceleração esperada, riscos assimétricos

A UNCTAD projeta desaceleração considerável do comércio global ao longo de 2026. Os fatores negativos centrais identificados incluem o conflito no Oriente Médio e as perturbações no Estreito de Ormuz (identificado como o principal "vento contrário" ao comércio global no

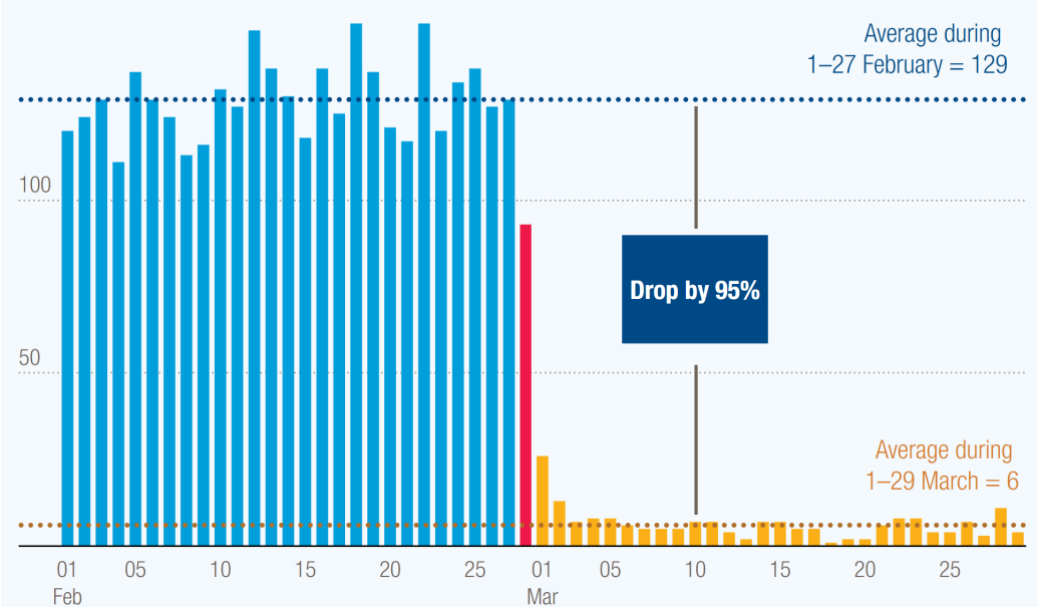
momento); a persistência da incerteza na política comercial dos EUA, com expansão das investigações sob a Seção 301 e renegociações do USMCA; a competição e fragmentação geoeconomica crescente, com governos ampliando controles de exportação, regimes de subsídio e políticas industriais protecionistas; a desaceleração do comércio de serviços; e o endividamento elevado de economias em desenvolvimento, que restringe o espaço fiscal, sufoca o investimento e enfraquece a demanda por importações. No lado positivo, destacam-se a expansão em setores digitais e de IA, a emergência das economias conectoras e a expansão do comércio Sul-Sul (UNCTAD, 2026a).

Do gás ao grão: o Estreito de Ormuz e os riscos para a segurança alimentar

O conflito como evento de ruptura sistêmica

O segundo documento analisado, publicado pela UNCTAD em 30 de março de 2026, examina as consequências específicas do bloqueio do Estreito de Ormuz sobre fertilizantes e sistemas alimentares — desdobramento central do contexto geopolítico que o *Global Trade Update* apenas enuncia. O conflito teve início em 28 de fevereiro de 2026, com ataques dos EUA e de Israel ao Irã, evento que se tornou conhecido como "Operação Força Épica" (*Operation Epic Fury*), e rapidamente restringiu a navegação no estreito. Os trânsitos diários caíram de uma média de 103 embarcações na última semana de fevereiro para dígitos simples em questão de semanas, com queda de mais de 95% (UNCTAD, 2026b; farmdoc daily, 2026).

Figura 2 – Trânsito no estreito de Ormuz está quase parado há um mês – Número total diário de navios transitando pelo estreito



Fonte: UNCTAD, 2026b.

Energia e fertilizantes: a cadeia de transmissão do choque

A lógica analítica central da publicação é a interligação entre mercados de energia e sistemas de fertilizantes: o gás natural é o principal insumo na produção de fertilizantes nitrogenados — especialmente ureia e amônia —, respondendo por aproximadamente 80% dos custos de produção. Com os preços do gás dobrando na Ásia e elevando-se em ritmo equivalente

na Europa desde o início do conflito, os custos de produção de fertilizantes nitrogenados subiram de forma imediata e significativa. Os preços da ureia granulada FOB no Egito — referência global para fertilizantes nitrogenados — saltaram de cerca de US$ 482,50 por tonelada em 27 de fevereiro para aproximadamente US$ 700-720 por tonelada em meados de março de 2026, alta de cerca de 50%. Os preços da amônia na região do Oriente Médio subiram 24%, aproximando-se de US$ 600 por tonelada. A agência de classificação de risco Fitch Ratings elevou suas projeções de preços de ureia e amônia para 2026 em cerca de 25%, alertando para possíveis aumentos ainda maiores em caso de prolongamento do conflito (UNCTAD, 2026b; AA, 2026).

Concentração regional e vulnerabilidade estrutural

A região do Golfo Pérsico desempenha papel duplo na cadeia global de fertilizantes: é tanto produtora quanto rota comercial essencial. Os países da região respondem por 13% das exportações globais de nutrientes nitrogenados e 9% das exportações de fosfatos. Cerca de um terço do comércio marítimo global de fertilizantes (aproximadamente 16 milhões de toneladas) passa pelo Estreito. Além dos fertilizantes nitrogenados, a região é fonte importante de enxofre, insumo utilizado na produção de fertilizantes fosfatados. As estimativas da Kpler e da CRU apontam que o Irã isoladamente responde por 30% do comércio global de ureia, e que Saudi Arábia, Qatar, EAU e Bahrein somam parcela adicional expressiva, o que totaliza cerca de 46% do fornecimento global de ureia oriundo de países cujo acesso ao mercado está diretamente comprometido pelo bloqueio do Estreito. Como resposta ao choque interno, a China — outro grande exportador de fertilizantes — impôs restrições às exportações para proteger seu mercado doméstico, reduzindo ainda mais a oferta global disponível (UNCTAD, 2026b; AA, 2026; CNBC, 2026).

Timing crítico: planting season e risco de impacto duradouro

O elemento mais urgente identificado pela UNCTAD diz respeito ao calendário agrícola. A perturbação coincidiu com o início da temporada de plantio no hemisfério norte, período em que agricultores tipicamente adquirem fertilizantes para a safra seguinte. Caso a disponibilidade seja insuficiente ou os preços elevados inviabilizem a compra, as consequências recairão sobre as colheitas de 2026; e, dado que a resposta de rendimento dos cultivos ao uso de fertilizantes é não linear, reduções modestas na aplicação podem gerar quedas desproporcionalmente grandes na produtividade, especialmente em regiões onde o uso de fertilizantes já é limitado. As projeções da FAO indicam que os preços globais de fertilizantes podem registrar elevação média de 15 a 20% no primeiro semestre de 2026 caso a crise persista. Em um cenário de perturbação por três meses ou mais, a FAO antecipa redução de rendimentos em cultivos intensivos em fertilizantes como trigo, arroz e milho, substituição por culturas fixadoras de nitrogênio (como a soja) e aumento da competição com a produção de biocombustíveis. Mesmo que o Estreito reabra em curto prazo, o reestabelecimento da produção e da logística de fertilizantes pode levar semanas — prazo que os agricultores do hemisfério norte, em período de plantio, não têm disponível (UNCTAD, 2026b; FAO, 2026; Carnegie Endowment, 2026).

Países em desenvolvimento: exposição desproporcional

O impacto distributivo da crise é altamente assimétrico. Os países de menor renda relativa — em particular os PMDs que dependem fortemente de importações de fertilizantes e alimentos — são aqueles com menor capacidade de absorver os choques: espaço fiscal limitado, elevado endividamento externo e acesso restrito a crédito internacional reduzem a margem de resposta à alta de preços de insumos agrícolas. A crise reativa, sob nova configuração

geopolítica, os mesmos mecanismos de transmissão identificados na pandemia de Covid-19 e na guerra na Ucrânia em 2022; quando perturbações nos mercados de energia e insumos agrícolas rapidamente se espalharam para os sistemas alimentares de economias importadoras. Análises de mercado especializadas estimam que países africanos importadores de grãos figuram entre os mais expostos: se as colheitas fossem hipoteticamente afetadas em 5%, o resultado seria provavelmente inflação alimentar severa, não escassez absoluta, mas com impacto concentrado nas populações mais vulneráveis de países emergentes (UNCTAD, 2026b; CNBC, 2026).

Referências

1. UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Global Trade Update (April 2026): Global trade growth continues, but fragility rises. Disponível em: https://unctad.org/publication/global-trade-update-april-2026-global-trade-growth-continues-fragility-rises
2. UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). From gas to grain: fertilizer disruptions raise risks for food security and trade. Genebra: UNCTAD, 30 mar. 2026. Disponível em: https://unctad.org/news/gas-grain-fertilizer-disruptions-raise-risks-food-security-and-trade.
3. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). FAO Chief Economist warns of severe global food security risks from disruption to Strait of Hormuz trade corridor. Roma: FAO, mar. 2026. Disponível em: https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-chief-economist-warns-of-severe-global-food-security-risks-from-disruption-to-strait-of-hormuz-trade-corridor/en.
4. ARITA, S. et al. Strait of Hormuz closure and fertilizer supply risks for U.S. agriculture. *farmdoc daily*, Urbana-Champaign: University of Illinois, v. 16, n. 48, 23 mar. 2026. Disponível em: https://farmdocdaily.illinois.edu/2026/03/strait-of-hormuz-closure-and-fertilizer-supply-risks-for-us-agriculture.html.
5. ANADOLU AGENCY (AA). Strait of Hormuz crisis threatens world fertilizer supply chain. 25 mar. 2026. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/world/strait-of-hormuz-crisis-threatens-world-fertilizer-supply-chain/3875786.
6. CNBC. It's not just oil and gas. The Strait of Hormuz blockage is rattling another vital commodity. 25 mar. 2026. Disponível em: https://www.cnbc.com/2026/03/25/fertilizer-price-iran-war-food-security-inflation-urea-potash-nitrogen-farmers.html.
7. GORDON, N. J.; CORTHELL, L. Fertilizer isn't getting through the Strait of Hormuz, which could lead to a global food crisis. *Carnegie Endowment for International Peace*, mar. 2026. Disponível em: https://carnegieendowment.org/emissary/2026/03/fertilizer-iran-hormuz-food-crisis.
8. THE WASHINGTON POST. Uma Organização Mundial do Comércio é irrelevante quando ninguém segue suas regras. Washington, 6 de abril de 2026. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/2026/04/06/wto-trade-usa-china-brazil/.

Crises humanitárias e reforma do sistema multilateral: a sociedade civil segue reivindicando a promoção da saúde global

Crisis humanitarias y reforma del sistema multilateral: la sociedad civil: sigue reclamando la promoción de la salud mundial

Humanitarian crises and reform of the multilateral system: civil society continues to call for the promotion of global health

Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Marciglei Brito Morais, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina e Luis Eugênio de Souza

Resumo. Na última quinzena, foram acompanhadas 58 Organizações da Sociedade Civil (OSC), das quais 35 se manifestaram em temas aderentes à Saúde Global. Esse informe nº 05/2026 expõe uma triste e persistente convergência de crises humanitárias severas na Palestina, no Sudão, no Líbano e no Irã, onde o desrespeito ao direito internacional resultou, em sete semanas de ataques, no colapso de infraestruturas essenciais como os serviços de saúde. Além de tratar das crises humanitárias, as OSC se manifestaram expondo avanços e barreiras na prevenção e no controle de doenças transmissíveis, como a inovação diagnóstica para tuberculose e os impasses comerciais no acesso a medicamentos de prevenção ao HIV. Esse informe aborda ainda o impacto das mudanças climáticas na saúde urbana e a necessidade de adaptação de infraestruturas. Deixa evidente, com base nas manifestações coletadas, que o sistema de governança multilateral da saúde global precisa ser repensado e reestruturado. Os marcos em discussão sobre essa reestruturação oscilam entre uma posição que demanda o fortalecimento do multilateralismo e da solidariedade, defendida pelas OSC de interesse público, e uma posição de total abandono do multilateralismo, expressa pelo atual governo dos EUA. Uma terceira posição surge de um debate promovido pela Wellcome Trust que sugere a regionalização das pautas de saúde e solidariedade, deixando as instituições de abrangência global, como a OMS, como espaços de elaboração de normas e diretrizes, sem papel executivo. Para onde vai o sistema multilateral é, claramente, uma questão ainda em aberto.

Palavras-chave: Organizações da Sociedade Civil. Saúde global. Crises humanitárias.

Resumen. *En los últimos quince días, se ha realizado un seguimiento de 58 organizaciones de la sociedad civil (OSC), de las cuales 35 se han pronunciado sobre temas relacionados con la salud global. Este informe n.º 05/2026 expone una triste y persistente convergencia de graves crisis humanitarias en Palestina, Sudán, Líbano e Irán, donde el incumplimiento del derecho internacional ha provocado, tras siete semanas de ataques, el colapso de infraestructuras esenciales como los servicios de salud. Además de abordar las crisis humanitarias, las OSC se manifestaron exponiendo avances y obstáculos en la prevención y el control de enfermedades*

transmisibles, como la innovación diagnóstica para la tuberculosis y los impasses comerciales en el acceso a medicamentos para la prevención del VIH. Este informe aborda también el impacto del cambio climático en la salud urbana y la necesidad de adaptar las infraestructuras. Deja en claro, a partir de las opiniones recopiladas, que el sistema de gobernanza multilateral de la salud global necesita ser replanteado y reestructurado. Los puntos de referencia en discusión sobre esta reestructuración oscilan entre una posición que exige el fortalecimiento del multilateralismo y la solidaridad, defendida por las OSC de interés público, y una posición de abandono total del multilateralismo, expresada por el actual gobierno de EE. UU. Una tercera postura surge de un debate promovido por el Wellcome Trust que sugiere la regionalización de las políticas de salud y solidaridad, dejando que las instituciones de alcance mundial, como la OMS, se dediquen a la elaboración de normas y directrices, sin desempeñar un papel ejecutivo. El rumbo que tomará el sistema multilateral es, sin duda, una cuestión que aún está por definir.

Palabras clave: *Organizaciones de la sociedad civil. Salud global. Crisis humanitarias.*

Summary. *Over the past two weeks, 58 civil society organizations (CSOs) were monitored, 35 of which spoke out on issues related to global health. This report No. 05/2026 highlights a grim and persistent convergence of severe humanitarian crises in Palestine, Sudan, Lebanon, and Iran, where violations of international law have resulted, over seven weeks of attacks, in the collapse of essential infrastructure such as health services. In addition to addressing humanitarian crises, CSOs highlighted advances and barriers in the prevention and control of communicable diseases, such as diagnostic innovations for tuberculosis and trade barriers to access HIV prevention medications. This report also addresses the impact of climate change on urban health and the need to adapt infrastructure. Based on the statements collected, it makes clear that the multilateral governance system for global health needs to be rethought and restructured. The positions under discussion regarding this restructuring range from a stance calling for the strengthening of multilateralism and solidarity—advocated by public-interest CSOs—to a stance of completely abandoning multilateralism, as expressed by the current U.S. administration. A third position emerges from a debate organized by the Wellcome Trust, which suggests regionalizing health and solidarity policies, leaving global institutions such as the WHO to focus on developing standards and guidelines, without an executive role. Where the multilateral system is headed is clearly still an open question.*

Keywords: *Civil society organizations. Global health. Humanitarian crises.*

Introdução

O cenário delineado pelas manifestações das Organizações da Sociedade Civil, registradas na última quinzena, é marcado, primordialmente, pela deterioração das condições de vida em zonas de guerra, onde o uso de armas explosivas em áreas urbanas tem matado milhares de pessoas e dizimado infraestruturas críticas de água, energia e serviços médicos. Nesse contexto, as tensões envolvendo Israel, Palestina, Líbano e Irã demonstram o colapso dos princípios de proteção de civis, durante conflitos militares, e de respeito (ainda que discursivo) dos Direitos Humanos. Organizações como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e Médicos Sem Fronteiras têm destacado que a condução indiscriminada das hostilidades é incompatível com o direito internacional humanitário, resultando em deslocamentos em massa e em uma sobrecarga insustentável dos sistemas de saúde. Um exemplo crítico dessa realidade são os bombardeios no Líbano, mesmo após o anúncio de cessar-fogo entre os EUA e o Irã. De forma

semelhante, no Sudão, a saúde tem sido alvo direto de ataques com drones a hospitais durante campanhas de vacinação infantil e do uso sistemático de violência sexual como arma de guerra.

Para além dos conflitos bélicos, que dominaram de manifestações das OSC, os determinantes sociais da saúde e a crise climática também permanecem com força na pauta. Nesses temas, as organizações da sociedade civil vêm aprofundando os debates sobre novos desafios à equidade em saúde. No Brasil, por exemplo, a ACT observou que uma inflação estrutural de alimentos tem encarecido produtos *in natura* na comparação com os ultraprocessados, agravando a insegurança alimentar e nutricional. No campo ambiental, a emergência climática exige, cada vez mais, como apontado pela Wellcome Trust, que cidades adaptem suas infraestruturas para enfrentar ondas de calor extremo, com prioridade para populações vulneráveis e trabalhadores expostos.

Simultaneamente, o constante relato de avanços da Ciência, Tecnologia e Inovação parece oferecer esperança e caminhos para mitigar esses desafios, com propostas (como as da Gavi) e reflexões (como as da International Hospital Federation) sobre o uso de inteligência artificial no cuidado hospitalar e no desenvolvimento de novas tecnologias diagnósticas. No entanto, é fundamental reconhecer que essas inovações enfrentam barreiras significativas relacionadas às desigualdades de acesso. A recusa da farmacêutica Gilead Sciences em ampliar o acesso ao lenacapavir para a prevenção do HIV, relatada pela organização Médicos Sem Fronteiras, evidencia as tensões persistentes entre propriedade intelectual e direito à saúde. Diante da combinação entre a consolidação de interesses privados que aprofundam desigualdades e a incerteza quanto à vontade política de encerrar guerras e violações humanitárias, torna-se imperativo discutir a governança da saúde global.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) anunciou a realização do webinário intitulado "Não à Guerra e à Agressão: Defenda a Vida e a Saúde das Pessoas", organizado em parceria com a Jan Swasthya Abhiyan (PHM-Índia). Durante o evento, serão discutidos a crise atual e os impactos na saúde causados pela agressão militar, especialmente na Palestina, no Líbano, em Cuba e no Irã. O objetivo é dar destaque a vozes de resistência e solidariedade de todo o mundo, reafirmando a primazia da saúde e da paz das pessoas sobre o militarismo e a agressão imperialista.[1]

O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) alertou que a condução indiscriminada da guerra no Oriente Médio é incompatível com o direito internacional humanitário e produz consequências devastadoras para a população civil. Em declaração oficial, a organização denunciou ataques a infraestruturas essenciais e expressou preocupação com possíveis ameaças a instalações nucleares, que podem gerar danos irreversíveis. O CICR reforça que todas as partes em conflito têm a obrigação de proteger civis e bens civis, advertindo que a normalização da violência sem limites compromete os princípios fundamentais do direito e da humanidade.[2]

O CICR informou que sua presidenta, Mirjana Spoljaric, realizou visita oficial à Jordânia para discutir a crise humanitária no Oriente Médio e reforçar esforços internacionais em defesa

do direito internacional humanitário. Em reuniões com o rei Abdullah II e autoridades locais, destacou-se a importância de mobilizar líderes globais para restaurar o respeito às leis da guerra, incluindo a organização de uma conferência internacional de alto nível. O CICR alertou que, diante da intensificação dos conflitos, é urgente reafirmar compromissos políticos e jurídicos que garantam a proteção de civis e a preservação da humanidade em contextos de guerra.[3]

O CICR alertou que a intensificação das hostilidades no Oriente Médio está comprometendo os pilares essenciais da vida civil, com milhares de mortes, deslocamentos em massa e destruição de infraestruturas críticas como água, energia e serviços de saúde. A organização destaca que o uso de armas explosivas em áreas urbanas tem ampliado drasticamente o sofrimento da população e sobrecarregado a resposta humanitária, já fragilizada por restrições logísticas e redução de recursos. O CICR reforça que o não cumprimento do direito internacional humanitário agrava os impactos do conflito e insiste na obrigação de todas as partes em proteger civis e respeitar as leis da guerra.[4]

As organizações International Physicians for the Prevention of Nuclear War, Physicians for Social Responsibility e Physicians for Human Rights pediram o fim imediato dos combates entre Estados Unidos, Israel e Irã, alertando para os graves riscos humanitários, ambientais e nucleares da escalada do conflito. As entidades destacam que ataques a infraestruturas críticas violam o direito internacional e podem gerar consequências catastróficas de longo prazo, como contaminação radioativa e colapso de serviços essenciais. Além disso, criticam a retórica beligerante e defendem a retomada urgente de negociações, enfatizando que a guerra não é uma estratégia eficaz de não proliferação e que a proteção da saúde global depende de soluções diplomáticas.[5]

A International Federation of Social Workers publicou notícia em solidariedade aos assistentes sociais no Irã que mantêm seu trabalho oferecendo cuidados essenciais, proteção e apoio psicossocial, mesmo com a escalada do em diálogo com os valores fundamentais da profissão: dignidade humana, justiça social e bem-estar. “A IFSW reconhece a dedicação e a coragem dos assistentes sociais no Irã e enfatiza a importância de garantir sua segurança, independência profissional e a proteção de todas as pessoas em situação de vulnerabilidade”, diz a matéria.[6]

Um ano após os terremotos em Myanmar, a recuperação vai muito além da resposta emergencial inicial. Milhares de famílias ainda enfrentam dificuldades para reconstruir suas casas, recuperar meios de subsistência e garantir estabilidade para suas comunidades. Iniciativas como as da World Vision demonstram a importância de manter o compromisso de longo prazo com as populações afetadas, especialmente crianças, que continuam entre os grupos mais vulneráveis nesse processo de reconstrução.[7]

Ataques Israelenses

MSF denunciou que ataques israelenses em larga escala no Líbano, ocorridos poucas horas após o anúncio de cessar-fogo, resultaram na morte e ferimento de centenas de civis, incluindo crianças, em cidades como Beirute, Saida e Baalbek. Segundo relatos das equipes da organização, hospitais estão sobrecarregados com pacientes em estado grave, apresentando amputações, ferimentos por estilhaços e sangramentos intensos, enquanto profissionais de saúde também são atingidos e levados à exaustão. A organização classificou os ataques como inaceitáveis e reforçou a necessidade urgente de proteger civis, instalações de saúde e interromper o deslocamento forçado da população.[8]

MSF alertou para a deterioração acelerada das condições de vida nos territórios palestinos ocupados, marcada pelo aumento da violência, restrições de circulação e colapso do acesso à saúde. Relatos de civis apontam invasões, demolições de casas, ataques de colonos e mortes recorrentes, enquanto barreiras militares dificultam o atendimento médico e obrigam a redução das atividades humanitárias. A MSF destaca que essa combinação de violência contínua, insegurança e bloqueios institucionais produz graves impactos físicos e psicológicos, ampliando a vulnerabilidade da população palestina e configurando uma crise humanitária persistente e invisibilizada internacionalmente.[9]

A organização humanitária ActionAid denunciou que, seis meses após o anúncio de cessar-fogo em Gaza, a população palestina continua vivendo sob bombardeios, deslocamento massivo e escassez extrema de alimentos, água e serviços básicos. Segundo relatos da organização e de parceiros locais, mais de 2 milhões de pessoas permanecem em abrigos precários, enquanto a destruição contínua de infraestrutura e a insegurança diária demonstram que o cessar-fogo não se concretizou na prática. A ActionAid alerta que a crise humanitária persiste em níveis críticos, com impactos profundos na saúde física e mental da população, especialmente de crianças, e defende ações internacionais urgentes para garantir proteção efetiva e acesso à ajuda humanitária.[10]

A ActionAid, junto a outras entidades de direitos humanos, denunciou a aprovação de uma nova lei pelo parlamento israelense que amplia o uso da pena de morte, tornando-a praticamente obrigatória na Cisjordânia e, na prática, direcionada principalmente à população palestina. O documento alerta que a medida representa um retrocesso grave, ao violar garantias legais básicas e princípios do direito internacional, além de reforçar um padrão mais amplo de políticas discriminatórias, deslocamento forçado e violações de direitos humanos. As organizações pedem ações urgentes da União Europeia para pressionar Israel a reverter a legislação e cumprir suas obrigações internacionais. [11]

ActionAid, junto a outras entidades reunidas na rede AIDA, reafirmou a decisão de levar à Suprema Corte de Israel uma petição contra novas regras de registro que ameaçam restringir a atuação de organizações humanitárias nos territórios palestinos ocupados. As exigências de compartilhamento de dados sensíveis de funcionários e as barreiras administrativas impostas são apontadas como riscos à segurança das equipes e como obstáculos diretos à assistência, em um contexto de crise humanitária severa em Gaza e na Cisjordânia. As organizações alertam que tais medidas violam princípios do direito internacional e podem comprometer gravemente a entrega de ajuda essencial à população civil, defendendo sua revisão urgente.[12]

A Progressive International divulgou uma declaração denunciando a retomada e intensificação dos bombardeios israelenses no Líbano em 8 de abril, com ataques a áreas civis e mortes de não combatentes. O documento alerta para o deslocamento de cerca de 1,2 milhão de pessoas, o agravamento da crise humanitária e a escalada da instabilidade regional, destacando a necessidade de atenção internacional ao conflito.[13]

A CARE International publicou notícia sobre a escalada de violência no Líbano após os ataques de Israel e a iminente crise humanitária na região. A Organização destacou que já são mais de 1,2 milhão de pessoas deslocadas desde 2 de março de 2026 e alertou para a dificuldade do acesso humanitário tendo em vista o isolamento de mais de 150 mil pessoas por conta da destruição de pontes. A CARE reconheceu que há um imenso custo psicológico da crise, que afeta, principalmente, mulheres e crianças que vivenciam momentos de medo, estresse constante e exaustão, no que defendeu o direito internacional humanitário e a desescalada e

cessação das hostilidades para que os civis não continuem arcando com os custos da guerra.[14] A OSC também destacou a saúde menstrual das mulheres e meninas deslocadas como essencial pois afeta a dignidade, bem estar psicológico e sua saúde em geral.[15]

A Medicus Mundi Schweiz divulgou o alerta da OMS sobre a crise de saúde em tempo real que no Oriente Médio publicado no site do *The Guardian*, onde destaca o efeito das hostilidade e ataque às instalações de saúde promovidos pelo Estado de Israel e defende um cessar-fogo total.[16,17]

A World Medical Association condena os ataques crescentes a serviços de saúde no Líbano e no Oriente Médio. Relatórios indicam mortes e ferimentos de profissionais, além da destruição de hospitais e fechamento de unidades. A entidade alerta que esses ataques comprometem gravemente o acesso à assistência e agravam crises humanitárias. Reforça que a neutralidade médica deve ser respeitada conforme o direito internacional humanitário. Por fim, pede a proteção urgente de profissionais, pacientes e infraestruturas de saúde na região.[18]

Sudão

A MSF denunciou, em relatório recente, que mulheres e meninas em Darfur, no Sudão, enfrentam níveis extremos de violência sexual sistemática, utilizada como arma de guerra por grupos armados, especialmente as Forças de Apoio Rápido (RSF). Com base em milhares de atendimentos médicos, o documento evidencia padrões generalizados de abuso ocorrendo tanto em zonas de conflito quanto em atividades cotidianas e durante deslocamentos forçados. A organização alerta que a combinação de insegurança, colapso dos serviços de saúde e desigualdades estruturais impede o acesso ao cuidado e amplia a vulnerabilidade das sobreviventes, reforçando a urgência de proteção, assistência e responsabilização internacional.[19]

MSF denunciou um ataque com drones ao Hospital Al-Jabalain, no sul do Sudão, que resultou na morte de pelo menos dez pessoas durante uma campanha de vacinação infantil. O ataque, atribuído às Forças de Apoio Rápido (RSF), atingiu áreas críticas como o centro cirúrgico e a maternidade, agravando ainda mais a crise humanitária no país. A MSF condenou a intensificação dos ataques contra instalações médicas e reforçou a necessidade urgente de proteger serviços de saúde, pacientes e equipes médicas em meio ao conflito.[20]

MSF denunciou que ataques com drones na fronteira entre Chade e Sudão, conduzidos por diferentes forças armadas, têm atingido diretamente civis e agravado uma crise humanitária já crítica. Desde fevereiro de 2026, a organização atendeu centenas de feridos na região de Tine, muitos com lesões graves e necessidade de cirurgias, em um contexto marcado por deslocamento forçado, escassez de recursos, interrupções no funcionamento de hospitais e surtos de sarampo. A organização alerta que a insegurança crescente compromete a assistência médica e coloca em risco tanto a população civil quanto os trabalhadores humanitários, exigindo proteção imediata e maior apoio internacional.[21]

A World Medical Association expressa forte preocupação com o aumento dos ataques a serviços de saúde no Sudão. Um ataque recente a um hospital em Darfur matou cerca de 70 pessoas, incluindo pacientes e profissionais de saúde. Afirma que esses episódios agravam a crise humanitária e comprometem o acesso a cuidados essenciais para milhões. A entidade reforça que hospitais e equipes de saúde devem ser protegidos pelo direito internacional humanitário. Por fim, pede cessar-fogo imediato e garantia de acesso seguro e contínuo à assistência em saúde.[22]

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

A Global Health Council chama atenção para um ponto crucial neste dia mundial da TB: apesar de ser uma doença prevenível e tratável, a tuberculose ainda permanece como uma das doenças infecciosas mais letais do mundo, causando mais de um milhão de mortes por ano. Fortalecer investimentos, inovação e estratégias que alcancem comunidades vulneráveis é essencial para avançarmos rumo ao objetivo global de eliminar a TB. A mobilização de governos, sociedade civil e comunidade científica continua sendo fundamental para transformar o compromisso político em impacto real na saúde global.[23]

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) anunciou medidas tomadas, na Cúpula One Health em Lyon, França, para acelerar o desenvolvimento de tratamentos para a dengue que está se espalhando rapidamente. Acrescentou que a Aliança da Dengue, uma coalizão global liderada por países endêmicos, continua crescendo como uma plataforma para impulsionar o desenvolvimento de tratamentos acessíveis.[24]

A organização ACON divulgou evento para lançar um policy paper e discutir os desafios na redução do estigma relacionado ao HIV e na ampliação do alcance da mensagem U=U. O encontro reunirá especialistas e representantes da comunidade para identificar estratégias que fortaleçam a comunicação e abordando as barreiras como dificuldades na comunicação do conceito, hesitação de profissionais em usar a noção de "risco zero" e baixa penetração em comunidades culturalmente diversas, recomendando estratégias para fortalecer sua disseminação.[25]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

A Global Health Council reflete sobre como as doenças não transmissíveis (NCDs) continuam sendo um dos maiores desafios da saúde global, exigindo respostas coordenadas entre governos, sociedade civil e organizações internacionais. Fortalecer políticas de prevenção, ampliar o acesso ao diagnóstico e garantir sistemas de saúde resilientes são passos essenciais para reduzir desigualdades e avançar nos compromissos globais de saúde. Iniciativas que promovem diálogo e colaboração multissetorial são fundamentais para transformar compromissos políticos em ações concretas.[26]

Para marcar a passagem do Dia Mundial da Saúde, celebrado em 07 de abril, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) organizou uma série de webinários, em parceria com entidades afiliadas ou parceiras, ao longo da semana. Entre outros temas, os webinários discutiram: o empoderamento de pacientes, a *advocacy* em saúde pública, saúde mental, saúde pública no contexto de conflitos violentos, mudanças climáticas, Uma Saúde.[27]

A Fundación Huésped divulgou resultados de estudo piloto na Argentina que demonstrou que uma intervenção adaptada à comunidade trans é viável, bem aceita e eficaz para cessação do tabagismo. A pesquisa foi realizada pela Fundación Huésped, em colaboração com pesquisadores da Universidade de Rochester (EUA) e com um Comitê Assessor de Base Comunitária (CABC) formado por pessoas transgênero e de gênero diverso. O modelo TRANSformá tu Salud foi uma intervenção de três meses com três componentes: envio diário de mensagens e materiais audiovisuais culturalmente adaptados via WhatsApp; aconselhamento realizado por pessoas da comunidade trans capacitadas em tabagismo; e oferta opcional de adesivos de nicotina para reduzir sintomas de abstinência e apoiar a cessação do fumo.[28]

Determinantes Sociais, Equidade e Direitos Humanos

A Fòs Feminista destaca que a destruição de milhões de dólares em contraceptivos financiados para programas de saúde global revela como decisões políticas podem gerar impactos concretos e graves sobre a saúde e a autonomia de mulheres e meninas em contextos vulneráveis. Esses insumos estavam destinados a países de baixa renda e poderiam contribuir para prevenir gestações não planejadas e fortalecer sistemas de saúde reprodutiva. Em um cenário global já marcado por desigualdades no acesso à saúde, a perda desses recursos representa não apenas um desperdício econômico, mas também um retrocesso significativo para os direitos sexuais e reprodutivos e para a cooperação internacional em saúde.[29]

A iniciativa Food for Life, implementada por escoteiros no Quênia, e apoiada pela World Scouting, promove segurança alimentar e inclusão social por meio de atividades de agricultura sustentável e educação ambiental. O projeto integra o programa Green Skills Rising, que busca capacitar jovens com habilidades práticas ligadas à sustentabilidade e à produção de alimentos. A iniciativa envolve jovens com diferentes deficiências, fortalecendo autonomia, participação comunitária e aprendizado prático, sendo um exemplo de como programas juvenis podem contribuir simultaneamente para segurança alimentar, inclusão social e desenvolvimento comunitário.[30]

A ACT Promoção da Saúde divulgou relatório "A Inflação de Alimentos no Brasil: um fenômeno estrutural, específico e sistêmico" que destaca como produtos in natura ou minimamente processados têm subido mais de preço do que os ultraprocessados. O relatório destaca que a inflação de alimentos no Brasil não se explica apenas por fatores pontuais (como sazonalidade ou variação cambial), mas principalmente por causas estruturais. Entre elas estão desigualdades no sistema alimentar, concentração de mercado, mudanças climáticas e políticas públicas inadequadas, indicando que o enfrentamento exige ações estruturais e de longo prazo.[31]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

A Planetary Health Alliance divulgou estudo reforçando as intersecções entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o conceito de saúde planetária que reconhece a interdependência entre saúde humana e sistemas naturais da Terra. Diversos ODS (como os relacionados a clima, biodiversidade, água, alimentação e cidades sustentáveis) influenciam diretamente o bem-estar das populações, e a abordagem de Saúde Planetária pode contribuir para enfrentar desafios globais como mudanças climáticas, degradação ambiental e desigualdades sociais. A integração entre essas agendas é considerada essencial para garantir um futuro sustentável para as próximas gerações.[32]

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) lançou um chamado à ação a todas as organizações médicas, de saúde pública e afins no sentido de rejeitar a influência dos combustíveis fósseis e alinhar-se com agências éticas e transparentes, dando um passo para desmontar as campanhas de desinformação que alimentam a inação climática e os danos à saúde. A Wonca destaca que "a contribuição da indústria de combustíveis fósseis para as mudanças climáticas, poluição do ar, da água e do solo, e crises de saúde pública relacionadas, torna isso incompatível com nossa missão de proteger o bem-estar das gerações atuais e futuras".[33]

A InterAcademy Partnership (IAP) divulgou o lançamento do novo relatório do European Academies Science Advisory Council (EASAC) sobre a Integração do Sistema de Energia, destacando que essa integração é fundamental para a construção de sistemas energéticos resilientes e sustentáveis.[34]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) anunciou a realização de um webinário onde serão apresentados os resultados de uma pesquisa, realizada em 23 países no ano de 2024, que mostram como a medicina de família é treinada e praticada. Os principais achados mostram: acesso limitado à educação continuada em várias sub-regiões, lacunas nas políticas de bem-estar e retenção da força de trabalho, cargas de trabalho pesadas, insegurança no emprego e recursos insuficientes.[35]

O Public Health Institute of Malawi realizou uma avaliação abrangente de suas capacidades institucionais com apoio de parceiros internacionais, utilizando ferramentas desenvolvidas pelo Africa Centres for Disease Control e pela International Association of National Public Health Institutes. A combinação do Maturity Scorecard e do Staged Development Tool permitiu analisar funções essenciais como vigilância, laboratórios e preparação para emergências, além de identificar gargalos institucionais e orientar o planejamento estratégico. O processo destacou que, além dos indicadores quantitativos, o diálogo entre atores foi fundamental para construir consensos e definir prioridades, fornecendo uma base sólida para fortalecer o sistema de saúde pública no Malawi e orientar futuras ações e financiamentos.[36]

A World Medical Association destaca que profissionais de saúde são essenciais para garantir um cuidado seguro e de qualidade, na semana Mundial dos Profissionais de Saúde. Sistemas de saúde resilientes dependem de trabalhadores valorizados, qualificados e em condições adequadas. Investimentos em formação, proteção e bem-estar melhoram os resultados em saúde. Esses investimentos também fortalecem a economia e a sustentabilidade dos sistemas.[37]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

A InterAcademy Partnership (IAP) divulgou a realização da Conferência Global da Década Internacional das Ciências para o Desenvolvimento Sustentável de 15 a 17 de julho de 2026, na sede da UNESCO. A conferência revisará o progresso até agora, lançará o primeiro Relatório Global do IDSSD e discutirá como a ciência pode criar soluções práticas para o desenvolvimento sustentável.[38]

A Global Health Council levanta uma reflexão importante sobre a incerteza e as mudanças constantes que marcam o cenário da saúde global em um contexto de transformações políticas e financeiras que impactam diretamente programas e parcerias internacionais, torna-se ainda mais essencial fortalecer a cooperação, o compromisso com o multilateralismo e a defesa de investimentos sustentáveis em saúde que garantam que os avanços em saúde e bem-estar não sejam comprometidos.[39]

A organização humanitária Médicos Sem Fronteiras denunciou que a farmacêutica Gilead Sciences se recusa a vender o lenacapavir, um medicamento inovador de longa duração para prevenção do HIV, mesmo diante da alta demanda global e do potencial de salvar vidas em populações vulneráveis. Em carta aberta, a MSF critica as restrições impostas pela empresa, que limitam o acesso a poucos países via acordos com o Fundo Global, excluindo diversas regiões e mantendo preços elevados, o que dificulta a incorporação do medicamento em sistemas públicos de saúde e compromete estratégias eficazes de prevenção do HIV.[40]

Um artigo publicado pela IPPNW analisa declarações do Donald Trump sobre um possível ataque devastador ao Irã, interpretadas por analistas como uma ameaça nuclear ambígua no contexto da lógica da dissuasão. O texto discute que, embora tais declarações possam funcionar como estratégia de negociação, elas também representam um risco ao normalizar o uso retórico de armas nucleares, especialmente contra um país que não possui armamento nuclear. Além disso, destaca-se a preocupação internacional com a escalada do conflito e a ausência de condenações explícitas por parte de aliados, evidenciando tensões geopolíticas e fragilidades nos regimes de não proliferação nuclear.[41]

A World Medical Association defende a inclusão de Taiwan nas atividades da World Health Organization antes da Assembleia Mundial da Saúde. Argumenta que a cooperação global plena é essencial para enfrentar pandemias e desastres, sem “lacunas” no sistema global. A exclusão de Taiwan é vista como contraproducente e arriscada para a segurança sanitária global. Destaca que Taiwan possui experiência relevante em saúde pública e cobertura universal que pode contribuir globalmente. Propõe, ainda, sua participação formal em reuniões, programas da OMS e instrumentos como o Regulamento Sanitário Internacional.[42]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) convidou seus associados a divulgarem suas experiências no uso da IA e de outras tecnologias para transformar o cuidado hospitalar tradicional. Sob o tema deste ano "Caminhos mais inteligentes: Como a IA está mudando o cuidado ao paciente", a IHF quer reunir membros para uma conversa sobre o futuro do cuidado hospitalar.[43]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) registrou a passagem do Dia Mundial da Saúde, lembrando o tema deste ano: "Juntos pela saúde: fique ao lado da ciência", que pede uma colaboração mais forte para promover tanto a saúde planetária quanto a humana. Afirmou que valoriza a ciência e a colaboração multissetorial como essenciais para alcançar longevidade e envelhecimento saudável para todos. Isso significa não apenas gerar evidências, mas traduzir a ciência em impacto real, por meio de políticas, programas e práticas que melhoram vidas globalmente.[44]

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

A Itália registrou em março de 2026 o primeiro caso humano do vírus da gripe aviária H9N2 na Europa, identificado na região da Lombardia. O paciente, um menino com condições de saúde pré-existentes, contraiu o vírus fora da Europa e foi hospitalizado em isolamento após o diagnóstico. Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, o H9N2 é um subtipo de influenza aviária considerado de baixa patogenicidade, que normalmente causa apenas sintomas leves em humanos. A infecção costuma ocorrer por contato direto com aves infectadas ou ambientes contaminados, e até agora não há evidências de transmissão entre pessoas. Autoridades de saúde avaliam que o risco atual para a população é muito baixo, mas ressaltam a importância de vigilância contínua sobre vírus de origem animal com potencial pandêmico.[45]

A Gates Foundation destacou uma inovação recente no diagnóstico da tuberculose (TB), baseada no uso de amostras coletadas com swab na língua. A publicação enfatizou que a TB continua sendo a principal causa de morte por doença infecciosa no mundo e que métodos tradicionais de diagnóstico, como o exame de escarro, são mais complexos e menos acessíveis. Nesse contexto, o novo método, recomendado pela Organização Mundial da Saúde, surge como uma alternativa mais simples, barata e portátil, permitindo ampliar o acesso ao diagnóstico, especialmente em populações vulneráveis e em locais com pouca infraestrutura. Ao facilitar a detecção precoce da doença, essa inovação tem potencial de reduzir a transmissão e salvar mais vidas, reforçando a importância de tecnologias que não apenas avancem cientificamente, mas também ampliem o alcance dos sistemas de saúde.[46]

Determinantes Sociais, Equidade e Direitos Humanos

Uma publicação da Rockefeller Foundation, em celebração da Semana Nacional Estadunidense da Saúde Pública, enfatizou que a saúde começa muito antes do atendimento médico, sendo profundamente influenciada por fatores como alimentação, condições de vida e acesso a recursos energéticos. A publicação defendeu que, para realmente salvar vidas em larga escala, é necessário ir além do modelo tradicional centrado em hospitais e investir em sistemas mais amplos e integrados de produção alimentar e energética, para que possamos preencher as lacunas estruturais do não acesso à saúde. Nesse sentido, reforçou a importância de repensar políticas e investimentos para construir sistemas mais resilientes, equitativos e preventivos, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos de saúde global.[47]

O artigo *The Optimist: March Highlights*, publicado pela Gates Foundation, apresentou um panorama das principais iniciativas recentes da organização, com foco em desafios críticos do desenvolvimento global, especialmente em saúde, educação e igualdade de gênero. O texto destaca a urgência de reduzir a lacuna de conhecimento em saúde das mulheres, área que recebe menos de 1% dos investimentos em pesquisa científica, apesar do alto número de mortes maternas e neonatais evitáveis, enfatizando que investir na saúde feminina gera impactos amplos para toda a sociedade. Além disso, abordou o sucesso de modelos educacionais bilíngues, como no Senegal, que melhoram significativamente o aprendizado e as oportunidades futuras dos estudantes, e aponta avanços promissores na inovação em saúde, como o desenvolvimento de novas vacinas contra tuberculose. De forma geral, o artigo reforçou a ideia central de que esses investimentos estratégicos são fundamentais para promover crescimento econômico, equidade e melhorias sustentáveis nas condições de vida global.[48]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

A Wellcome Trust publicou um longo relatório argumentando que a reforma do sistema global de saúde é inevitável, pois o modelo atual se tornou ineficiente, fragmentado e marcado por desigualdades de poder e financiamento. Com base em diálogos realizados com *stakeholders* de mais de 114 países, o documento defende uma transformação estrutural para um sistema descentralizado e liderado pelos países, com maior protagonismo regional e foco nas prioridades locais. A proposta é que o nível global passe a atuar de forma mais enxuta, oferecendo coordenação, normas e resposta a ameaças globais, enquanto países e regiões assumem maior controle sobre decisões e recursos. O objetivo final seria o de construir um sistema mais equitativo, eficiente e adaptável aos desafios futuros da saúde global.[49]

O Global Health Centre realizará, no dia 20 de abril, de forma presencial e online, uma mesa-redonda sobre os desafios da diplomacia em saúde em um mundo em transformação. O evento buscará apresentar questões relacionadas às principais problemáticas para o exercício

da diplomacia em saúde atualmente, além de discutir quais transformações na governança global da saúde são necessárias em contextos como o do sistema das Nações Unidas?. Diversos representantes, dentre eles Tovar da Silva Nunes, representante Permanente do Brasil nas Nações Unidas em Genebra, debaterão no evento. A página do evento no site do Global Health Centre possui mais informações.[50]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

A GAVI, The Vaccine Alliance discutiu um estudo que avaliou se chatbots de inteligência artificial ajudam pessoas a identificar doenças a partir de sintomas. Os resultados mostraram que usuários que consultaram chatbots tiveram menos probabilidade de identificar corretamente a condição médica do que aqueles que usaram outros recursos. Embora os modelos tenham amplo conhecimento médico e consigam responder bem a testes estruturados, a interação com usuários reais gera falhas de comunicação e interpretações equivocadas. Muitas vezes, diagnósticos relevantes aparecem na conversa, mas os usuários não os reconhecem ou fornecem informações incompletas. O estudo conclui que essas ferramentas ainda não são adequadas para orientar decisões médicas diretas, mas que em vez disso, seu papel atual pode ser mais útil em tarefas administrativas ou de apoio dentro dos sistemas de saúde.[51]

Um artigo publicado na Time e assinado por Simon Winter, vice-presidente de Reimagining Humanitarian Nutrition Security na Rockefeller Foundation, argumentou que o futuro da segurança alimentar na África depende da integração de tecnologias agrícolas (agritech) e do uso de dados para antecipar e mitigar crises. Diante de desafios como mudanças climáticas, conflitos e volatilidade de mercados, ferramentas como satélites, inteligência artificial e sistemas de monitoramento seriam preditores de secas, falhas de colheita e de choques de preços com maior precisão. Essas inovações, aliadas a melhores mecanismos de financiamento e seguros, poderiam aumentar a resiliência dos sistemas alimentares, proteger pequenos produtores e evitar perdas econômicas e humanitárias. O texto concluiu que investir em tecnologia e informação é essencial para transformar o setor agrícola africano em um sistema mais estável, preventivo e sustentável.[52]

O artigo “The Optimist: March Highlights”, publicado pela Gates Foundation, apresentou um panorama das principais iniciativas recentes da organização, com foco em desafios críticos do desenvolvimento global, especialmente em saúde, educação e igualdade de gênero. O texto destaca a urgência de reduzir a lacuna de conhecimento em saúde das mulheres, área que recebe menos de 1% dos investimentos em pesquisa científica, apesar do alto número de mortes maternas e neonatais evitáveis, enfatizando que investir na saúde feminina gera impactos amplos para toda a sociedade. Além disso, abordou o sucesso de modelos educacionais bilíngues, como no Senegal, que melhoram significativamente o aprendizado e as oportunidades futuras dos estudantes, e aponta avanços promissores na inovação em saúde, como o desenvolvimento de novas vacinas contra tuberculose. De forma geral, o artigo reforçou a ideia central de que esses investimentos estratégicos são fundamentais para promover crescimento econômico, equidade e melhorias sustentáveis nas condições de vida global.[48]

Determinantes Sociais, Equidade e Direitos Humanos

Uma publicação da Rockefeller Foundation, em celebração da Semana Nacional Estadunidense da Saúde Pública, enfatizou que a saúde começa muito antes do atendimento médico, sendo profundamente influenciada por fatores como alimentação, condições de vida e acesso a recursos energéticos. A publicação defendeu que, para realmente salvar vidas em larga

escala, é necessário ir além do modelo tradicional centrado em hospitais e investir em sistemas mais amplos e integrados de produção alimentar e energética, para que possamos preencher as lacunas estruturais do não acesso à saúde. Nesse sentido, reforçou a importância de repensar políticas e investimentos para construir sistemas mais resilientes, equitativos e preventivos, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos de saúde global.[47]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

A GAVI, The Vaccine Alliance reforçou, em nota, a necessidade de maiores esforços no campo da vacinação infantil. O texto destaca como a imunização infantil é uma das intervenções de saúde pública mais eficazes já desenvolvidas. Vacinas evitam entre 3,5 e 5 milhões de mortes por ano e ajudaram a salvar cerca de 154 milhões de vidas desde 1974, principalmente de crianças pequenas. Apesar do progresso global, milhões de crianças ainda não recebem nenhuma dose de vacina, especialmente em países afetados por conflitos e pobreza. A aliança enfatiza que ampliar o acesso à imunização é essencial para garantir saúde e oportunidades às futuras gerações.[53]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Um artigo recém publicado pela Wellcome Trust discutiu como as cidades podem se adaptar para proteger a saúde da população diante do aumento das temperaturas extremas, destacando que áreas urbanas são especialmente vulneráveis devido ao efeito de "ilhas de calor" e às desigualdades socioeconômicas. O texto enfatizou que a adaptação deve ser proativa e centrada nas populações mais vulneráveis, como trabalhadores ao ar livre, idosos e pessoas de baixa renda, considerando seus contextos reais de vida. Entre as principais soluções apontadas estão a ampliação de infraestrutura verde (como árvores e áreas sombreadas), o uso de telhados e materiais "frios" para reduzir a absorção de calor, melhorias no isolamento de edifícios e a criação de espaços públicos mais protegidos. Além disso, cidades têm implementado sistemas de alerta precoce, centros de resfriamento e protocolos de emergência para ondas de calor, bem como avaliações de vulnerabilidade em serviços essenciais (energia, água e transporte). O artigo concluiu que essas medidas ajudam a reduzir riscos imediatos, mas precisam ser combinadas com ações como a transição para energias limpas para enfrentar de forma sustentável os impactos do aquecimento global na saúde urbana.[54]

Considerações finais

A análise das manifestações apresentadas nesse informe evidencia o aprofundamento da fratura existente entre dois grupos de organizações da sociedade civil atuante no campo da saúde global. De um lado, as OSC de interesse público se dedicam a denunciar e cobrar de governos e órgãos multilaterais ações de proteção de populações civis e de infraestrutura de saúde em zonas de conflito armado. De outro lado, as OSC de interesse privado enfatizam os avanços técnicos e científicos em saúde, voltados a doenças ou populações específicas. É nesse contexto que se desenvolve o atual debate sobre a reforma da governança global.

De início, torna-se imprescindível lembrar que o espaço global contemporâneo foi política e historicamente construído pelos vencedores da 2ª Guerra Mundial, tendo desempenhado papel importante na definição da soberania e da solidariedade entre os Estados-nação do século XX. Com efeito, ocupado por um sistema institucionalizado de organismos multilaterais, o espaço global permitiu o diálogo e a negociação entre países com interesses geopolíticos distintos ou mesmo antagônicos, inclusive no que tange a problemas de saúde que exigiam a coordenação global de ações. O espaço global, assim, contribuiu para atenuar o peso

de atores imperialistas, ao menos simbolicamente, em suas respectivas regiões de influência, seja na relação entre países seja na relação entre as próprias "Organizações da Sociedade Civil Global".

No presente momento, há uma percepção generalizada sobre a baixa efetividade do sistema multilateral estruturado 80 anos atrás e, portanto, sobre a necessidade de sua reforma. Nesse sentido, a proposta, divulgada pela Wellcome Trust, de transição para uma governança de saúde liderada regionalmente e focada em prioridades locais, parece configurar mais um movimento de especialização e "tecnicização", afastando discussões políticas que atravessam o planeta como um todo e que demandam um debate amplo e estrutural e, inevitavelmente, mais complexo.

Na contemporaneidade, a crise climática se apresenta como uma das temáticas mais emblemáticas a reivindicar a existência de um espaço global com efetiva capacidade de promover a coordenação de ações entre os distintos países. Ela evidencia que propostas centradas na regionalização e no abandono desta dimensão podem enfraquecer laços e alianças que ultrapassam limites territoriais (e de poder) de vizinhança, comprometendo a capacidade de conceber e defender o planeta como um todo. Em um período de crise da governança global, que as OSC não se cansam de nos lembrar, resta, então, a reflexão: as propostas de novos arranjos de governança estão mais preocupadas com a eficiência técnica da gestão dos órgãos multilaterais ou com a promoção da solidariedade planetária e a efetivação dos direitos humanos universais? A resposta a essa indagação, em última instância, apontará o rumo que se projeta para o devir do planeta.

Referências

1. Webinar: No to War and Aggression: Defend People's Lives and Health [Internet]. [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://phmovement.org/webinar-no-war-and-aggression-defend-peoples-lives-and-health

2. Oriente Medio: La guerra indiscriminada es indefendible e incompatible con el derecho [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [citado em 10 apr 2026]. Disponível em: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/oriente-medio-la-guerra-indiscriminada-es-indefendible-e-incompatible-con-el

3. Jordania: La presidenta del CICR concluye la visita oficial que realizó para conversar sobre la situación humanitaria en Oriente Medio y los esfuerzos conjuntos por revivir el respeto de las leyes de la guerra [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/presidenta-del-cicr-concluye-visita-oficial-a-jordania-para-debatir-la-situacion-humanitaria-en-oriente-medio

4. Oriente Medio: Las hostilidades están debilitando los pilares de la vida civil [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/oriente-medio-las-hostilidades-estan-debilitando-los-pilares-de-la-vida-civil

5. IPPNW. PSR, IPPNW, and PHR Call for an End to All Fighting in Iran [Internet]. IPPNW peace and health blog. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://peaceandhealthblog.com/2026/04/07/psr-ippnw-and-phr-call-for-an-end-to-all-fighting-in-iran/

6. Solidarity with Social Workers in Iran [Internet]. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://www.ifsw.org/solidarity-with-social-workers-in-iran/

7. World Vision. One year on from the Myanmar earthquakes, healing continues [Internet].

LinkedIn. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/worldvision_one-year-on-from-the-myanmar-earthquakes-activity-7443659492157976576-Tss5

8. Ataques no Líbano deixam centenas de civis mortos horas após anúncio de cessar-fogo [Internet]. MSF Brasil. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/ataques-no-libano-deixam-centenas-de-civis-mortos-horas-apos-anuncio-de-cessar-fogo/

9. Enquanto o mundo ignora, terras palestinas estão desaparecendo [Internet]. MSF Brasil. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/cisjordania-msf-alerta-que-enquanto-o-mundo-olha-para-o-outro-lado-terras-palestinas-estao-desaparecendo/

10. April 10. Gaza six months on: "In reality, there is no such thing as a ceasefire" [Internet]. ActionAid International. [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://actionaid.org/news/2026/gaza-six-months-reality-there-no-such-thing-ceasefire

11. April 2. Adoption of death penalty law by the Israeli Knesset requires urgent EU measures [Internet]. ActionAid International. [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://actionaid.org/news/2026/adoption-death-penalty-law-israeli-knesset-requires-urgent-eu-measures

12. April 2. Humanitarian organizations reaffirm decision to pursue petition before Israel's High Court of Justice following recent hearing [Internet]. ActionAid International. [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://actionaid.org/news/2026/humanitarian-organizations-reaffirm-decision-pursue-petition-israels-high-court-justice

13. PI. "Lebanon is not alone." [Internet]. Progressive International. [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://progressive.international/wire/2026-04-09-lebanon-is-not-alone-/en/

14. Kenerly W. April 2, 2026 in Lebanon: "One month into the escalation in Lebanon, this crisis is spiraling toward catastrophe" [Internet]. CARE. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://www.care.org/news-and-stories/april-2-2026-in-lebanon-one-month-into-the-escalation-in-lebanon-this-crisis-is-spiraling-toward-catastrophe/

15. Kenerly W. April 1, 2026 in Lebanon: For displaced women and girls, menstrual health is essential [Internet]. CARE. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://www.care.org/news-and-stories/april-1-2026-in-lebanon-for-displaced-women-and-girls-menstrual-health-is-essential/

16. The electronic information channel for topics on international health cooperation and global health [Internet]. MMS News. [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-news/

17. Lay K. WHO warns of health crisis "unfolding in real time" across Middle East. *The Guardian* [Internet]. 2026 Mar 26 [citado em 10 2026]; Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2026/mar/26/who-warns-of-health-crisis-unfolding-in-real-time-across-middle-east

18. World Medical Association Condemns Attacks on Healthcare in Lebanon and Calls for Respect of Medical Neutrality Across the Middle East [Internet]. [citado em 2026 Apr 11]. Disponível em: https://www.wma.net/news-post/world-medical-association-condemns-attacks-on-healthcare-in-lebanon-and-calls-for-respect-of-medical-neutrality-across-the-middle-east/

19. Nenhum lugar é seguro para mulheres e meninas em Darfur, no Sudão, aponta relatório de MSF [Internet]. MSF Brasil. 2026 [citado em 10 2026]. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/nenhum-lugar-e-seguro-para-mulheres-e-meninas-em-darfur-no-sudao-aponta-relatorio-de-msf/

20. Pelo menos dez pessoas são mortas em mais um ataque a hospital no Sudão [Internet]. MSF

Brasil. 2026 [citado em 10 2026]. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/pelo-menos-dez-pessoas-sao-mortas-em-mais-um-ataque-a-hospital-no-sudao/

21. Civis são alvos de ataques com drones na fronteira entre Chade e Sudão [Internet]. MSF Brasil. 2026 [citado em 10 2026]. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/civis-sao-alvos-de-ataques-com-drones-na-fronteira-entre-chade-e-sudao/

22. WMA – The World Medical Association-The World Medical Association Raises Alarm Over Escalating Attacks on Healthcare in Sudan [Internet]. [citado em 11 abr 2026]. Disponível em: https://www.wma.net/news-post/the-world-medical-association-raises-alarm-over-escalating-attacks-on-healthcare-in-sudan/

23. Global Council Health. TB Remains Top Killer, But Innovation Offers Hope [Internet]. LinkedIn. 2026 [citado em 10 abr 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_worldtbday-activity-7442201147051966464-tcpf

24. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. Dengue is spreading fast but global momentum to tackle it is growing! [Internet]. LinkedIn. 2026 [citado em 10 abr 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/dndi_dengue-onehealth-globalhealth-activity-7447651310448918529-lrED

25. ACON. Ten Years On: ACON to Host Discussion on U=U Message and HIV Stigma Challenges [Internet]. ACON. 2015 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/

26. Global Health Council. What Does It Mean to Stand With Science? [Internet]. LinkedIn. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_what-does-it-mean-to-stand-with-science-activity-7447289670276685825-W91j

27. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. GPHW2026 [Internet]. 2028 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.wfpha.org/?s=GPHW2026

28. FundacionHuesped. Fundación Huésped realizó la primera investigación a nivel mundial que demuestra el éxito de una intervención para dejar de fumar adaptada para la comunidad trans [Internet]. [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://huesped.org.ar/novedades/fundacion-huesped-realizo-la-primera-investigacion-a-nivel-mundial-que-demuestra-el-exito-de-una-intervencion-para-dejar-de-fumar-adaptada-para-la-comunidad-trans

29. Feminista F. Statement from Fòs Feminista on the official destruction of stockpiled USAID contraceptives [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://fosfeminista.org/news-and-stories/usaid-contraceptives-destroyed/

30. Region AS. Food for Life in Kenya: Driving inclusion, food security, and youth empowerment [Internet]. WOSM. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.scout.org/news/food-life-kenya-driving-inclusion/food-security/and

31. ACT. A tempestade perfeita para a inflação de alimentos [Internet]. ACT. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://actbr.org.br/inflacao-de-alimentos/9054/

32. Fernando A. How do the Sustainable Development Goals Connect to Planetary Health? [Internet]. Planetary Health Alliance. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://planetaryhealthalliance.org/news/how-do-the-sustainable-development-goals-connect-to-planetary-health/

33. Wonca. World Organization of Family Doctors. Break the Fossil Influence [Internet]. LinkedIn. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wonca_as-organisations-dedicated-to-protecting-activity-7446145799001960448-5F0W

34. IAP. InterAcademy Partnership. EASAC Commentary: Energy System Integration – Online Launch [Internet]. LinkedIn. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_easac-commentary-energy-system-integration-activity-7447552709773430785-nTZ5

35. Wonca. World Orgnization of Family Doctors. Family and community medicine workforce training and practice in the Americas [Internet]. LinkedIn. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wonca_family-and-community-medicine-workforce-training-activity-7447754965609156608-Ng8J

36. Combined Use Of The Africa CDC Maturity Scorecard And The NPHI Staged Development Tool In Malawi [Internet]. [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://ianphi.org/news/2026/combined-use-of-the-africa-cdc-maturity-scorecard-and-the-nphi-staged-development-tool-in-malawi.html

37. Health Professionals Are Essential to Safe Care, Strong Economies and Resilient Health Systems [Internet]. [citado em 2026 Apr 11]. Disponível em: https://www.wma.net/news-post/health-professionals-are-essential-to-safe-care-strong-economies-and-resilient-health-systems/

38. IAP. InterAcademy Partnership. Science in action for a sustainable future [Internet]. LinkedIn. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_scienceforsustainability-globalscience-activity-7447619979669098496-jjKQ

39. Global Health Council. That uncertainty, in turn, is making it impossible for many NGOs reliant on that money to conduct vital anti-HIV work [Internet]. LinkedIn. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_in-the-article-linked-below-global-health-activity-7446931589483253760-DoWA

40. Farmacêutica Gilead se recusa a vender para MSF medicamento revolucionário para prevenção do HIV [Internet]. MSF Brasil. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/farmaceutica-gilead-se-recusa-a-vender-para-msf-medicamento-revolucionario-para-prevencao-do-hiv/

41. Hall X. Was Trump's nuclear threat serious? [Internet]. IPPNW peace and health blog. 2026 [citado em 8 abr. 2026]. Disponível em: https://peaceandhealthblog.com/2026/04/10/was-trumps-nuclear-threat-serious/

42. World Medical Association. #globalhealth #wha #universalhealthcoverage #medicalethics [Internet]. World Medical Association. [citado em 2026 Apr 11]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/world-medical-association_globalhealth-wha-universalhealthcoverage-activity-7448323679416954880-jt8r

43. International Hospital Federation. **Smarter pathways**: **How AI is changing patient care** [Internet]. LinkedIn. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_ihfinnovationhub-aiinhealthcare-activity-7447270006532354048-L3WA

44. IFA. International Federation on Ageing. World Health Day [Internet]. LinkedIn. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_worldhealthday-standwithscience-worldhealthday-activity-7447252198960304128-Wymw

45. The Conversation. First European case of H9N2 bird flu reported in Italy – what you need to know [Internet]. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/first-european-case-h9n2-bird-flu-reported-italy-what-you-need-know

46. Gates Foundation. When it's hard to breathe, it's hard to do anything [Internet]. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/gates-foundation_how-to-save-a-life-with-

a-swab-activity-7442601998623010816-pUL3

47. Rockefeller Foundation. Health Starts Long Before the Doctor's Office [Internet]. LinkedIn. [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/the-rockefeller-foundation_health-starts-long-before-the-doctors-office-activity-7447776343942926336-MqQd

48. Gates Foundation. The Optimist: March Highlights [Internet]. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.linkedin.com/pulse/optimist-march-highlights-gates-foundation-7dpoc

49. Wellcome Trust. From rethinking to reform: the way forward for the global health system [Internet]. 2026 Mar [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://wellcome.org/insights/reports/rethinking-reform-way-forward-global-health-system

50. UN MONDE EN MUTATION: QUELS DÉFIS POUR LA DIPLOMATIE DE LA SANTÉ? [Internet]. [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://bit.ly/4e66daf

51. The Conversation. Why AI health chatbots won't make you better at diagnosing yourself – new research [Internet]. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/why-ai-health-chatbots-wont-make-you-better-diagnosing-yourself-new-research

52. Winter IS. Beyond the Crisis: How Agri-Tech and Data Can Secure Africa's Food Future [Internet]. Time Africa. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://africa.time.com/africa/future-of-food-security-africa-agritech/

53. Geddes L. From immunisation to education: how vaccines shape children's futures [Internet]. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/immunisation-education-how-vaccines-shape-childrens-futures

54. Heat adaptation in cities to protect health [Internet]. Wellcome. 2026 [citado em 9 abr. 2026]. Disponível em: https://wellcome.org/insights/articles/how-can-cities-adapt-protect-our-health-extreme-heat

Orçamento, guerra e resistência: as múltiplas crises globais e o papel da sociedade civil

Presupuesto, guerra y resistencia: las múltiples crisis globales y el papel de la sociedad civil

Budget, War, and Resistance: The Multiple Global Crises and the Role of Civil Society

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo. Neste informe, em nossa seção de Panorama Político-Econômico, analisamos as contradições do Orçamento Climático de 2026, que financia a transição verde com recursos do petróleo enquanto o Congresso corta verbas de adaptação, revelando a urgência de vincular o direito fiscal ao direito climático. Em contraste, os povos indígenas apresentam uma proposta ousada de eliminação dos combustíveis fósseis durante o Acampamento Terra Livre, colocando territórios e direitos no centro da estratégia global. O custo climático da guerra é escancarado: emissões militares opacas e subnotificadas agravam a crise, enquanto cerca de 15% dos gastos militares anuais cobririam toda a adaptação climática no Sul Global. Diante do avanço do fascismo e do imperialismo na América Latina, a sociedade civil resiste com teimosia e inovação, assegurando espaços de denúncia e construção de alternativas. As Spring Meetings do FMI são um momento de prestação de contas para reformar um sistema de quotas que exclui os mais vulneráveis. Em nossa seção de Saúde, continuamos a expor o genocídio em curso em Gaza, que atualmente ultrapassa 72.000 mortes, com Israel assassinando sistematicamente jornalistas – tornando-se o maior assassino de jornalistas desde 1992. Na Europa, a austeridade e a privatização estão colapsando os sistemas públicos de saúde, deixando um quarto da população sem acesso a cuidados.

Palavras-chave: Orçamento Climático. Povos indígenas. Custo climático da guerra. Spring Meetings do FMI. Genocídio em Gaza

Resumen. *En este informe, en nuestra sección de Panorama político-económico, analizamos las contradicciones del Presupuesto Climático de 2026, que financia la transición verde con recursos del petróleo mientras el Congreso recorta los fondos para la adaptación, lo que pone de manifiesto la urgencia de vincular el derecho fiscal con el derecho climático. En contraste, los pueblos indígenas presentan una propuesta audaz para eliminar los combustibles fósiles durante el Acampamento Terra Livre, colocando los territorios y los derechos en el centro de la estrategia global. El costo climático de la guerra es evidente: las emisiones militares opacas y subnotificadas agravan la crisis, mientras que alrededor del 15 % del gasto militar anual cubriría toda la adaptación climática en el Sur Global. Ante el avance del fascismo y el imperialismo en América Latina, la sociedad civil resiste con tenacidad e innovación, asegurando espacios de denuncia y construcción de alternativas. Las Reuniones de Primavera del FMI son un momento de rendición de cuentas para reformar un sistema de cuotas que excluye a los más vulnerables. En nuestra sección de Salud, seguimos denunciando el genocidio en curso en Gaza, que actualmente supera las 72 000 muertes, con Israel asesinando sistemáticamente a periodistas, lo que lo convierte en el mayor asesino de periodistas desde 1992. En Europa, la austeridad y la privatización están*

colapsando los sistemas públicos de salud, dejando a una cuarta parte de la población sin acceso a la atención médica.

Palabras clave: *Presupuesto climático. Pueblos indígenas. Costo climático de la guerra. Reuniones de primavera del FMI. Genocidio en Gaza*

Abstract. *For this report, on our Political-Economic Overview section, we analyze the contradictions of the 2026 Climate Budget, which finances the green transition with oil resources while Congress cuts adaptation funds, revealing the urgency of linking fiscal law and climate law. In contrast, indigenous peoples present a bold proposal to eliminate fossil fuels during the Free Land Camp, placing territories and rights at the center of the global strategy. The climate cost of war is exposed: opaque and underreported military emissions worsen the crisis, while about 15% of annual military spending would cover all climate adaptation in the Global South. Faced with the advance of fascism and imperialism in Latin America, civil society resists with stubbornness and innovation, ensuring spaces for denunciation and the construction of alternatives. The IMF Spring Meetings are a moment of accountability to reform a quota system that excludes the most vulnerable. For our Health section, we keep exposing the on going genocide in Gaza exceeds that currently exceeds 72,000 deaths, with Israel systematically assassinating journalists – becoming the biggest killer of journalists since 1992. In Europe, austerity and privatization are collapsing public health systems, leaving a quarter of the population without access to care.*

Keywords: *Climate Budget. Indigenous peoples. Climate cost of war. IMF Spring Meetings. Genocide in Gaza*

Panorama político-econômico

Neste informe, no bloco de Panorama político-econômico, trazemos publicações sobre a adaptação climática frente à crise, as propostas dos povos indígenas de superação dos combustíveis fósseis no Acampamento Terra Livre (e há meses de distância de Santa Marta) junto de relatórios sobre o custo climático da guerra. Trazemos também um artigo de opinião sobre a importância e o papel da sociedade civil frente aos desafios enfrentados pela região da América Latina e, por fim, análises sobre as – ainda por acontecer – *Spring Meetings* do FMI.

A análise do Instituto Talanoa sobre o Orçamento da União para 2026 revela contradições profundas na alocação dos recursos públicos para o enfrentamento da crise climática – elucidando a necessidade de vincular o direito fiscal ao direito climático com ainda mais afinco. O relatório analisa "O aumento expressivo do dinheiro público destinado a financiar a transição para a economia de baixo carbono, via Fundo Clima, e a ação do Congresso Nacional para reduzir autorizações de gastos para construir cisternas, conter encostas e inundações e financiar o sistema de alertas a desastres marcam o Orçamento da União para 2026.", ano em que o Fundo Clima bateu um novo recorde e saltou de R$ 26,5 bilhões para R$ 42,5 bilhões. No entanto, mais de sete a cada dez reais desse valor vêm de recursos do petróleo, que passam a constituir a principal fonte de dinheiro para a transição. Trata-se de uma contradição central: financiar a transição energética com dinheiro dos combustíveis fósseis.

O relatório aponta também que ações voltadas ao enfrentamento da principal fonte de emissão de gases de efeito estufa e à conservação da floresta, central para o Plano Clima, terminam com menos recursos orçamentários do que a agropecuária. Além disso, os gastos públicos destinados a promover resiliência e conter danos das mudanças climáticas são limitados, assim como aqueles destinados ao saneamento básico.

“A análise feita com base nos critérios acima mostra que o Fundo Clima constitui a grande fonte de financiamento climático do país, detendo a quase totalidade dos recursos do programa intitulado Enfrentamento da Emergência Climática. As ações voltadas ao enfrentamento da principal fonte de emissão de gases de efeito estufa e à conservação da floresta, principal pilar do Plano Clima, conta com menos recursos orçamentários do que a agropecuária, onde os recursos que contribuem para aumentar as emissões aparecem misturados aos que podem ajudar a conter o aquecimento global. Sem considerar os gastos que podem contribuir para a adaptação, mas sem indicação clara na área da saúde, por exemplo, os gastos públicos destinados a promover resiliência e conter danos das mudanças climáticas mostram-se limitados, assim como aqueles destinados ao saneamento básico, diretamente relacionados às emissões por resíduos. Nos setores de energia e nova industrialização, não é possível aferir o que contribui para melhorar ou piorar as emissões brasileiras.”

O Congresso Nacional atuou no sentido oposto ao necessário, se mostrando como uma máquina de retrocesso climático: "No mesmo ano em que emendas parlamentares somam R$ 49,9 bilhões e capturam uma fatia significativa dos gastos públicos, deputados e senadores reduziram a previsão de gastos para o sistema de alertas de desastres naturais, para conter inundações e erosões marinhas e até para a construção de cisternas para consumo humano e produção de alimentos."

Enquanto as escolhas orçamentárias apontam em direções contraditórias, a população brasileira já demonstra uma compreensão avançada sobre a necessidade de adaptação climática. Uma pesquisa do mesmo instituto em parceria com a Ipsos revela que um em cada quatro brasileiros das classes A, B e C afirma que já precisou sair de casa em decorrência de um evento extremo. Entre as experiências recentes de impacto climático: ondas de calor, falta de energia e tempestade.

O estudo mostra que "a população aprova a ideia de que novas construções devam considerar as mudanças climáticas. A medida tem apoio de 63% dos entrevistados. A aprovação cresce para 76% se a obra for financiada por recursos públicos." Portanto, "a exigência de padrões de adaptação já é socialmente legitimada, ainda que provoque aumento de custos."

O nível de apoio permanece alto mesmo que as medidas impliquem transtornos imediatos. "Dois terços da população declaram apoiá-las ainda que provoquem perturbações no cotidiano, enquanto a oposição se mantém residual (9%)." O apoio à adaptação "é elevado e consistente em todas as regiões do país, variando de 58% no Centro-Oeste a 73% no Sul." A pesquisa contou com 1.000 entrevistas por meio de painel online, em dezembro de 2025, com amostragem nacional representativa das classes A, B e C, representando mais de 65% da população brasileira.

As quatro conclusões e recomendações finais:

1. “Legitimidade social sem prioridade concreta: Embora a sociedade brasileira reconheça que as mudanças climáticas já impactam o dia a dia e que investir em adaptação "vale a pena", esse entendimento ainda não se transformou em um senso de urgência compartilhado. O tema é visto como "importante em tese", mas acaba sendo postergado em favor de outras decisões, o que exige o desafio de transformar a adaptação em uma prioridade prática.
2. Gargalo na confiança e execução: O maior obstáculo para o avanço da agenda não é a falta de apoio social — que é alto, mesmo quando envolve custos ou transtornos —, mas sim a baixa confiança na capacidade de execução dos governos e empresas.

A percepção dominante é que esses atores fazem "muito pouco", e a desconfiança sobre o uso de recursos públicos aparece como a principal barreira ao engajamento da população.

3. Debate emocionalmente carregado e pouco acionável: A relação da sociedade com o tema é estruturada por sentimentos negativos, como tristeza, ansiedade e frustração política, com baixa conversão desses sentimentos em ações concretas. Para avançar, é recomendado reorganizar o debate em torno de clareza e eficácia percebida, reduzindo o ruído político que atualmente paralisa a mobilização.
4. Tradução da adaptação como proteção do cotidiano: A agenda climática ganha força quando deixa de ser um discurso abstrato ou técnico e passa a ser comunicada como proteção da saúde, da economia doméstica e da qualidade de vida urbana. A adaptação é mais bem aceita quando apresentada como um critério básico de boa gestão pública e infraestrutura, funcionando como uma linguagem comum que conecta as políticas públicas à vida real das pessoas."

Enquanto o orçamento federal ainda se financia com petróleo e o Congresso corta verbas da adaptação, os povos indígenas lideram o caminho e apresentaram uma proposta ousada durante o 22º Acampamento Terra Livre, realizado entre os dias 5 e 11 de abril em Brasília. O documento, intitulado "Recomendações dos Povos Indígenas do Brasil para a construção de um Mapa do Caminho Global para Além dos Combustíveis Fósseis", contém sete recomendações centrais que desafiam a lógica de mercado que capturou o meio ambiente (e a grande maioria das possibilidades "verdes"):

1. Fim da expansão exploratória e eliminação gradual: Exige o fim imediato da criação de novas áreas de exploração e a eliminação progressiva da produção e consumo de petróleo, gás e carvão. Propõe um acordo global vinculante para o *phase-out* (eliminação gradual) alinhado à meta de 1,5°C, com cronogramas que respeitem as responsabilidades históricas de cada país.
2. Centralidade dos territórios indígenas e zonas de exclusão: Propõe a criação de Zonas Livres de Combustíveis Fósseis (FFZs) em áreas de alta biodiversidade e territórios indígenas. Biomas estratégicos, como a Amazônia, devem ser considerados zonas de exclusão total da expansão fóssil, tanto em terra (*onshore*) quanto no mar (*offshore*).
3. Direitos dos Povos Indígenas como pilar da transição: Os direitos indígenas devem ser elementos estruturantes das políticas climáticas, e não meras salvaguardas. Isso inclui o respeito ao direito à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) e o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos políticos e coautores da governança climática global.
4. Justiça climática e responsabilidades diferenciadas: Países desenvolvidos e grandes consumidores históricos devem liderar a eliminação dos fósseis. A transição deve evitar repetir padrões de desigualdade e exploração entre o Norte e o Sul Global, garantindo que o processo não gere um ônus desproporcional para países em desenvolvimento.
5. Financiamento e mecanismos econômicos justos: Defende a criação de mecanismos como um imposto global sobre lucros extraordinários da indústria fóssil e a troca de dívida por ação climática. É fundamental garantir o acesso

direto de recursos aos povos indígenas e o financiamento de projetos locais descentralizados de energia renovável.

6. Acesso a tecnologias e novos modelos de desenvolvimento: Propõe a remoção de barreiras tecnológicas, como patentes, para garantir acesso equitativo a energias renováveis. Incentiva modelos baseados na bioeconomia e nos conhecimentos tradicionais, vinculando a transição energética à superação da pobreza e das desigualdades estruturais.
7. Integração entre clima, biodiversidade e territórios: Recomenda uma abordagem que articule a crise climática e a perda de biodiversidade de forma conjunta. O roteiro global deve estar alinhado com metas de proteção da natureza (como o 30x30) e políticas de combate ao desmatamento, reconhecendo a proteção dos territórios indígenas como uma das estratégias climáticas mais eficaz

Se a população já está aberta a dialogar sobre e há um caminho, como chegamos lá? *Lobby*, mas o *lobby* bonzinho. Para conquistar corações mentes, como diria Fidel, é necessário disputar narrativas, é necessário incidir sobre a esfera pública e sobre os tomadores de decisão. E é isso que a terceira edição do *Italian Climate Incubator*, iniciada em 6 de março, fez ao reunir organizações do Terceiro Setor ativas na luta contra a crise climática. O *The Good Lobby*, organização que promove a iniciativa, atua na Itália desde 2019 com o objetivo de "fomentar a democracia, especialmente fortalecendo as habilidades de ativistas e organizações de lobby cívico" e "dissipar o preconceito de que o lobby é necessariamente 'ruim'." Para a organização, o lobby é "um pré-requisito para a democracia" e "um exercício de participação voltado para o bem comum."

O programa inclui seis módulos de treinamento muito interessantes, abordando desde como identificar e definir o objeto da minha campanha de *advocacy* e como mapear os atores envolvidos no meu ciclo de advocacia até estratégias de campanha, organização comunitária, mídia e narrativas digitais, litígios climáticos (estratégia amplamente usada atualmente) e táticas de captação de fundos.

Discutir justiça fiscal e alternativas de adaptação é essencial, porém, essencial também é pensar na paz como a maior aliada ecológica, uma vez que: a guerra segue sendo um vetor crítico das mudanças climáticas – e um dos mais invisibilizados. As emissões militares são vetores críticos das mudanças climáticas. O aumento e intensidade dos conflitos atuais levou ao aumento das emissões e isso, somado à baixa transparência dos dados, faz da indústria da guerra um problema cada vez mais relevante, mas pouco visível, no debate climático.

“CERCA DE 15% DOS GASTOS MILITARES ANUAIS COBRIRIAM TODA A ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NO SUL GLOBAL.

Ecossistemas:

- Milhões de hectares de áreas naturais afetadas por conflitos
- Perda de biodiversidade e menor absorção de carbono

Populações

- Deslocamentos forçados em massa em zonas de conflito
- Colapso de água e saneamento amplia a vulnerabilidade climática

Sistemas globais

- Conflitos alteram fluxos energéticos, rotas e cadeias produtivas
- Efeitos diretos ampliam emissões e ultrapassam fronteira”

O relatório aponta um problema estrutural de brecha institucional: "as emissões militares são apenas parcialmente contabilizadas nos inventários nacionais. Embora o Acordo de Paris preveja sua inclusão, o reporte é voluntário e limitado, deixando de fora atividades relevantes e criando uma lacuna significativa na mensuração do impacto climático da guerra."

Diante desse quadro – orçamentos contraditórios, guerra, emissões militares opacas, avanço do fascismo, o papel da sociedade civil na América Latina se torna ainda mais crucial, como escrevem Ana Romero Cano, Patricia Viera-Bravo e Eduardo Gudynas. Reproduzimos, na íntegra, o texto traduzido:

“Talvez se pudesse pensar que é um exagero refletir sobre os avatares da sociedade civil latino-americana. Poderia se pensar que as prioridades são outras, já que o mundo sofre com diferentes guerras ou quando a extrema direita avança em distintos países. Mas é justamente por essas razões que é da maior importância refletir sobre os contextos nos quais a sociedade civil atua e se organiza. Não pode passar despercebido que os grupos cidadãos organizados não somente conseguem sobreviver sob as atuais circunstâncias prementes, mas também continuam sendo promotores de mudança. A seguir, abordamos essa temática, sem pretender esgotar todos os assuntos, mas examinando alguns daqueles que consideramos destacados, aproveitando que cada um de nós observa essas situações desde diferentes países e com distintas experiências.

O cataclismo global

A ordem internacional que se comprometia com a resolução pacífica das controvérsias, a salvaguarda dos direitos humanos e uma institucionalidade multilateral ruiu. É certo que as organizações cidadãs latino-americanas escutaram essa pregação por anos, especialmente desde os países ricos do Norte, apontando as hipocrisias em seu cumprimento, já que se impunham todo tipo de armadilhas e pressões para obter vantagens. Mas o que ocorre agora é muito mais grave, e especialmente pelos discursos e ações da administração Trump nos Estados Unidos que abertamente convoca a reinstalar um imperialismo, e além disso focado na América Latina.

Esse componente e outros determinam uma reconfiguração geopolítica, que debilitou ou tornou inoperantes os mecanismos institucionais internacionais. Como consequência, a América Latina segue sendo um espaço de disputa por seus recursos naturais, de um lado sob as práticas coercitivas e neocoloniais de Washington, e do outro lado, pelos intensos laços de comércio, investimentos e infraestrutura com a China.

As pressões pelos recursos naturais latino-americanos se multiplicaram. É conhecido o caso da apetência por certos minerais para programas de reconversão energética ou para usos militares, como o lítio, o que provocou uma regressão em direitos humanos e políticas ambientais no Chile, Argentina e Bolívia. Simultaneamente, a instabilidade financeira e as incertezas comerciais que se originam em Washington dispararam a mineração de ouro e prata, o que por sua vez provocou denúncias e protestos cidadãos diante da disseminação de um extrativismo ilegal, cada vez mais violento, e com altos impactos em contaminação por mercúrio e desmatamento nas regiões andino-amazônicas. A complexidade dos cenários no comércio exterior é aproveitada por distintos atores para atacar as organizações cidadãs, repetindo o conhecido argumento de que põem em risco os negócios de exportação.

Imersos em uma política que se desfia

As condições globais se dão as mãos com as novas circunstâncias que se vivem dentro dos países, reforçando-se entre elas. Desde um olhar cidadão, observam-se repetidas crises na governança, enfraquecimento do Estado e uma erosão dos fundamentos e do funcionamento da política como atividade coletiva pelo bem comum.

Padecemos de uma regressão para posturas político-partidárias muito conservadoras, como na Bolívia, ou as extremas direitas nos governos da Argentina, Chile e Equador. Não se pode esquecer que foram votadas por proporções significativas da cidadania, como ocorreu antes com Jair Bolsonaro no Brasil ou Nayib Bukele em El Salvador. Essas condições alimentam uma deterioração política generalizada, e talvez a situação no Peru seja sua expressão mais evidente.

Com efeito, naquele país se sucederam oito presidências entre 2016 e 2026, com uma altíssima rotação nas hierarquias estatais e um rechaço generalizado aos atores político-partidários. É como se as instituições se dissolvessem ao mesmo tempo que desmorona a confiança nos espaços políticos, enquanto o país segue funcionando com certa estabilidade econômica.

À medida que a política formal se desfia, prevalecem as redes de corrupção, as portas giratórias entre empresas e governo, e a captura corporativa das capacidades de regulação e gestão estatal. Nessa dinâmica, os líderes e as organizações cidadãs ficam cada vez mais desamparados. As salvaguardas dos direitos, os canais de informação e participação, e inclusive a segurança, são debilitados, recortados ou flagrantemente descumpridos. A cobertura dos sistemas de justiça é limitada, falha ou é cooptada. Flexibilizam-se controles e exigências, ou desmontam-se direitos em saúde, trabalho ou ambiente, como acaba de ocorrer na Argentina com a reforma trabalhista de Javier Milei. Os efeitos negativos, tais como a precarização do emprego, dificuldades em acessar a moradia ou péssimos sistemas de saúde e educação pública, acumulam-se sobre a sociedade civil.

Essas mesmas condições, assim como os autoritarismos, provocaram ondas migratórias no continente, cujos protagonistas em muitos casos são culpabilizados pelos problemas nacionais, reforçando-se narrativas que os criminalizam. Infelizmente, alguns setores cidadãos participam e alimentam essas atitudes.

Nessas circunstâncias, expandem-se redes ilegais de todo tipo. Sua análise vai além do propósito do presente artigo, mas a questão que não pode ser evitada é que essa proliferação também envolve atores cidadãos. Conformam-se organizações criminosas, ponhamos por caso em um bairro marginal de uma cidade ou entre mineradores ilegais de ouro, os quais de distintos modos pressionam contra associações de bairro ou comunidades camponesas ou indígenas. Estouram conflitos no seio da sociedade civil, sob a inefetividade estatal, e desemboca-se em mais corrupção e violência.

Esses e outros assuntos nem sempre são atendidos com propriedade. Amplos setores cidadãos estão bombardeados por mensagens e imagens desde as redes sociais, gerados por algoritmos que terminam sendo mais efetivos em desinformar, e o papel da deliberação coletiva é substituído pelas mensagens e vídeos nos celulares. Constrói-se novos "sentidos comuns" que em uns casos validam políticas conservadoras, inclusive antidemocráticas, e em outros festejam a violência, e inclusive celebram a morte.

Diversidade temática e fragmentação organizativa

Como é sabido, no seio da sociedade civil se diferenciaram entre velhos e novos movimentos sociais, onde cada um, por sua vez, contém uma grande diversidade. Entre as expressões clássicas, um exemplo conhecido são os sindicatos. É muito positivo que tenham conseguido manter sua representatividade e fortaleza, como ocorre em alguns países do Cone Sul ou México, mas de todos os modos enfrentam desafios. Um é que sua cobertura e presença não ganhem fortaleza em outros países, como na região Andina, apesar das repetidas crises vividas ali. Outro exemplo reside em que a confluência entre governos progressistas e organizações sindicais, em vários casos, desembocou em planos funcionais a esses governos, o que debilitou todo o movimento.

Entre os que se chamavam "novos" movimentos sociais, contam-se, por exemplo, os coletivos sobre gênero, ambiente, direitos humanos, economia solidária, etc. São organizações que se articulam a partir de interesses compartilhados, por afinidades ideológicas ou por proximidade geográfica. Aqui também deve ser celebrada essa diversidade, mas se devem reconhecer algumas dificuldades. Entre elas se contam os problemas em assegurar coordenações substantivas, o que reduz a efetividade em seus reclamos. Persistem as distâncias entre muitos desses "novos" movimentos com "velhas" organizações, como os sindicatos. Inclusive segue não sendo simples que se assumam demandas de outros coletivos, como os de gênero, já que parecesse existir uma divisão implícita de tarefas, esperando-se que os grupos de mulheres se encarreguem do feminismo como se isso excluísse ou exonerasse os restantes movimentos.

Este breve repasso mostra que persiste a rebeldia no seio da sociedade civil, o que leva a que distintos coletivos se organizem para encarar os problemas que consideram mais graves. Mas ao mesmo tempo, prevalecem reclamos pontuais ou agendas setoriais, já que não são simples as articulações de grande amplitude. As reflexões, para além dos interesses próprios, envolvendo vários movimentos, nem sempre frutificam.

Numa mirada mais ampla, essa problemática por sua vez está imersa na redução do espaço cívico e estigmatização da sociedade civil organizada. Nos últimos anos, observamos em vários países um processo sustentado de restrição do agir de organizações sociais, tanto mediante reformas normativas como através de campanhas de deslegitimação levadas adiante por governos, empresas e meios de comunicação. As novas direitas têm sido particularmente insistentes nesses ataques. Ao mesmo tempo, aplicam-se reformas normativas que limitam a independência das organizações cidadãs submetendo-as ao controle governamental. Um claro exemplo ocorreu no Peru com uma lei que ampliou a supervisão e controle das organizações cidadãs obrigando-as a informar e solicitar permissos prévios para qualquer ação financiada pela cooperação internacional. Dando um passo além, observa-se a criminalização da protesta, o uso instrumental do sistema penal contra defensores e defensoras de direitos humanos, e as narrativas que apresentam a sociedade civil como obstáculo ao "desenvolvimento". Os convênios internacionais que salvaguardam os direitos humanos, e inclusive alguns mais recentes como o Acordo de Escazú, são descumpridos em muitos casos e em outros não são ratificados.

Desemboca-se desse modo em um estado de indefensão daquelas pessoas que lideram ações cidadãs de denúncia, protesta ou oposição. O Estado, em lugar de defendê-los, os hostiliza; o sistema de justiça, em lugar de protegê-los, alimenta a impunidade, e tudo isso desemboca em mais violência. Isso explica que a América Latina siga liderando os rankings

mundiais de assassinatos de militantes sociais e ambientais. O ativismo cidadão tem custos potenciais enormes, que vão desde lidar com julgamentos eternos que drenam o tempo e o dinheiro de pessoas que podem ser simples vizinhos de um bairro ou dirigente de uma comunidade, até chegar aos extremos de ser espiados, raptados, golpeados ou, inclusive, assassinados.

Encontros e desencontros entre sociedade civil e sociedade política

As que tradicionalmente se delimitam como diferentes, a sociedade política e a sociedade civil, na realidade mantêm sobreposições e múltiplas relações, que não deixaram de se complexificar. Por um lado, é muito clara a hostilidade de muitos agrupamentos político-partidários ante as organizações cidadãs, especialmente aqueles que se focam nos direitos ou na justiça. Um recente exemplo foi a perseguição do governo Noboa no Equador contra líderes e grupos indígenas e ambientalistas, investigando-os por terrorismo para assim desmontar suas denúncias sobre a mineração e os descumprimentos presidenciais de terminar com a exploração petrolífera na Amazônia.

Por outro lado, estão as implicações dos ativistas cidadãos que decidem priorizar a militância partidária ou se somam a um governo. Isso foi muito evidente na primeira onda de governos progressistas, ao incorporar muitos atores que provinham da sociedade civil. O balanço daquelas experiências poderia se dizer que foi negativo na mirada de muitos na sociedade civil. As experiências mais recentes, por exemplo, com as administrações progressistas no México, Bolívia, Chile, Colômbia e Brasil, revelam problemas similares. Sem deixar de reconhecer as dificuldades que esses progressismos devem enfrentar, quando ocorrem dissociações ou contradições entre os discursos e as ações concretas, as tensões entre sociedade política e sociedade civil reapareceram.

As viradas políticas também afetaram a sociedade civil. O caso chileno é ilustrativo, já que o governo de Gabriel Boric se instala após o estouro social de 2019 que reclamava mudanças substanciais e uma nova constituição. Isso se desmoronou, e em boa medida foi responsabilidade do progressismo governante, que além disso somou outras medidas para controlar a protesta social, proteger as forças policiais ou favorecer os extrativismos.

Fica em evidência, por essas ou outras circunstâncias, a importância de assegurar que os coletivos cidadãos se mantenham independentes, seja dos poderes estabelecidos em governos ou partidos, como daqueles de empresas ou meios de comunicação. Sem dúvida, é uma questão complexa, na medida em que é impossível pretender que não existam sobreposições com esses outros âmbitos, nem se pretende questionar que um ativista, por exemplo, em um grupo de bairro, decida militar em um partido político. Em contrapartida, o que aqui se sublinha é a necessária posição de independência dos coletivos organizados frente a esses outros poderes.

É certo que a sociedade civil, em suas práticas, faz política, embora de outros modos e com distintos compromissos. As metas não estão em assegurar recrutar votantes, devolver promessas de campanha ou servir como canal para negociações. Em contrapartida, pretendem reforçar interesses coletivos, e isso a converte em um dos poucos antídotos que seguem operando contra o descrédito e o desinteresse pela política em nossos países. Isso é evidente ali onde muitas organizações recebem cada vez mais demandas de ajuda ou assistência, multiplicadas pelas falhas e ineficiências dos partidos políticos e do Estado.

Resiliência e inovação

Como se pode ver, a sociedade civil enfrenta um contexto cada vez mais severo. O Estado perde capacidade para supervisionar e fazer cumprir as normas que salvaguardam direitos, o sistema de justiça se debilita ainda mais, e as decisões se tornam mais discricionárias. A política, em seu amplo sentido, se deteriora: muitos estão fartos dos partidos, resignam-se à corrupção e à ineficiência, e se enclausuram em suas vidas privadas. Outros, em contrapartida, organizam-se em coletivos que denunciam esse estado de coisas, mas ao mesmo tempo têm menos espaços para evitar distintos impactos ou para reformar a gestão. Não só isso, mas são perseguidos e inclusive são assassinados.

Ao se desmontarem as políticas públicas, também se dissemina um senso comum que se desinteressa da ação coletiva, e isso é possivelmente o processo mais grave que está em marcha. De alguma maneira, vive-se uma nova onda de individualismos, típicos de subjetividades neoliberais, tingidos pelo egoísmo, como ocorria na década de 1990.

Isso facilita que se expandam e reforcem outro tipo de vinculações, como as redes ilegais e organizações criminosas, com institucionalidades paralelas, controlando amplos territórios, até chegar ao que alguns descrevem como governança híbrida. As expressões mais conhecidas remetem ao narcotráfico, e agora à mineração ilegal. Escudam-se na violência e isso se reflete na altíssima taxa de homicídios na América Latina. Esses grupos também se enfrentam à sociedade civil organizada. Em uns lugares torpedeiam, ponhamos por caso, os trabalhos de bairro de solidariedade e assistência, em outros cooptam camponeses para que lhes sirvam como mão de obra, e assim sucessivamente, e quando o consideram necessário, os submetem à violência.

Isso faz com que as organizações cidadãs estejam sob pressões muito duras, tanto pela incapacidade ou perseguição estatal, como por essa hostilização destes agrupamentos criminais. Tudo isso embebido na violência, e que o Estado, e em particular os políticos de direita, aproveitam para legitimar agendas ainda mais autoritárias.

São problemas tão enormes que geram por momentos uma atmosfera sufocante para os militantes cidadãos. Poderia se concluir que é quase um milagre que continuem existindo organizações locais, redes ou qualquer outro tipo de manifestação social independente que continue batalhando pela justiça. Mas elas seguem presentes, desde coletivos focados na agroecologia até cooperativas de ajuda mútua, desde grupos em defesa dos direitos humanos até as federações de povos indígenas, e assim sucessivamente. São grupos que se mobilizam, marcham em caminhos ou difundem seus reclamos nos meios de comunicação, exibem com orgulho seus êxitos e carregam com suas derrotas.

Apesar de tudo, os coletivos cidadãos seguem presentes. Há uma teimosia que os anima a resistir, renovando-se uma e outra vez, apoiados nas tradições latino-americanas de solidariedade. São resilientes e ao mesmo tempo seguem sendo as maiores provedoras de inovações, muito mais que os partidos políticos ou a academia. Em umas circunstâncias onde se vira para posições cada vez mais conservadoras, que não têm vergonha de renegar a justiça, são as organizações cidadãs as que asseguram os espaços de resistência e denúncia, as que assistem em momentos de emergência, e as que alumiam caminhos alternativos."

Enquanto a sociedade civil resiste, as instituições financeiras internacionais seguem com suas agendas normais, ignorando o mundo em crise. As *Spring Meetings* do FMI, ainda por acontecer, são analisadas por Attiya Warris, especialista independente da ONU sobre dívida

externa. Ela aponta a necessidade de três reformas estruturais do Fundo: a primeira é uma nova fórmula de quotas que proporcione maior poder de voto às economias emergentes e em desenvolvimento. A segunda reforma seria assegurar que as populações afetadas devem poder moldar a estrutura dos programas do FMI, não apenas ser consultadas após os termos serem definidos. Por último, deve haver uma mudança de uma governança fiscal baseada no comprimento para uma baseada na legitimidade.

"Como especialista independente da ONU sobre dívida externa, outras obrigações financeiras internacionais e direitos humanos, passei quase cinco anos documentando essa assimetria, que é consistente demais para ser ignorada." Seu trabalho na Argentina mostrou como "programas sucessivos do FMI — concebidos sem uma contribuição significativa da população afetada — aprofundaram uma armadilha de dívida que agora é a maior exposição do Fundo. O mais recente programa standby de US$20 bilhões do país foi aprovado por decreto executivo, contornando seu legislativo.

Minha comunicação ao Reino Unido sobre seu tratado fiscal da era colonial com Serra Leoa destacou como acordos bilaterais negociados décadas atrás continuam a drenar a capacidade fiscal de países que nunca estiveram em posição de definir os termos. Da mesma forma, minhas cartas aos governos europeus — incluindo França, Alemanha e Reino Unido — sobre seus cortes simultâneos na assistência oficial ao desenvolvimento notaram que as populações que arcam com esses custos não tiveram assento na mesa quando as decisões foram tomadas

Esses não são fracassos isolados. São sintomas de uma estrutura de governança na qual os mais vulneráveis não têm voz. Em nenhum lugar isso é mais evidente do que no sistema de quotas do FMI. As quotas determinam quanto um país pode pedir emprestado, sua participação nos Direitos Especiais de Saque (o ativo de reserva do FMI) e, crucialmente, quanto seu voto vale. A 16ª Revisão Geral de Quotas, concluída no final de 2023, injetou 50% mais recursos no Fundo, mas não alterou nenhuma participação de voto. A 17ª Revisão passou sem conclusão. O trabalho foi adiado silenciosamente para 2028. As Spring Meetings deste mês são o primeiro grande momento de prestação de contas desde que esses prazos expiraram. A falta de alcançar um realinhamento significativo seria uma escolha, não um descuido”

Saúde

Em Saúde, reportamos o avanço do projeto genocida na Palestina e na Ásia Ocidental (como nos comprometemos a fazer): trazendo a atualização sobre o número de vítimas e uma análise sobre o constante alvejamento dos profissionais da comunicação. Por fim, um comentário sobre o Dia Mundial da Saúde e a crise de saúde na União Europeia, denunciada por sindicatos.

O genocídio em Gaza não cessou. Dados do Ministério da Saúde de Gaza de 12 de abril, reportados pela agência Anadolu, indicam que dois cadáveres e oito feridos chegaram a hospitais nas últimas 24 horas, elevando o número de mortos de 72.329 pessoas e 172.192 feridos – importante lembrar que o número estimado pelo Ministério da Saúde de Gaza é provavelmente inferior ao número real, como estimou um estudo de 2024 publicado pela *The Lancet*. O cessar-fogo que entrou em vigor em 10 de outubro de 2025 não foi respeitado: as forças militares israelenses continuaram a violar o cessar-fogo por meio de bombardeios e

disparos que causaram mais mortes e feridos. Desde o cessar-fogo, pelo menos 750 pessoas foram mortas e 2.090 outras ficaram feridas, enquanto 760 corpos foram recuperados.

Paralelamente ao alvejamento de civis, trabalhadores da saúde, sindicalistas e crianças, Israel segue alvejando sistematicamente os profissionais de comunicação. "Quarta-feira, 8 de março, marcou mais um dia sangrento para os trabalhadores da mídia na região da Ásia Ocidental, depois que Israel assassinou um jornalista na Faixa de Gaza e duas figuras da mídia no Líbano."

Mohammed Wishah, correspondente da *Al Jazeera Mubasher*, foi morto quando um ataque de drone israelense atingiu um carro no qual ele viajava na rua al-Rashid, a oeste da cidade de Gaza. Wishah é um dos pelo menos 262 jornalistas mortos desde que Israel iniciou sua agressão genocida em outubro de 2023. A *Al Jazeera Media Network* denunciou que o assassinato "não foi um ato aleatório, mas um crime deliberado e direcionado com a intenção de intimidar jornalistas e impedi-los de realizar seus deveres profissionais."

No mesmo dia, dois trabalhadores da mídia libanesa foram assassinados nos massacres que Israel cometeu em diferentes partes do Líbano. Suzan Khalil era apresentadora e produtora da *Al-Manar* e da *Al-Nour* e foi morta em um ataque aéreo israelense na cidade de Kayfoun. Ghada Dayekh era jornalista da rádio *Sawt al-Farah* e morreu quando um ataque aéreo israelense atingiu o prédio onde ela morava, na cidade costeira sul de Tiro. O número de trabalhadores da mídia mortos por Israel no Líbano desde outubro de 2023 chegou a 24, com o número de trabalhadores da mídia assassinados pelas Forças de Ocupação Israelenses (FOI) em toda a região se aproximando de 320 nos últimos 2 anos.

Jodie Ginsberg, CEO do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), afirmou que o assassinato de Wishah segue "um padrão que temos visto consistentemente desde 7 de outubro." Ela acrescentou que a morte de pelo menos 262 jornalistas em Gaza nos últimos dois anos e meio "faz de Israel o maior assassino de jornalistas" desde que o CPJ começou a documentar essas mortes em 1992.

Em 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, os sindicatos de serviços públicos da Europa soaram o alarme sobre uma emergência sanitária em toda a União Europeia: "No Dia Mundial da Saúde, os sindicatos de serviços públicos na Europa estão soando o alarme sobre uma emergência sanitária em toda a região - com um quarto da população da União Europeia incapaz de acessar cuidados de saúde em 2025." A crise coincide com os adiamentos do Plano de Crise da Força de Trabalho em Saúde do Parlamento Europeu.

A Federação Europeia de Sindicatos de Serviços Públicos (EPSU) enfatizou vários problemas enfrentados pelos pacientes como resultado das políticas de austeridade e do investimento inadequado nos sistemas públicos de saúde.

Como observado em muitos países desta região e além, os longos tempos de espera estão inequivocamente conectados à escassez crônica de força de trabalho no setor de saúde. No entanto, os planos atuais dos governos e da UE falham em reconhecer a gravidade da situação, com enfermeiros, paramédicos, médicos e outros trabalhadores da saúde arcando com o peso dos baixos salários e da alta carga de trabalho.

"Por trás desses números está um problema sistêmico: escassez crônica de pessoal, anos de austeridade e a crescente privatização dos sistemas de saúde", disse Jan Willem Goudriaan,

Secretário-Geral da EPSU, no Dia Mundial da Saúde. "Quando um em cada quatro europeus não consegue acessar cuidados, o sistema não está falhando, está entrando em colapso."

Para enfrentar a crise, a confederação alerta que a UE e seus membros devem alterar seu curso – alocando mais recursos para os sistemas públicos de saúde para atingir níveis seguros de pessoal e valorizando a contribuição de todos os trabalhadores da saúde – uma nota de particular importância, uma vez que são relatadas tendências de excluir alguns grupos de trabalhadores dos planos setoriais. "De médicos a paramédicos, de recepcionistas a faxineiros, cada trabalhador é um elo vital na cadeia de garantia de cuidados de qualidade", disse Adam Rogalewski, oficial de políticas de saúde e serviços sociais da EPSU. "Você não pode escolher um grupo, apoiar apenas ele, e esperar que todo o sistema funcione."

Há anos, a EPSU insiste em medidas em toda a UE que fortaleceriam os sistemas de saúde, investindo mais no setor público e expandindo a força de trabalho. Apenas no ano passado, a confederação lançou sua própria proposta para um plano de crise da força de trabalho em saúde, baseada na melhoria de salários e condições de trabalho, no reconhecimento da saúde como um bem público e na reversão da comercialização deste setor, entre outras coisas."

Fazendo uma conexão com o tema da saúde como direito universal, tratado no informe anterior com o legado da 8ª Conferência Nacional de Saúde: o SUS foi construído sobre os princípios da descentralização, integralidade e participação comunitária. A crise europeia revela o que acontece quando esses princípios são abandonados em nome da austeridade e da privatização.

Convergências do Sul Global

Global South Convergences

Convergencias del Sur Global

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard de Lima Monteiro

Resumo: O UNOSSC destacou seu Boletim de março e consolidou parcerias estratégicas, com destaque para o lançamento da iniciativa global de Cooperação Triangular junto à OCDE e o fortalecimento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul. O foco recaiu sobre a resiliência urbana e saúde via inovação digital, intercâmbio técnico no Sul Global e a convocação para capacitação em redução de riscos de desastres. Sob a presidência da ZOPACAS, o Brasil fortaleceu a cooperação Sul-Sul com novas estratégias para o Atlântico Sul. Por intermédio da ABC e da Embrapa, consolidou parcerias históricas na cadeia do algodão em Mali e Camarões. Paralelamente, a Fiocruz debateu sua internacionalização no Senado Federal e reafirmou, em Lyon, seu compromisso com a ciência e a equidade global no Fórum de Centros Colaboradores da OMS. O G-77 e a China intensificaram a defesa por uma reforma sistêmica na governança global. Na AGNU, condicionaram a Inteligência Artificial à Agenda 2030, exigindo financiamento para infraestrutura e denunciando possíveis impactos ambientais no Sul Global. Nas consultas informais sobre o fórum FfD, reivindicaram um sistema multilateral baseado em regras que garanta uma integração justa das nações do Sul Global nas cadeias de valor. Sobre a iniciativa ONU80, defenderam que mudanças estruturais não diluam mandatos de desenvolvimento, enquanto no acordo BBNJ, reivindicaram que a sede da Secretaria seja estabelecida em um país em desenvolvimento, priorizando a transferência de tecnologia marinha. Em relação ao MNA, o destaque foi a 5.ª Conferência de sua Rede Parlamentar em Istambul. O encontro transpôs as Declarações de Tashkent e Kampala para marcos legislativos, fortalecendo a soberania tecnológica em cooperação com a UIP. Esse protagonismo é amplificado pela "Estratégia 2026", que integra a eficiência tecnológica do ASAN Service à diplomacia humanitária do NAMYO, capacitando jovens líderes para negociações em saúde e tecnologia e preparando as bases para uma governança global equilibrada. O Centro Sul liderou debates sobre justiça financeira e acesso à saúde. Destacou a coordenação do Sul Global para a Convenção-Quadro Tributária da ONU e defendeu medidas contra o abismo digital. Na saúde, propôs soluções contra barreiras de patentes em medicamentos para tuberculose e anticorpos monoclonais, visando garantir a equidade tecnológica.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Abstract: *The UNOSSC highlighted its March Newsletter and consolidated strategic partnerships, emphasizing the launch of the global Triangular Cooperation initiative with the OECD and the strengthening of the Global Alliance for South-South Cooperation. The focus was on urban resilience and health through digital innovation, technical exchange in the Global South, and the call for capacity building in disaster risk reduction. Under the presidency of ZOPACAS, Brazil strengthened South-South cooperation with new strategies for the South Atlantic. Through the ABC and Embrapa, it consolidated long-standing partnerships in the cotton production chain in Mali and Cameroon. Simultaneously, Fiocruz discussed its internationalization at the Federal Senate and reaffirmed, in Lyon, its commitment to science and global equity at the WHO Forum of Collaborating Centres. The G-77 and China intensified their advocacy for systemic reform in*

global governance. At the UNGA, they conditioned Artificial Intelligence on the 2030 Agenda, demanding infrastructure financing and denouncing potential environmental impacts in the Global South. During informal consultations on the FfD Forum, they called for a rules-based multilateral system that ensures the fair integration of Global South nations into value chains. Regarding the UN80 initiative, they argued that structural changes should not dilute development mandates, while in the BBNJ agreement, they demanded that the Secretariat's headquarters be established in a developing country, prioritizing marine technology transfer. As for the NAM, the highlight was the 5th Conference of its Parliamentary Network in Istanbul. The meeting translated the Tashkent and Kampala Declarations into legislative frameworks, strengthening technological sovereignty in cooperation with the IPU. This leadership is amplified by "Strategy 2026," which integrates the technological efficiency of the ASAN Service with the humanitarian diplomacy of NAMYO, training young leaders for strategic negotiations in health and technology and laying the foundations for a balanced global governance. The South Centre led debates on financial justice and access to health. It highlighted the coordination of the Global South for the UN Framework Convention on International Tax Cooperation and advocated for measures against the digital divide. In health, it proposed solutions to address patent barriers for tuberculosis medicines and monoclonal antibodies, aiming to ensure technological equity.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

Resumen: *La UNOSSC destacó su Boletín de marzo y consolidó alianzas estratégicas, con especial énfasis en el lanzamiento de la iniciativa global de Cooperación Triangular junto a la OCDE y el fortalecimiento de la Alianza Global para la Cooperación Sur-Sur. El enfoque se centró en la resiliencia urbana y la salud a través de la innovación digital, el intercambio técnico en el Sur Global y la convocatoria para la capacitación en reducción de riesgos de desastres. Bajo la presidencia de la ZOPACAS, Brasil fortaleció la cooperación Sur-Sur con nuevas estrategias para el Atlántico Sur. Por intermedio de la ABC y de la Embrapa, consolidó alianzas históricas en la cadena del algodón en Malí y Camerún. Paralelamente, la Fiocruz debatió su internacionalización en el Senado Federal y reafirmó, en Lyon, su compromiso con la ciencia y la equidad global en el Foro de Centros Colaboradores de la OMS. El G-77 + China intensificó la defensa de una reforma sistémica en la gobernanza global. En la AGNU, condicionaron la Inteligencia Artificial a la Agenda 2030, exigiendo financiamiento para infraestructura y denunciando posibles impactos ambientales en el Sur Global. En las consultas informales sobre el foro FfD, reivindicaron un sistema multilateral basado en reglas que garantice una integración justa de las naciones del Sur Global en las cadenas de valor. Sobre la iniciativa ONU80, defendieron que los cambios estructurales no diluyan los mandatos de desarrollo, mientras que en el acuerdo BBNJ, reivindicaron que la sede de la Secretaría se establezca en un país en desarrollo, priorizando la transferencia de tecnología marina. En relación con el MNOAL, lo más destacado fue la 5.ª Conferencia de su Red Parlamentaria en Estambul. El encuentro transpuso las Declaraciones de Taskent y Kampala a marcos legislativos, fortaleciendo la soberanía tecnológica en cooperación con la UIP. Este protagonismo se ve amplificado por la "Estrategia 2026", que integra la eficiencia tecnológica del ASAN Service con la diplomacia humanitaria de NAMYO, capacitando a jóvenes líderes para negociaciones estratégicas en salud y tecnología, y sentando las bases para una gobernanza global equilibrada. El South Centre lideró debates sobre justicia financiera y acceso a la salud. Destacó la coordinación del Sur Global para la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cooperación Tributaria Internacional y defendió medidas contra la brecha digital. En salud, propuso soluciones contra las barreras de patentes en medicamentos para la tuberculosis y anticuerpos monoclonales, con el objetivo de garantizar la equidad tecnológica.*

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

14 de abril de 2026 – Lançamento da iniciativa "Da evidência ao impacto: um apelo global à cooperação triangular"



Esta iniciativa estabelece como um marco estratégico para consolidar a cooperação triangular como um pilar central na agenda de desenvolvimento global.

Liderada de forma conjunta pelo UNOSSC, pela OCDE e pelo Governo de Portugal, por intermédio do Instituto Camões, a iniciativa busca superar a fragmentação de dados no setor, transformando evidências concretas em ações eficazes.

Para isso, convida governos, agências multilaterais e a sociedade civil a compartilharem resultados práticos, conjuntos de dados e lições aprendidas sobre o que efetivamente funciona em parcerias que integram beneficiários, parceiros principais e facilitadores, demonstrando o valor agregado dessa modalidade em relação aos modelos bilaterais tradicionais.

O ano de 2026 assume um papel importante nesse cronograma, inaugurando um ciclo de alta visibilidade para a cooperação triangular que servirá de base para grandes processos diplomáticos.

As evidências que serão coletadas a partir de abril alimentarão as discussões do 10.º Encontro Internacional sobre Cooperação Triangular, previsto para ser realizado em outubro de 2026, e apoiarão a conversão dos compromissos da 4.ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) em resultados operacionais.

Além disso, as melhores contribuições ganharão projeção na plataforma South-South Galaxy, do UNOSSC, promovendo o intercâmbio de soluções tecnológicas e sociais entre os países do Sul Global. Nesse cenário, a liderança de Portugal reforça a função da cooperação triangular como uma ponte política e técnica entre o Norte e o Sul, especialmente em regiões como África e América Latina.

Ao submeter projetos de sucesso desenvolvidos em parceria com atores diversos, a instituição não apenas garante visibilidade no mapa global do UNOSSC, como também fortalece o argumento de que a inovação, a ciência e a tecnologia são ferramentas essenciais para fechar lacunas de implementação na saúde global.

A iniciativa valida um modelo de governança mais colaborativo e eficaz para enfrentar os desafios contemporâneos do desenvolvimento.

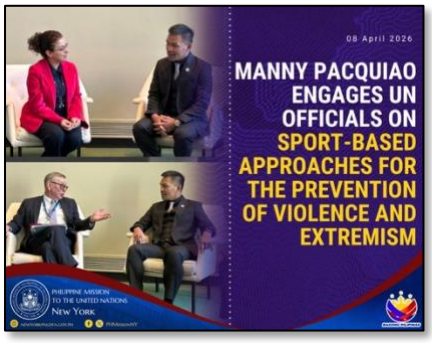
10 de abril de 2026 – Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular



Em parceria com a Fundação das Nações Unidas, o UNOSSC promoveu a primeira mesa-redonda informal dedicada à Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular.

O encontro representou um avanço estratégico na estruturação de uma plataforma conectada e orientada pela demanda por soluções compartilhadas. A diversidade de perspectivas trazida pelos parceiros foi essencial para consolidar a Aliança como um mecanismo dinâmico, liderado pelo UNOSSC, voltado ao fortalecimento de parcerias globais e ao intercâmbio de inovações.

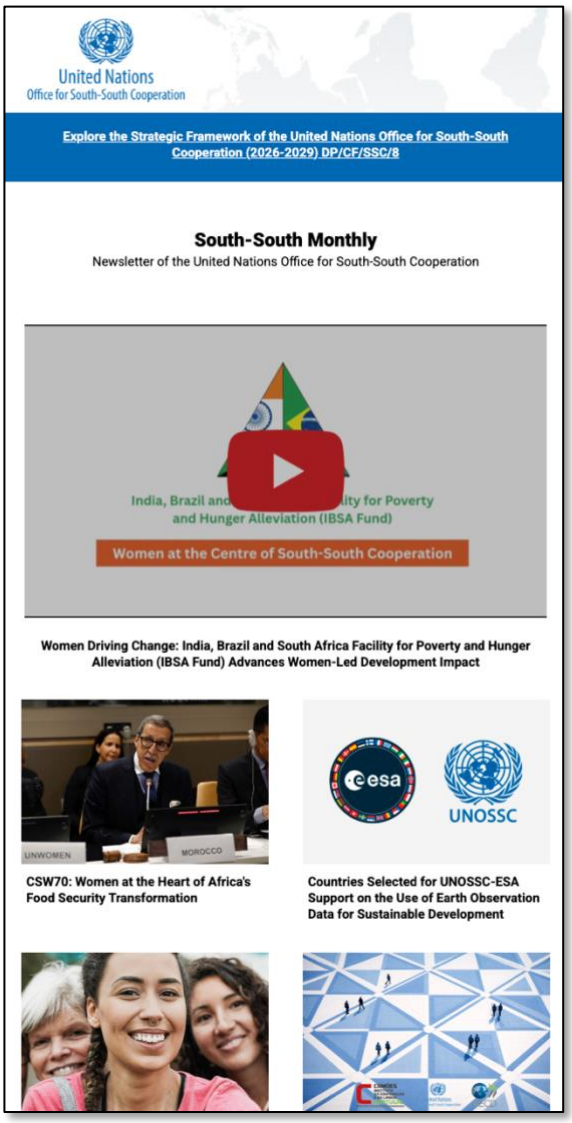
8 de abril de 2026 – Esporte para prevenir violência e extremismo



Em um encontro estratégico mediado pela Missão das Filipinas junto à ONU em Nova York, o Sr. Manny Pacquiao reuniu-se com Alexandre Zouev, do Escritório das Nações Unidas de Combate ao Terrorismo (UNOCT), e Dima Al-Khatib, Diretora do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC).

A reunião destacou o compromisso das Filipinas com abordagens comunitárias baseadas no esporte para prevenir a violência e o extremismo.

Durante o intercâmbio, os líderes discutiram o papel do esporte como uma linguagem universal capaz de unir povos e gerar oportunidades, com foco especial no apoio à juventude — o maior segmento demográfico do Sul Global. Na ocasião, Dima Al-Khatib manifestou o interesse do UNOSSC em divulgar essa experiência em suas plataformas globais, celebrando a missão de promover a paz por meio da inclusão social e esportiva.



Boletim do UNOSSC – março 2026

Esta edição da *South-South Monthly* (março de 2026) traz destaques que reforçam o papel da Cooperação Sul-Sul (CSS) como motor de resiliência e inovação tecnológica.

Um dos destaques foi o Fortalecimento Digital e Dados com ênfase para os corredores digitais sul-sul, cujo foco é reduzir o abismo digital, permitindo que países em desenvolvimento compartilhem infraestrutura e soluções de e-governança sem depender exclusivamente de tecnologias proprietárias do Norte.

Outro destaque foi o lançamento do Relatório Regional do Escritório das Nações Unidas de Cooperação Sul-Sul e Escritório de Coordenação de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNOSSC-DCO) sobre o apoio do sistema ONU à cooperação na América Latina e Caribe. É um documento essencial de evidências sobre como a cooperação técnica está sendo implementada "no terreno", especialmente em relação à saúde e clima.

Há também detalhamentos sobre projetos apoiados pelo Fundo Índia-ONU e Fundo IBSA como em Fiji, Uganda e Libéria (via Fundo IBSA) e a modernização de sistemas de dados na Moldávia (via Fundo Índia-ONU).

E ainda a Preparação para Desastres e Resiliência Urbana com o anúncio do 5º curso de capacitação em Redução de Riscos de Desastres com foco em cidades resilientes. Reforçando a ideia de que a saúde global é multissetorial: cidades preparadas para desastres climáticos aliviam a pressão sobre os sistemas de saúde.

CHAMADA Programa Conjunto de Certificação UNDRR, UNOSSC e UNTB 2026



O Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) e o Banco de Tecnologia da ONU para os países menos desenvolvidos (UNTB) estão oferecendo o Programa Conjunto de Certificação UNDRR, UNOSSC e UNTB 2026 "**Aproveitando a**

Inovação Tecnológica, a Tomada de Decisões Baseada em Evidências e a Cooperação Sul-Sul para abordar o Risco Urbano Sistêmico e Fortalecer a Resiliência a Desastres".

O curso foca em como a Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) e a Cooperação Sul-Sul e Triangular podem ser utilizadas para enfrentar riscos sistêmicos — aqueles que afetam simultaneamente a saúde, a economia e o meio ambiente nas cidades.

O conteúdo é desenhado para fortalecer a resiliência urbana com base em quatro eixos principais:

- Tomada de Decisão Baseada em Evidências: Uso de dados técnicos e científicos para formular políticas públicas de redução de riscos de desastres (DRR).
- Inovação e CTI: Aplicação de novas tecnologias (como IA e monitoramento geoespacial) para prever e mitigar desastres climáticos e sanitários.
- Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST): Intercâmbio de soluções e boas práticas entre países em desenvolvimento para fortalecer a Agenda 2030.
- Resiliência em Saúde Pública: Fortalecimento dos sistemas de saúde locais, com apoio direto da OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), para responder a emergências complexas.

Serão 3000 vagas para participantes de todo o mundo, e o público-alvo serão gestores públicos, formuladores de políticas, especialistas em diplomacia da saúde e profissionais de planejamento urbano.

O programa será oferecido e inglês com interpretação simultânea em árabe, chinês, francês, **português,** russo, espanhol e Língua Internacional de Sinais.

Mais **informações –** https://www.undrr.org/event/undrr-unossc-paho-untb-2026

Brasil na cooperação Sul-Sul em saúde



9 de abril de 2026 – Estratégia de Cooperação adotada durante reunião ministerial da ZOPACAS no Rio de Janeiro

Sob a presidência do Brasil, os países membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) adotaram a primeira Estratégia de Cooperação do grupo durante sua IX Reunião Ministerial. O marco estabelece um novo momento para o mecanismo ao estruturar uma atuação orientada a resultados, com foco em segurança marítima, meio ambiente, ciência e desenvolvimento sustentável.

Criada em 1986 por iniciativa brasileira e via resolução da Assembleia Geral da ONU, a ZOPACAS é um mecanismo intergovernamental que reúne 24 Estados da África e da América do Sul. Embora tenha surgido no contexto da Guerra Fria para evitar a militarização e a presença nuclear no Atlântico Sul, o fórum evoluiu para uma agenda abrangente de cooperação Sul-Sul, integrando pesquisa científica, proteção ambiental e segurança regional.

A estratégia adotada no Rio de Janeiro define 11 áreas prioritárias — entre elas, pesquisa oceanográfica, pesca sustentável e proteção de infraestrutura —, prevendo ações de capacitação técnica e criação de redes de conhecimento.

O encontro também inaugurou a presidência brasileira para o próximo triênio. No âmbito da implementação prática, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) terá papel central na coordenação de projetos técnicos. Além disso, reuniões bilaterais com países africanos consolidaram o compromisso regional com o diálogo e a construção de soluções compartilhadas para desafios comuns. Para saber mais, clique aqui.

Declaração do Rio de janeiro – 9 de abril de 2026



21 de março a 5 de abril de 2026 – Brasil e Mali reforçam parceria histórica na cadeia produtiva do algodão

No âmbito da cooperação técnica internacional, o Brasil recebeu, no final de março e início de abril, uma missão oficial do Mali voltada ao fortalecimento da cadeia produtiva do algodão.

O país africano, que integrou o grupo pioneiro de beneficiários da cooperação brasileira no setor, solicitou a visita por meio de seu governo para promover o intercâmbio de experiências sobre práticas sustentáveis e geração de renda rural.

Coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a agenda da delegação — composta por representantes governamentais, pesquisadores e produtores — incluiu visitas a instituições de referência que são pilares da inovação no campo. O grupo conheceu de perto o modelo de sucesso do Centro de Difusão de Tecnologias Algodoeiras de Catuti e as operações da Embrapa Algodão (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Durante a missão, os participantes também interagiram com especialistas das seguintes organizações:

EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais): Responsável por levar o conhecimento científico diretamente ao agricultor no campo.

EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais): Focada no desenvolvimento de tecnologias e inovações adaptadas às condições climáticas regionais.

AMPA (Associação Mineira dos Produtores de Algodão): Entidade que representa os produtores e atua na organização e defesa dos interesses da categoria.

O objetivo central foi acompanhar processos de assistência técnica, sistemas produtivos integrados e gestão de negócios agrícolas, adaptando o conhecimento técnico brasileiro à realidade malinense. Esta visita consolida uma parceria que já dura mais de duas décadas, reafirmando o compromisso do Brasil com a Cooperação Sul-Sul e o fortalecimento institucional de seus parceiros africanos. Para saber mais, clique aqui e aqui.



4 a 16 de março de 2026 – Cooperação Sul-Sul fortalece cadeia do algodão e agricultura familiar nos Camarões

Uma missão brasileira capacitou 82 técnicos em Camarões em mecanização do cultivo de algodão e metodologias de extensão rural, como parte do projeto de cooperação Sul-Sul **"Aumento do Potencial de Produção de Algodão em Camarões"**. Coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a iniciativa conta com a parceria da Universidade Federal de Lavras (UFLA), da Cooperativa dos Produtores Rurais de Catuti (COOPERCAT), sediada no norte de Minas Gerais e do governo local.

Realizados em Kaélé, os treinamentos uniram teoria e prática sobre preparo de solo, semeadura e pulverização, priorizando tecnologias acessíveis à agricultura familiar.

Com a adoção dessas inovações, espera-se um aumento de produtividade de até 71%, além da redução de perdas e do esforço físico no campo. Ao colocar os agricultores no centro do processo por meio de metodologias participativas, o projeto busca não apenas modernizar a cadeia produtiva, mas fortalecer a renda familiar e a organização coletiva.

Essa ação em Camarões integra uma estratégia de longo prazo que o Brasil desenvolve na África há mais de duas décadas. O que começou nos anos 2000 como apoio ao grupo **Cotton-4** (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali) expandiu-se paulatinamente por todo o continente.

Hoje, a ABC, em conjunto com instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e universidades, promove a soberania tecnológica e o fortalecimento institucional em mais de uma dezena de países africanos, consolidando o Brasil como um parceiro fundamental para o desenvolvimento sustentável no Sul Global. Para saber mais, clique aqui.

A Fiocruz na cooperação Sul-Sul



8 de abril de 2026 – Internacionalização da Fiocruz em debate no senado

O Senado Federal, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, promoveu uma audiência pública para debater a internacionalização da Fiocruz como peça-chave do Estado brasileiro.

O encontro teve como foco a consolidação da fundação no cenário global, priorizando a expansão de parcerias estratégicas e o robustecimento da cooperação em saúde.

Os interlocutores foram a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), o Ministério da Saúde e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), além de representantes da própria Fundação Oswaldo Cruz.

O debate consolidou a ideia de que a inserção internacional da instituição potencializa a capacidade do Brasil de pautar agendas globais, impulsionar a soberania tecnológica e conferir escala às ações de cooperação técnica.

Um ponto central da audiência foi a discussão sobre a modernização institucional — incluindo ajustes no estatuto da fundação — para garantir maior agilidade e competitividade em sua atuação externa.

Ao reafirmar a Fiocruz como um elo entre ciência, inovação e diplomacia, os participantes destacaram seu compromisso histórico com o acesso equitativo à saúde e com o desenvolvimento de soluções voltadas tanto ao fortalecimento do SUS quanto às parcerias com o Sul Global. Para saber mais, clique aqui.



7 a 9 de abril de 2026 –Fiocruz em Lyon: Fortalecendo a Ciência e a Equidade no Fórum de Centros Colaboradores da OMS

Por intermédio de sua Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais e de seu Centro Colaborador para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul, a Fiocruz participou, do Fórum Global de Centros Colaboradores da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizado em Lyon, França.

Participaram do evento as mais de 800 instituições de 80 países que colaboram com a OMS como Centros Colaboradores que integraram a agenda estratégica da Cúpula “One Health” (Uma só Saúde).

Um dos eixos centrais do encontro foi a celebração do **Dia Mundial da Saúde de 2026**, que este ano trouxe o tema: **"Juntos pela Ciência”** que reforça o papel da evidência científica como o único alicerce seguro para a saúde pública e a governança global.

Desde a época da Liga das Nações (1920 a 1946) que se utilizavam instituições nacionais para fins internacionais, tais como laboratórios designados como centros de referência para a padronização de produtos biológicos. Quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi criada em 1948, nomeou outros centros de referência e estabeleceu a política de que a Organização deveria avançar com seu trabalho, coordenando e utilizando instituições já existentes nos Estados Membros, ampliando assim a participação nacional nas atividades da OMS.

Hoje em dia, os centros colaboradores da OMS são instituições como institutos de pesquisa, departamentos de universidades, academias ou hospitais designados pelo Diretor-Geral, para fazer parte de uma rede colaborativa internacional para realizar atividades de apoio aos programas da OMS em nível nacional, interpaíses, regional, inter-regional e global. Alinhados com a política e estratégia de cooperação técnica da OMS, um centro colaborador também participa no fortalecimento do país, contribuindo com apoio técnico e compartilhando informação, apoiando o desenvolvimento nacional de saúde em informação, serviços, investigação e capacitação.

GRUPO DO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

8 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na 2ª consulta informal sobre o diálogo global sobre a governança de IA

O G-77 e a China apresentaram um estratégico que condicionou o sucesso da governança global da tecnologia à inclusão efetiva dos países em desenvolvimento. O Grupo enfatizou que o debate deve ser vinculado à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com um foco no financiamento de infraestrutura e na capacitação técnica, defendendo a ativação de mecanismos como o Fundo Global de IA.

O Grupo manifestou preocupação com os impactos ambientais da tecnologia e destacou que os centros de processamento de dados e a extração de minerais críticos geraram pressões sobre recursos hídricos e energéticos localizados majoritariamente no Sul Global.

Além disso, rejeitaram a aplicação de medidas coercitivas unilaterais que limitam o acesso de diversos países às inovações, pleiteando que a arquitetura de governança deve ser centralizada na ONU para garantir transparência e participação equitativa.

No campo prático, o G-77 e a China insistiram com a comunidade internacional para que priorizem soluções de IA que respondam a desafios concretos em saúde, agricultura e educação.

O Grupo cobrou maior responsabilidade do setor privado e das plataformas tecnológicas, ressaltando que a soberania digital e a proteção do mercado de trabalho foram pilares centrais para assegurar uma transição tecnológica justa e resiliente.

7 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China nas consultas informais sobre o Fórum FfD (financiamento para o desenvolvimento) do ECOSOC: conclusões e recomendações acordadas

A declaração reflete uma postura firme na defesa dos interesses e prioridades dos países em desenvolvimento, reiterando a necessidade de melhorar o texto atual para que as recomendações finais se tornem mais orientadas à ação e sejam menos diagnósticas.

O Grupo enfatizou sua preferência por negociações detalhadas, buscando uma estrutura que permita diálogos mais profundos e construtivos.

Em relação ao financiamento global para o desenvolvimento, o G-77 e a China propuseram ajustes organizacionais, como a fusão das seções de implementação e próximos passos, além de sugerir o enxugamento de parágrafos transversais para evitar o

[1] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

reprocessamento de linguagens já acordadas em Sevilha (FfD), defendendo a separação de temas sensíveis como o direito ao desenvolvimento e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (CBDR).

No que se refere ao setor privado e ao comércio internacional, o Grupo manifestou sua preocupação com o caráter aspiracional das propostas, solicitando mandatos claros que beneficiem especificamente os Países menos desenvolvidos (LDCs), países em desenvolvimento sem litoral (LLDCs) e pequenos Estados insulares em Desenvolvimento (SIDS).

Sobre o comércio, há um alerta explícito contra o aumento das tensões geopolíticas, o protecionismo e as medidas ambientais unilaterais, como os ajustes de carbono na fronteira, que podem atuar como restrições disfarçadas ao comércio internacional. O G-77 reivindica um sistema multilateral baseado em regras que garanta uma integração justa das nações do Sul Global nas cadeias de valor.

Quanto à arquitetura financeira internacional, o Grupo insistiu no fortalecimento da voz e da participação dos países em desenvolvimento nas instituições financeiras, classificando como inaceitável a ausência de referências às agências de classificação de risco e à necessidade de reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs).

Além disso, destacaram a importância da cooperação internacional frente às mudanças tecnológicas e aos ativos digitais.

Por fim, em relação à dívida e cooperação, o G-77 reiterou o pedido por um processo intergovernamental de dívida na ONU, o uso de instrumentos inovadores como a troca da dívida (*debt swaps)* e o fortalecimento de compromissos com a cooperação Sul-Sul e triangular, visando um documento final que seja ambicioso e reflita fielmente as necessidades do Sul Global.

6 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião informal da plenária da AGNU sobre a atualização da iniciativa ONU80: apresentação sobre o Grupo de Trabalho 3

O G77 e China solicitaram que as apresentações e análises detalhadas da Iniciativa ONU80 estejam disponíveis, com antecedência, aos Estados-membros, visando garantir trocas mais substantivas durante os briefings.

Diante da complexidade do Grupo de Trabalho 3, que abrange 25 pacotes de trabalho com potenciais consequências institucionais de longo prazo, o Grupo enfatizou a necessidade de tempo adequado para avaliar suas implicações.

O Grupo defendeu que nenhuma proposta deve diluir os mandatos de desenvolvimento; ao contrário, as reformas devem fortalecer a entrega em campo, basear-se em dados e evidências, e ser sustentadas por análises de custo-benefício e avaliações de risco rigorosas.

Quanto a pacotes específicos, o Grupo destacou as conclusões preliminares sobre a fusão estratégica entre a Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a ONU Mulheres, solicitando informações complementares já requeridas pelos respectivos Conselhos Executivos.

Por outro lado, o G-77 e a China destacaram como pontos positivos os pacotes que promovem a unificação tecnológica e a padronização de dados em todo o sistema da ONU.

Para o Grupo, o progresso nessas áreas pode reduzir a fragmentação da infraestrutura de TIC e transformar os dados da ONU em um bem público genuíno para o planejamento nacional e o monitoramento dos ODS, gerando os resultados tangíveis necessários para construir confiança em reformas mais complexas.

O Grupo reiterou que qualquer ajuste estrutural deve respeitar as realidades operacionais e evitar interrupções no apoio prestado nos países. Nesse sentido, destacou a importância de um diálogo inclusivo sobre a governança e o impacto dessas mudanças na prestação de serviços na ponta.

Ao finalizar, o G-77 e China reafirmaram seu compromisso construtivo com a Iniciativa ONU80, buscando um sistema das Nações Unidas mais eficaz, equitativo e representativo, que fortaleça o multilateralismo e impulsione o desenvolvimento global.

2 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no encerramento da 3ª sessão da comissão preparatória do acordo da Biodiversidade Marinha além da Jurisdição Nacional (BBNJ)

O G-77 e China reconheceram a liderança da Mesa Diretora e à Divisão para Assuntos do Oceano e o Direito do Mar (DOALOS) por sua condução nas discussões sobre o Acordo BBNJ, reiterando o compromisso histórico dos países em desenvolvimento com a implementação efetiva deste tratado.

O Grupo enfatizou que a representação geográfica equitativa deve ser um pilar das negociações, defendendo que a sede da futura Secretaria do Acordo seja estabelecida em um país em desenvolvimento. Nesse sentido, destacaram as candidaturas do Chile e da China, como demonstrações práticas da prontidão do Sul Global em liderar a governança dos oceanos.

Um ponto central da declaração foi a defesa da participação plena e equitativa de todos os Estados, independentemente de sua situação financeira. O Grupo sublinhou que o financiamento adequado, previsível e acessível é indispensável para que os países em desenvolvimento cumpram suas obrigações e participem ativamente dos órgãos subsidiários.

Além disso, reafirmaram o princípio do multilinguismo como requisito essencial para a transparência e acessibilidade de peritos de diferentes regiões nas instâncias decisórias do Acordo e no Mecanismo de Intercâmbio (*Clearing-House Mechanism*).

Quanto ao Mecanismo de Intercâmbio, o G-77 e a China destacaram a função crítica deste Mecanismo como plataforma para cooperação internacional e transferência de tecnologia marinha. Defenderam que este sistema seja interativo e interoperável, facilitando o acesso a recursos técnicos e garantindo o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios derivados de recursos genéticos marinhos e informações de sequenciamento digital.

Com foco na futura **COP1**, o Grupo solicitou que a comunidade internacional priorize a prontidão operacional e defina cronogramas claros para os trabalhos entre as sessões. O objetivo é garantir uma transição suave entre as fases preparatória e de implementação.

Por fim, a declaração reafirmou que o multilateralismo deve guiar a criação de instituições inclusivas e preparadas para os desafios da biodiversidade marinha.

30 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião especial do ECOSOC de 2026 sobre classificações de crédito

Nesta declaração, o G-77 e a China reiteraram que as classificações de crédito soberano transcenderam a função de meros indicadores técnicos para se tornarem determinantes sistêmicos do desenvolvimento.

O Grupo argumenta que, em vez de auxiliarem no enfrentamento de desafios como o endividamento e as mudanças climáticas, essas avaliações frequentemente exacerbam os impactos de barreiras comerciais e medidas coercitivas unilaterais.

O rebaixamento de uma nota de risco pode representar centenas de milhões de dólares adicionais no serviço da dívida, comprimindo diretamente o espaço fiscal para investimentos vitais em saúde, educação e ação climática.

Um dos pontos centrais da crítica do Grupo está relacionado ao viés metodológico das agências, que utilizam indicadores estruturais baseados em economias avançadas.

Segundo o Grupo, tais metodologias falham em capturar as capacidades produtivas, trajetórias demográficas e riquezas naturais dos países em desenvolvimento, resultando em uma precificação equivocada do risco que se torna autorrealizável: o custo mais elevado do crédito restringe o desenvolvimento, o que, por sua vez, valida a avaliação negativa original.

Diante desse cenário, o Grupo enfatizou a urgência do cumprimento do **Compromisso de Sevilha**, exigindo maior transparência, a integração de horizontes temporais mais longos nas análises e um engajamento técnico profundo entre as agências e os governos nacionais.

Destacaram a necessidade de fortalecer as capacidades técnicas das unidades de gestão de dívida nos países de baixa renda, visando qualificar o diálogo com as agências de risco e corrigir distorções informacionais.

Em conclusão, o G77 e a China reafirmaram que não buscam a substituição total das instituições financeiras existentes, mas insistem em uma reforma substantiva e não apenas cosmética. Esperam recomendações tangíveis para a redução do custo de capital e para uma mudança fundamental na forma como o risco soberano é conceituado, garantindo que o progresso rumo aos ODS não seja inviabilizado por métricas financeiras de curto prazo.

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

5.ª Conferência da Rede Parlamentar do Movimento dos Não-Alinhados (NAM PN)

A 5.ª Conferência da Rede Parlamentar do Movimento dos Não-Alinhados realizada em 15 de abril de 2026 em Istambul, foi um marco de articulação política do Sul Global. O encontro ocorreu estrategicamente às margens da 152.ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP), aproveitando a presença massiva de lideranças legislativas globais sob o lema "**Nutrir a esperança, garantir a paz e a justiça para as gerações futuras**".

A 152.ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP)

A Assembleia da União Interparlamentar é a principal instância deliberativa da organização mundial dos parlamentos nacionais, funcionando como uma espécie de "Assembleia Geral da ONU" para legisladores. Realizada em Istambul, na Turquia, entre os dias

12 e 16 de abril de 2026, esta edição assumiu um papel estratégico ao reunir parlamentares de quase todos os países do globo — tanto nações desenvolvidas quanto em desenvolvimento — para debater soluções legislativas para crises que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Mandato e Estrutura da UIP

Fundada em 1889, a UIP é a organização internacional mais antiga do mundo dedicada ao fortalecimento da cooperação política multilateral, destacando-se por reunir, em uma plataforma de diálogo universal, legisladores de diversos blocos econômicos e políticos. Suas assembleias, realizadas semestralmente, servem para coordenar a ação parlamentar global em temas fundamentais como democracia, direitos humanos e paz. Sob o tema de 2026, a 152.ª Assembleia direcionou o foco das discussões para o legado das políticas públicas atuais frente ao cenário de instabilidade geopolítica.

Principais Eixos da Agenda

- **Diplomacia de Paz:** A assembleia funcionou como um fórum de diálogo para países em conflito que, muitas vezes, enfrentam impasses em instâncias executivas. O foco deste ano esteve na criação de mecanismos parlamentares para supervisionar acordos de paz e garantir a reconstrução pós-conflito.

- **Justiça Intergeracional:** Um dos grandes debates centrou-se em como as legislações atuais sobre clima e dívida pública impactam as gerações futuras.

- **Combate ao Protecionismo:** Em sintonia com as pautas do Sul Global, discutiram-se resoluções para fortalecer o sistema de comércio multilateral e combater barreiras unilaterais que afetam o crescimento econômico dos países em desenvolvimento.

Relevância para o Sul Global

A 152.ª Assembleia da UIP revelou-se particularmente relevante para o MNA e para o G-77, consolidando-se como o palco onde as demandas do Sul foram apresentadas formalmente aos parlamentos das nações desenvolvidas. O encontro permitiu converter grandes declarações diplomáticas em propostas de leis nacionais concretas. Tendo ocorrido em abril de 2026, a Assembleia serviu como o principal termômetro para as negociações que chegarão à Assembleia Geral da ONU em setembro. Para profissionais das áreas de relações internacionais e saúde global, as decisões tomadas sobre cooperação tecnológica e financiamento tornaram-se fundamentais para a compreensão do futuro da governança multilateral.

A Consolidação da Rede Parlamentar do MNA (NAM PN)

A Rede NAM PN foi instituída em 2021 por iniciativa do Azerbaijão durante sua presidência no movimento, evoluindo rapidamente de uma plataforma consultiva para um braço político dinâmico do Sul Global. Este amadurecimento institucional teve um marco fundamental na edição anterior, realizada no Uzbequistão, que resultou na adoção da Declaração de Tashkent. Este documento consolidou a diplomacia parlamentar como ferramenta estratégica, reafirmando os Princípios de Bandung e estabelecendo diretrizes claras para o fortalecimento da soberania nacional, a justiça climática e o combate ao fosso digital.

O sucesso da reunião em Tashkent, realizada entre 23 e 24 de março de 2024, que mobilizou 53 delegações e definiu as prioridades para o mandato de 2026, permitiu que a **5ª Conferência da Rede Parlamentar do MNA** realizada em Istambul elevasse o tom diplomático e operacional dos participantes. O foco central foi a transposição da Declaração de Kampala, oriunda da 19.ª Cúpula de Chefes de Estado, de janeiro de 2024, para o nível legislativo,

priorizando o combate ao protecionismo econômico e o desenvolvimento de mecanismos de mediação de paz pós-conflito.

Essa trajetória mostrou uma convergência estratégica entre as pautas históricas do MNA e a agenda da União Interparlamentar (UIP), conferindo ao encontro de 2026 um peso político maior. Ao integrar as resoluções de Tashkent e Kampala nas discussões globais, o MNA reafirmou a relevância da diplomacia parlamentar na construção de uma nova arquitetura de governança global, mais equilibrada e atenta às necessidades das nações em desenvolvimento.

Fatos importantes

O Papel da Turquia como Anfitriã

Embora a Turquia não seja um membro pleno do MNA (ela possui status de País Convidado), o fato de sediar o encontro é altamente simbólico. Isso demonstra o papel da Turquia como "ponte" diplomática e seu interesse crescente em alinhar pautas com o Sul Global, especialmente em temas de segurança alimentar e reforma das instituições multilaterais.

Prioridades da Agenda de Istambul

Diferente das reuniões de caráter estritamente técnico, a conferência deste ano, destacou três pilares práticos fundamentais para a autonomia do Sul Global. O primeiro deles, a harmonização legislativa, que buscou incentivar a criação de leis nacionais que facilitem o comércio entre os países do MNA, servindo como uma estratégia para contornar as crescentes barreiras protecionistas impostas pelas nações desenvolvidas. No âmbito da soberania tecnológica, os debates avançaram sobre a "descolonização digital", com o objetivo de garantir que os países em desenvolvimento não atuem apenas como consumidores de inteligência artificial e tecnologias do Norte, mas como produtores e gestores de suas próprias soluções. Por fim, o encontro priorizou o fortalecimento institucional por meio da consolidação da Secretaria da Rede Parlamentar, medida essencial para assegurar a continuidade dos projetos e compromissos do braço legislativo, independentemente das transições na presidência rotativa do Movimento.

Transição de Liderança

Vale notar que o Azerbaijão, como idealizador da rede, ainda exerce uma influência de mentor sobre a NAM PN, mas o encontro de Istambul marcou uma maior diversificação das lideranças, com forte protagonismo de países africanos e do Sudeste Asiático na relatoria das resoluções.

Azerbaijão e Uganda: Cooperação Estratégica e Sucessão no MNA

No **dia 3 de abril de 2026**, representantes do Azerbaijão e de Uganda reuniram-se para explorar novas avenidas de cooperação, consolidando um movimento estratégico de aproximação do Azerbaijão com o continente africano. O encontro focou na diversificação econômica por meio de investimentos conjuntos em setores cruciais como economia, comércio, agricultura, energia e infraestrutura. Os ministros sublinharam a relevância do apoio mútuo em plataformas multilaterais, destacando a colaboração contínua dentro do MNA. Nesse contexto, a interação entre o Azerbaijão, na qualidade de presidência anterior, e Uganda, atual detentor do mandato, reforça a eficácia do mecanismo da Troika na garantia da continuidade e estabilidade da agenda do Movimento.

Para além da vertente econômica, o diálogo enfatizou o uso do *soft power* e do posicionamento diplomático em fóruns internacionais. O Azerbaijão tem expandido sua influência global através de iniciativas como a "Diplomacia da Água" e a exportação de serviços públicos digitais — exemplificados pelo modelo ASAN Service. Por outro lado, Uganda identifica

no Azerbaijão um parceiro estratégico capaz de oferecer expertise tecnológica e aportes financeiros sem as condicionalidades tradicionalmente impostas pelas potências ocidentais. Essa sinergia não apenas fortalece os laços bilaterais, mas projeta a liderança dessas nações na construção de uma arquitetura de governança mais equilibrada para o Sul Global.

MOVIMENTO JOVEM DOS NÃO ALINHADOS (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

A "Estratégia 2026" e o Legado do Azerbaijão

O Azerbaijão continua a exercer um papel fundamental como mentor institucional para a Organização Jovem do MNA, impulsionando a chamada **"Estratégia 2026"**.

Recentemente, a organização lançou um programa de **Diplomacia Jovem em Saúde e Tecnologia**, que utiliza a expertise técnica do ASAN Service e a tradição da diplomacia humanitária para capacitar novos quadros.

ASAN Service (do azeri *Azerbaijan Service and Assessment Network*) é o modelo de excelência do Azerbaijão para a prestação de serviços públicos integrados. Lançado em 2012, ele funciona como uma rede de centros de "balcão único" que reúne diversos órgãos governamentais e entidades privadas em um único local físico ou plataforma digital.

O objetivo central do programa de Diplomacia Jovem em Saúde e Tecnologia é formar jovens diplomatas do Sul Global aptos a negociar temas complexos, como segurança alimentar e acesso equitativo a vacinas, reduzindo a dependência histórica de modelos e soluções provenientes do Norte Global.

Essa atuação não se limita aos gabinetes e fóruns acadêmicos, manifestando-se em ações práticas de solidariedade que reforçam a identidade do bloco.



Um exemplo marcante dessa capilaridade foi a iniciativa do Capítulo Nacional do NAMYO na Guiné-Bissau, que, com o apoio da agência AIDAzerbaijan[7], promoveu um *iftar*[8] para mais de 100 participantes. O encontro reuniu representantes comunitários e parceiros locais, consolidando os valores de unidade e coesão social que sustentam o movimento. Dessa forma, o NAMYO conecta a modernização da gestão pública — simbolizada pela eficiência do ASAN — ao fortalecimento dos laços humanitários, preparando uma nova geração de líderes para os desafios da governança global.

[7] Agencia de Cooperação do Azerbaijão

[8] Iftar é a refeição celebrada ao pôr do sol, momento em que os muçulmanos quebram o jejum diário durante o mês sagrado do Ramadã.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais.

Em 2025, celebra seu 30º aniversário

Notícias

9 de abril de 2026 – O Centro Sul participou da Conferência sobre Ação Humanitária, Reparação e Responsabilidade em um Contexto de Sanções Unilaterais, organizada por Alena Douhan, do Grupo de Amigos em Defesa da Carta da ONU, na sede da ONU em Genebra.







8 de abril de 2026 – Na reunião especial do ECOSOC de 2026 sobre cooperação internacional em matéria tributária, Abdul Muheet Chowdhary, do Centro Sul foi debatedor no painel "Estabelecimento Permanente e Presença Econômica Significativa: Escolhas, Desafios e Experiências Nacionais".

Principais pontos abordados na intervenção:

– Os países em desenvolvimento devem considerar a implementação imediata de medidas nacionais, como a Presença Econômica Significativa (PES), para a tributação da economia digital.

– As experiências práticas dos membros do Centro Sul, Índia, Nigéria e Colômbia, na implementação da PES, oferecem lições e orientações valiosas para outros países em desenvolvimento.

– A presença física não é mais o único requisito para o estabelecimento de direitos tributários; a localização dos mercados e dos usuários é uma base legítima para a alocação desses direitos.

– O Centro Sul South apoiará seus membros e outros países em desenvolvimento para garantir que essas considerações sejam refletidas nas atualizações dos padrões tributários internacionais que estão sendo negociadas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional e no Comitê Tributário da ONU.

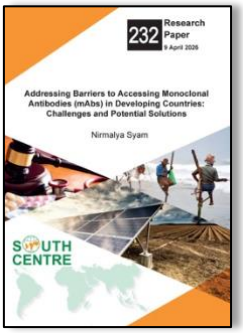


31 de março de 2026 – Fortalecimento da Governança Tributária Global: Coordenação do Sul Global em Nova York

A Missão Permanente do Brasil junto à ONU em Nova York sediou uma reunião estratégica de coordenação voltada aos Estados-membros do Centro Sul e outras nações do Sul Global. O encontro focou nas negociações para o estabelecimento de uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional, iniciativa que visa democratizar a arquitetura financeira global e garantir que os países em desenvolvimento tenham voz ativa na definição de regras fiscais transfronteiriças.

Realizada à margem da 32ª Sessão do Comitê Tributário da ONU, a reunião foi organizada em parceria entre o Centro Sul e a Comissão Independente para a Reforma da Tributação Internacional das Empresas (ICRICT). O diálogo reforçou a necessidade de uma reforma que combata a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos, promovendo uma repartição mais justa dos direitos de tributação. Ao liderar esse movimento, o Brasil e o Centro Sul reafirmam o compromisso com a cooperação Sul-Sul, buscando converter consensos diplomáticos em uma estrutura institucional permanente que apoie o financiamento do desenvolvimento sustentável.

Artigo de pesquisa



9 de abril de 2026 – Abordando Barreiras ao Acesso a Anticorpos Monoclonais (mAbs) em Países em Desenvolvimento: Desafios e Soluções Potenciais

Nirmalya Syam

Os anticorpos monoclonais (mAbs) representam uma revolução no tratamento oncológico, doenças autoimunes e doenças infecciosas, oferecendo alta especificidade e eficácia.

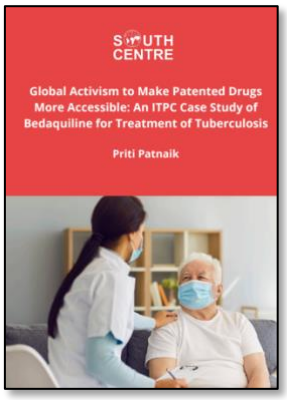
Contudo, o acesso a essas terapias em países em desenvolvimento é drasticamente limitado por uma combinação de custos elevados, concentração de mercado em regiões de alta renda, obstáculos regulatórios e barreiras de propriedade intelectual. Embora os biossimilares surjam como uma alternativa para ampliar a acessibilidade, sua disponibilidade é restringida por processos de desenvolvimento onerosos, complexos emaranhados de patentes e o domínio de multinacionais farmacêuticas, que atrasam a concorrência e a consequente redução de preços. Adicionalmente, muitas agências reguladoras no Sul Global carecem de recursos para agilizar aprovações, o que exacerba os atrasos no atendimento aos pacientes.

Para enfrentar esse cenário, o Centro Sul defende intervenções políticas coordenadas, como a harmonização regulatória, exames de patentes mais rigorosos e o fomento ao investimento público na produção local de mAbs.

A adoção das diretrizes revisadas da OMS (2022) para Produtos Bioterapêuticos Semelhantes (PBS) é vista como um passo essencial para simplificar aprovações, ao reduzir a exigência de ensaios clínicos comparativos desnecessários. Além disso, iniciativas de transferência de tecnologia e o uso de instrumentos como o licenciamento compulsório são fundamentais para acelerar a oferta em regiões carentes.

Com a implementação dessas recomendações, busca-se estabelecer uma cadeia de suprimentos sustentável e equitativa, garantindo que o progresso científico chegue, de fato, àqueles que mais precisam.

Informação



2 de abril de 2026 – Ativismo Global para Tornar Medicamentos Patenteados Mais Acessíveis: Um Estudo de Caso do ITPC sobre a Bedaquilina para o Tratamento da Tuberculose

Priti Patnaik

A tuberculose (TB) permanece como uma das crises sanitárias mais persistentes do mundo, sendo as formas resistentes a medicamentos um desafio crescente. Nesse cenário, a **Bedaquilina (BDQ)** revolucionou o tratamento ao oferecer regimes mais curtos, eficazes e com menos efeitos colaterais.

Contudo, o acesso universal a essa inovação enfrentou barreiras críticas de propriedade intelectual, documentadas em um estudo de caso do Centro Sul realizado entre 2023 e 2024. O relatório detalha os esforços coordenados de organizações da sociedade civil (OSCs) em países como Brasil, Tailândia e Ucrânia para garantir a acessibilidade do medicamento por meio das flexibilidades previstas no Acordo TRIPS.

O foco central das Organizações da Sociedade Civil foi o combate às chamadas patentes secundárias, uma estratégia conhecida como *evergreening*, utilizada pela farmacêutica Johnson & Johnson para estender seu monopólio para além da expiração da patente original.

Ao argumentar que tais extensões careciam de mérito inventivo e inflacionavam artificialmente os preços, essas organizações obtiveram vitórias estratégicas. Destacam-se a rejeição de patentes na Índia e na Tailândia, além do compromisso histórico da empresa de não aplicar patentes em 134 países de renda baixa e média.

A análise do Centro Sul ressalta que, embora as oposições de patentes pré-concessão tenham se mostrado ferramentas poderosas, o caminho ainda é marcado por dificuldades judiciais e pela necessidade de maior vontade política. Essas ações reafirmam a importância das salvaguardas de saúde pública no sistema de propriedade intelectual, assegurando que o lucro não se sobreponha ao direito à vida e ao tratamento digno dos pacientes com TB em todo o mundo.

Resumo de política



31 de março – Equilibrando o Sistema Global de Direitos Autorais no Interesse Público: Uma Análise do Instrumento Proposto pelo Grupo Africano sobre Limitações e Exceções

Faith O. Majekolagbe

O estabelecimento de um instrumento internacional focado em limitações e exceções (L&Es) aos direitos autorais é um passo essencial para equilibrar os direitos exclusivos dos detentores de propriedade intelectual com o interesse público primordial de acesso ao conhecimento. Embora marcos como o Tratado de Marraquexe tenham avançado na acessibilidade para pessoas com deficiência visual, os instrumentos atuais ainda são insuficientes para garantir L&Es abrangentes voltadas à educação, à pesquisa e ao funcionamento pleno de instituições de patrimônio cultural, como bibliotecas, arquivos e museus.

Nesse contexto, a proposta apresentada pelo Grupo Africano busca instituir padrões mínimos obrigatórios que assegurem o acesso à informação e apoiem o desenvolvimento científico sem as amarras de sistemas de direitos autorais excessivamente restritivos. O objetivo é promover uma harmonização global que alinhe as leis de propriedade intelectual às obrigações de direitos humanos e às metas de desenvolvimento sustentável. Analisando profundamente essa iniciativa, o Centro Sul lançou um resumo político-estratégico que examina as disposições substantivas da proposta, destaca seus benefícios potenciais para o Sul Global e sugere aprimoramentos técnicos para fortalecer a viabilidade do instrumento no cenário internacional.

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio

Segurança energética e fragmentação política: o que esperar para a próxima reunião de finanças do G20?

Seguridad energética y fragmentación política: ¿qué cabe esperar de la próxima reunión del G-20 sobre finanzas?

Energy security and political fragmentation: What can we expect from the next G20 finance meeting?

Resumo. O informe analisa a próxima reunião de finanças do G20 em Washington, destacando a prioridade da segurança energética frente às tensões no Irã. O texto aborda a exclusão da África do Sul, a estreia internacional do novo ministro da Fazenda do Brasil e o agravamento das cisões internas do bloco diante da crescente instabilidade geopolítica global.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Cúpula da Saúde Única; Cooperação Internacional.

Resumen. *El informe analiza la próxima reunión del G-20 sobre finanzas que se celebrará en Washington, y destaca la prioridad de la seguridad energética ante las tensiones en Irán. El texto aborda la exclusión de Sudáfrica, el debut internacional del nuevo ministro de Finanzas de Brasil y el agravamiento de las divisiones internas del bloque ante la creciente inestabilidad geopolítica mundial.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EUA; Una Sola Salud; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The report analyzes the upcoming G20 finance meeting in Washington, highlighting the priority of energy security amid tensions in Iran. The article discusses South Africa's exclusion, the international debut of Brazil's new finance minister, and the deepening internal divisions within the group in the face of growing global geopolitical instability.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; One Health Summit; International Cooperation.*

A presidência dos Estados Unidos no G20 mantém o padrão de silêncio institucional observado nos meses anteriores, concentrando agora suas expectativas no encontro de ministros de finanças e governadores de bancos centrais que ocorrerá em Washington no dia 16. Esta reunião, realizada às margens dos encontros de primavera do Fundo Monetário

Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), reforça a centralidade da pauta econômica nesta nova fase do fórum, que busca restaurar o que define como sua missão original de promover a prosperidade global por meio de resultados práticos e simplificados. Embora o cronograma oficial detalhado dos debates ainda não tenha sido divulgado, as prioridades estratégicas de Washington para o G20, focadas na desregulamentação econômica, na segurança e abundância energética e no desenvolvimento tecnológico, servem como ponto de partida para os consensos técnicos buscados pela gestão.

Este redirecionamento para uma ortodoxia financeira e energética ocorre em um ambiente de fragmentação política sem precedentes dentro do grupo, consolidada agora pela confirmação de que a África do Sul não participará do encontro na capital estadunidense. Em declarações à Bloomberg, o ministro da pasta, Enoch Godongwana, se pronunciou sobre o assunto: “Somos membros do G20; no entanto, os EUA não nos credenciaram, o que significa que a África do Sul não fará parte do G20 durante todo este ano”. Este revés diplomático entre as duas nações se estende desde o ano passado e é motivado por uma série de desavenças políticas e ideológicas que se intensificaram após as acusações infundadas de Trump de que o país estaria cometendo um genocídio contra a população branca e pelo processo movido por Pretória contra Israel na Corte Internacional de Justiça. A ausência dos líderes financeiros sul-africanos e o esvaziamento de sua representatividade no fórum sob liderança norte-americana solidificam, assim, a ruptura com o legado de inclusão do Sul Global e reforçam a percepção de uma governança que prioriza o alinhamento político em detrimento da cooperação multilateral tradicional do bloco.

Neste ambiente de tensões, o Brasil ajusta sua participação ao enviar o novo ministro da Fazenda, Dario Durigan, em sua primeira viagem oficial ao exterior após assumir o cargo, em substituição a Fernando Haddad. A agenda brasileira em Washington busca equilibrar o foco técnico da presidência atual com pautas estratégicas nacionais, como a reforma tributária global, a transição energética e o fortalecimento das instituições multilaterais. O governo brasileiro pretende utilizar o espaço para reforçar a necessidade de um sistema financeiro internacional que contemple o desenvolvimento sustentável, tentando atuar como uma ponte técnica em um fórum que se encontra cada vez mais polarizado. Para além dos fóruns multilaterais, a programação inclui encontros bilaterais com a Alemanha e a Espanha. Por enquanto, o ministro não tem reuniões confirmadas com autoridades do governo dos Estados Unidos, apesar das tratativas em curso para conciliar as agendas.

A par dessa articulação diplomática, fontes da equipe econômica brasileira indicam que a agenda do ministro encontra-se bastante restrita devido à alta demanda por diálogos com a nova chefia da Fazenda no contexto global atual. Existe uma preocupação latente, especialmente entre os países europeus, com o potencial agravamento do conflito no Golfo Pérsico e com as mudanças estruturais no cenário internacional desde o último encontro do FMI e do Banco Mundial em outubro do ano passado. Paralelamente, os Estados Unidos têm pressionado os membros do G20 por apoio político, o que torna o ambiente das reuniões de finanças ainda mais conturbado e complexo. Os debates serão conduzidos sob o pano de fundo de novos confrontos que se somam às crises persistentes na Ucrânia e em Gaza, elevando o nível de dificuldade para a obtenção de qualquer declaração conjunta. Se o G20 já enfrentava dificuldades de coordenação devido às cisões internas, a emergência de novos pontos de atrito no Irã agrava ainda mais a paralisia decisória e coloca em xeque a eficácia do fórum como o principal espaço de cooperação econômica mundial. O consenso e uma declaração conjunta, portanto, estão longe de ser esperados.

É válido pontuar que essa conjuntura de instabilidade e o impacto imediato na volatilidade dos preços do petróleo acabam por conferir uma urgência estratégica ao pilar de segurança energética estabelecido por Washington para o fórum neste ano. A prioridade de desbloquear cadeias de suprimento de energia acessíveis, abundantes e seguras é apresentada pela presidência estadunidense como o fundamento indispensável para o crescimento econômico e para a segurança nacional. Nesse sentido, o governo norte-americano busca fortalecer a independência energética e a resiliência das redes de fornecimento para assegurar que as fontes de energia atendam à crescente demanda global e garantam a estabilidade dos mercados, sem necessariamente incluir energias limpas e renováveis nesse mix. Diante da ameaça às rotas comerciais e ao fornecimento de combustíveis, especialmente com a fragilidade do acordo de cessar-fogo entre os países e as incertezas sobre a reabertura do Estreito de Ormuz, essa agenda de abundância energética ganha contornos de defesa estratégica, justificando o foco técnico da gestão em assegurar mercados estáveis. É esperado, portanto, que esse assunto tenha centralidade nas discussões dos próximos dias e cabe saber como os Estados Unidos mobilizarão essa pauta e como os demais países do bloco reagirão.

Referências

BLOOMBERG. South Africa confirms it won't attend the G20 in Washington. Bloomberg, [S. l.], 12 abr. 2026. Disponível em: https://www.bloomberg.com/news/articles/2026-04-12/south-africa-confirms-it-won-t-attend-the-g20-in-washington. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Ministro da Fazenda cumpre agenda internacional nos EUA e Europa com foco em reforma tributária global e economia verde. Brasília, DF, 10 abr. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/abril/ministro-da-fazenda-cumpre-agenda-internacional-nos-eua-e-europa-com-foco-em-reforma-tributaria-global-e-economia-verde. Acesso em: 13 abr. 2026.

BUSINESSTECH. United States delivers another blow to South Africa. BusinessTech, [S. l.], 2026. Disponível em: https://businesstech.co.za/news/government/856887/united-states-delivers-another-blow-to-south-africa/. Acesso em: 13 abr. 2026.

CORREIO BRAZILIENSE. Ministro da Fazenda se prepara para primeira viagem ao exterior. Correio Braziliense, Brasília, DF, 11 abr. 2026. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2026/04/7395132-ministro-da-fazenda-se-prepara-para-primeira-viagem-ao-exterior.html. Acesso em: 13 abr. 2026.

DEVDISCOURSE. Diplomatic dispute: South African finance leaders snub G20 meeting. Devdiscourse, [S. l.], 11 abr. 2026. Disponível em: https://www.devdiscourse.com/article/law-order/3871421-diplomatic-dispute-south-african-finance-leaders-snub-g20-meeting. Acesso em: 13 abr. 2026.

G20. G20 United States: Priorities for the 2026 Presidency. Washington, DC, 2026. Disponível em: https://g20.org/g20-united-states/. Acesso em: 13 abr. 2026.

Cúpula One Health do G7: valorização da ciência e cooperação internacional para enfrentar desafios globais em saúde.

Cumbre One Health del G7: valoración de la ciencia y la cooperación internacional para enfrentar los desafíos globales en salud.

G7 One Health Summit: recognizing science and international cooperation to address global health challenges.

Resumo. A Cúpula One Health do G7 reuniu especialistas, parceiros e líderes globais para fortalecer a integração entre saúde humana, animal e ambiental. O evento destacou a importância da ciência, do compartilhamento de dados e da cooperação internacional diante de ameaças como pandemias, resistência antimicrobiana e mudanças climáticas.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Cúpula da Saúde Única; Cooperação Internacional.

Resumen. *La Cumbre One Health del G7 reunió a expertos, socios y líderes globales para fortalecer la integración entre la salud humana, animal y ambiental. El evento destacó la importancia de la ciencia, el intercambio de datos y la cooperación internacional frente a amenazas como pandemias, resistencia antimicrobiana y cambio climático.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EUA; Una Sola Salud; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The G7 One Health Summit brought together experts, partners, and global leaders to strengthen the connection between human, animal, and environmental health. The event highlighted the importance of science, data sharing, and international cooperation in addressing threats such as new pandemics, antimicrobial resistance, and climate change.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; One Health Summit; International Cooperation.*

Ocorreu em Lyon, entre os dias 5 e 7 de abril, a Cúpula One Health do G7. Na ocasião, 700 participantes estiveram reunidos para discutir saúde global culminando em 47 recomendações feitas por 300 especialistas (FRANÇA, 2026). Sob a temática “One Health, One Science”, a presidência francesa lança luz à importância da ciência na criação de políticas públicas de enfrentamento aos desafios complexos, que entrelaçam seres humanos, animais e meio ambiente. A pandemia de Covid-19 foi a experiência humana mais recente que provou a urgência em colaborar e convergir estratégias globais e nacionais a fim de uma abordagem One Health. Desde então, a abordagem vem sendo discutida e incorporada em diversas iniciativas.

Ao abrir a cúpula da saúde, o presidente francês Emmanuel Macron cita evidências da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) de que “75% das doenças infecciosas emergentes vêm dos animais, e esse dado é justificativa suficiente para esta reunião”. Macron continuou a destacar a relevância de uma abordagem mais integrada para o mundo atual. “Em um momento em que os desafios da saúde global exigem mais coordenação do que nunca, enfrentamos uma situação internacional que está fragmentando essa coordenação”, afirmou em seu discurso de abertura. Diante de “guerras, divisões, redução de contribuições e dúvidas

expressas por alguns sobre nossa organização coletiva", o presidente francês procurou enfatizar a importância da "cooperação internacional e interdisciplinar".

A Cúpula foi estruturada em quatro pilares estratégicos, sendo eles:

1. Diante do surgimento de doenças infecciosas, a prioridade um é a prevenção primária e a vigilância local integrada, com parceria entre cientistas e população em geral. Aqui, fala-se da importância no compartilhamento de dados.
2. É uma prioridade lidar com o enfrentamento da resistência antimicrobiana de forma transversal, incluindo reconhecimento de fatores ambientais e agrícolas, em uma metarrede internacional de práticas sustentáveis;
3. É uma prioridade combater a poluição por meio da adoção da abordagem "*safe-by-design*" em acordos de produção, impondo transparência de composição e mitigação direta na fonte;
4. A transição para a sustentabilidade alimentar requer apoio à agroecologia e reconectar a nutrição com a segurança em saúde, de forma a respeitar as vulnerabilidades sociais locais.

De antemão, a Cúpula organizada sob a presidência francesa trouxe anúncios de inúmeras iniciativas em seu documento oficial final. É possível reconhecer uma agenda ambiciosa em resposta à proliferação de ameaças transmitidas por vetores, como dengue e chikungunya; o combate à resistência antimicrobiana (RAM), com medicamentos como antibióticos se tornando menos eficazes contra infecções; os sistemas alimentares sustentáveis; e a poluição ambiental, especialmente por plásticos. Observa-se a ênfase na coordenação de ações entre diferentes setores e a participação ampliada no evento. Dentre os tópicos discutidos estão o fortalecimento das capacidades de laboratório, vigilância e detecção precoce para antecipar e estar mais preparado para futuras crises. Raiva, arboviroses e influenza aviária são exemplos nesse contexto (FRANÇA, 2026).

Iniciativas anunciadas

Dentre as prioridades do evento estava a discussão de compromissos sobre compartilhamento de dados em saúde. Destacamos algumas iniciativas relevantes anunciadas no documento final gerado pelo evento. Uma delas foi a assinatura da Declaração de Intenção para a Convergência de Dados One Health. Mais de 30 parceiros, incluindo governos (como Camboja, República Democrática do Congo, Egito, Quênia, México, Singapura, Espanha, Tailândia, Tunísia e Reino Unido, entre outros), organizações internacionais e regionais (CDC África, CGIAR, FAO, OMS e WOAH) e outras entidades internacionais, incluindo a iniciativa PREZODE, comprometeram-se a facilitar o compartilhamento de informações e a análise de bases de dados entre todos os setores, em apoio às políticas públicas e ao desenvolvimento de indicadores comuns (FRANÇA, 2026).

A PREZODE é a sigla para uma iniciativa lançada pela França, em 2021, intitulada *Preventing Zoonotic Disease Emergence* com o objetivo de prevenção de futuras pandemias. Reune mais de 280 membros em 90 países e, na ocasião da Cúpula, publicou um relatório com resultados dos últimos cinco anos de atuação. Destacamos sua expansão, que agora inclui oito novos países, novos parceiros e instituições científicas, incluindo a Fiocruz, no objetivo de reforçar ações de prevenção de doenças zoonóticas e integrar sistemas nacionais.

Diversas outras iniciativas adicionais foram anunciadas para fortalecer a segurança sanitária na abordagem One Health, com ênfase na cooperação internacional, no compartilhamento de dados e na produção de conhecimento aplicado. Nesse sentido, foi anunciada a Chamada Global para Pesquisa One Health (UNESCO, FAO, WOAH e OMS), que incentiva projetos de colaboração científica interdisciplinar e o fortalecimento de capacidades para transformar evidências em políticas públicas e resposta operacional.

Além disso, foram lançadas iniciativas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias em saúde, como a Coalizão Internacional para Desenvolvimento de Terapêuticas da UNITAID, destinada facilitar o desenvolvimento e o acesso a novas terapias para famílias de vírus com alto potencial pandêmico identificadas pela OMS. Houve também a ampliação dos *Collaborative Open Research Consortia* (CORC) da OMS, que impulsiona pesquisa e desenvolvimento em patógenos com potencial pandêmico (FRANÇA, 2026).

Destacamos também iniciativas que integram o desenvolvimento da inteligência artificial a fim de solucionar os problemas em saúde. Um exemplo disso foi o anúncio, por parte de Botsuana, da implementação do *Smart Village One Health Intelligence*, um sistema nacional soberano de vigilância One Health com uso de inteligência artificial, acessível em comunidades rurais. Implantado por meio de estruturas solares conectadas por satélite nas aldeias, o sistema fortalece a vigilância de epidemias animais (especialmente da febre aftosa, uma grande preocupação econômica para a pecuária), oferece aconselhamento agronômico incorporando conhecimentos tradicionais e amplia o acesso ao mercado para pequenos produtores (FRANÇA, 2026).

Na mesma esteira, tem-se também a nova iniciativa da *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations* (CEPI) para desenvolvimento de vacinas seguras e eficazes contra vírus emergentes em até 100 dias. Esse compromisso incluirá uma futura ferramenta de inteligência artificial, VISTA, desenvolvida em colaboração com o UC Davis Health e utilizando dados da Boston University. O projeto, no valor de 1 milhão de dólares e financiado pela CEPI, irá classificar vírus com risco de *spillover* de animais para humanos, com potencial para desencadear a próxima pandemia (FRANÇA, 2026).

A França anunciou que está lançando um Observatório Global One Health sobre microbiomas, com meta para 2030 de coletar um milhão dessas comunidades de microrganismos, essenciais para funções como a saúde intestinal. Liderado pelo INRAE, com o VIB-KU Leuven e coordenado pela World Microbiome Partnership, o observatório irá facilitar o desenvolvimento de indicadores de saúde, programas de pesquisa e novas soluções baseadas em microbiomas. A longo prazo, o objetivo é compreender melhor o papel dos microbiomas na saúde global para além da saúde humana (incluindo solo, oceanos e agroecossistemas) e construir uma referência científica internacional. Armênia, Camboja, Chipre, Egito, Alemanha, Itália, Japão, México, Singapura, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, entre outros países já aderiram à iniciativa (FRANÇA, 2026).

O tema da resistência antimicrobiana (RAM) também teve grande espaço. A eficácia dos antibióticos vem sendo desafiada devido a uma resistência cada vez maior dos patógenos aos tratamentos. O acesso a diagnósticos essenciais em saúde humana, animal e ambiental é

tão importante quanto pensar seu uso adequado e o incentivo à inovação, direcionando respostas e reduzindo o uso indevido de antibióticos (FRANÇA, 2026).

A presidência francesa do G7 também lançou um pacto internacional para preservar a eficácia dos antibióticos como parte do enfrentamento da RAM. O pacto já conta com 18 Estados (Armenia, Botsuana, Camboja, Chipre, República Democrática do Congo, Egito, Guiné, Indonésia, Quênia, México, Singapura, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Tunísia e Reino Unido) e seis organizações (Africa CDC, CGIAR, OCDE, OMS, WOAH e UNICEF), alinhadas a metas comuns de marcos internacionais existentes: reduzir o uso indevido de antibióticos em todos os setores e garantir acesso justo e sustentável a tratamentos essenciais até 2030. No setor pecuário, esses parceiros atuarão em conjunto para proibir o uso de antimicrobianos como promotores de crescimento (FRANÇA, 2026). Ainda, teve o lançamento, pela França, da metarrede internacional sobre RAM, que irá coordenar os principais fundos permanentes e redes de pesquisa.

O evento também contou com o lançamento de iniciativas no âmbito público-privado, como a GO-Dx – *Global One Health Diagnostics Access Compact* (Acordo Global de Acesso a Diagnósticos One Health, na tradução da autora). É fruto de uma parceria que envolve mais de 20 organizações, incluindo a Fleming Initiative, a Fundação Novo Nordisk, a Ceva, a African Society for Laboratory Medicine e a Bavarian Nordic. A iniciativa tem como objetivo de "Acelerar o acesso previsível, acessível, equitativo e sustentável a diagnósticos de alta qualidade, que possibilitem tratamentos precisos, o uso responsável de antibióticos, a prevenção e o controle de infecções, a vigilância e o alerta precoce no âmbito da abordagem One Health; fortalecer os sistemas de saúde; e mitigar a resistência antimicrobiana (RAM)" (BIOMÉRIEUX, 2026). O acordo estabelece quatro áreas prioritárias de ação:

1. Expandir o acesso a diagnósticos de alta qualidade em diferentes regiões e níveis de atenção à saúde;

2. Fortalecer a governança e garantir o uso adequado de diagnósticos e antibióticos;

3. Aumentar o investimento em pesquisa e desenvolvimento, especialmente em contextos com poucos recursos;

4. Melhorar a forma como os diagnósticos são valorizados e integrados aos sistemas de saúde.

Quanto ao financiamento

A Cúpula fomentou um espaço para que fossem firmados grandes compromissos financeiros. Dentre as iniciativas tomadas, destacamos algumas a seguir. A Comissão Europeia afirmou reservar US$ 820 milhões ao Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, com um aporte inicial de US$ 216 milhões. Também comprometeu US$ 54,4 milhões para uma parceria conjunta em segurança da saúde entre *European Centre for Disease Control and Prevention* (ECDC), CDC África e Autoridade Europeia de Segurança Alimentar. A Comissão Europeia também firmou investimentos adicionais em resistência antimicrobiana em cerca de US$ 35 milhões e pesquisas sobre dengue em cerca de US$ 25 milhões (FRANÇA, 2026).

O Fundo Verde para o Clima (GCF), o CDC África e o Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária anunciaram um compromisso de US$ 3,96 milhões para apoiar o desenvolvimento de um programa de US$ 166 milhões para construção de sistemas de saúde resilientes ao clima em três países do continente africano: Burundi, República Democrática do Congo e Guiné-Bissau.

A Fundação Aga Khan, organização não-governamental que atua em 18 países na África, Ásia, Europa, Oriente Médio e América do Norte, está dobrando seu compromisso financeiro e concederá cerca de US$ 100 milhões ao longo dos próximos cinco anos (2026–2031) para combater a desnutrição e fortalecer os sistemas alimentares de comunidades vulneráveis na Ásia, África e Oriente Médio.

O Banco Mundial anunciou US$ 750 milhões para programas One Health nos próximos dois anos, incluindo implementação de programas de saúde regionais na África central e ocidental em parceria com a iniciativa internacional PREZODE (FRANÇA, 2026).

A Gavi sinalizou que solicitará ao conselho até US$ 200 milhões para apoiar a produção de vacinas na África (HEALTH POLICY WATCH, 2026). A Gavi já havia prometido US$ 1 bilhão para o *African Vaccine Manufacturing Accelerator* (AVMA), com o objetivo de promover a produção comercial de vacinas no continente. A organização também está destinando US$ 380 milhões para um mecanismo de resiliência para garantir que a imunização esteja no centro da resposta a crises em contextos frágeis, intitulado *Gavi Resilience Mechanism* (HEALTH POLICY WATCH, 2026).

O Fundo para Pandemias anunciou uma chamada de projetos voltada para 15 países que enfrentam desafios socioeconômicos significativos. Com um aporte de até US$ 244 milhões, esse novo orçamento pretende apoiar o fortalecimento de capacidades em prevenção, preparação e resposta a pandemias (FRANÇA, 2026).

Mais tarde, durante a cúpula, a empresa sul-africana de medicamentos genéricos Aspen anunciou que pretende obter a pré-qualificação de duas vacinas infantis, a hexavalente e a pneumocócica, e iniciar sua produção no continente até o final do ano. A empresa começará a produzir insulina humana em parceria com a Novo Nordisk até maio, com o objetivo de enfrentar o crescimento “alarmante” do diabetes tipo 2 (HEALTH POLICY WATCH, 2026).

A participação da sociedade civil na implementação da abordagem One Health recebeu bastante protagonismo devido seu papel fundamental como ponte entre compromissos internacionais e realidades locais e à sua expertise de atuação junto às comunidades. O evento também anunciou a nova iniciativa filantrópica do G7 (F7), posicionando as organizações filantrópicas como parceiras-chave na promoção de soluções integradas nas áreas de saúde, meio ambiente e desenvolvimento (FRANÇA, 2026).

O protagonismo das mudanças climáticas na abordagem One Health

O tema das mudanças climáticas voltou a ser central numa reunião protagonizada pelo G7 após o apagamento da agenda na presidência canadense em 2025. Vivemos hoje num mundo cada vez mais interconectado, com expansão populacional, urbanização, comércio, transporte, modelos insustentáveis de produção e consumo, mudança no uso da terra,

mudanças climáticas, intensificação dos sistemas alimentares e perda de biodiversidade e habitat (BRASIL, s.d.). A globalização e, especialmente das mudanças climáticas, causam impactos na transmissão e na distribuição geográfica de doenças zoonóticas, gerando disrupção nos sistemas de saúde e serviços de imunização (FRANÇA, 2026).

O presidente de Gana, John Dramani Mahama, foi convidado a copresidir o evento. Na oportunidade, fez um apelo por ações globais urgentes e coordenadas. Destacou o crescente impacto das mudanças climáticas, da degradação ambiental e da poluição nos sistemas globais de saúde, frisando que esses desafios estão interconectados e além de fronteiras. Segundo Mahama, esses eventos estão impulsionando o aumento de surtos de doenças, interrompendo sistemas alimentares e ameaçando meios de subsistência, especialmente em regiões vulneráveis (GANA, 2026).

Na sua fala, trouxe a experiência de Gana, que vem sofrendo com a mineração ilegal. Segundo o líder: “Em Gana, uma praga de doenças e pestes afeta pequenos produtores de cacau, ameaçando milhões de famílias. A mineração ilegal de ouro leva à degradação das florestas e à poluição de nossos corpos d’água, ameaçando a sobrevivência de populações valiosas de aves e insetos essenciais para nossa biodiversidade. E a base de todas essas crises é o fenômeno das mudanças climáticas” (HEALTH POLICY WATCH, 2026).

Para Mahama, a abordagem One Health não é apenas um conceito teórico, mas uma necessidade prática, especialmente no contexto africano. Segundo o presidente, há uma relação historicamente enraizada entre as populações e o meio ambiente: “Na África, tradicionalmente vivíamos em harmonia com a natureza. Somos parte integrante dela. Mais de 50% da nossa população depende de ervas e outros recursos naturais das florestas para seus medicamentos”. O presidente ainda complementa que a “sobrevivência humana, o bem-estar animal e a saúde das plantas, junto com o cuidado ambiental, formam um único sistema interconectado” (GANA, 2026).

Em reforço, o presidente de Botsuana, Duma Gideon Boko, também destacou os efeitos já visíveis das mudanças climáticas sobre os territórios e infraestruturas nacionais: “Agora começamos a vivenciar inundações até mesmo em áreas que eram desérticas. Isso é muito estranho e tem comprometido nossa infraestrutura resiliente ao clima” (GANA, 2026). Com esse relato, Boko evidencia a intensificação de fenômenos extremos e a crescente imprevisibilidade climática: Esses relatos reforçam a importância da Cúpula em ampliar as diferentes vozes do Sul Global e consolidar a abordagem One Health como eixo estruturante das políticas globais, em um cenário em que crises ambientais, sanitárias e socioeconômicas se retroalimentam.

Inclusão das questões de gênero

Podemos observar a retomada do olhar para questões de gênero nas discussões promovidas pelo G7, especialmente na área da saúde. A Women7, grupo de engajamento do G7 composto por mais de 250 organizações da sociedade civil de 60 países que defendem os direitos de mulheres e meninas, publicou uma carta aberta pedindo que a igualdade de gênero seja colocada em posição central na agenda One Health, a fim de fortalecer a eficácia e a equidade das políticas de saúde. Segundo o grupo crises também são moldadas pelas condições

sociais, econômicas e ambientais desiguais em que as pessoas vivem. Sendo assim, é de suma importância que haja inclusão de questões de gênero e de abordagens feministas na governança, na pesquisa e nos programas One Health, com o objetivo de reduzir desigualdades geradas pelos determinantes sociais.

No documento principal gerado ao fim do evento, a França declarou apoio ao movimento, em consonância com sua política externa feminista e suas estratégias globais de saúde. Segundo o texto, mais de 300 entidades signatárias, juntamente com a França, decidiram promover esse compromisso (FRANÇA, 2026).

Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo

A Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, na qual a Fiocruz é Secretaria-Executiva, esteve presente no evento. Foi representada por Marco Nascimento, que pediu ações urgentes e coordenadas para ampliar o acesso a tecnologias de saúde relacionadas à dengue. Segundo o representante, é necessário passar "da discussão para a ação" diante de surtos de dengue cada vez mais frequentes e complexos. Na oportunidade, a Coalizão aproveitou para reforçar o lançamento, há duas semanas, da Primeira Chamada de Propostas, focada na dengue como um desafio prioritário de saúde global. A Coalizão participou de três discussões sobre One Health, doenças zoonóticas e cooperação global em saúde, incluindo:

- Participação no evento "Avançando a resposta à dengue por meio da One Health", coorganizado com a Rede Pasteur e a iniciativa Drugs for Neglected Diseases;
- Participação em sessões temáticas sobre reservatórios zoonóticos e vetores;
- Sessão de alto nível sobre a Coalizão no Grupo de Trabalho de Saúde do G7 (GLOBAL COALITION, 2026).

A iniciativa é um resultado da presidência brasileira do G20 e foi firmada na assinatura da Carta de Genebra, em 20 de maio de 2025, durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde. O objetivo é colocar em pauta questões emergentes e desafios interconectados: a concentração da capacidade de ciência, P&D e de produção nas áreas de ciências da vida, tecnologia e saúde, em um pequeno número de países; cadeias de suprimentos frágeis; assimetrias regulatórias; e integração limitada entre inovação, produção e acesso, particularmente em países de baixa e média renda (FIOCRUZ, 2026).

Contradições e tensões

Algumas tensões puderam ser identificadas no decorrer do evento. Dentre os pilares prioritários do evento está a transição para a sustentabilidade alimentar através do apoio à agroecologia. Um dos simpósios no âmbito do evento recomendou "repensar a agricultura e a alimentação por meio da agroecologia", termo que a ministra da Agricultura da França, Annie Genevard, evitou endossar (LE MONDE, 2026). Diversos participantes destacaram a urgência de reduzir subsídios prejudiciais ao meio ambiente e apontaram que algumas soluções exigem uma agricultura menos intensiva. A União Internacional para a Conservação da Natureza citou, por exemplo, o Delta do Mekong, devastado por três colheitas anuais de arroz, onde o retorno a

práticas agrícolas mais sustentáveis melhorou a renda e a resiliência da região (LE MONDE, 2026).

Quanto ao tema dos alimentos ultraprocessados, cujos impactos à saúde vêm sendo amplamente discutidos, parece haver um maior avanço no discurso do que propriamente em políticas públicas concretas. No documento, a França declara reconhecer as preocupações com os ultraprocessados e a necessidade de estabelecer uma definição padronizada, apoiar pesquisas e trabalhos internacionais em andamento para a implementação de políticas no tema (FRANÇA, 2026). No entanto, em matéria de compromissos concretos para além de mais estudos, poucos foram os avanços.

Por fim, apesar dos investimentos de outros parceiros no Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, a França tem demonstrado redução na contribuição ao fundo, chegando a um corte de quase 60% (RFI, 2026). Diversas organizações de referência na luta contra o HIV também destacaram essa contradição entre compromissos anunciados e financiamento efetivo. Ativistas das organizações Aides, Coalition Plus, ONE, Action Santé Mondiale e Sidaction protestaram em frente à prefeitura de Lyon, denunciando "a hipocrisia de um Estado que organiza uma cúpula global de saúde enquanto desmonta seus próprios compromissos financeiros" (LE MONDE, 2026).

Conclusão

One Health possui uma agenda fortemente baseada em dados, vigilância e inovação. Para isso se concretizar, é necessário uma alta carga de investimentos. Muitos ministros da saúde apresentaram esforços de seus países na vivência dos princípios do One Health. O ministro da saúde do Senegal, Ibrahima Sy, recordou como a epidemia de febre do Vale do Rift, que atingiu seu país no final de 2025, foi contida graças ao fortalecimento da vigilância e à cooperação transfronteiriça. Inciativas como essa, no entanto, permanecem altamente dependentes de financiamento internacional, atualmente sob ameaça (LE MONDE, 2026). Podemos notar que no que tange aos investimentos anunciados, ainda se observa o padrão de direção do recurso com origem no Norte Global e destino ao Sul Global. No entanto, observa-se também uma resiliência dos países em desenvolvimento em se mobilizarem em redes no combate às assimetrias globais.

Apesar disso, foi um evento em que se pode observar a forte articulação entre níveis locais, nacionais e globais, o que por si só segue a premissa da abordagem em dar ênfase na transdisciplinaridade e a multissetorialidade. A participação de setores públicos e privados que possuem relação com a saúde humana, animal, vegetal e/ou ambiental gerou inúmeros compromissos que podem contribuir para a saúde global, mas não substitui o papel dos Estados e Organizações Internacionais. Priya Basu, do Fundo para Pandemias, lembrou que "há 50% de chance de enfrentarmos outra pandemia semelhante à Covid-19 nos próximos 25 anos". Dessa forma, será necessário que os países depositem esforços no cumprimento, não só dos compromissos feitos na Cúpula, mas da agenda 2030 e outras metas já estabelecidas.

No contexto atual em que vivemos, de crescentes ataques à ciência, especialmente propagados pelos Estados Unidos, e de gestões anteriores do G7 em que se pisou em ovos para chegar a consensos com Donald Trump, a Cúpula One Health marcou o posicionamento da

França como defensora da ciência e pesquisa. Conforme o próprio Macron disse na abertura: “Reafirmamos que todo progresso se baseia em uma ciência livre, aberta e independente. Isso exige uma governança global totalmente transparente e uma coordenação igualmente transparente”.

A Cúpula One Health, que corresponde à nona edição das Cúpulas One Planet, contribuiu para a Presidência do G7 da França em 2026 e irá se conectar com a Cúpula África-França, que se dará em Nairóbi, Quênia, entre os dias 11 e 12 de maio de 2026. Demais eventos paralelos ligados à Cúpula continuam na França até maio, como o Festival One Health, que consiste em uma curadoria de 170 eventos organizados. O objetivo do festival é promover iniciativas One Health conduzidas por atores engajados na França e ao redor do mundo.

Referências

BIOMÉRIEUX. Global Agreement Announced at G7 One Health Summit to Accelerate Access to Diagnostics and Responses to Rising Health Threats. 2026. Disponível em: https://www.biomerieux.com/corp/en/journalists/press-releases/Global-Agreement-One-Health-Summit-Access-Diagnostics.html. Acesso em: 12 abr. 2026.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – Fiocruz. Coalizão global busca projetos sobre dengue para ampliar acesso de populações. 2026. Disponível em: https://fiocruz.br/noticia/2026/03/coalizao-global-busca-projetos-sobre-dengue-para-ampliar-acesso-de-populacoes. Acesso em: 13 abr. 2026.

FRANÇA. Presidência da República. The Lyon commitments for health for all life and the planet. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/admin/upload/default/0001/19/02bd4411055aff49c127aa2589f1a266230edeaf.pdf. Acesso em: 12 abr. 2026.

GHANA. Ministry of Foreign Affairs. President John Dramani Mahama calls for global action at One Health Summit in Lyon. 2026. Disponível em: https://mfa.gov.gh/index.php/president-john-dramani-mahama-calls-for-global-action-at-one-health-summit-in-lyon/. Acesso em: 12 abr. 2026.

GLOBAL COALITION FOR LOCAL AND REGIONAL PRODUCTION, INNOVATION AND EQUITABLE ACCESS. Global coalition drives action on dengue at One Health Summit under France’s G7 agenda. 7 abr. 2026. Disponível em: https://globalcoalitionforlocalproduction.org/global-coalition-drives-action-on-dengue-at-one-health-summit-under-frances-g7-agenda/. Acesso em: 13 abr. 2026.

HEALTH POLICY WATCH. Flurry of pledges at G7 One Health Summit. 2026. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/flurry-of-pledges-at-g7-one-health-summit/. Acesso em: 12 abr. 2026.

GÉRARD, Mathilde; ROUCAUTE, Delphine. One Health summit yields pledges on human, animal and environmental health, but lacks clear direction. Le Monde, 8 abr. 2026. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/environment/article/2026/04/08/one-health-summit-yields-pledges-on-human-animal-and-environmental-health-but-lacks-clear-direction_6752235_114.html. Acesso em: 13 abr. 2026.

RFI. France cuts funding for Global Fund to fight AIDS, TB and malaria by more than half. Radio France Internationale, 13 fev. 2026. Disponível em: https://www.rfi.fr/en/france/20260213-france-cuts-funding-for-global-fund-to-fight-aids-tb-and-malaria-by-more-than-half. Acesso em: 13 abr. 2026.

Saúde, custos e tendências: a quinzena da OCDE

Salud, costes y tendencias: el boletín quincenal de la OCDE

Health, Costs, and Trends: The OECD Biweekly

Resumo. Os destaques da OCDE se dividem entre oito variadas publicações que retomam suas atenções mais explicitamente aos temas relacionados à Saúde.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Cúpula da Saúde Única; Cooperação Internacional.

Resumen. *Entre los aspectos más destacados de la OCDE se reparten entre ocho publicaciones diversas que centran su atención de forma más explícita en temas relacionados con la salud.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EUA; Una Sola Salud; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The OECD's highlights are split between eight diverse publications that focus more explicitly on health-related topics.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; One Health Summit; International Cooperation.*

Durante o final do mês de março e início do mês de abril de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu, dentre seus múltiplos e constantes acréscimos em seu rico e acessível acervo literário eletrônico, a publicação de oito textos que retomam suas atenções mais explicitamente aos temas relacionados à Saúde. Dessarte, os mesmos são brevemente salientados e apresentados a seguir.

Intitulado *"Future long-term care expenditure trajectories across OECD countries"*, o primeiro documento a ser aqui ressaltado se preocupa em analisar os gastos públicos com cuidados de longa duração nos países da OCDE, desenvolvendo projeções dos mesmos até o ano de 2050, distinguindo entre o componente relacionado à saúde (assistência nas atividades da vida diária) e o componente de assistência social (assistência nas atividades instrumentais da vida diária). Utilizando dados de séries temporais do Sistema de Contas de Saúde da OCDE (2003–2022) e medidas de dependência derivadas do instrumento Estatísticas da União Europeia sobre Rendimentos e Condições de Vida (EU-SILC) e de pesquisas nacionais, análises de regressão identificam os principais fatores determinantes dos gastos com cuidados de longa duração.

Essas relações estimadas são então aplicadas em um modelo de projeção para os países da OCDE. A análise também inclui três cenários alternativos: um cenário de pressão de custos, um cenário de envelhecimento saudável e um cenário de aumento da produtividade. De acordo com as projeções de referência, espera-se que os gastos públicos com cuidados de longa duração quase dobrem entre 2023 e 2050, atingindo 2,8% do produto interno bruto (PIB) nos países da OCDE – o que reflete aumentos de 0,5 ponto percentual para o componente de saúde (até 1,7% do PIB) e de 0,7 ponto percentual para o componente social (até 1,1% do PIB). Esse aumento é impulsionado pelo número crescente de idosos com necessidades de cuidados – a organização estima que até 2050, a proporção de pessoas com 65 anos ou mais deverá atingir

26,4% da população total nos países integrantes da OCDE, com o envelhecimento demográfico impactando tanto na demanda por cuidados de longa duração, quanto nos recursos públicos necessários para financiá-los.

Além disso, tais pressões ascendentes ocorrerão juntamente com os aumentos projetados em outras despesas relacionadas ao envelhecimento populacional: espera-se que os gastos com pensões públicas e aposentadorias aumentem de 8,8% para 10% do PIB até 2050 e os gastos públicos com saúde de 5,5% para 8,8% do PIB no mesmo período.

Dado que o envelhecimento demográfico é previsível e duradouro, os países têm, segundo a OCDE, a oportunidade e a responsabilidade de planejar e implementar estratégias governamentais abrangentes e de longo prazo a fim de garantir a sustentabilidade dos sistemas de cuidados de longa duração. As principais prioridades incluem antecipar o aumento da demanda, fortalecer e expandir a capacidade da força de trabalho, melhorar a produtividade na prestação de cuidados de longa duração e integrar e alinhar as reformas de cuidados de longa duração com estratégias mais amplas para lidar com os custos mais elevados de aposentadorias e assistência médica. Assim, a análise de cenários – abrangendo pressões de custo, envelhecimento saudável e ganhos de produtividade – destaca a relevância das escolhas políticas na definição das trajetórias de gastos.

Outro interessante destaque durante o período foi o estudo *"Addressing the Costs and Care for Long COVID: The Long Shadow of the Pandemic"*, que se propõe a estimar o impacto econômico da Covid longa nos países participantes da OCDE, tanto a partir dos custos diretos com saúde quanto, de forma mais significativa, dos custos indiretos associados à redução da produtividade e à saída da força de trabalho. É interessante pontuar que a Covid longa é uma síndrome pós-infecciosa aguda caracterizada pela persistência de sintomas após a doença da Covid-19, uma condição nova e complexa que tem um impacto debilitante e, muitas vezes, incapacitante sobre os pacientes e continua sendo não só um desafio ao qual os profissionais de saúde e os sistemas de saúde precisam enfrentar, como também apresenta custos e consequências negativas em setores variados da economia. A exemplo, a organização internacional projeta que tal fardo pode custar até 135 bilhões de dólares estadunidenses por ano na próxima década, o que é comparável ao orçamento anual total de saúde de países como a Holanda e a Espanha.

Assim, o documento resume ainda iniciativas e prioridades nacionais para definir, reconhecer e gerenciar a Covid longa, além de recomendar políticas necessárias para prover cuidados integrados para a Covid longa e contribuir para a construção de sistemas de saúde resilientes e centrados nas pessoas e preparados para quaisquer ameaças futuras à saúde em uma abordagem coordenada e coerente.

A terceira produção promovida na quinzena foi o artigo *"Latest health spending trends and outlook: Balancing resilience and sustainability in challenging times"*, que resume as últimas tendências de gastos com saúde nos países da OCDE, enfatizando que o crescimento dos gastos com saúde em 2024 ainda deve permanecer ligeiramente acima do crescimento pré-pandêmico, refletindo os padrões voláteis de crescimento econômico entre os países nos últimos anos. A pesquisa também compara a trajetória mais recente dos gastos com saúde com os gastos governamentais em outras áreas, como educação, proteção social ou defesa. Com base em

informações orçamentárias de um número limitado de países, o artigo ainda discute os prováveis desenvolvimentos a curto prazo nos gastos com saúde e expõe exemplos de medidas implementadas por países para tornar seus custos com saúde mais sustentáveis financeiramente.

Em paralelo, o documento *"OECD Reviews of Health Systems: Bulgaria 2026"* apresenta uma avaliação da OCDE sobre o sistema de saúde búlgaro, analisando os dados nacionais, suas conquistas e também suas fragilidades e desafios. O documento também fornece apontamentos e recomendações de políticas importantes para o desenvolvimento de um sistema de saúde mais equitativo, eficiente e sustentável, identificando as principais áreas para maior alinhamento com os padrões e as melhores práticas da OCDE no campo da saúde.

Já o relatório *"Scaling Artificial Intelligence in Health"* se debruça sobre a temática da inteligência artificial e sua utilização no setor da saúde. A organização internacional advoga em prol do uso em escala responsável, argumentando o potencial significativo para os sistemas de saúde. No entanto, também compreende as limitações consideráveis à sua adoção, tais como bases de dados fragmentadas, incertezas regulatórias e lacunas na governança e na capacidade da força de trabalho, e, portanto, para que o potencial da IA beneficie a saúde de todos, é necessário equilibrar as forças de mercado e a cultura da saúde.

Observando a implementação de iniciativas dos países membros da OCDE que tentam contornar e enfrentar tais brechas, como o estabelecimento de estratégias e planos de ação na interseção entre IA e saúde, a própria organização elaborou uma lista de verificação de políticas coerente, com o objetivo de orientar a tomada de decisões e a definição de prioridades, bem como evitar pontos cegos.

Desse modo, a lista de verificação é organizada em quatro pilares base: (i) estabelecer facilitadores (para bases de dados, garantir e ampliar a IA e capacitação); (ii) implementar medidas de proteção (para supervisionar e monitorar o progresso em direção a objetivos comuns); (iii) envolver-se de forma significativa com o público, os prestadores de serviço e a indústria; e (iv) implantar IA confiável. Ao longo dos quatro pilares, nove categorias principais de políticas e 43 questões emergiram como críticas para ampliar de forma responsável os benefícios da IA na saúde.

Por fim, os últimos três destaques dessa leva de documentos que abordam mais diretamente o tema de saúde são todas publicações derivadas de uma iniciativa de estudos do projeto SWACHE (*Surveys on Willingness to Pay to Avoid Negative Chemicals-Related Health Effects*, em inglês). Considerando como variadas substâncias com potencial perigoso estão sujeitas a regulamentação, ou podem ser consideradas para regulamentação, com o objetivo de reduzir a exposição e prevenir riscos à saúde humana, o contraste com a escassez de literatura e de estimativas de valorização para a redução de uma série de riscos à saúde que possam ser utilizadas em análises de custo-benefício, particularmente estimativas de disposição a pagar, influenciou o projeto a preencher essa lacuna e buscar estabelecer valores internacionalmente comparáveis para a disposição a pagar a fim de evitar efeitos negativos à saúde decorrentes da exposição a produtos químicos.

Dessa forma, cada uma das pesquisas aborda uma questão de saúde específica e estabelece valores internacionalmente comparáveis sobre a disposição a pagar para evitar efeitos negativos à saúde devido à exposição a produtos químicos, além de fornecer essas estimativas de valorização para uso em análises de benefícios aplicados, com o intuito de orientar a regulamentação de produtos químicos.

A primeira delas é presente no artigo *"Valuing a reduction in the risk of hypertension: A large-scale multi-country stated preference approach"*, que trata da questão da hipertensão e fornece dados para atender às necessidades de análises de benefícios aplicadas para a regulamentação de produtos químicos, divulgando resultados de um novo estudo de preferência declarada que mede a disposição a pagar dos indivíduos para reduzir seu risco de hipertensão em 10 países (Áustria, Bélgica, Canadá, Finlândia, Grécia, Japão, Portugal, Eslovênia, Reino Unido e Estados Unidos).

No artigo *"Valuing a reduction in the risk of miscarriage: A large-scale multi-country stated preference approach"*, a ênfase do estudo é nas preferências declaradas de indiívudos e sua disposição a pagar para reduzir o risco de aborto espontâneo em 9 países (Bélgica, Canadá, Dinamarca, Itália, Coreia do Sul, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos). Ao passo que no artigo *"Valuing a reduction in the risk of an underactive thyroid: A large-scale multi-country stated preference approach"*, seus autores se preocupam com a disposição a pagar dos indivíduos para reduzir o risco de hipotireoidismo em 12 países (Áustria, Canadá, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Grécia, Japão, Holanda, Polônia, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos).

Referências

Blavet T, Lorenzoni L, Rapp T. Future long-term care expenditure trajectories across OECD countries. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026];194. Disponível em: https://doi.org/10.1787/800aba3e-en.

OECD. Addressing the Costs and Care for Long COVID: The Long Shadow of the Pandemic. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1787/87a0c171-en.

Morgan D, Mueller M. Latest health spending trends and outlook: Balancing resilience and sustainability in challenging times. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026];193. Disponível em: https://doi.org/10.1787/9fc8d4b1-en.

OECD. OECD Reviews of Health Systems: Bulgaria 2026. OECD Reviews of Health Systems [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1787/aeb810ee-en.

OECD. Scaling Artificial Intelligence in Health. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026]. Disponível em: https://doi.org/10.1787/a436e12d-en.

Hunt A, Holland M, King P, Dussaux D, Bystrom O. Valuing a reduction in the risk of hypertension: A large-scale multi-country stated preference approach. OECD Environment Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026];270. Disponível em: https://doi.org/10.1787/9da8057a-en.

Dockins C, Dussaux D, Fung CM, Georgiou S, Griffith C, Simon N, Hu I. Valuing a reduction in the risk of miscarriage: A large-scale multi-country stated preference approach. OECD Environment Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026];271. Disponível em: https://doi.org/10.1787/23bb6643-en.

Ahtiainen H, Dubourg R, Dussaux D, Hu I, Nurmi V, Jimenez EL, Rheinberger C. Valuing a reduction in the risk of an underactive thyroid: A large-scale multi-country stated preference approach. OECD Environment Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [citado em 10 abr 2026];272. Disponível em: https://doi.org/10.1787/4af8f3aa-en.

O BRICS diante da Guerra no Irã: soberania sanitária e os limites da alternativa à ordem global

Los BRICS frente a la guerra de Irán: soberanía sanitaria y los límites de una alternativa al orden mundial

BRICS in the face of the Iran War: health sovereignty and the limits of an alternative to the global order

Hiago Albuquerque e Claudia Hoirisch

Resumo: Este artigo analisa os desdobramentos do conflito de 2026 entre o eixo EUA-Israel e o Irã, questionando o papel e a efetividade do BRICS como alternativa à ordem mundial vigente. A partir do anúncio do cessar-fogo e da mediação estratégica chinesa, o texto explora como a resiliência iraniana expôs a fragilidade do vetor militar estadunidense como ferramenta de coerção absoluta. Contudo, o foco central recai sobre o "silêncio do BRICS": por que um bloco que reivindica a reforma da arquitetura internacional permaneceu paralisado diante da agressão a um de seus Estados-membros? A análise aponta que o princípio do consenso, somado às rivalidades internas importadas pela expansão recente e ao nacionalismo pragmático da Índia, transformou-se em um mecanismo de imobilismo diplomático. O texto também detalha os impactos sistêmicos da guerra no setor da saúde, destacando como o bloqueio de Hormuz e ataques a indústrias farmacêuticas exacerbam as vulnerabilidades da soberania sanitária do Sul Global, incluindo o Brasil. Conclui-se que o BRICS enfrenta uma encruzilhada de relevância: para consolidar uma ordem multipolar, o grupo precisa superar sua fragmentação interna e transitar de um fórum técnico para um ator geopolítico coeso, capaz de garantir autonomia tecnológica e segurança para as nações em desenvolvimento.

Palavras-Chave: BRICS. Soberania sanitária. Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo. Centro de P&D de Vacinas do BRICS. Sul global. Multipolaridade.

Resumen: *Este artículo analiza los desdoblamientos del conflicto de 2026 entre el eje EE. UU.-Israel e Irán, cuestionando el papel y la efectividad de los BRICS como alternativa al orden mundial vigente. A partir del anuncio del cese al fuego y la mediación estratégica china, el texto explora cómo la resiliencia iraní expuso la fragilidad del vector militar estadounidense como herramienta de coerción absoluta. No obstante, el enfoque central recae en el "silencio de los BRICS": ¿por qué un bloque que reivindica la reforma de la arquitectura internacional permaneció paralizado ante la agresión a uno de sus Estados miembros? El análisis señala que el principio del consenso, sumado a las rivalidades internas importadas por la expansión reciente y al nacionalismo pragmático de la India, se ha transformado en un mecanismo de inmovilismo diplomático. El texto también detalla los impactos sistémicos de la guerra en el sector salud, destacando cómo el bloqueo de Hormuz y los ataques a industrias farmacéuticas exacerban las vulnerabilidades de la soberanía sanitaria del Sur Global, incluido Brasil. Se concluye que los BRICS enfrentan una encrucijada de relevancia: para consolidar un orden multipolar, el grupo necesita superar su fragmentación interna y transitar de un foro técnico a un actor geopolítico cohesivo, capaz de garantizar autonomía tecnológica y seguridad para las naciones en desarrollo.*

Palabras clave: *BRICS. Soberanía sanitaria. Coalición Global para la Producción Local y Regional, Innovación y Acceso Equitativo. Centro de Investigación y Desarrollo de Vacunas de los BRICS. Cooperación Internacional. Sur global. Multipolaridad.*

Abstract*: This article analyzes the developments of the 2026 conflict between the US-Israel axis and Iran, questioning the role and effectiveness of BRICS as an alternative to the current world order. Following the ceasefire announcement and China's strategic mediation, the text explores how Iranian resilience exposed the fragility of the American military vector as a tool of absolute coercion. However, the central focus lies on the "silence of BRICS": why did a bloc that calls for the reform of international architecture remain paralyzed in the face of aggression against one of its member states? The analysis suggests that the principle of consensus, combined with internal rivalries imported through recent expansion and India's pragmatic nationalism, has turned into a mechanism for diplomatic stagnation. The text also details the systemic impacts of the war on the health sector, highlighting how the blockade of the Strait of Hormuz and attacks on pharmaceutical industries exacerbate the vulnerabilities of health sovereignty in the Global South, including Brazil. It concludes that BRICS faces a crossroads of relevance: to consolidate a multipolar order, the group must overcome its internal fragmentation and transition from a technical forum to a cohesive geopolitical actor, capable of ensuring technological autonomy and security for developing nations.*

Keywords: *BRICS. Health sovereignty. The Global Coalition for Local and Regional Production, Innovation and Equitable Access. BRICS Vaccine R&D Center. International cooperation. Global south. Multipolarity.*

Panorama da Guerra no Irã: atores e agendas envolvidos

O anúncio do cessar-fogo em 7 de abril de 2026 encerrou pouco mais de um mês de hostilidades entre o eixo liderado por Estados Unidos e Israel contra o Irã, mas a calmaria atual ainda não dissipa as incertezas sobre uma paz duradoura. A proposta de Teerã, chancelada pelo presidente Donald Trump, evidencia a manobra estratégica iraniana de reescrever os termos do acordo após demonstrar controle efetivo sobre o Estreito de Hormuz. Essa aceitação marca um contraste com a postura inicial de Washington, que apresentava cinco pontos adicionais exigindo, na prática, a capitulação iraniana. O desfecho foi influenciado por uma pressão diplomática intensa, destacando-se a mediação do Paquistão – que atuou diretamente como *proxy* da China[1] duas horas antes do prazo fatal estipulado pela Casa Branca, sob ameaça de uma escalada genocida.

Contudo, a viabilidade desse pacto é ameaçada por imbróglios persistentes, como a continuidade da ofensiva israelense em Beirute sob a justificativa de que o Líbano não integra o acordo original. Somam-se a isso as narrativas contraditórias entre Washington e Teerã sobre o direito de enriquecimento de urânio durante a trégua, o que levanta dúvidas se o conflito realmente findou ou se as partes apenas recalibram forças para novas rodadas de combate.

A resiliência demonstrada pelo governo iraniano surpreendeu analistas e o próprio polo EUA-Israel, que operava com a expectativa de uma vitória política e militar fulminante em apenas quatro dias.

[1] O papel central da China na mesa de negociações foi admitido pelo próprio presidente Trump.

Embora tenha se autoproclamado vencedor, Donald Trump sai do episódio com sua imagem desgastada, uma vez que a consecução dos objetivos políticos estadunidenses não foi plenamente alcançada. A resistência iraniana expôs vulnerabilidades críticas no sistema de defesa dos Estados Unidos, anteriormente promovido como uma garantia absoluta de segurança para os aliados do Golfo. Se por um lado o Irã não conseguiu neutralizar totalmente as incursões aéreas em seu território, por outro demonstrou um poder de fogo capaz de impor danos simétricos e de alterar a dinâmica regional ao, primeiramente fechar o Estreito de Hormuz e, posteriormente controlar, mantendo a passagem aberta apenas para nações aliadas. Ao focar na sobrevivência institucional, Teerã foi efetiva; apesar da destruição de infraestruturas críticas e militares e, o transbordamento do teatro de operações alcançado impactos em infraestruturas civis, o país emerge moralmente fortalecido por resistir e ditar condições à maior potência do globo.

Em última análise, o conflito reafirmou que esta guerra é um evento indissociável da política e da economia, testando ao limite a estabilidade das instituições da ordem mundial e impactando severamente as cadeias produtivas do setor petroquímico. O desdobramento mais significativo, entretanto, reside no declínio do vetor militar como ferramenta de coerção absoluta dos EUA. A incapacidade de salvaguardar aliados e garantir a livre navegação marítima – uma prerrogativa dos EUA mantida desde a Segunda Guerra Mundial – ensejou na declaração conjunta de ceticismo e preocupação assinada por líderes europeus (França, Itália, Reino Unido, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Espanha, Conselho Europeu, Comissão Europeia) e Canadá.

Um ator silencioso deste conflito, a China, também sai fortalecido. Para além do reconhecimento expressado pelo próprio Donald Trump de que a China foi peça importante na mesa de negociações, a China possui interesses estratégicos diretos com o Irã.

Para Elias Jabbour, a estratégia adotada pela China de “jogar parado” é suficiente. Como cunhado por Napoleão, a máxima “nunca interrompa o seu inimigo quando ele estiver cometendo um erro” requer ao menos dois pré-requisitos que a China atende: ser uma potência militar consolidada e gozar de autonomia tecnológica absoluta. Tais condições permitem a China observar o esgotamento de recursos financeiros e tático-operacionais pelos EUA. Os estrategistas chineses interpretam o declínio econômico e a perda de foco estratégico do Ocidente como evidências de uma derrota já consumada. Ao adotar a imobilidade como ferramenta de poder, a China transforma as crises externas em janelas de oportunidade para consolidar sua liderança global e acelerar o desenvolvimento de tecnologias sensíveis.

Especificamente, a relevância estratégica do Irã para a China vai muito além de contratos de petróleo; trata-se de um pilar central na estratégia de Pequim para redesenhar o equilíbrio de poder global. A importância estratégica do Irã para o projeto da Nova Rota da Seda vai muito além de uma simples parceria comercial. Sob a perspectiva chinesa, o país persa representa um elemento vital que sustenta sua autonomia geopolítica frente ao Ocidente. Ao oferecer uma rota terrestre e marítima que foge ao controle das frotas dos EUA, o Irã garante o fluxo de mercadorias e recursos chineses. Esta seria a expressão do velho sonho de uma integração euroasiática, uma rota de mais de 10 mil km que atravessa o Cazaquistão e o

Turcomenistão[2]. Projetos de infraestrutura deste tipo vêm sendo realizados na América Latina também.

O Impacto da Guerra ao Setor da Saúde

O conflito no Oriente Médio e as sanções impostas ao Irã geram impactos profundos e multifacetados no setor da saúde, afetando desde o atendimento local até a cadeia global de suprimentos médicos, incluindo o Brasil. Os principais impactos são referentes aos ataques diretos à infraestrutura de saúde e farmacêutica no Irã. Estados Unidos e Israel bombardearam a farmacêutica iraniana Tofigh Daru, uma das maiores do país, responsável por produzir insumos essenciais para medicamentos contra o câncer, doenças cardiovasculares, além de anestésicos e imunomoduladores e o Instituto Pasteur do Irã, membro ativo do Centro de P&D de Vacinas do BRICS. A infraestrutura hospitalar sofre ainda com quedas de energia, escassez de médicos (que fogem das áreas de conflito) e cortes de internet que paralisam a telemedicina.

Há ainda risco de morte para pacientes crônicos devido à escassez de medicamentos ao passo que cirurgias estão sendo adiadas e pacientes com doenças crônicas (como câncer, esclerose múltipla, diabetes etc.), correm riscos devido à interrupção de seus tratamentos.

Ademais, representa ainda uma ameaça à cadeia global de suprimentos e impacto direto no Brasil. Ao afetar as rotas logísticas, a produção de insumos farmacêuticos ativos (IFAs) na Índia fica igualmente em xeque. Além de precisar utilizar rotas alternativas, a alta dependência do mercado externo com importações em torno de 85% a 95% dos IFAs que utiliza, majoritariamente da Ásia, revela as vulnerabilidades da soberania sanitária brasileira.

Recentemente, as iniciativas de *reset* nos programas, projetos e estratégias no âmbito do Sistema das Nações Unidas apontam para a transferência do protagonismo para instâncias locais dos países assolados por conflitos, crises, turbulências econômico sociais, desastres e pelo subdesenvolvimento. Todavia, uma verdadeira localização significaria a construção da capacidade de respostas a emergências do próprio Sul Global, vinculado à autonomia produtiva e tecnológica para superar as suas próprias crises.

Iniciativas para garantir insumos farmacêuticos em tempos de guerra e pandemias

O fechamento do Estreito de Hormuz, devido a guerra dos EUA-Israel contra o Irã, está prejudicando significativamente o recebimento de insumos farmacêuticos da Índia e da China pelo Brasil. 40% do petróleo mundial passa por Hormuz. Além de ser o motor do transporte internacional, essa rota conecta o Golfo Pérsico à Índia e à China, dois dos principais fornecedores de insumos farmacêuticos para o Brasil.

Com o recente aumento das tensões, essa rota tem sofrido interrupções, afetando a cadeia de suprimentos farmacêuticos e aumentando os custos de transporte (seguro e pedágio

[2] A integração euroasiática está sendo fortemente impulsionada por novas rotas ferroviárias e multimodais que atravessam o Cazaquistão e o Turcomenistão, conectando a China ao Irã, ao Mar Cáspio e à Europa. Uma das principais iniciativas ferroviárias planejadas envolve uma rota de aproximadamente 10 mil km, destinada a otimizar o transporte de cargas entre o leste asiático e o Golfo Pérsico.

marítimo cobrado pelo Irã [3, 4]), além de bloqueios de navios, forçando indústrias a procurarem rotas alternativas ou enfrentarem atrasos na entrega de insumos essenciais.

Apesar de a indústria farmacêutica brasileira já ter uma operação robusta no país, o Brasil importa 90-95% dos insumos farmacêuticos ativos (IFAs). No curto prazo, isso pode significar medicamentos mais caros ou dificuldade de abastecimento.

Uma medida para evitar futuros riscos de desabastecimento é o fortalecimento do mercado produtivo nacional.

Nesse sentido, iniciativas como a Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, capitaneado pelo Brasil na presidência rotativa do G20 em 2024 e que ganhou corpo com a secretaria executiva da Fiocruz, lançada em 2026 e o Centro de P&D de Vacinas do BRICS, funcionariam como boas soluções, especialmente durante guerras e epidemias.

Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo

Uma das propostas do Brasil durante sua presidência rotativa do G20 foi a criação da Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo (CGPLR), com o objetivo de atender às necessidades de P&D.

A iniciativa foi lançada na 78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), em maio 2025 e surgiu de um compromisso de superar as desigualdades em saúde expostas pela pandemia de Covid-19, avançando a proposta de um novo modelo de produção e acesso à inovação para tecnologias essenciais de saúde, como vacinas, terapias e diagnósticos, para doenças negligenciadas e para pessoas que vivem em condições vulneráveis globalmente, especialmente na ALC, e países em desenvolvimento (PEDs).

O mecanismo melhora o fornecimento e o acesso a insumos de saúde em tempos de crise, ao descentralizar a produção, reduzir a dependência de poucos países, fomentar a transferência de tecnologia e financiar o desenvolvimento local. Busca tecnologias de saúde prontas e em estágio avançado que possam entregar capacidade de fabricação concreta em PEDs em até cinco anos.

A Coalizão é composta por governos, organizações internacionais, organizações regionais de integração econômica, e parceiros-chave.

O Comitê Gestor é composto por Brasil*, Rússia, China, África do Sul*, União Africana, Indonésia*, Turquia*, Reino Unido*, França*, Alemanha* e União Europeia*[5].

O Comitê Consultivo, por sua vez, é composto pelo Ministério da Saúde e de Fiocruz, representantes da OMS, UNICEF, UNAIDS, Unitaid, CDC África, CEPI (Coalizão para Inovações em Preparação Epidêmica), Rede Internacional de Fabricantes de Vacinas em Países em Desenvolvimento (DCVMN), Iniciativa de Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi),

[3] O Parlamento do Irã aprovou a cobrança de pedágios para navios que transitam pelo Estreito de Hormuz, visando explorar seu controle estratégico sobre uma rota que transporta cerca de 20% do petróleo mundial. Taxas de até US$ 2 milhões por viagem têm sido exigidas, de forma pontual, por intermediários da Guarda Revolucionária para garantir passagem segura.

[4] https://cbn.globo.com/mundo/noticia/2026/03/31/parlamento-iraniano-aprova-pedagio-para-navios-que-transitam-pelo-estreito-de-ormuz.ghtml

[5] Os países marcados com asterisco são membros-fundadores

FIND, GAVI, a Aliança de Vacinas, Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas (IFPMA), Instituto Internacional de Vacinas (IVI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Rede Pasteur, Colaboração Regionalizada de Fabricação de Vacinas (RVMC), The Global Fund, Wellcome Trust, Fundação Gates, Médicos Sem Fronteiras, Secretariado Internacional de Preparação para Pandemias (IPPS), Banco dos BRICS e Banco Mundial.

Lançou recentemente a Primeira Convocatória Pública de Propostas[6], focada na dengue como um desafio prioritário em saúde global diante de surtos crescentes e cada vez mais complexos da doença. A chamada busca identificar projetos capazes de fortalecer as capacidades produtivas locais e regionais e de enfrentar assimetrias estruturais persistentes em pesquisa, desenvolvimento, manufatura e acesso.

Centro de P&D de Vacinas dos BRICS

O Centro de P&D de Vacinas dos BRICS se baseia em um compromisso contínuo com a ação coletiva, remontando suas origens à X Cúpula dos BRICS em Joanesburgo, em 2018[7]. Naquela ocasião, os líderes demonstraram sua primeira inclinação para estabelecer mecanismos de cooperação relacionados à pesquisa e desenvolvimento (P&D) de vacinas.

Esse ímpeto foi mantido em reuniões subsequentes. Por exemplo, a Declaração de Moscou de 2020 incentivou a operacionalização oportuna e eficaz do Centro de P&D de Vacinas BRICS. Em 2021, a Declaração de Nova Délhi saudou o progresso alcançado em direção a um lançamento virtual.

Os cinco países originais do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul[8]) chegaram a um consenso ao designar instituições nacionais de destaque para representá-los no Centro. O Instituto de Tecnologia em Imunológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Bio-Manguinhos/Fiocruz) foi nomeado como o centro nacional brasileiro.

O lançamento virtual do Centro de P&D de Vacinas dos BRICS, ocorreu em 22 de março de 2022, liderado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia da China. Durante este evento, os centros nacionais propuseram uma "Iniciativa para Fortalecer a Cooperação em Vacinas e Construir Conjuntamente uma Linha de Defesa contra a Pandemia" (*Initiative to Strengthen Cooperation on Vaccines and Jointly Build a Defense Line Against Pandemic*)[9], solidificando uma plataforma significativa para a preparação e a soberania tecnológica entre os países-membros.

Em 2024, durante a Presidência *pro tempore* da Rússia, o Centro avançou ainda mais suas atividades ao propor uma plataforma eletrônica voltada para intensificar conexões entre os participantes. Esse esforço foi refletido na Declaração resultante da 14ª Reunião dos Ministros da Saúde dos BRICS, onde a Rússia apresentou o Banco Eletrônico de P&D (e-R&D-Stock). Esse mecanismo é dedicado ao intercâmbio digital, projetado para fomentar projetos de colaboração científicos e tecnológicos. Busca conectar diversas partes interessadas do

[6] https://globalcoalitionforlocalproduction.org/projects/
[7] X BRICS Summit – Johannesburg Declaration – 27.07.2018. Acesso em 22.10.2025. https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/10th-brics-summit-johannesburg-declaration-july-27-2018
[8] Ingressou posteriormente.
[9] Online Launching Ceremony of the BRICS Vaccine R&D Center and Workshop on Vaccine Cooperation Successfully Held. https://brics2022.mfa.gov.cn/eng/dtxw/202203/t20220323_10654696.html

ecossistema de vacinas, incluindo instituições de pesquisa, desenvolvimento e produção, para possibilitar o compartilhamento de competências, disseminação de informações sobre projetos de inovação e serviços de prestação de consultoria. Suas principais funcionalidades focam principalmente em otimizar a colaboração em P&D, nos estudos clínicos e pré-clínicos, na transferência de tecnologia e em atividades da cadeia de suprimentos.

Sob a presidência de turno do Brasil em 2025, o Ministério da Saúde brasileiro, junto com Bio-Manguinhos/Fiocruz, propuseram quatro objetivos principais para avançar significativamente nas atividades do Centro: prosseguir as discussões e elaborar uma estrutura para o Repositório Eletrônico de P&D (*e-R&D-Hub*, na sigla em inglês); estimular parcerias bilaterais e cooperação com outras Redes BRICS (tais como as de Tuberculose, de Doenças Socialmente Determinadas e Agências Reguladoras), enfatizando o alinhamento com a Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo; promover o engajamento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) para estabelecer uma estratégia de mobilização de recursos para iniciativas de vacinas e de biotecnologia dos BRICS; e conduzir o Centro em direção a uma estrutura operacional concreta, levando em conta a expansão dos membros do grupo.

Em 2025, o Centro realizou três reuniões amplas. O primeiro encontro, em março, buscou reunir um entendimento compartilhado sobre o funcionamento dos sistemas de saúde dos países, com foco em calendários vacinais e acesso à vacinação; a perspectiva da Organização Mundial da Saúde sobre possíveis contribuições dos BRICS à saúde global; e os mecanismos operacionais e potencial apoio do NBD ao Centro de Vacinas, enfatizando uma abordagem equilibrada em relação aos requisitos para conduzir a criação do e-R&D-Hub.

A segunda reunião, em maio, teve como temas principais: aprimorar a cooperação entre os membros do Centro baseado em oportunidades previamente identificadas; fortalecer a integração com outras iniciativas de saúde dos BRICS (Rede de Pesquisa de TB, Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas e cooperação entre agências reguladoras); avançar na proposta para o estabelecimento do e-R&D-Hub, e discutir oportunidades para apoiar as atividades do Centro – incluindo a elaboração de propostas de parágrafos da declaração ministerial para destacar as prioridades e aspirações do Centro.

Finalmente, a terceira reunião em setembro focou no aprofundamento das bases necessárias para a consolidação e futuras atividades do Centro. As discussões incluíram uma atualização do progresso do Grupo de Trabalho do e-R&D-Hub, uma revisão da estrutura de governança do Centro (originalmente proposta pela China em 2022) para adaptá-la junto aos novos membros do BRICS, e o compartilhamento de informações sobre os resultados da Reunião das Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos do BRICS.

Além disso, a reunião deu início a uma discussão sobre a proposta de um projeto dedicado de uma vacina BRICS, identificando a tuberculose como o primeiro alvo potencial. A sessão terminou com uma valiosa troca de experiências sobre regulação em P&D, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e financiamento de infraestrutura, com apresentações dos principais *players* da indústria que integram o Centro.

Ao longo de 2025, os países-membros do BRICS concordaram em estabelecer oficialmente um Grupo de Trabalho (GT) para operacionalizar a iniciativa. Este GT se reuniu mensalmente desde junho de 2025, concentrando-se na resolução de desafios operacionais e legais necessários para o lançamento da plataforma digital. Uma conquista-chave foi a finalização e o acordo dos Termos de Referência em outubro de 2025. Este documento define o escopo e os mandatos do Grupo, uma estrutura formal de governança, incluindo a criação de

um Comitê Diretor, um Conselho Consultivo, e uma Secretaria. Ademais, prevê-se a definição de três status distintos de participação, a saber: Membro, Ingressante e Observador. Outras questões de destaque nas discussões lançam luzes para a resolução de questões críticas como a garantia de um modelo de financiamento sustentável, o estabelecimento de políticas para propriedade intelectual e segurança de dados, e a salvaguarda da interoperabilidade técnica entre os sistemas dos países-membros. As entregas futuras para o GT incluem a elaboração de um plano de ação operacional, incluindo o desenvolvimento de uma Política de Governança de Dados, uma Política de Propriedade Intelectual e uma Proposta Orçamentária e de Mobilização de Recursos para garantir o suporte necessário para a implementação completa da plataforma.

Neste pano de fundo alguns questionamentos surgem: o ataque ao Irã representa também um ataque ao BRICS ou uma ofensiva dentro de uma estratégia maior para minar o crescimento da China?

No que tange ao BRICS, vale destacar que as suas iniciativas, sobretudo sob a instrumentalização do NDB, visam mais que uma distribuição equitativa de recursos financeiros entre os membros. O BRICS é um bloco político que possui inúmeras diferenças e contradições entre os seus membros, mais exacerbada ainda a partir da expansão em 2023. Contudo, representa também a necessidade de que, apesar das contradições, os países membros enfrentam problemas comuns ainda mais profundos. O surgimento do grupo é, portanto, um projeto político-econômico multipolar que almeja reduzir a influência e a dependência assimétrica das instituições financeiras ocidentais de Bretton Woods – comumente enxergada como uma máquina de guerra para satisfazer os interesses das grandes potências ocidentais.

Um relevante exemplo que ganha materialidade desta tentativa de mudar o jogo é o gradual uso do yuan chinês em transações intra-BRICS, que já ultrapassa o dólar. De igual forma, destaca-se o recente estabelecimento de um sistema de pagamentos *BRICS Pay.*

Com isso, se o ataque ao Irã representou um ataque ao BRICS, por que o bloco não orquestrou algum tipo de resposta conjunta?

O silêncio do BRICS representa o maior desafio do grupo, que nasceu com a promessa de contestar o domínio ocidental e proteger a soberania dos seus membros. Observar o Irã ser agredido sem uma resposta conjunta é, no mínimo, um balde de água fria nas expectativas de quem via no bloco uma alternativa coesa de poder.

Historicamente fundamentado na defesa do multilateralismo e na preservação da soberania estatal, a falta de uma concertação política enquanto grupo revela um hiato entre o discurso de contestação à hegemonia ocidental e a capacidade prática de coordenação política em situações de crise aguda. Esse imobilismo é reflexo direto do princípio do consenso, que rege o funcionamento da organização, transformando o poder de veto informal em um mecanismo de paralisia diplomática.

O processo de alargamento do bloco desde 2023 alterou a composição interna de forças ao integrar atores com interesses antagônicos no Oriente Médio. Ao admitir simultaneamente o Irã e os Emirados Árabes Unidos (EAU) – além da Arábia Saudita na condição de membro participante/pleno[10] –, o BRICS absorveu rivalidades regionais que alcançam a disputa pela

[10] A Arábia Saudita tem participado de reuniões ministeriais e fóruns do grupo, apesar de que fontes tem noticiado que o país tem adotado uma postura cautelosa, participando do grupo sem ter, de fato, ter formalizado totalmente sua adesão.

primazia no mercado petroquímico e pela influência logística. Diferente de episódios anteriores, a retaliação iraniana em 2026 atingiu territórios de outros membros plenos do grupo, impossibilitando a formulação de uma narrativa de condenação unívoca. A necessidade de acomodar as sensibilidades de Teerã e Abu Dhabi em um único documento resultou em um impasse técnico, evidenciando que a diversidade identitária do "BRICS+" pode atuar como um limitador de sua eficácia como fórum de segurança coletiva.

A presidência rotativa da Índia em 2026 adiciona uma camada de complexidade a esse cenário. Sob a administração de Narendra Modi, observa-se uma reorientação estratégica de Nova Délhi, que se afasta da tradicional solidariedade ao Sul Global em favor de uma parceria multidimensional, inclusive aprofundando laços com Israel[11,12,13]. A convergência ideológica entre o nacionalismo hindu e a extrema-direita israelense, reforçada por visitas de Estado de alto nível às vésperas do conflito, retira o incentivo da presidência indiana para mediar uma resposta que seja rigorosa contra o eixo EUA-Israel. Como gestora da agenda do bloco, a Índia exerce uma influência seletiva que privilegia a manutenção de seus novos laços bilaterais em detrimento de uma coesão institucional que poderia isolar seus parceiros estratégicos.

O nacionalismo pragmático da Índia, sob o governo de Narendra Modi, opera sob uma *realpolitik* energética que coloca a segurança nacional acima de qualquer alinhamento ideológico. Ao garantir licenças especiais dos EUA para importar volumes recordes da Venezuela e, ao mesmo tempo, saltar as compras de petróleo russo em 90%, Nova Déli deixa claro que seu papel no BRICS é pautado pela autonomia estratégica. Para o Estado indiano, pouco importa a origem política do recurso; o foco é manter as refinarias operando e a economia protegida após o fechamento do Estreito de Hormuz ter cortado sua principal rota de suprimento.

A guerra do Irã coloca o BRICS em uma encruzilhada de relevância internacional. A dificuldade de emitir um posicionamento[14] sobre a violação do território de um de seus Estados-membros sugere que o bloco enfrenta um desafio de amadurecimento: a transição de um fórum de cooperação econômica para um ator geopolítico efetivo.

Embora o BRICS não seja uma aliança militar e de defesa, este impasse põe em risco a harmonia, inclinando-o para uma possível fragmentação e perda de prestígio perante o Sul Global. Desta forma, sem mecanismos de resolução de conflitos internos e sem uma visão estratégica unificada, o BRICS poderá ver sua influência restringida a esferas técnicas, falhando em consolidar-se como a alternativa pretendida à ordem mundial vigente.

---

[11] A parceria de longa data entre a Índia e Israel evoluiu de um reconhecimento diplomático tardio (1992) para uma Parceria Estratégica Especial. https://www.bbc.com/news/articles/cly14vppym2o

[12] https://www.bbc.com/news/articles/cly14vppym2o

[13] Os dois países concluíram mais de uma dezena de acordos bilaterais, incluindo nas áreas de comércio, agricultura, cooperação econômica, educação, cibersegurança, investimento e exploração espacial.

[14] No ano passado, o Irã foi atacado por Israel e pelos Estados Unidos, sem retaliar contra os seus vizinhos, o que permitiu uma declaração do BRICS criticando os ataques ocidentais. Em suas reuniões de Cúpula, o BRICS sempre declarou apoio ao direito internacional, defendendo que intervenções estrangeiras devem estar sob autorização do Conselho de Segurança da ONU[14]. Desta vez, a retaliação iraniana atingiu o território dos EAU e da Arábia Saudita. Como o BRICS funciona por consenso, sem aprovação de todos os seus Estados-membros, o bloco não se posiciona. Conversações lideradas pela Índia, presidente de turno, estão sendo realizadas na busca por uma declaração conjunta sobre os ataques sofridos pelo Irã, entretanto existe dificuldade na sua obtenção devido à relação que alguns países do grupo têm com o conflito. Essa relação passa diretamente pelo processo de expansão do grupo.

Diante disso, paira a dúvida se o Dilema de Tucídides, que previa que uma potência em ascensão significaria um conflito direto com uma potência já estabelecida devido ao temor pela perda de hegemonia global, será cumprido pela China ou pelo BRICS. Para os estadunidenses, de acordo com a sua Estratégia de Defesa Nacional, publicada em 2026, o seu grande rival são os chineses.

Considerações Finais

Em conclusão, os desdobramentos do conflito de 2026 evidenciam que a disputa pela hegemonia global não se restringe mais ao campo militar, mas se ramifica de forma crítica para as infraestruturas de saúde e as cadeias de suprimento essenciais. Os ataques a alvos estratégicos do Irã e os bloqueios em Hormuz expuseram a fragilidade da soberania sanitária de países como o Brasil, cuja dependência de insumos externos coloca em risco a vida de pacientes crônicos diante de instabilidades geoeconômicas. Nesse cenário, o fortalecimento de iniciativas como a Coalizão Global para Produção Local e o Centro de P&D de Vacinas dos BRICS deixa de ser uma opção diplomática para tornar-se uma necessidade de sobrevivência para o Sul Global.

Por outro lado, o impasse político do BRICS diante da agressão a um de seus membros plenos revela as limitações de um bloco que, ao se expandir, multiplicou suas complexas rivalidades regionais e contradições internas. A paralisia institucional provocada pela ausência do consenso e o realinhamento pragmático de atores como a Índia colocam o grupo em uma encruzilhada de relevância.

Em última análise, se a ordem de Bretton Woods parece esgotada e o vetor militar estadunidense já não garante a segurança absoluta de seus aliados, a nova ordem multipolar ainda carece de mecanismos eficazes de resolução de conflitos internos para se consolidar. O futuro da governança global com maior protagonismo do BRICS dependerá da sua capacidade de transitar de um fórum de cooperação técnica para um ator geopolítico coeso suficiente para garantir que a autonomia produtiva, tecnológica e sanitária não seja apenas um discurso, mas a base de uma estabilidade real para as nações em desenvolvimento.

O complexo cenário de “policrise” estrutural na América Latina: será que existe uma saída?

El complejo panorama de la «policrisis» estructural en América Latina: ¿hay alguna salida?

The complex landscape of structural “multiple crises” in Latin America: is there a way out?

Sebastián Tobar e Samia De Brito

Resumo: A América Latina atravessa uma “policrise” estrutural, baixo crescimento econômico, altos níveis de conflito social, polarização política e desigualdades em saúde. Trouxemos discussões sobre tensões diplomáticas entre Colômbia, El Salvador e Equador, a crise alimentar na região, o enfraquecimento das iniciativas de integração, um panorama geral sobre as eleições da Costa Rica, Peru, Colômbia e Brasil neste ano e iniciativa de inclusão digital na região. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o ORAS-Conhu **(**ORAS-Conhu) se reuniu com autoridades de saúde peruanas e lançou nota sobre a situação do sarampo na região andina, a OTCA fortaleceu a cooperação na área de educação, o SELA apresentou estratégia para integrar mercados na região e por fim, descrevemos a IX Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS

Palavras-chave: América Latina; Saúde; Cooperação Internacional.

Resumen: *Latinoamérica atraviesa una «policrisis» estructural, caracterizada por un bajo crecimiento económico, altos niveles de conflicto social, polarización política y desigualdades en materia de salud. Hemos abordado debates sobre las tensiones diplomáticas entre Colombia, El Salvador y Ecuador, la crisis alimentaria en la región, el debilitamiento de las iniciativas de integración, un panorama general sobre las elecciones de Costa Rica, Perú, Colombia y Brasil este año, y la iniciativa de inclusión digital en la región. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que la ORAS-Conhu se reunió con autoridades sanitarias peruanas y publicó una nota sobre la situación del sarampión en la región andina, la OTCA reforzó la cooperación en el ámbito de la educación, el SELA presentó una estrategia para integrar los mercados de la región y, por último, describimos la IX Reunión Ministerial de la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur (ZOPACAS).*

Palabras Claves*: Latinoamerica, Salud, Cooperación Internacional*

Abstract*: Latin America is undergoing a structural “multi-crisis” characterized by low economic growth, high levels of social conflict, political polarization, and health inequalities. We covered discussions on diplomatic tensions between Colombia, El Salvador, and Ecuador; the food crisis in the region; the weakening of integration initiatives; an overview of this year’s elections in Costa Rica, Peru, Colombia, and Brazil; and a digital inclusion initiative in the region. Regarding regional organizations, we highlight that ORAS-Conhu met with Peruvian health authorities and issued a statement on the measles situation in the Andean region; ACTO strengthened cooperation in the area of education; SELA presented a strategy to integrate markets in the*

region, and finally, we describe the 9th Ministerial Meeting of the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic (ZOPACAS)

Keywords: *Latin America, Health, International Cooperation*

Na primeira quinzena de abril, a América Latina vive um cenário caracterizado por fraco crescimento econômico, altos níveis de conflito social, polarização política e persistentes desigualdades em saúde.

Organizações como a CEPAL[1] e o Banco Mundial[2] projetaram um crescimento de entre 2,1 e 2,3% para a região, prejudicado pela inflação, dívida e baixo investimento. Isso impacta diretamente o bem-estar social e a capacidade do Estado.

O presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, declarou: "*A perspectiva moderada reflete um ambiente macroeconômico desafiador, no qual os altos custos de empréstimo, a fraca demanda externa e as pressões inflacionárias decorrentes da incerteza geopolítica estão restringindo o investimento privado e a criação de empregos*."

Segundo o Banco Mundial, e de uma perspectiva altamente ideológica, a Argentina apresenta uma tendência de crescimento, graças à estabilização e às reformas trabalhistas e fiscais implementadas, mas estas não se traduziram em benefícios tangíveis para a população.

Economias menores, como o Paraguai, também apresentam um crescimento moderado, impulsionado pelas exportações agrícolas, pela expansão do setor elétrico e por um quadro macroeconômico estável.

Na América Central, países como Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Honduras mantêm um crescimento relativamente sólido, sustentado por remessas de dinheiro, exportações de serviços e maior integração em cadeias de valor regionais.

As duas maiores economias da América Latina, Brasil e México, enfrentam um crescimento mais lento em comparação com outras economias emergentes devido a uma combinação de fatores estruturais e externos (altas taxas de juros; dependência externa de commodities; produtividade limitada; emprego informal; investimento insuficiente em infraestrutura; restrições fiscais severas; e incerteza regulatória moderada). Essas são economias maiores, mais expostas às ameaças de tarifas de Donald Trump, sofrendo com condições financeiras internas restritivas e com margem orçamentária limitada.

O Chile e o Peru, por sua vez, apresentam um crescimento moderado, caracterizado por uma expansão estável, porém contida, impulsionada por investimentos em mineração e infraestrutura, bem como por uma melhora gradual das condições internas. O crescimento moderado do Chile e do Peru reflete um equilíbrio entre a estabilidade macroeconômica e as

[1] A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) projetou um crescimento de 2,3% para a América Latina e o Caribe em 2025, graças ao forte desempenho da América do Sul. Espera-se que esse crescimento seja impulsionado por políticas sólidas e um ambiente macroeconômico favorável. https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/add76980-6b1b-468d-aec1-9c4a72e3d7a0/content

[2] Segundo a última edição do relatório Perspectivas Econômicas para a América Latina e o Caribe, o Banco Mundial prevê que a economia da região crescerá 2,1% este ano, três décimos a menos que no ano passado.https://elpais.com/economia/2026-01-13/el-banco-mundial-advierte-de-un-crecimiento-global-insuficiente-para-que-los-emergentes-reduzcan-la-brecha-con-los-paises-ricos.html

limitações estruturais. Seu desempenho depende em grande parte do contexto internacional, do investimento em setores estratégicos e da capacidade de avançar rumo a economias mais diversificadas.

Nos últimos anos, as economias caribenhas têm demonstrado alguns sinais de recuperação gradual após a crise causada pela pandemia de Covid-19[3]. A expansão impulsionada pelo petróleo na Guiana e, em breve, no Suriname e, em menor escala, em Trinidad e Tobago, está ampliando a divergência dessas economias em relação às que dependem fortemente do turismo. A Jamaica está se recuperando de um furacão devastador, enquanto as perspectivas do Haiti dependem fundamentalmente do sucesso de novas iniciativas de segurança.

Os países caribenhos têm demonstrado grande vulnerabilidade às mudanças climáticas: furacões e eventos climáticos extremos geram altos custos econômicos. A elevada dívida pública limita o investimento em desenvolvimento social e infraestrutura. A forte dependência da região em relação ao turismo a expõe a crises. Os países caribenhos são caracterizados por mercados pequenos, alta desigualdade social e pobreza, especialmente no Haiti, além de altos custos de energia e importação. A sustentabilidade depende em grande parte do avanço da diversificação produtiva, da construção de resiliência às mudanças climáticas e do fortalecimento da integração regional.

Neste contexto regional, o ***Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável 2026***[4] terá início na próxima semana, dia 14 de abril, em Santiago, Chile. Na ocasião, o Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs, apresentará o documento "*Agenda 2030 na América Latina e no Caribe: Como Acelerar o Progresso Rumo à sua Implementação na Nova Era de Incertezas e Fragmentação Geopolítica?*". Este é o nono relatório sobre o progresso e os desafios regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe. Na próxima edição, abordaremos suas conclusões e recomendações.

Tensões diplomáticas e fragmentação regional

O presidente colombiano Gustavo Petro está envolvido em conflitos com o presidente salvadorenho Nayib Bukele e o presidente equatoriano Daniel Noboa. Primeiramente, ele se manifestou sobre as circunstâncias excepcionais no país centro-americano e o encarceramento de inocentes em prisões de segurança máxima. “É um crime contra a humanidade; são campos de concentração”, enfatizou. Em seguida, reiterou suas críticas ao Equador pela condenação por corrupção que o ex-vice-presidente Jorge Glas cumpre em uma prisão de Guayaquil. “*Não*

[3] O turismo é o principal motor de crescimento para muitos países caribenhos: destinos como a República Dominicana, as Bahamas e a Jamaica se recuperaram da COVID-19 graças à promoção do turismo. Os serviços financeiros e a economia offshore são importantes em países como Barbados e as Ilhas Cayman. A Guiana se destaca pelo seu rápido crescimento impulsionado pela produção de petróleo, e Trinidad e Tobago também mantém uma economia baseada em hidrocarbonetos e petroquímica. As remessas são fundamentais para o consumo e a estabilidade em países como o Haiti e a Jamaica.

[4] A conferência será transmitida ao vivo em diversas plataformas. A transmissão ao vivo estará disponível através de: Site oficial da conferência: https://foroalc2030.cepal.org/2026/es, Site da CEPAL: www.cepal.org; Site da transmissão ao vivo: https://live.cepal.org/; Conta oficial no X: https://x.com/cepal_onu; Página oficial no Facebook: https://www.facebook.com/cepal.onu
Qualquer veículo de comunicação ou organização pode compartilhar a transmissão em seus próprios sites. A conferência completa estará disponível nos canais da CEPAL no YouTube para visualização posterior. Inscreva-se em https://www.youtube.com/user/CEPALONU e https://www.youtube.com/user/ECLACUN.

deveria haver presos políticos nas Américas", afirmou. Tanto Bukele quanto Noboa reagiram na terça-feira em X. O Equador também enviou uma nota de protesto e convocou seu embaixador para consultas.

O conflito com El Salvador surgiu da constatação de que 33 mil dos detidos durante o estado de emergência não constavam como membros de gangues em registros policiais anteriores, fato que reforça as condenações da comunidade internacional às irregularidades nos processos judiciais. "*Ter 36% dos presos inocentes é um crime contra a humanidade; estes são campos de concentração para civis, pessoas presas por terem uma tatuagem ou por serem jovens*", declarou o presidente Petro, comparando as políticas de seu governo às de Bukele no combate ao crime. Ele afirmou que a Colômbia está comprometida com a "*construção da paz nas cidades e nas áreas rurais*", enquanto El Salvador está "*matando milhares de jovens inocentes e suas famílias*".

O conflito com El Salvador surgiu da constatação de que 33 mil dos detidos durante o estado de emergência não constavam como membros de gangues em registros policiais anteriores, fato que reforça as condenações da comunidade internacional às irregularidades nos processos judiciais. "Ter 36% dos presos inocentes é um crime contra a humanidade; estes são campos de concentração para civis, pessoas presas por terem uma tatuagem ou por serem jovens", declarou o presidente Petro, comparando as políticas de seu governo às de Bukele no combate ao crime. Ele afirmou que a Colômbia está comprometida com a "construção da paz nas cidades e nas áreas rurais", enquanto El Salvador está "matando milhares de jovens inocentes e suas famílias".

Bukele[5] respondeu sarcasticamente, propondo que a Colômbia aceitasse os 100 mil presos de El Salvador. "Se, como o senhor afirma, 'campos de concentração' existem em nosso país, estaríamos diante de uma situação que não admite meio-termo, mas sim decisões firmes em prol da dignidade humana. Nesse espírito, El Salvador está preparado para facilitar a transferência de 100% de sua população carcerária, todos, incluindo os chamados presos políticos e qualquer outro caso que considere violar sua política de 'amor e vida'".

O presidente de El Salvador apelou para o desejo de seu homólogo colombiano de ser lembrado na história da região. "Esta é uma oportunidade histórica para consolidar seu legado como o libertador que estendeu a mão firme da justiça para resgatar milhares do abismo da exclusão."

Enfraquecimento do multilateralismo, fragmentação dos mecanismos regionais e menor peso global

Historicamente, nossa região latino-americana tem defendido a cooperação internacional e o respeito ao direito internacional. No entanto, nas últimas décadas, o sistema multilateral tem enfrentado desafios decorrentes de tensões geopolíticas e da crescente competição entre as grandes potências. Esse cenário reduz a capacidade de ação conjunta dos países latino-americanos em fóruns globais como as Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio.

Diversos fatores contribuem para o enfraquecimento da participação da América Latina no multilateralismo, como a crescente polarização na arena internacional de rivalidades entre os Estados Unidos e a China; as políticas nacionalistas e protecionistas promovidas por Trump

[5] https://efe.com/mundo/2026-04-08/bukele-petro-el-salvador-carceles

por meio de suas tarifas; crises globais recentes, como a pós-pandemia de COVID-19; e as posições e alinhamentos em relação à guerra entre Rússia e Ucrânia, aos conflitos entre Israel e Palestina e aos conflitos no Estreito de Ormuz. Nesse sentido, observam-se limitações no alinhamento e na coordenação regional, dificultando a ação coletiva para enfrentar desafios comuns, como as mudanças climáticas e a desigualdade.

As ***eleições para Secretário-Geral das Nações Unidas*** para o período 2027-2031 evidenciam essa dificuldade de coordenação e alinhamento. Embora não exista uma regra, existia algum consenso que o próximo SG viria da região da América Latia e o Caribe.

Muitos candidatos têm sido nomeados tanto da região como de outros países. Mais quatro candidatos parece ser os que tem maiores chances de ser nomeados: O Ex Presidente Boric tinha nomeado a Ex-Presidenta ***Michele Bachelet*** e embora o atual presidente Kast de Chile tinha retirado o seu apoio, os Presidentes de Brasil e Mexico apoiaram a sua nomeação. A ***Rebeca Gryspan***, que atuou como Vice-Presidente da Costa Rica entre 1994 e 1998 e como Diretor Regional para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entre 2006 e 2010. De posições mais alinhadas à direita e aos Estados Unidos, o governo argentino apresenta ***Rafael Grossi***, diplomata de carreira e atual diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), como seu candidato. O ex-presidente senegalês ***Macky Sall*** permanece na disputa pelo cargo de secretário-geral da ONU, e pode-se dizer que a falta de consenso interno na região permitiu o surgimento de candidatos de outras regiões.

Um episódio que vale a pena mencionar é o de que o candidato Rafael Grossi perdeu recentemente a votação da União Africana (55 países) porque, em alinhamento com a administração Trump dos Estados Unidos e Israel, votou contra uma resolução promovida pelo Gana que declarava a escravidão racializada de africanos um "crime contra a humanidade"[6].

Letargia dos mecanismos de integração regional

A integração latino-americana enfrenta dificuldades devido a divergências ideológicas, mudanças de governo e interesses nacionais divergentes. Isso tem enfraquecido a cooperação política e econômica.

Alguns indicadores disto são:

- Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos: busca revitalização, mas enfrenta desafios de coordenação e dificuldade de sair do plano retórico.
- Organização dos Estados Americanos: alvo de tensões políticas entre seus membros.
- Mercado Comum do Sul: enfrenta divergências sobre políticas comerciais e estratégias de abertura.

[6] Em 25 de março, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução histórica, liderada por Gana, que obteve o apoio de 123 países, com apenas três votos contrários: Estados Unidos, Israel e Argentina. Essa decisão irritou a União Africana, que tem apoiado consistentemente a reivindicação da Argentina sobre a soberania das Ilhas Malvinas e havia considerado apoiar Grossi para liderar a ONU. Agora, os 55 Estados-membros da União Africana estão considerando mudar seu voto e apoiar a ex-presidente chilena Michelle Bachelet, que já conta com o apoio do Brasil e do México. https://www.lapoliticaonline.com/internacionales/el-voto-del-gobierno-de-milei-a-favor-de-la-esclavitud-le-complico-a-grossi-los-55-votos-de-africa-par-la-onu/

- Aliança do Pacífico: afetada por mudanças políticas e disputas institucionais.
- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: Constitui uma tentativa de reposicionar o Atlântico Sul como um espaço estratégico do Sul Global.

Erosão da liderança e conflito interno

Na ***Argentina***, o governo de Javier Milei enfrenta uma queda de popularidade por tensões económicas e sociais. Pesquisas recentes mostram um declínio claro: Aprovação em torno de 36%[7], com desaprovação próxima a 60%. Mais de 60% de desaprovação em algumas pesquisas recentes[8]. Isso contrasta fortemente com o início de 2026, quando ele ainda mantinha índices de aprovação próximos a 48%.

A economia é o principal motor da recessão, com inflação persistente (em torno de 3% ao mês); queda na atividade industrial (-8,7% em relação ao ano anterior), bem como em setores-chave da economia (automotivo, maquinário): -20%. Observou-se um aumento no desemprego (aproximadamente 7,5%) e uma perda de renda real; por exemplo, os salários dos professores sofreram uma queda de 32% no poder de compra. O ajuste fiscal e monetário — a pedra angular do programa de Milei — está gerando custos sociais de curto prazo que prejudicam sua imagem[9].

A queda de popularidade deve-se a uma combinação de fatores: o profundo ajustamento económico com impacto direto no rendimento e no emprego; o governo de Milei gerou mais expectativas do que resultados e a paciência social começa a esgotar-se; a isso, somam-se os conflitos e os escândalos de corrupção que corroeram a credibilidade, tudo num cenário de elevada polarização, com setores que o apoiam, mas também de forte rejeição por parte da população.

Na ***América Latina, persistem problemas estruturais que limitam o desenvolvimento sustentável e afetam a estabilidade social e política***. Entre os mais relevantes estão o emprego precário, a desigualdade e o crescente descontentamento social — fenômenos inter-relacionados que constituem um dos principais desafios da região.

Entre as principais características, destaca-se que mais de 50% dos trabalhadores estão empregados na economia informal, com baixos salários e cobertura limitada da segurança social; são altamente vulneráveis a crises econômicas e de saúde; e há uma tendência à expansão do trabalho em plataformas digitais sem regulamentação adequada. Essas características contribuem para a insegurança laboral e a pobreza persistente; limitações à mobilidade social; e baixa capacidade de poupança e investimento em capital humano.

A combinação de insegurança no emprego e desigualdade alimentou o aumento da agitação social na região, evidenciado pelo crescimento das manifestações: protestos de cidadãos exigindo melhores condições de vida, desconfiança nas instituições e na classe política, polarização política e uma crise de representatividade, com demandas por direitos sociais e equidade. Tudo isso aponta para causas estruturais significativas, incluindo crescimento

[7] https://www.bloomberglinea.com/latinoamerica/argentina/encuesta-aprobacion-de-milei-cae-al-nivel-mas-bajo-desde-que-asumio-segun-consultora-brasilena

[8] https://elpais.com/argentina/2026-04-10/milei-admite-por-primera-vez-problemas-economicos-y-pide-paciencia-a-los-argentinos.html

[9] https://elpais.com/argentina/2026-04-10/milei-admite-por-primera-vez-problemas-economicos-y-pide-paciencia-a-los-argentinos.html

econômico insuficiente, percepção de injustiça social, declínio do poder aquisitivo e insatisfação com os serviços públicos.

A ***Guatemala*** enfrenta tensões entre os poderes executivo, judiciário e legislativo, com debates em torno do combate à corrupção e da independência institucional. As tensões decorrem de uma combinação de disputas sobre o controle institucional, reformas anticorrupção lideradas pelo governo e a persistência de redes político-judiciais tradicionais. O foco principal do confronto gira em torno da renovação de órgãos-chave do sistema judiciário, especialmente o Tribunal Constitucional e outras instituições.

O presidente Bernardo Arévalo denunciou a seleção dos magistrados como tendo sido realizada sob "pressão e coerção", apontando para interferência política e até mesmo externa[10]. O novo tribunal tem uma maioria não alinhada com o Poder Executivo, o que pode bloquear as reformas anticorrupção do governo. Nesse cenário, o Poder Executivo busca expurgar o sistema judiciário, enquanto os setores judiciário e político tradicionais resistem a essas mudanças. O Poder Legislativo reflete fragmentação e resistência política, e o Judiciário atua simultaneamente como árbitro e ator no conflito. A situação constitui uma crise de governança com alta polarização e captura institucional parcial[11].

Em ***El Salvador***, a consolidação do poder presidencial continua a gerar debates sobre democracia e direitos humanos, particularmente no âmbito das políticas de segurança. Em El Salvador, a consolidação do poder presidencial tornou-se um dos temas mais relevantes no debate político contemporâneo. Esse processo, liderado pelo presidente Nayib Bukele, gera opiniões divergentes quanto ao equilíbrio entre segurança, democracia e respeito aos direitos humanos.

Desde que assumiu o cargo em 2019, Bukele promoveu uma profunda transformação institucional caracterizada pelo controle do Poder Legislativo: o partido governista obteve ampla maioria na Assembleia Legislativa de El Salvador em 2021, facilitando a aprovação de reformas constitucionais e legais. Reconfiguração do sistema judiciário: a destituição e substituição de ministros da Suprema Corte e do Procurador-Geral de El Salvador geraram críticas devido aos potenciais impactos sobre a independência judicial. Reeleição presidencial[12]: a reinstalação da reeleição imediata, anteriormente proibida pela Constituição, foi interpretada por críticos como um sinal de enfraquecimento institucional[13].

O principal pilar do governo tem sido sua estratégia de segurança, especialmente o Estado de Emergência, em vigor desde março de 2022, para combater gangues. Entre seus resultados e controvérsias, destacam-se: As conquistas do governo Bukele incluem uma redução histórica na taxa de homicídios, a recuperação do controle territorial pelo Estado e um aumento na percepção de segurança cidadã.

No entanto, existem preocupações significativas relacionadas a prisões em massa sem o devido processo legal, relatos de violações de direitos humanos por organizações internacionais e restrições a garantias constitucionais, como o direito à defesa e a presunção de

[10] https://crhoy.com/mundo/5-claves-para-entender-la-crisis-institucional-que-sacude-guatemala/

[11] https://www.lanacion.com.ar/agencias/cidh-advierte-sobre-crisis-institucional-que-pone-en-riesgo-la-gobernabilidad-en-guatemala-nid01122025

[12] https://www.reuters.com/latam/domestico/XWDKCLIJHRKMPBOE4A4VUQKY7M-2025-07-31/

[13] https://cadenaser.com/nacional/2026/02/06/un-analista-explica-las-sombras-del-regimen-autoritario-de-bukele-en-el-salvador-controla-los-tres-poderes-del-estado-cadena-ser/

inocência, que geram importantes debates sobre democracia e direitos humanos[14]. A comunidade internacional e organizações como a Human Rights Watch e a Anistia Internacional expressaram preocupação com o impacto dessas políticas.

O caso salvadorenho reflete um dilema recorrente na América Latina: a busca por estabilidade e segurança versus o risco de erosão democrática. Enquanto o governo destaca suas conquistas na pacificação do país, seus críticos alertam para os efeitos a longo prazo sobre as instituições e os direitos fundamentais. Esse equilíbrio será crucial para o futuro político e democrático de El Salvador.

Honduras enfrenta um cenário complexo de conflitos políticos e sociais, marcado por tensões em torno de reformas econômicas, desafios de governança e crescentes demandas por transparência e combate à corrupção. Esses fatores refletem fragilidades estruturais históricas e dinâmicas políticas contemporâneas que influenciam a estabilidade do país.

Este é um período de transição marcado por esforços de reforma e resistência estrutural. O equilíbrio entre crescimento econômico, estabilidade política e fortalecimento institucional é crucial para o futuro do país. Este é um dos desafios dessas transformações e dependerá da capacidade do governo e da sociedade de fomentar o consenso, garantir a transparência e consolidar o Estado de Direito.

O principal desafio político de Nasry Asfura não se limita a questões econômicas ou de segurança, mas também envolve a reconstrução da governança em um contexto de desconfiança institucional e polarização. Seu sucesso dependerá de sua capacidade de forjar acordos políticos, fortalecer as instituições e responder às demandas sociais urgentes.

Resultados das eleições na América Latina (2026)

Cinco eleições serão realizadas ao longo do ano. O ano eleitoral começou com as eleições de 1º de fevereiro na ***Costa Rica***, onde a candidata ***Laura Fernández*** venceu e se tornou a nova presidente do país, com uma plataforma de máxima segurança e combate ao narcotráfico.

No último domingo, 12 de abril, foram realizadas eleições no ***Peru*** e com quase 54,7% das urnas apuradas, a distribuição percentual dos votos na eleição presidencial peruana é a seguinte:

- Keiko Fujimori (Força Popular): 16,95%
- Rafael López Aliaga (Renovação Popular): 14,40%
- Jorge Nieto (Partido Bom Governo): 12,73%
- Ricardo Belmont (Partido Obras Cívicas): 9,87%
- Carlos Gonzalo Álvarez (País para Todos): 8,43%
- Roberto Helberto Sánchez Palomino (Juntos pelo Peru): 8,12%
- Alfonso López Chau Nava (Agora Nação): 7,63%

[14] https://elpais.com/america/2026-03-10/asesinatos-tortura-y-desapariciones-un-grupo-de-expertos-acusa-al-gobierno-de-bukele-por-crimenes-de-lesa-humanidad-ante-la-onu.html

Como nenhum candidato obteve o número de votos necessários para vencer no primeiro turno, os peruanos terão que voltar às urnas para decidir o próximo presidente no segundo turno, em 7 de junho.

Embora os resultados ainda estejam pendentes, tudo indica que o segundo turno será entre Keiko Fujimori[15] e Rafael López Aliaga[16], ambos candidatos de direita.

Após a vitória de candidatos de direita na Costa Rica e no Peru, resta saber o que acontecerá nas eleições na ***Colômbia***, que serão realizadas em 31 de maio; no ***Haiti***, em 30 de agosto; e no ***Brasil***, em outubro.

Centralidade da segurança e do crime organizado

Como destacamos na edição anterior destes Cadernos, a segurança e o crime organizado são centrais no cenário político da região e, em resposta a isso, iniciativas como o "Escudo das Américas", promovido pelos EUA para combater os cartéis, ganham destaque.

O ***Índice de Risco Político da América Latina 2026***[17], elaborado pelo Centro de Estudos Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Chile (CEIUC), destaca dez fatores de risco político que moldarão os desafios deste ano:

- ***Crime organizado e captura do Estado:*** identificado como o principal risco da região. O crime organizado ameaça a segurança dos cidadãos, mina a legitimidade das instituições e dificulta respostas governamentais eficazes.
- ***Violência política e erosão democrática***: a violência contra atores políticos e o enfraquecimento dos mecanismos democráticos comprometem os processos eleitorais e a representatividade.
- ***Vulnerabilidade fiscal dos Estados:*** muitos países enfrentam pressões orçamentárias e altos níveis de endividamento, limitando sua capacidade de resposta a choques externos ou internos.
- ***Instrumentalização política da migração***: a questão tornou-se um recurso utilizado para fins políticos, exacerbando tensões sociais e a polarização.
- ***Fragilidade diante das mudanças climáticas:*** a região é especialmente vulnerável a eventos extremos, que têm impactos não apenas ambientais, mas também socioeconômicos e políticos. Enfraquecimento do sistema internacional e redefinição

[15] ***Keiko Sofía Fujimori Higuchi*** é a líder da força política de direita Fuerza Popular e a figura central do Fujimorismo no século XXI. Nas eleições de 2026, ela enfrenta sua quarta tentativa de conquistar a presidência do Peru. Ela é a filha mais velha do ex-presidente Alberto Fujimori, que governou o Peru na década de 1990. Keiko recebeu sua formação acadêmica nos Estados Unidos, onde obteve um diploma de bacharel pela Universidade de Boston e um mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Universidade de Columbia. Ela se candidatou à presidência quatro vezes e sempre chegou ao segundo turno. Na primeira vez, perdeu no segundo turno para Ollanta Humala (2011), no segundo turno para Pedro Pablo Kuczynski (2016) e, na terceira vez, foi derrotada no segundo turno por Pedro Castillo (2021).

[16] ***Rafael López Aliaga*** (nome completo: Rafael Bernardo López Aliaga Cazorla) é um empresário e político peruano nascido em 11 de fevereiro de 1961, em Lima. Ele iniciou sua carreira no setor privado, particularmente nos ramos bancário, de transporte ferroviário e hotelaria. Participou da política como vereador de Lima (2007–2010). Ganhou notoriedade nacional ao se candidatar à presidência em 2021 (ficando em terceiro lugar). É considerado de direita conservadora ou mesmo ultraconservadora, com posições contrárias ao aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, ênfase em valores religiosos, políticas de ordem e segurança, e é membro do Opus Dei, o que influencia suas visões políticas e sociais.

[17] https://centroestudiosinternacionales.uc.cl/publicaciones/publicaciones-ceiuc/7417-riesgo-politico-america-latina-2026

do comércio global: a erosão do multilateralismo complica a cooperação regional e a integração da América Latina nas cadeias de valor globais.

- ***Crescente pressão dos EUA e da China***: a rivalidade entre essas potências redefine os alinhamentos estratégicos e apresenta dilemas para os países latino-americanos.
- ***Aumento da tensão regional:*** conflitos e disputas entre os Estados da região contribuem com um elemento adicional de instabilidade.
- ***Fragmentação regional e perda de influência global:*** a falta de uma agenda integrada limita a influência da América Latina em fóruns internacionais.
- ***Falta de capacidade diante da inteligência artificial:*** a rápida expansão de tecnologias disruptivas sem o devido preparo institucional representa um risco estratégico emergente.

Este índice conclui que o risco político na América Latina em 2026 estará em um nível médio, com variações significativas entre os países. A região enfrenta desafios estruturais (desigualdade, insegurança e volatilidade econômica) que aumentam a incerteza. No entanto, a continuidade democrática, a resiliência institucional e as oportunidades decorrentes da transição energética e da relocalização da produção oferecem perspectivas de estabilidade e desenvolvimento no médio prazo.

Enfraquecimento institucional e polarização

Como apontamos nos dois relatórios anteriores desta série, essas características de enfraquecimento e fragmentação institucional constituem fatores de risco significativos para a estabilidade democrática.

Por ***enfraquecimento institucional***, referimo-nos à perda de legitimidade, eficácia e autonomia de muitas instituições públicas, fenômenos que se manifestam pela fragilidade do Estado de Direito e pela dificuldade que os governos enfrentam para atender às demandas de suas populações. Alguns indicadores desse fenômeno são:

- Desconfiança dos cidadãos, com baixos níveis de credibilidade no judiciário, nos parlamentos e nos partidos políticos.
- A corrupção persistente mina a legitimidade do Estado e limita a eficácia das políticas públicas.
- A instabilidade política se traduz em crises de governança, impeachments presidenciais e tensões entre os poderes.
- Observa-se fragilidade do Estado em territórios periféricos, o que facilita a expansão do crime organizado.
- Da mesma forma, podemos observar a politização das instituições, com o risco de erosão da independência do judiciário e dos órgãos de controle.

Exemplos disso podem ser vistos no ***Peru***, onde a instabilidade política e os conflitos entre os poderes executivo e legislativo são evidentes. Na ***Guatemala***, as tensões giram em torno do sistema judiciário e do combate à corrupção. Em El Salvador, surgem questionamentos sobre a concentração de poder e a autonomia institucional. Na ***Venezuela*** e na ***Nicarágua***, observa-se um enfraquecimento do pluralismo democrático e restrições à oposição.

A polarização política manifesta-se numa crescente divisão ideológica e social que dificulta o consenso e enfraquece a governança democrática. Alguns fatores que impulsionam essa polarização incluem a desigualdade socioeconômica da região, a desinformação e a radicalização observadas como tendência nas redes sociais, as crises de representação e o

enfraquecimento dos partidos tradicionais, a ascensão da retórica populista e anti-establishment e o surgimento de conflitos em torno de reformas econômicas, sociais e constitucionais. Exemplos incluem: o México, onde se observam tensões entre o partido governista e a oposição em relação às reformas institucionais; a Argentina, onde se evidencia uma significativa fragmentação política e divisões sociais e econômicas; e o Chile, onde intensos debates têm ocorrido sobre reformas estruturais e o modelo de desenvolvimento.

Fatos sociais recentes

Durante a primeira quinzena de abril, foram observados protestos e distúrbios urbanos, como os notados por observadores em Guadalajara[18] (México), onde surgiu uma crise devido à contaminação da água, ao aumento dos preços dos transportes, os protestos sociais e surto do sarampo. A cidade, que sediará quatro jogos do torneio, enfrenta uma grave crise hídrica que afeta milhares de residências, enquanto o governo tenta conter os protestos contra o aumento das tarifas do transporte público.

Crisis alimentar e respostas inovadoras

Sem entrar em detalhes sobre os temas abordados em outras partes deste Caderno, embora a subnutrição tenha caído para 5,1% da população regional[19] (2024), consolidando quatro anos de melhoria e com mais de 6 milhões de pessoas saindo da fome nesse período[20], problemas persistentes ainda persistem. Mais de 33 milhões ainda sofrem de fome, 167 milhões enfrentam insegurança alimentar[21] e quase 182 milhões não têm condições de comprar uma dieta saudável[22].

A cada dia, alimentos saudáveis se tornam mais inacessíveis para bilhões de pessoas. Uma série de crises globais — tarifas, inflação, desastres climáticos cada vez mais intensos e, agora, o conflito no Oriente Médio — continua a elevar o preço de itens alimentares básicos. Na América Latina, onde os índices de fome caíram por quatro anos consecutivos, os efeitos colaterais do conflito no Oriente Médio podem levar 2,2 milhões de pessoas de volta à insegurança alimentar aguda[23].

Uma tendência emergente é a redução da fome estrutural, mas o aumento do risco de crises agudas. Os fatores estruturais da crise estão ligados a aspectos econômicos (aumento dos custos de alimentos e energia, altos níveis de informalidade e pobreza persistente); fatores climáticos (secas e inundações) e eventos extremos que afetam as colheitas e a logística; fatores políticos e institucionais (conflitos e fragilidades estatais, como observado no Caribe); a fragmentação das políticas regionais; e desigualdades significativas no acesso a medicamentos, com alguns países dependendo de importações.

---

18 https://elpais.com/mexico/2026-04-06/guadalajara-la-sede-mundialista-atrapada-entre-agua-sucia-descontento-social-y-un-brote-de-sarampion.html

19 https://www.paho.org/es/noticias/27-2-2026-informe-onu-america-latina-caribe-avanza-erradicacion-hambre-por-cuarto-ano

20 https://www.swissinfo.ch/spa/la-fao-resalta-el-%22progreso-inexorable%22-de-latinoam%C3%A9rica-en-el-combate-contra-el-hambre/91039246

21 https://www.unicef.org/lac/comunicados-prensa/panorama-informe-onu-america-latina-caribe-avanza-erradicacion-hambre

22 https://www.unicef.org/lac/comunicados-prensa/panorama-informe-onu-america-latina-caribe-avanza-erradicacion-hambre

23 https://elpais.com/america-futura/2026-04-08/los-nuevos-campeones-climaticos-en-america-latina-bancos-de-alimentos.html

No entanto, também é possível identificar algumas respostas inovadoras na região. Os bancos de alimentos estão tendo um impacto significativo diante da situação descrita. A metodologia FRAME – Recuperação de Alimentos para Evitar Emissões de Metano[24] – desenvolvida pela Rede Global de Bancos de Alimentos com o apoio do Global Methane Hub, é a primeira metodologia para organizações de recuperação e redistribuição de alimentos, como bancos de alimentos, mensurar suas emissões evitadas com dados precisos e verificáveis.

Alguns países, como México, Chile e Paraguai, estão obtendo sucesso e gerando impacto com essas estratégias que reduzem a insegurança alimentar e combatem as mudanças climáticas[25].

Outros países, como Argentina e Brasil, estão promovendo políticas para reduzir perdas e desperdícios, priorizando a redistribuição em vez do descarte, propondo uma mudança de paradigma e promovendo a economia circular de alimentos.

Os esforços da Argentina[26] e do Brasil[27] para reduzir as perdas e o desperdício de alimentos demonstram uma transformação estrutural na forma como a produção e o consumo são concebidos. Ao priorizar a redistribuição em vez do descarte, ambos os países promovem um modelo baseado na eficiência, na solidariedade e na sustentabilidade, consolidando a economia circular de alimentos como um pilar estratégico do desenvolvimento regional.

Novas formas de participação social

A América Latina está vivenciando uma reconfiguração da participação social, marcada pela digitalização, pela territorialização das lutas e por novas formas híbridas que mesclam ativismo, inovação e política. A seguir, apresentamos uma análise atualizada e estruturada das novas formas de participação social na região.

Uma das ***transformações mais visíveis é a mudança da participação tradicional para ecossistemas digitais descentralizados, caracterizados pelo uso intensivo de redes sociais***

[24] A metodologia FRAME (Food Recovery to Avoid Methane Emissions), desenvolvida pela Global FoodBanking Network com o apoio do Global Methane Hub, é a primeira ferramenta padronizada criada para quantificar e relatar as reduções de emissões de metano resultantes da recuperação e redistribuição de alimentos. Essa metodologia é particularmente relevante para organizações como bancos de alimentos, pois vincula a ação social à mitigação das mudanças climáticas. Em uma região onde altos níveis de desperdício de alimentos e insegurança alimentar coexistem, o FRAME oferece uma ferramenta fundamental para: aprimorar o trabalho dos bancos de alimentos; apoiar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) para a mudança climática; promover políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 2 (Fome Zero), o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima).

[25] https://elpais.com/america-futura/2026-04-08/los-nuevos-campeones-climaticos-en-america-latina-bancos-de-alimentos.html

[26] Em 2018, a Argentina promulgou a Lei nº 27.454, que promove a doação de alimentos e estabelece incentivos para a redução do desperdício. O Plano Nacional de Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos, coordenado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca, visa avançar nessa área. Além disso, o país promove a Rede Argentina de Bancos de Alimentos (REDBdA) como ator fundamental na recuperação e redistribuição de alimentos, e uma Estratégia Nacional de Economia Circular que fomenta modelos de produção sustentáveis.

[27] O Brasil implementou sua Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos e possui uma Política Nacional de Resíduos Sólidos que integra a valorização de resíduos orgânicos. Lançou também o Programa Mesa Brasil da SESC, uma das maiores redes de redistribuição de alimentos da América Latina. Além disso, conta com diversas iniciativas legislativas e municipais voltadas para facilitar doações e reduzir o desperdício.

como espaços de deliberação e mobilização política. O desenvolvimento de comunidades digitais está substituindo e mediando cada vez mais grupos tradicionais, como os partidos políticos. Essas novas formas de participação impactam os processos eleitorais. Um exemplo disso pode ser visto nas recentes eleições peruanas, onde as redes sociais consolidaram sua posição como o principal espaço para campanhas, organização e debate cidadão[28].

Recursos como o ativismo no TikTok, X e WhatsApp; campanhas "virais" autogeridas; e a fiscalização cidadã digital (verificação coletiva de fatos) são técnicas utilizadas como novas formas de participação.

Mecanismos institucionais inovadores que incorporam tecnologia para a participação estão se expandindo, como o governo aberto e plataformas digitais participativas, consultas cidadãs online e estratégias como o orçamento participativo digital. Nesse sentido, organizações como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) promovem práticas de participação e inclusão cidadã digital em governos locais, fomentando inovações como laboratórios públicos de inovação (GovTech) e inteligência coletiva aplicada a políticas públicas[29].

Embora a ***tecnologia digital*** esteja se consolidando como tendência na região, formas de ativismo territorial e comunitário[30] também estão se fortalecendo: como os movimentos feministas, indígenas, ambientalistas e urbanos; redes locais com impacto regional; e a defesa de bens comuns (água, alimentos, terra). Os movimentos de maior impacto são aqueles enraizados nas comunidades e identidades locais, e não os estritamente partidários, como assembleias comunitárias, redes de economia solidária e ativismo climático local.

A participação não se limita mais ao nível nacional, mas agora se estrutura por meio de ***redes regionais e internacionais***, como fóruns acadêmicos e sociais, a exemplo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais[31], que reúne movimentos sociais, academia e sociedade civil; e redes regionais como a CRIES, que promovem a defesa de direitos em políticas públicas. Algumas características-chave dessas redes incluem a cocriação de agendas regionais; a defesa de direitos em múltiplos níveis (local-global); e a participação híbrida (presencial e virtual).

Uma nova camada de ***participação ligada à tecnopolítica***[32] está emergindo, promovendo a defesa dos direitos digitais (privacidade, dados, IA), o uso de dados abertos para ativismo e o hacktivismo e a tecnologia cívica. Da mesma forma, o debate se intensificou sobre

---

[28] https://elpais.com/america/2026-04-11/elecciones-peru-2026-cuando-la-fragmentacion-politica-se-convierte-en-sistema.html

[29] https://www.undp.org/es/latin-america

[30] https://asuntosdelsur.org/publicacion/nuevos-movimientos-sociales-e-innovacion-politica-en-america-latina

[31] https://www.clacso.org/foros-clacso-brasil/

[32] A nova dimensão da participação ligada à tecnopolítica refere-se à forma como as tecnologias digitais estão transformando a participação cidadã e o exercício do poder na sociedade contemporânea. Tecnologias digitais, como as redes sociais e os aplicativos de mensagens, possibilitam a autocomunicação em massa, onde os indivíduos podem produzir e disseminar conteúdo sem intermediários, gerando narrativas alternativas que desafiam o discurso oficial. Isso levou a um aumento na microsegmentação política, em que partidos e candidatos personalizam suas mensagens usando algoritmos, levantando questões éticas sobre privacidade e manipulação. A digitalização da sociedade deu origem a estratégias de microsegmentação política, em que partidos e candidatos personalizam suas mensagens com base em algoritmos.

como tecnologias como a identificação biométrica e as plataformas digitais fomentaram novas formas de organização cidadã em defesa de direitos[33].

Nesse cenário, novos partidos e formas de organização política estão emergindo[34], novos atores políticos nascidos da lógica da ***participação digital***, como o Partido Digital Colombiano[35], que propõe a democracia direta apoiada pela tecnologia. Observaremos também partidos de plataforma e participação direta nas decisões (votação online), o que implica uma estrutura organizacional horizontal[36].

Em conclusão, observamos que a participação social na América Latina apresenta tendências de hibridização (misturando o digital e o territorial), de desintermediação (com menor dependência de partidos e estruturas tradicionais), de fragmentação (com maior diversidade de causas, identidades e escalas de valores), de incorporação de tecnologias ou plataformas diversas, dados e IA, e de regionalização, articulando redes latino-americanas.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) se reuniu com autoridades de saúde peruanas e lançou nota sobre a situação do sarampo na região andina[37][38]

No Peru, o secretário-executivo, Fernando Araos, se reuniu com o Ministro da Saúde e também Presidente Pro Tempore da Reunião de Ministros da Saúde da Área Andina REMSAA, Juan Carlos Guerrero, com o objetivo de discutir sobre atenção básica em saúde, imunizações, respostas frente a emergências e desastres, medicamentos, câncer infantil, doenças raras entre outras.

Na reunião os dois líderes reforçaram a importância da cooperação técnica para a paz regional, mas também como um direito humano universal e possível. Por fim, foi discutida a criação de equipes de trabalho para intercâmbio de informações, padronização regional e revisão da proposta de realizar a Remsaa em Lima.

Além disso, a ORAS-CONHU em comunicado alertou para o rápido incremento de casos de sarampo na região das Américas. Nas primeiras semanas de 2026, foram registrados mais de 1000 casos em países como México, Estados Unidos, Canadá, Guatemala, Bolívia e Uruguai.

O aumento do sarampo nas Américas é resultado, segundo o Organismo, de uma combinação entre a diminuição das coberturas vacinais (78% dos casos confirmados em 2025

---

33 https://elpais.com/america/lideresas-de-latinoamerica/2026-01-30/lucia-camacho-en-el-negocio-del-iris-no-es-casual-que-world-haya-elegido-america-latina.html

34 https://laotracara.co/nota-ciudadania/nace-una-alternativa-politica-digital/

35 O Partido Digital Colombiano promove a modernização do Estado e da democracia por meio da tecnologia para o bem comum. Sua plataforma prioriza a inclusão digital, a redução da exclusão digital, a participação cidadã, a transparência e a responsabilização; promove o uso estratégico das TIC para aprimorar os serviços públicos. Propõe ainda a modernização do sistema eleitoral (incluindo o voto eletrônico com foco em segurança e privacidade) e o fortalecimento da pesquisa, inovação e desenvolvimento por meio da colaboração entre a academia, o setor privado e o setor público. https://socraci.com/view-organization-profile/partido-digital-colombiano

36 https://ramonramon.org/blog/2024/11/07/tecnopolitica-el-renacer-de-la-democracia-digital/

37 https://orasconhu.org/es/ministro-de-salud-del-peru-se-reune-con-secretario-ejecutivo-del-oras-conhu-para-consolidad-agenda

38 https://orasconhu.org/es/comunicado-ndeg22-del-oras-conhu-situacion-del-sarampion-en-la-region-de-las-americas-y-en-los

não estavam vacinados), a mobilidade internacional, grandes eventos e a presença de comunidades que não aceitam a vacina.

Além do reforço de vigilância dos Ministérios da Saúde da região, o ORAS-Conhu, junto com a OPAS/OMS, tem buscado fortalecer a coordenação sub-regional para assegurar uma resposta rápida e coerente. Por fim, o comunicado reforça a importância da vacinação e reitera a segurança, a gratuidade e a disponibilidade de vacinas em todos os países andinos.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) fortaleceu a cooperação na área de educação[39]

A OTCA se reuniu com o Ministério da Educação (MEC) do Brasil para discutir a reativação da Comissão Especial de Educação da Amazônia (CEEDA), mecanismo para fortalecer a cooperação em formação, conhecimento, capacitação e educação na região. Participaram do encontro do lado da OTCA a diretora executiva, Vanessa Grazziotin, e o coordenador de Ciência, Tecnologia e Educação, Angel Vilora, e do lado do MEC, o assessor especial para assuntos internacionais, Felipe Dutra, e o coordenador de Integração regional e língua portuguesa, Gustavo Servilha.

Na agenda da reunião, foram abordados os trâmites necessários à negociação entre os países-membros e os aspectos organizacionais para a futura convocação da CEEDA. A reativação da CEEDA tem como objetivo impulsionar uma agenda comum que integre a educação básica e superior e faz parte da preparação de espaços de alto nível, como a Reunião de Ministros da Educação dos países membros da OTCA, que permitirá ampliar e fortalecer o diálogo político e técnico em torno de objetivos estratégicos para a região.

O Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA) apresentou estratégia para integrar mercados na região[40]

Em sua apresentação na Junta Diretiva Ampliada da Associação Venezuelana de Exportadores, a analista de Recuperação Econômica do SELA, Karla Sanchez, sinalizou a importância de promover setores estratégicos que dinamizem novos mercados e fortaleçam o comércio intrarregional. Como estratégia para o alcance desse cenário, indicou a importância das políticas públicas que promovam incentivos do Investimento Estrangeiro Direto, estabilidade macroeconômica, atenção a gargalos de nível logístico e de infraestrutura. Por fim, destacou a articulação estratégica entre as capacidades produtivas e a cooperação regional efetiva.

IX Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS

Nos dias 8 e 9 de abril, foi realizada no Rio de Janeiro a IX Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. A iniciativa reuniu 24 países africanos e sul-americanos

[39] https://otca.org/pt/paises-membros-da-otca-aprovam-entendimento-operativo-para-a-preparacao-e-resposta-a-incendios-florestais-na-regiao-amazonica/

[40] https://sela.org/sela-promueve-articulacion-estrategica-para-avanzar-hacia-nuevos-mercados-en-la-region/

para celebrar 40 anos da criação da Resolução 41/11 da AGNU. Na agenda da reunião estava o debate da Declaração do Rio de Janeiro[41] e o lançamento da primeira Estratégia de Cooperação[42], que incluirá áreas como pesquisa oceanográfica, defesa e segurança marítima entre outras. Além disso, foi assinada a Convenção para a Proteção do Meio Ambiente Marinho no Atlântico Sul[43], acordo vinculante que estabelece medidas de proteção ambiental para o Oceano Atlantico Sul.

[41] https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-do-rio-de-janeiro-9-de-abril-de-206

[42] https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/estrategia-de-cooperacao-do-rio-de-janeiro

[43] https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/convencao-para-a-protecao-do-meio-ambiente-marinho-no-atlantico-sul

Sudão: o impasse da diplomacia

Sudan: the diplomatic impasse

Sudán: el impasse diplomático

Augusto Paulo Silva,
Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg

Resumo. Este informe detalha iniciativas cruciais para a saúde e estabilidade em África entre março e abril de 2026. O CDC África lançou o Programa SPARK–NCD para combater o fardo das doenças não transmissíveis, como hipertensão e diabetes, integrando a vigilância nos sistemas de saúde existentes. Esta iniciativa visa transformar dados fragmentados em inteligência acionável para salvar milhões de vidas. Simultaneamente, a CEDEAO reforçou a sua política de tolerância zero contra a violência de género em Banjul, classificando-a como uma crise de saúde pública e um entrave ao desenvolvimento económico. No Sudão, o conflito intensifica-se e regionaliza-se, com ataques devastadores a hospitais que já resultaram em mais de 2.000 mortes em instalações de saúde. A crise humanitária agravou-se com o uso frequente de drones em áreas povoadas. Por fim, a OMS África estabeleceu normas continentais de qualidade (AHPEQS) para o ensino das profissões de saúde. O objetivo é suprir a escassez projetada de 6,1 milhões de profissionais até 2030, garantindo que a formação responda às necessidades reais do continente e promova o acesso universal de saúde.

Palavras-chave: CDC África. OMS AFRO. Sudão. Educação. Saúde Pública**.**

Abstract. *This report details pivotal initiatives for health and stability in Africa during 2026. Africa CDC launched the SPARK–NCD Program to tackle non-communicable diseases by integrating surveillance into existing health frameworks. The initiative focuses on person-centered care to prevent millions of premature deaths. Meanwhile, ECOWAS strengthened its zero-tolerance stance against gender-based violence, addressing it as both a public health crisis and a barrier to economic progress. In Sudan, the war is expanding regionally, with devastating hospital attacks leading to over 2,000 deaths in healthcare settings. The escalation includes widespread drone strikes in populated areas. Lastly, WHO Africa established quality standards (AHPEQS) for health professions education. This effort aims to address the projected shortage of 6.1 million health workers by 2030, ensuring that medical training meets the continent's evolving needs and supports universal health coverage.*

Keywords: *Africa CDC. WHO AFRO. Sudan. Education. Public Health.*

Resumen. *Este informe detalla iniciativas cruciales para la salud y la estabilidad en África en 2026. El CDC África lanzó el Programa SPARK-NCD para combatir las enfermedades no transmisibles, integrando la vigilancia en los sistemas de salud actuales. El programa busca transformar datos en acciones para reducir la mortalidad prematura. Paralelamente, la CEDEAO reafirmó su tolerancia cero contra la violencia de género, considerándola una crisis sanitaria y un obstáculo para el crecimiento. En Sudán, el conflicto se agrava con ataques a infraestructuras médicas, superando las 2.000 muertes en hospitales. El uso de drones en zonas civiles ha intensificado la tragedia humanitaria. Finalmente, la OMS África adoptó normas de calidad*

(AHPEQS) para la educación médica. Se busca mitigar el déficit de 6,1 millones de trabajadores de la salud para 2030, asegurando una formación alineada con las prioridades continentales y el acceso universal a la salud.

Palabras clave: *CDC África. OMS AFRO. Sudán. Educación. Salud Pública.*

CDC ÁFRICA

Lançamento do Programa SPARK–NCD

Estima-se que quase 2 milhões de africanos morrem prematuramente todos os anos devido a complicações relacionadas apenas com a hipertensão e a diabetes, e que apenas 10 a 20% das pessoas que vivem com estas patologias recebam cuidados regulares. Em resposta, o CDC África lançou uma grande iniciativa continental para reforçar a vigilância, melhorar os cuidados integrados e transformar a resposta do continente às doenças não transmissíveis.

O Programa SPARK–NCD (*Strengthening Public Health Surveillance and Resilient Knowledge for Non-Communicable Diseases in Africa* /Reforço da Vigilância de Saúde Pública e de Conhecimentos Resilientes sobre Doenças Não Transmissíveis em África) foi lançado oficialmente em Zanzibar, em colaboração com os Estados-Membros da União Africana e parceiros. Trata-se da iniciativa emblemática do CDC África para reforçar os sistemas de vigilância, potenciar a produção de dados sobre as DNT (Doenças Não Transmissíveis), capacitar os profissionais de saúde e promover cuidados integrados e centrados nas pessoas em toda a África.

Implementada através de plataformas nacionais já existentes — incluindo a plataforma da linha da frente do Programa de Formação em Epidemiologia de Campo (FETP, *Field Epidemiology Training Programme*) — a iniciativa foi concebida para integrar a inteligência sobre DNT nos sistemas de saúde que os países já detêm e operam, criando capacidade a partir do interior em vez de criar estruturas paralelas.

Ao presidir ao lançamento, Sua Excelência Hemed Suleiman Abdulla, Segundo Vice-Presidente de Zanzibar, falando em nome do Dr. Hussein Ali Mwinyi, Presidente de Zanzibar e do Conselho Revolucionário, descreveu a iniciativa como um ponto de viragem fundamental para os sistemas de saúde em África: "Este não é apenas mais um programa. É, potencialmente, a transformação mais significativa nos sistemas de saúde desde a criação dos programas verticais de HIV, há mais de três décadas."

África está a atravessar uma profunda transição epidemiológica. À medida que a esperança de vida aumenta e os sistemas de saúde continuam a melhorar, as doenças não transmissíveis emergiram como um desafio determinante para a saúde pública. As doenças cardiovasculares, a diabetes, os cancros, as doenças respiratórias crónicas e as condições de saúde mental estão a aumentar rapidamente em todas as regiões do continente, afetando cada vez mais pessoas no auge das suas vidas e provocando mortalidade prematura, incapacidade, empobrecimento das famílias e uma pressão contínua sobre os sistemas de saúde e as economias.

Apesar deste fardo crescente, os sistemas de vigilância das DNT (Doenças Não Transmissíveis) permanecem fragmentados e com poucos recursos em muitos países, limitando

a capacidade dos governos para detectar, monitorizar e responder de forma eficaz. Em demasiados contextos, as pessoas vivem durante anos com hipertensão arterial ou diabetes sem diagnóstico, e muitas outras são diagnosticadas, mas não são mantidas sob cuidados.

A iniciativa SPARK–NCD visa colmatar esta lacuna através do reforço dos sistemas de vigilância das DNT, lesões e saúde mental; da formação de profissionais de saúde pública qualificados; da integração de inteligência sobre DNT nos sistemas nacionais para informar a tomada de decisões e melhorar os resultados; e do apoio aos países para institucionalizarem cuidados integrados à escala.

O Dr. Raji Tajudeen, Diretor-Geral Adjunto Interino do CDC África, descreveu o SPARK–NCD como um investimento estratégico nos sistemas de saúde pública de África: "O SPARK–NCD é um investimento estratégico na arquitetura de saúde pública. Ajudará os países a passarem de dados fragmentados para inteligência acionável, e de programas isolados para cuidados integrados e centrados nas pessoas."

Acrescentou ainda que o programa reflete o reconhecimento claro de que África já não se pode dar ao luxo de tratar as DNT como uma crise silenciosa à margem do planeamento da saúde pública, e que a vigilância, a prevenção e os cuidados integrados de doenças crónicas devem tornar-se pilares centrais da segurança e soberania sanitária de África.

O lançamento seguiu-se a um diálogo político de alto nível baseado em mais de uma década de investigação na Tanzânia e no Uganda, que demonstrou que a integração dos serviços de HIV e DNT é segura, equitativa, económica e melhora o acesso sem comprometer os resultados do HIV. As evidências mostraram também que os modelos baseados na comunidade podem alcançar resultados clínicos comparáveis, reduzindo simultaneamente os custos e ajudando a descongestionar as unidades de saúde.

Estas conclusões apontam para uma grande oportunidade para África tirar partido do sucesso da sua resposta ao VIH. Durante demasiado tempo, os programas de HIV e de DNT funcionaram de forma isolada (em silos), com partilha limitada de recursos, modelos de força de trabalho e lições de implementação. Os dados mostram agora que reunir os cuidados de HIV e DNT sob o mesmo teto — e prestar mais serviços junto das comunidades — é simultaneamente viável e eficaz.

A iniciativa SPARK–NCD alinha-se com a Posição Comum da União Africana sobre o Envolvimento Multissetorial, Coordenação e Ação para as DNT, lesões e saúde mental, reforçando uma abordagem de "toda a governação" e de "toda a sociedade" à prevenção, vigilância e cuidados.

À medida que África atravessa uma grande transição epidemiológica, o lançamento do SPARK–NCD sinaliza um passo decisivo para sistemas de saúde mais resilientes, orientados por dados e centrados nas pessoas, bem como uma determinação continental crescente para enfrentar o fardo crescente das doenças crónicas com urgência, escala e liderança africana.

CEDEAO

Tolerância zero: África Ocidental endurece resposta contra a violência exercida sobre as mulheres

Imagem 1: Ministras responsáveis pela Igualdade de Gênero, Proteção Social e Infância



Fonte: IllicoNews, 2026.

Em Banjul, capital da Gâmbia, os Estados da África Ocidental deram um passo decisivo na luta contra a violência de género. Reunidos a 9 de abril, no âmbito do Fórum das Primeiras-Damas do projeto SWEDD+, os(as) Ministros(as) responsáveis pela Igualdade de Género, Proteção Social e Infância reafirmaram o seu compromisso em erradicar a violência exercida sobre mulheres e raparigas, colocando esta ambição no centro das prioridades regionais.

Esta Reunião Ministerial marca uma etapa estratégica na consolidação de uma resposta coletiva perante um fenómeno persistente, com consequências humanas, sociais e económicas de grande escala. Inscreve-se numa dinâmica de coordenação reforçada entre Estados, instituições regionais e parceiros técnicos e financeiros.

À volta da mesa, vários intervenientes fundamentais marcaram presença, nomeadamente a CEDEAO, o Banco Mundial, o Fundo das Nações Unidas para a População e a Organização Oeste-Africana da Saúde. Esta convergência traduz uma vontade partilhada de harmonizar estratégias e de otimizar recursos para uma ação mais eficaz no terreno.

As discussões evidenciaram a necessidade de uma abordagem multissetorial que integre a saúde, a justiça, a educação e a proteção social. O objetivo é claro: reforçar os mecanismos existentes, garantindo simultaneamente a sua implementação efetiva a nível nacional e local.

No seu discurso de abertura, a Ministra da Igualdade de Género da Gâmbia, Fatou S. Kinteh, apelou a uma mobilização reforçada perante a persistência da violência.

A Ministra insistiu na urgência de intensificar as respostas nacionais e de consolidar os mecanismos de proteção das vítimas. O tom foi idêntico por parte do Banco Mundial, cuja

representante regional, Trina Haque, recordou a magnitude dos desafios. Exortou os Estados a irem além das declarações de intenção, de modo a produzirem resultados tangíveis e mensuráveis — uma condição essencial para avaliar o impacto das políticas públicas.

O Fundo das Nações Unidas para a População enfatizou, por sua vez, a importância de uma abordagem global. A sua representante, Edwige Adekambi Domingo, defendeu um reforço simultâneo das ações de prevenção e dos mecanismos de apoio e acompanhamento às sobreviventes.

Além das respostas institucionais, sublinhou a necessidade de transformar profundamente as normas sociais que perpetuam esta violência. Isto implica um trabalho de longo prazo junto das comunidades, nomeadamente através da educação, da sensibilização e do envolvimento de líderes de opinião.

A Organização Oeste-Africana da Saúde recordou que a violência de género não diz apenas respeito aos direitos humanos. Constitui igualmente uma crise de saúde pública de grande escala e um entrave ao desenvolvimento económico.

Segundo o seu representante, o Dr. Felix Agbla, esta violência afeta diretamente os sistemas de saúde, fragiliza as comunidades e compromete as perspectivas de crescimento. A sua eliminação surge, assim, como uma condição indispensável para atingir a cobertura universal de saúde, a igualdade de género e os objetivos de desenvolvimento sustentável. A organização prossegue o seu apoio aos Estados-Membros através do reforço das competências dos intervenientes de primeira linha e da promoção de abordagens coordenadas entre os diferentes setores envolvidos.

As intervenções ministeriais convergiram para uma constatação partilhada: os quadros jurídicos devem ser reforçados e melhor aplicados. Foram realizados progressos em vários países, mas os desafios continuam a ser inúmeros no que respeita ao acesso à justiça e à proteção efetiva das vítimas.

Figuras como Maimouna Dièye, Ministra da Família do Senegal, e Savia Mint N'tahah, Ministra da Ação Social da Mauritânia, insistiram na necessidade de uma coordenação institucional mais eficaz. Ambas apelaram a uma melhor articulação entre as políticas públicas e as realidades no terreno.

A CEDEAO pretende desempenhar um papel motor nesta dinâmica. Através da sua representante residente na Gâmbia, Lilly French, a organização reafirmou o seu compromisso em coordenar os esforços regionais e em acompanhar os Estados na implementação dos compromissos assumidos. Esta coordenação regional é essencial para assegurar a coerência das ações e evitar a fragmentação das iniciativas, frequentemente apontada como um entrave à eficácia das políticas públicas.

Presidida por Véronique Tognifodé, Ministra dos Assuntos Sociais do Benim e Presidente do Comité Regional de pilotagem do SWEDD+[1], a reunião resultou em orientações operacionais.

Entre os resultados esperados figuram a adoção de um roteiro regional, o reforço dos mecanismos de acompanhamento e a elaboração de um quadro comum de compromisso. Estas

[1] ***Sub-Saharan Africa Women's Empowerment and Demographic Dividend Plus*** é uma iniciativa regional ambiciosa e de larga escala, financiada pelo Banco Mundial, que visa transformar a vida de milhões de mulheres e raparigas na África Ocidental e Central.

ferramentas deverão permitir a passagem de uma lógica de compromisso político para uma dinâmica de resultados concretos e mensuráveis.

Indo além dos discursos, esta reunião marca uma vontade assumida de transformação. Os Estados da África Ocidental parecem agora determinados a fazer da luta contra a violência exercida sobre mulheres e raparigas uma prioridade absoluta.

O sucesso desta ambição dependerá, no entanto, da capacidade de manter o ímpeto político, de mobilizar os recursos necessários e de garantir uma implementação rigorosa dos compromissos. O caminho para a tolerância zero é ainda longo, mas o sinal enviado de Banjul é inequívoco: a África Ocidental quer mudar de paradigma e colocar a dignidade das mulheres e das raparigas no centro do seu desenvolvimento.

Guerra no Sudão

A guerra devastadora do Sudão continua enquanto as rivalidades regionais se aprofundam. No entanto, a crise no Irã pode levar os rivais do Golfo a deixar de lado suas diferenças e reavivar a diplomacia paralisada sobre o Sudão.

A guerra civil do Sudão entrará em breve em seu quarto ano, sem um fim à vista. O conflito atraiu outros atores regionais, que apoiam e sustentam a guerra ao respaldar os beligerantes do Sudão. Isso corre o risco de precipitar uma repercussão muito mais ampla na região, com graves consequências dentro e fora do Sudão. Civis sudaneses estão pagando o preço.

Militarmente, o ímpeto tem oscilado entre o exército sudanês e os paramilitares Forças de Apoio Rápido (RSF). Atualmente, a linha de frente corre em grande parte ao longo do centro-oeste de Kordofan, sem uma ruptura decisiva à vista. À medida que a guerra se aproxima do seu quarto ano, o conflito está se regionalizando gradualmente para o Chifre da África e o Mar Vermelho, tornando qualquer acordo muito mais difícil de alcançar. Patrocinadores externos com recursos financeiros profundos estão transformando o Sudão em um teatro indireto de confronto. Seu dinheiro, armas e apoio logístico moldam os cálculos no campo de batalha, sustentam a capacidade de combate e, por vezes, alteram o ímpeto militar, prolongando o conflito e reduzindo os incentivos para o compromisso.

De um lado está o exército sudanês, que formou uma coalizão de apoiadores: Egito, Eritreia, Turquia, Catar, Irã e, cada vez mais, a Arábia Saudita, inicialmente um mediador neutro. Esses países, juntamente com as Nações Unidas e a Liga Árabe, reconhecem o chefe do exército Abdel Fattah al-Burhan como Chefe de Estado do Sudão. A maioria enquadra seu apoio como suporte a um governo que enfrenta uma rebelião interna.

Por outro lado, os Emirados Árabes Unidos têm sido o principal patrono das RSF, fornecendo apoio financeiro, militar e logístico. Esse apoio ajudou as RSF a sustentar grandes operações, incluindo a longa luta por el-Fasher. Quando a cidade caiu após um cerco que durou aproximadamente 18 meses, imagens e testemunhos de atrocidades se espalharam: execuções, tortura, sequestros e violência sexual. O horror provocou uma onda de cobertura crítica do papel de Abu Dhabi, mas isso não teve efeito no apoio emirati.

A posição geoestratégica do Sudão ajuda a explicar por que potências externas continuam profundamente envolvidas. O país está situado na encruzilhada do Mar Vermelho, do Chifre da África, do Sahel e do Norte da África. Para algumas potências regionais, a guerra não é apenas sobre o próprio Sudão, mas também sobre seus próprios interesses de segurança

nacional, bem como sobre a projeção de influência em uma ordem regional em rápida mudança e contestada.

Os vizinhos africanos do Sudão também estão sendo envolvidos no conflito, às vezes devido a interesses nacionais diretos e outras vezes devido aos incentivos oferecidos para servir como centros de trânsito para armas e suprimentos. Essas dinâmicas correm o risco de agravar as linhas de falha existentes no Chifre da África e potencialmente fundir múltiplos conflitos regionais, com o Sudão no epicentro.

As tensões sobrepõem-se aos esforços diplomáticos. No ano passado, após meses de negociações lideradas pelos EUA, o Quad – composto pelos Estados Unidos, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Egito – propôs um roteiro para pôr fim à guerra. Registaram-se alguns progressos diplomáticos iniciais no formato Quad, incluindo o acordo sobre princípios gerais e conversações indiretas. Em teoria, o alinhamento entre estes apoiantes externos poderia gerar uma pressão significativa tanto sobre as SAF como sobre as RSF para negociarem o fim do conflito.

Contudo, em vez disso, as crescentes tensões entre dois membros do Quad, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos (EAU), ensombram as negociações do roteiro. Essas tensões eclodiram publicamente. O Conselho de Transição do Sul no Iémen, apoiado pelos EAU, lançou uma ofensiva surpresa junto à fronteira saudita contra forças apoiadas por Riade, provocando a ira desta última e desencadeando uma rutura aberta e rara entre os dois pesos pesados do Golfo. A Arábia Saudita repreendeu publicamente os EAU e exigiu a sua retirada total. Os EAU anunciaram então a saída. No entanto, a fenda não se fechou. Os meios de comunicação alinhados com os sauditas acusam agora regularmente os EAU de 'desestabilizar a região', inclusivamente no Sudão. A disputa entre os EAU e a Arábia Saudita corre o risco de aprofundar a natureza intratável da guerra. Poderia, por exemplo, levar a um apoio ainda mais explícito ao exército por parte do Egito, Turquia, Catar e Arábia Saudita. E poucos esperam que os EAU reduzam o seu apoio às RSF.

Os EUA continuam no centro da iniciativa para pôr fim à guerra, apesar das dúvidas persistentes sobre se a administração Trump está empenhada em levar esses esforços até ao fim. É provável que essas interrogações aumentem face à guerra lançada pelos EUA e Israel contra o Irão, que retaliou atingindo também estados em todo o Golfo.

Todos estes desenvolvimentos levantam dúvidas sobre se as negociações do Quad relativamente ao Sudão farão progressos a curto prazo. À medida que os estados do Golfo respondem a uma ameaça de segurança sem precedentes, é improvável que a sua atenção esteja centrada no Sudão. Contudo, esta mesma crise poderá também criar uma oportunidade. Confrontados com um desafio de segurança partilhado, Riade e Abu Dhabi poderão encontrar razões para pôr de lado algumas das suas divergências, inclusive sobre o Sudão. Se o fizerem, os efeitos poderão ser construtivos, ajudando a revitalizar os esforços diplomáticos estagnados para acabar com a guerra. Os EUA e as potências europeias, bem como outros atores regionais como a Turquia, o Egito e outros estados do Golfo, deverão tentar mediar uma *detente* saudita-emirati e utilizá-la como um passo crítico no caminho para uma trégua no Sudão. Qualquer trégua deste tipo entre as duas partes em conflito teria, por sua vez, de pôr em marcha um processo político entre os sudaneses, possivelmente facilitado pela União Africana e pela ONU.

Existe também uma necessidade urgente de acalmar os ânimos no Corno de África, que parece estar à beira de uma guerra regional mais vasta, impulsionada em parte pelas rivalidades sobre o conflito no Sudão. É tempo de os líderes africanos e outros assumirem as suas

responsabilidades e tentarem evitar qualquer escalada. Mesmo com a intensificação da guerra com o Irão, que consome as atenções mundiais, é vital não esquecer que o conflito no Sudão também está prestes a alastrar-se, a menos que se faça mais para o travar.

Um ataque a um hospital na região de Darfur, matou pelo menos 64 pessoas, incluindo 13 crianças, de acordo com o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS). Numa publicação nas redes sociais, Tedros Adhanom Ghebreyesus afirmou que vários pacientes, duas enfermeiras e um médico estavam também entre as vítimas mortais do ataque ao Hospital de Ensino de al-Daein, em al-Daein — a capital do estado de Darfur Oriental.

O ataque danificou os departamentos de pediatria, maternidade e urgências do hospital, tornando a infraestrutura inoperacional e interrompendo serviços médicos essenciais na cidade. Como resultado desta tragédia, o número total de vítimas mortais ligadas a ataques a instalações de saúde durante a guerra no Sudão ultrapassou agora as 2.000, afirmou Tedros, acrescentando que, ao longo de quase três anos de conflito entre o exército do Sudão e a força paramilitar Forças de Apoio Rápido (RSF), a OMS confirmou a morte de 2.036 pessoas em 213 ataques contra o setor da saúde.

Recorde-se, a guerra entre o exército e as RSF eclodiu em meados de abril de 2023, desencadeando uma vaga de violência que conduziu a uma das crises humanitárias de origem humana com crescimento mais rápido do mundo, com dezenas de milhares de mortos, mais de 12 milhões de pessoas forçadas a abandonar as suas casas e mais de 33 milhões a necessitar de ajuda humanitária. As RSF dominam a vasta região de Darfur, no oeste do Sudão, enquanto o exército sudanês controla o leste, o centro e o norte. Ambas as partes foram acusadas de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, enquanto as RSF foram implicadas em atrocidades em Darfur que, segundo especialistas das Nações Unidas, apresentam os contornos de um genocídio.

A cidade de al-Daein, controlada pelas RSF, tem sido regularmente atacada pelo exército sudanês, que tenta empurrar os paramilitares de volta para os seus redutos em Darfur e para longe do corredor central do Sudão. O seu ataque mais recente ao mercado da cidade, no início deste mês, incendiou barris de petróleo que arderam durante horas. O Sistema de Vigilância de Ataques à Saúde da OMS (SSA, *WHO's Surveillance System for Attacks on Health Care*) contabiliza e verifica tais ataques, mas não atribui culpas, uma vez que não é uma agência de investigação. O sistema afirmou que o ataque de sexta-feira envolveu "violência com armas pesadas" e afetou não só o hospital, funcionários e pacientes, mas também mantimentos e armazenamento. Os números do SSA mostram que os ataques ao setor da saúde no Sudão estão a tornar-se mais mortais a cada ano que passa. Em 2023, 64 ataques causaram 38 mortes e, no ano seguinte, 72 ataques provocaram 200 mortes. Em 2025, 65 ataques causaram 1.620 mortes — 82% das mortes reportadas em ataques à saúde em todo o mundo.

Ataques quase diários com drones são agora uma marca registada da guerra brutal do Sudão, matando dezenas de pessoas de cada vez, maioritariamente na região de Cordofão do Sul (*South Kordofan*). O Alto-Comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Türk, afirmou estar "horrorizado" após ter sido reportada a morte de mais de 200 civis por ataques de drones no espaço de oito dias. "As partes no conflito no Sudão continuam a utilizar drones cada vez mais potentes para mobilizar armas explosivas com impactos de vasta área em zonas povoadas", afirmou. O gabinete humanitário da ONU no Sudão declarou estar "horrorizado com o ataque". Apesar das repetidas condenações por parte das Nações Unidas, os hospitais têm sido um alvo regular ao longo de toda a guerra. Como resultado dessa tragédia, o número total de pessoas

mortas em ataques à saúde no conflito ultrapassou agora as 2.000, informou a agência de notícias AFP. O site do SSA da OMS indicou que 2.036 pessoas foram mortas até à data em 213 ataques deste género. Tedros afirmou:

> *Para além do devastador custo humano, os ataques aos serviços de saúde têm consequências imediatas e a longo prazo para comunidades que já necessitam desesperadamente de serviços médicos, tanto de emergência como de rotina. A saúde nunca deve ser um alvo. A paz é o melhor remédio. Já se derramou sangue suficiente. Já se infligiu sofrimento suficiente. Chegou o momento de desanuviar o conflito no Sudão e garantir a proteção de civis, profissionais de saúde e trabalhadores humanitários.*

OMS África

Reguladores das profissões de saúde acordam normas de qualidade para o ensino em África

Organismos reguladores das profissões de saúde, líderes na área do ensino e peritos técnicos de toda a Região Africana alcançaram um consenso histórico sobre as Normas de Qualidade do Ensino das Profissões de Saúde em África (AHPEQS, *Africa Health Professions Education Quality Standards*), estabelecendo um quadro continental partilhado para reforçar a qualidade, a relevância e a capacidade de resposta da formação de profissionais de saúde.

O acordo surge num momento crítico para a Região, que enfrenta uma escassez projetada de 6,1 milhões de profissionais de saúde até 2030, impulsionada por elevados níveis de abandono, migração para o estrangeiro e desajustes persistentes entre os resultados da formação e as necessidades de saúde em evolução da população. Em muitos países, este desafio é agravado por um paradoxo estrutural do mercado de trabalho, onde a escassez de mão-de-obra coexiste com o desemprego, afetando particularmente a Atenção Primária e os serviços especializados, e colocando uma pressão adicional sobre contextos frágeis e vulneráveis.

Adotadas durante uma reunião de três dias em Potchefstroom, na África do Sul, as normas marcam uma mudança decisiva: do foco exclusivo na expansão da capacidade de formação para a garantia de qualidade consistente, responsabilidade e competência em todos os sistemas de ensino das profissões de saúde. Embora a Região Africana tenha feito progressos significativos no aumento da capacidade formativa — com mais de 4.000 instituições a formar mais de 225.000 licenciados anualmente —, subsistem preocupações quanto à preparação de alguns destes profissionais para satisfazer as exigências cada vez mais complexas do sistema de saúde.

As evidências continuam a destacar lacunas nas competências, incluindo desafios no rigor do diagnóstico e na tomada de decisões clínicas, sublinhando a necessidade de sistemas de ensino e acreditação mais fortes e harmonizados. As variações na qualidade do ensino, na capacidade regulatória e no desempenho institucional têm contribuído para inconsistências na prestação de cuidados seguros, eficazes e centrados nas pessoas.

As recém-adotadas AHPEQS respondem diretamente a estes desafios, fornecendo um quadro abrangente estruturado em 9 domínios e 35 normas, abrangendo sistemas regulatórios, governação institucional, currículo e processos educativos, seleção e apoio ao estudante, pessoal académico e de apoio, infraestruturas e tecnologia, garantia de qualidade institucional, parcerias e competência da força de trabalho de saúde. Conjuntamente, estas normas estabelecem uma referência comum para que os países reforcem a acreditação, melhorem o desempenho institucional e garantam que os profissionais de saúde estão equipados com as competências necessárias para responder às necessidades de saúde em mutação.

O consenso, formalizado através do Consenso de Potchefstroom, reflete um reconhecimento crescente entre países e parceiros de que a melhoria dos resultados de saúde depende não apenas do aumento do número de trabalhadores, mas também da garantia da qualidade e relevância da sua formação. Alinha-se também com as prioridades continentais, incluindo a Agenda 2063 da União Africana, que promove o desenvolvimento de uma força de trabalho competente e a livre circulação de profissionais de saúde em todo o continente.

"Estamos a moldar coletivamente uma arquitetura continental para o ensino das profissões de saúde que reflete as realidades africanas, responde às prioridades de saúde de África e é construída com base na liderança e no consenso africanos", afirmou a Dra. Adelheid Onyango, Diretora de Reforço dos Sistemas de Saúde da OMS para a África.

Os participantes lançaram também um forte apelo à ação para acelerar a implementação das normas. A Organização Mundial da Saúde foi instada a colaborar com a União Africana, Comunidades Económicas Regionais e parceiros para finalizar orientações técnicas, ferramentas de aferição (*benchmarking*) e materiais de apoio, bem como para auxiliar os países na adoção e operacionalização das normas. Os Estados-Membros foram encorajados a integrar as normas nos processos nacionais de regulamentação, acreditação e revisão curricular, enquanto os organismos reguladores e as instituições de formação foram instados a avançar com o ensino baseado em competências, a reforçar a colaboração e a tirar partido da inovação para melhorar os resultados de aprendizagem.

As AHPEQS fazem parte da mais ampla Agenda da Força de Trabalho de Saúde em África 2026–2035, que visa formar, empregar e reter três milhões de trabalhadores de saúde adicionais em todo o continente. Com base no desenvolvimento de protótipos regionais de currículos baseados em competências lançados em 2025, estas normas representam um passo crítico seguinte no alinhamento dos sistemas de ensino com as necessidades dos sistemas de saúde, garantindo que os investimentos no desenvolvimento da força de trabalho se traduzam numa melhor prestação de serviços e melhores resultados de saúde.

"Estas normas ajudarão os países a reforçar os sistemas de acreditação, a aumentar a responsabilidade e a melhorar a comparabilidade das qualificações, ao mesmo tempo que promovem o reconhecimento mútuo e a mobilidade transfronteiriça dos profissionais de saúde", afirmou o Dr. James Avoka Asamani, Líder da Equipa da Força de Trabalho de Saúde no Escritório Regional da OMS para a África.

Com a adoção das AHPEQS, os países da Região Africana deram um passo significativo para garantir que os profissionais de saúde não são apenas formados em maior número, mas estão dotados das aptidões, competências e profissionalismo necessários para prestar cuidados de qualidade e avançar rumo à cobertura universal de saúde e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Impactos da guerra no Golfo sobre a Ucrânia, a Europa e a agenda global

Impacts of the Gulf War on Ukraine, Europe, and the Global Agenda.

Impactos de la guerra en el Golfo sobre Ucrania, Europa y la agenda global

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. Freire analisa como a guerra envolvendo EUA, Israel e Irã afeta diretamente o conflito na Ucrânia. O presidente ucraniano, Volodimir Zelensky, teme a redução do apoio internacional, já que a suspensão de sanções fortalece economicamente a Rússia e os EUA passam a priorizar o Oriente Médio, inclusive limitando o fornecimento de armamentos essenciais à Ucrânia. A Europa, sua atual principal financiadora, enfrenta dificuldades devido à crise energética agravada pela alta dos preços do petróleo e gás. O conflito no Golfo intensifica riscos globais, especialmente no fornecimento de energia, pressionando a União Europeia entre manter metas climáticas ou recorrer a fontes fósseis como o carvão. Paralelamente, há tensões políticas, mudanças no cenário europeu (como eleições na Hungria e reaproximação do Reino Unido com a UE) e posicionamentos divergentes sobre o conflito. Na área da saúde, destacam-se um caso isolado de gripe aviária na Europa (com baixo risco), iniciativas para melhorar respostas a emergências sanitárias, com a publicação de um guia pelo ECDC e o teste de um aplicativo de vigilância epidemiológica na África. O texto também aborda desigualdades no acesso à saúde digital e a continuidade da crise humanitária em Gaza, com esforços logísticos internacionais para envio de ajuda.

Palavras-chave: União Europeia; guerra na Ucrânia; guerra no Golfo; crise energética; eleições na Hungria.

***Resumen**. Freire analiza cómo la guerra que involucra a Estados Unidos, Israel e Irán afecta directamente al conflicto en Ucrania. El presidente ucraniano, Volodímir Zelensky, teme una reducción del apoyo internacional, ya que la suspensión de sanciones fortalece económicamente a Rusia y Estados Unidos pasa a priorizar Oriente Medio, incluso limitando el suministro de armamento esencial a Ucrania. Europa, su actual principal financiadora, enfrenta dificultades debido a la crisis energética agravada por el aumento de los precios del petróleo y el gas. El conflicto en el Golfo intensifica los riesgos globales, especialmente en el suministro de energía, presionando a la Unión Europea entre mantener sus metas climáticas o recurrir a fuentes fósiles como el carbón. Paralelamente, existen tensiones políticas, cambios en el escenario europeo (como las elecciones en Hungría y el acercamiento del Reino Unido a la UE) y posturas divergentes sobre el conflicto. En el ámbito de la salud, destacan un caso aislado de gripe aviar en Europa (con bajo riesgo), iniciativas para mejorar la respuesta a emergencias sanitarias, como la publicación de una guía por parte del ECDC y la prueba de una aplicación de vigilancia epidemiológica en África. El texto también aborda las desigualdades en el acceso a la salud digital y la continuidad de la crisis humanitaria en Gaza, junto con esfuerzos logísticos internacionales para el envío de ayuda.*

***Palabras clave**: Unión Europea; guerra en Ucrania; guerra del Golfo; crisis energética; elecciones en Hungría.*

Abstract: *Freire analyzes how the war involving the United States, Israel, and Iran directly affects the conflict in Ukraine. Ukrainian President Volodymyr Zelensky fears a reduction in international support, as the suspension of sanctions strengthens Russia economically and the U.S. shifts its priority to the Middle East, including limiting the supply of essential weapons to Ukraine. Europe, now its main financial backer, faces difficulties due to the energy crisis worsened by rising oil and gas prices. The conflict in the Gulf intensifies global risks, particularly in energy supply, putting pressure on the European Union to choose between maintaining climate goals or resorting to fossil fuels such as coal. At the same time, there are political tensions, changes in the European landscape (such as elections in Hungary and the United Kingdom's rapprochement with the EU), and differing positions regarding the conflict. In the health sector, key highlights include an isolated case of avian influenza in Europe (with low risk), initiatives to improve responses to public health emergencies—such as the publication of a guide by the ECDC—and the testing of an epidemiological surveillance mobile application in Africa. The text also addresses inequalities in access to digital health and the ongoing humanitarian crisis in Gaza, along with international logistical efforts to deliver aid.*

Keywords: *European Union; war in Ukraine; Gulf War; energy crisis; elections in Hungary.*

O presidente da Ucrânia, Volodomir Zelensky, está preocupado com os impactos da guerra dos EUA e Israel contra o Irã, pois o prolongamento desta guerra afeta diretamente a guerra da Ucrânia em ao menos dois sentidos. Primeiro, porque está enriquecendo a Rússia: a suspensão, por parte dos EUA, das sanções ao petróleo e gás russos permitem que o país se capitalize, vendendo a preços elevados. A estratégia de Zelensky se concentrava em enfraquecer a Rússia economicamente, mas a suspensão das sanções contra a Rússia, aporta importante reservas financeiras ao país. A guerra no Golfo também ameaça o fornecimento dos EUA à Ucrânia de sistemas essenciais de defesa aérea, em especial, de mísseis Patriot à Ucrânia, tido como essenciais para a defesa de bombardeios russos. "Temos de reconhecer que não somos a prioridade atual", afirmou Zelensky. "É por isso que receio que uma guerra longa (contra o Irão) nos dê menos apoio". As últimas conversações entre Rússia e Ucrânia mediadas pelos EUA, terminaram em fevereiro sem qualquer sinal de avanço.

Depois que os EUA deixaram de apoiar financeiramente a guerra, ficou a cargo dos países europeus o financiamento da Ucrânia. Zelensky depende dos parceiros europeus para ajudar na compra de sistemas de defesa, mísseis Patriot e demais suprimentos. No entanto, o desabastecimento mundial de petróleo e gás está impactando dramaticamente a já instalada crise energética na Europa, drenando recursos que poderiam ser destinados a apoiar a Ucrânia. Além da limitada capacidade orçamentária europeia, os ucranianos se veem obrigados a lidar com a escassez de oferta e limitada capacidade de produção dos EUA, que agora têm outra guerra como prioridade. Mudou o patrocinador da defesa da Ucrânia, mas o fornecedor segue sendo o mesmo, ou seja, a Europa segue dependente dos agora desabastecidos estadunidenses para se defender de qualquer ataque externo.

É inegável que nesses 4 anos de guerra a Ucrânia acumulou grande experiência em defesa e resistência. A Ucrânia desenvolveu soluções eficazes e de baixo custo, incluindo drones interceptadores. Zelensky agora, pretende utilizar esta expertise para manter apoio internacional, oferecendo a experiência ucraniana no combate a drones iranianos (como os Shahed) aos EUA e aliados. Ele também sugeriu parcerias com países do Golfo, oferecendo

tecnologia militar em troca de apoio, como mísseis antibalísticos. Além disso, posiciona a Ucrânia como parceira na proteção de rotas comerciais globais.

A guerra no Golfo segue dominando a agenda internacional com seus desdobramentos e ameaças concretas à humanidade. O estreito de Ormuz, que estava a ser controlado pelo Irã, agora está controlado pelos EUA, que ameaçam qualquer navio que atravessar o estreito mediante pagamento e autorização, por parte do Irã. A Europa encontra-se em situação de grande vulnerabilidade por ser altamente dependente de energia importada. As reservas e armazenamento de petróleo como amortecedores de crises são detidas e administradas pelos governos nacionais, cabendo à Comissão Europeia coordenar as respostas durante as crises para tentar garantir uma abordagem unificada. Estima-se que tais reservas cubram cerca de 90 dias de importações líquidas, ou cerca de 61 dias de consumo. Os analistas do setor da energia estimam que as reservas de petróleo liberadas recentemente pela Agência Internacional de Energia (AIE), que já estão sendo utilizadas, podem durar cerca de 5 meses. Num cenário de guerra prolongada com o Irã, estima-se que a lacuna alcance 13 milhões de barris de petróleo por dia no 6º mês. A necessidade de utilização das reservas é inconteste, mas estuda-se a possibilidade de importar petróleo para manter a reserva de segurança.

Desde o começo da guerra no Golfo, os preços do gás na UE subiram cerca de 70%, enquanto os preços do petróleo aumentaram aproximadamente 60%. Este cenário traz importantes desafios às metas de transição energética traçadas pela União Europeia. Se por um lado, o desabastecimento pode acelerar projetos alternativos de geração de energia, por outro, gera uma necessidade imediata de garantia de energia a preços acessíveis para as famílias e as indústrias em todo o bloco. O plano da UE para reduzir as emissões de dióxido de carbono e alcançar a neutralidade climática até 2050 enfrenta uma pressão crescente, à medida que os países lutam contra o aumento dos custos da energia e a inflação. Apesar das estruturas da União Europeia seguirem firmes na defesa da transição ecológica, alguns Estados-membros que já cogitavam voltar a utilizar carvão, agora estão considerando com mais seriedade a possibilidade, numa tentativa de aliviar o fardo sobre os consumidores. A ministra da Energia da Alemanha, Katherina Reiche, defendeu que a UE deveria considerar flexibilizar a sua legislação climática, sugerindo também um regresso temporário ao carvão para compensar a escassez de gás natural e ajudar a reduzir as contas de eletricidade. Já o governo italiano anunciou que vai adiar a eliminação gradual do carvão para 2038, descrevendo a iniciativa como uma "medida de salvaguarda" contra possíveis escassezes de gás ou picos de preços.

No entanto, mesmo que a crise tenha passado de uma questão de preços para uma de potencial escassez de abastecimento, o comissário europeu para a Energia, Dan Jørgensen, continuou a defender a transição ecológica após uma reunião de emergência dos ministros da Energia da UE, realizada em 31 de março. Em conferência de imprensa, afirmou que a energia limpa produzida internamente, a eletrificação, as interligações modernizadas e a melhoria da eficiência energética "são o único caminho a seguir". Embora os países da UE sejam autônomos para definir suas políticas energéticas, estão vinculados a regras comuns para alcançar a neutralidade climática até 2050, o que exige constante redução das emissões de gases com efeito de estufa. Neste sentido, qualquer medida para reduzir o investimento em energia limpa ou na eletrificação — ou para recorrer aos combustíveis fósseis — corre o risco de entrar em conflito com os objetivos climáticos de longo prazo da UE. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, reafirma esta visão, ao dizer que a crise no Oriente Médio deixou claro que “a única saída duradoura da dependência dos combustíveis fósseis é

modernizar” por meio da transição para energia verde e “eletrificar a economia o mais rapidamente possível.”

Ainda sobre a guerra no Golfo, cabe registrar o silêncio ensurdecedor dos líderes europeus após a escandalosa ameaça de Trump de que "uma civilização inteira vai morrer esta noite, para nunca mais voltar", referindo-se a um possível ataque ao Irã, que felizmente não aconteceu. Apesar do silencio, a Espanha segue sendo a voz dissonante e corajosa da Europa que condena os ataques ao Irã, apelando ao bloco que suspenda o acordo comercial com Israel, defendendo a inclusão do Líbano no cessar-fogo e pedindo que a UE rompa com Israel. Recentemente, a Turquia se somou ao time dos explicitamente críticos, declarando apoio ao Irã e criticando EUA e Israel. A posição foi justificada pela vizinhança e identidade muçulmana. O presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, declarou que sua prioridade é evitar envolvimento direto na guerra entre Irã, Israel e Estados Unidos. Contudo, "se a guerra se prolongar, nosso dever é atacar Israel." afirmou o presidente turco.

Os grandes destaques da Europa, no entanto, são as eleições na Hungria e a reaproximação do Reino Unido à União Europeia, 10 anos após sua saída do bloco (Brexit). A Hungria se despede de 16 anos da gestão de extrema-direita de Viktor Orbán. A vitória de Péter Magyar traz alívio imediato (e talvez momentâneo) à UE, que tinha muitas pautas vetadas por Orbán. A presidente da Comissão Europeia, Úrsula Von der Leyen anunciou que os contatos começarão tão logo Magyar assuma formalmente o cargo, cuja previsão é meados de maio. Ambos pertencem à mesma família política, o Partido Popular Europeu (PPE), de centro-direita. Em seu discurso de vitória, Magyar prometeu trazer a Hungria de volta à corrente europeia e quebrar a influência da Rússia sobre o país. No entanto, em sua primeira conferência de imprensa como primeiro-ministro da Hungria, Magyar disse que o país vai continuar a comprar energia russa e dará prioridade ao petróleo mais barato disponível. A Hungria, um país sem litoral e com poucas alternativas, é um dos países da UE mais dependentes da energia russa, constituindo cerca de 90% do seu abastecimento.

Após 10 anos do Brexit, o Reino Unido se aproxima da União Europeia. Em discurso, o primeiro-ministro Keir Starmer, manifesta o desejo do seu governo de se aproximar do bloco. A reaproximação já vem acontecendo aos poucos. O governo trabalhista, que chegou ao poder em 2024, prometeu "redefinir" a relação do Reino Unido com a Europa e já tomou algumas medidas concretas para tal, como o retorno ao programa de intercâmbio Erasmus+. As 2 partes também lançaram uma Parceria de Segurança e Defesa e trabalham em acordos sobre normas sanitárias e fitossanitárias, reconhecimento mútuo de qualificações profissionais, entre outras medidas. Está prevista uma cimeira entre Reino Unido e UE no verão europeu, para a qual Starmer promete não se limitar a ratificar os compromissos assumidos na cimeira anterior, mas estreitar cooperações nas áreas de segurança, economia e uma parceria que reconheça valores, interesses e futuro comum.

Adentrando no campo da saúde, a UE registrou seu primeiro caso de de infecção por influenza aviária A(H9N2), em um viajante que retornou de país não europeu onde o vírus já havia sido identificado em aves. O paciente está em isolamento hospitalar na região da Lombardia, na Itáilia, recebendo tratamento médico. Autoridades de saúde pública italianas realizaram o rastreamento de contatos como medida de precaução para identificar e controlar uma possível transmissão subsequente e iniciaram diversas investigações epidemiológicas e microbiológicas. Segundo o ECDC, desde 1998, e até 27 de fevereiro de 2026, 195 casos humanos de A(H9N2) foram relatados em todo o mundo por 10 países da Ásia e da África. Apenas duas infecções foram fatais. Nenhum surto de infecções humanas por influenza

A(H9N2), nem casos documentados de transmissão de pessoa para pessoa, jamais foram relatados. O contato direto com aves infectadas ou ambientes contaminados tem sido a fonte mais provável de infecção humana por vírus da gripe aviária. Casos esporádicos de gripe aviária em humanos não são inesperados em áreas onde o vírus circula em aves. O ECDC avalia atualmente o risco para a população em geral relacionado a este evento como muito baixo e informa que está em contato com as autoridades na Itália e monitorando a situação de perto, reavaliando o risco à medida que mais informações se tornarem disponíveis.

Um novo guia prático publicado pelo ECDC, promete ajudar a Europa a transformar lições aprendidas com emergências de saúde pública em preparação e resposta reforçadas, oferecendo instruções detalhadas para o planejamento e a condução de revisões durante e após a ação. O "Guia para o planejamento e a condução de revisões durante e após a ação" fornece às organizações e instituições responsáveis pela resposta a emergências de saúde pública instruções práticas e passo a passo para examinar a resposta a emergências de saúde pública em andamento ou passadas e traduzir as lições aprendidas em melhorias concretas. Segundo o ECDC, embora cada resposta a uma emergência de saúde pública seja inovadora de alguma forma, todas oferecem insights práticos sobre o que funcionou, o que não funcionou e como a preparação e a resposta podem ser fortalecidas para eventos futuros. As revisões de ação fornecem uma maneira estruturada de capturar e agir com base nessas lições aprendidas durante e após uma emergência de saúde pública. O guia apresenta uma abordagem em 3 etapas para a realização de uma revisão de ação. No centro dessa abordagem está um workshop de revisão de ação que reúne as partes interessadas relevantes para mapear os eventos e ações de uma emergência de saúde pública em andamento ou passada, a fim de identificar exemplos de boas práticas, pontos problemáticos e soluções potenciais. As conclusões e as ações corretivas propostas são compiladas em um relatório final. Este relatório é utilizado para desenvolver um plano de ação que deve ser implementado para melhorar as atividades de resposta.

O ECDC, em parceria com o CDC/Africa e o Programa de Sistemas de Informação em Saúde da África do Sul (HISP SA), está testando um aplicativo móvel para vigilância baseada em eventos, com o objetivo de permitir a coleta e avaliação rápidas de informações sobre eventos que possam indicar uma ameaça à saúde pública. Após uma fase inicial de desenvolvimento, os Centros estão conduzindo um projeto piloto para aprimorar e testar o aplicativo em Zâmbia, em colaboração com o Instituto Nacional de Saúde Pública da Zâmbia e o HISP SA, parceiro técnico responsável pelo desenvolvimento do aplicativo. O aplicativo será implementado em vários países africanos, apoiando voluntários de saúde que trabalham em colaboração com as comunidades locais. Ele foi projetado para simplificar e melhorar a forma como profissionais de saúde da linha de frente capturam e compartilham sinais sobre possíveis ameaças à saúde pública nas comunidades que atendem, permitindo o registro e o acompanhamento em tempo real. O projeto piloto se concentrará em testar as principais funcionalidades do aplicativo, incluindo a coleta e o envio de informações em campo. Isso envolve coletar dados sobre possíveis ameaças à saúde pública relatadas por membros da comunidade e encaminhar esses sinais para agentes de vigilância em nível distrital, que avaliam se é necessária uma verificação adicional e uma análise de risco. O piloto também testará os fluxos de trabalho que apoiam a verificação dos sinais e a tomada de decisão sobre a necessidade de iniciar uma avaliação de risco. De modo geral, espera-se que o projeto piloto contribua para treinar especialistas em vigilância no uso do aplicativo, melhorar os fluxos de notificação e coletar *feedback* dos usuários para aprimorar a ferramenta. Em conjunto, as atividades realizadas nesta fase irão fortalecer as capacidades de detecção precoce e resposta, além de fornecer lições importantes para a futura

implementação em Zâmbia e em outros países parceiros. O próximo passo será o lançamento de uma fase piloto mais abrangente em Zâmbia, durante a qual profissionais de saúde comunitária serão treinados para usar o aplicativo como parte de suas atividades rotineiras de vigilância.

No tocante à saúde digital, uma recente revisão de escopo conduzida pela OMS/Europa e pela Public Health Wales (Reino Unido) constatou que pessoas com maiores necessidades de saúde e barreiras linguísticas ainda enfrentam dificuldades para utilizar serviços e tecnologias de saúde digital, principalmente devido ao acesso limitado, ao baixo letramento digital e ao fato de os serviços serem pouco adaptados a necessidades diversas. A revisão também apontou que as desigualdades na infraestrutura digital entre regiões podem gerar um acesso desigual à inovação. Embora a equidade seja cada vez mais mencionada nas estratégias de saúde digital, ela costuma ser tratada de forma genérica, sem padrões operacionais que orientem sua implementação ou mecanismos que permitam aos governos exercer supervisão.

Apesar das atenções globais terem sido desviadas para o Golfo Pérsico, a crise humanitária em Gaza ainda persiste, com severas consequências ao povo palestino. A OMS/Europa, por meio de sua Iniciativa de Ponte Humanitária no Chipre (que ocupa a presidência rotativa da UE), facilitou a entrega de seu primeiro carregamento de suprimentos nutricionais humanitários de emergência para Gaza. A iniciativa foi implementada em estreita coordenação entre os escritórios da OMS no Chipre e nos territórios palestinos ocupados, com apoio do Governo do Chipre. Aproximadamente 106 toneladas de suprimentos nutricionais foram mobilizadas. A remessa chegou ao Porto de Ashdod, em Israel, onde será preparada para posterior distribuição a Gaza. De acordo com a Organização, este envio traz um importante marco operacional no fortalecimento da capacidade logística humanitária inter-regional da OMS para uma região afetada pelo conflito em curso, especialmente em Gaza.

Estabelecida como um esforço coordenado entre os escritórios da OMS no Chipre e nos territórios palestinos ocupados, a Iniciativa de Ponte Humanitária foi concebida para permitir a entrega oportuna, escalável e eficiente, por via marítima, de insumos essenciais de saúde às populações afetadas pela crise em Gaza, no âmbito da Resolução 2720 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O mecanismo também reforça o papel do Chipre como um ponto estratégico de apoio logístico humanitário, aproveitando sua proximidade geográfica — aproximadamente 370 quilômetros de Gaza — e sua posição no mercado único da União Europeia para facilitar a rápida mobilização e envio de suprimentos críticos. Ao complementar os corredores humanitários existentes para Gaza e diversificar as rotas de abastecimento, a iniciativa tem potencial para reduzir significativamente os prazos de entrega e mitigar gargalos operacionais que, no passado, limitaram o acesso humanitário. No futuro, a Iniciativa de Ponte Humanitária promete continuar apoiando o pré-posicionamento estratégico, a consolidação e o envio rápido de suprimentos essenciais de saúde, fortalecendo a prontidão operacional da OMS não apenas para Gaza, mas também para emergências de saúde e desastres em toda a Região do Mediterrâneo Oriental.

Considerações Finais

O cenário analisado evidencia uma crescente interdependência entre conflitos regionais e seus efeitos sistêmicos na ordem global. A guerra no Golfo não apenas redefine prioridades geopolíticas, como também redistribui recursos estratégicos, impactando diretamente o equilíbrio do conflito na Ucrânia e expondo fragilidades estruturais da Europa, sobretudo no campo energético e de defesa. Ao mesmo tempo, revela-se uma tensão persistente entre

respostas imediatas a crises — como a garantia de segurança energética — e compromissos de longo prazo, como a transição climática.

Por fim, o texto também demonstra que, mesmo diante de grandes conflitos, questões de saúde global, inovação tecnológica e crises humanitárias continuam a demandar atenção coordenada e respostas multilaterais. Isso reforça a necessidade de fortalecer mecanismos de cooperação internacional, capazes de responder simultaneamente a múltiplas crises em um ambiente global cada vez mais complexo e interconectado.

Emergências da Saúde frente a escalada de conflitos, eventos climáticos e geológicos no Oriente Médio e Norte da África (MENA) e na Ásia e Pacífico

Emergencias sanitarias ante la escalada de conflictos y los fenómenos climáticos y geológicos en la región de Oriente Medio y Norte de África (MENA) y en Asia y el Pacífico

Health Emergencies Amid Escalating Conflicts, Climate-Related and Geologic Events in the Middle East and North Africa (MENA) Region and Asia-Pacific

Lúcia Marques

> *O mundo está na encruzilhada da crise mais grave da história moderna. Os EUA embarcaram em uma aventura militar, "uma longa guerra", que ameaça o futuro da humanidade. Esta "guerra sem fronteiras" está sendo realizada na encruzilhada da mais grave crise econômica da história Mundial, que tem sido propícia ao empobrecimento de grandes setores da população mundial.*
>
> **Michel Chossudovsky. 2014. Conquista Imperial: a "Longa Guerra" da América contra a Humanidade. Militarização Mundial[1]**

Resumo: A atual escalada de conflitos está afetando 21 países em todo o mundo, incluindo 16 países na região do Mediterrâneo Oriental e Norte da África (MENA), afetando a vida de milhões de pessoas, atingindo a economia de dezenas de países, provocando o deslocamento de dezenas de milhares de pessoas, levantando preocupações humanitárias e de saúde pública significativas, com desdobramentos que vão além das consequências diretas das guerras, na região e além. As interrupções no espaço aéreo e nas rotas marítimas, consequências da guerra dos EUA contra Irã, afetam não só os suprimentos globais de combustível e fertilizantes mas, também, os suprimentos humanitários e equipamentos médicos, com efeitos para além da região. Na Ásia, Pacífico e no Mena, para além de conflitos e guerras, os países enfrentam as consequências dos eventos climáticos e geológicos severos. A ajuda humanitária necessária sofreu cortes severos sob a administração Trump 2.0 desde o ano passado e agora enfrenta as interrupções pela guerra no Oriente Médio. O grave surto de sarampo em Bangladesh demonstra como a diplomacia da saúde e a estabilidade das instituições são vitais; mesmo um país com um programa de imunização exemplar pode colapsar em poucos meses de instabilidade política. A Agenda 2030

[1] Disponível em https://www.globalresearch.ca/imperial-conquest-americas-long-war-against-humanity/5364215

acabou de sofrer um grande revés, uma vez que o mundo todo está deslocando os investimentos para armamentos.

Palavras-chave: Conflitos. eventos climáticos e geológicos; sistemas de saúde colapsados; Irã e EUA; Líbano; Sudão; Afeganistão; Bangladesh; surtos e insegurança alimentar.

Resumen: *La actual escalada de conflictos está afectando a 21 países en todo el mundo, incluyendo 16 naciones de la región del Mediterráneo Oriental y el Norte de África (MENA). Esta crisis impacta la vida de millones de personas, golpea la economía de decenas de países y provoca el desplazamiento de decenas de miles de personas, lo que genera importantes preocupaciones humanitarias y de salud pública, con repercusiones que van más allá de las consecuencias directas de las guerras, tanto en la región como en el exterior. Las interrupciones en el espacio aéreo y en las rutas marítimas—consecuencias de la guerra entre EE. UU. e Irán—afectan no solo al suministro global de combustible y fertilizantes, sino también a los suministros humanitarios y equipos médicos, con efectos que trascienden la región. En Asia, el Pacífico y la región MENA, además de los conflictos y guerras, los países enfrentan las consecuencias de eventos climáticos y geológicos severos. La ayuda humanitaria necesaria ha sufrido severos recortes bajo la administración Trump 2.0 desde el año pasado y ahora enfrenta las interrupciones causadas por la guerra en el Medio Oriente. El grave brote de sarampión en Bangladesh demuestra cómo la diplomacia de la salud y la estabilidad institucional son vitales; incluso un país con un programa de inmunización ejemplar puede colapsar en pocos meses de inestabilidad política. La Agenda 2030 acaba de sufrir un gran revés, ya que todo el mundo está desplazando las inversiones hacia el armamento.*

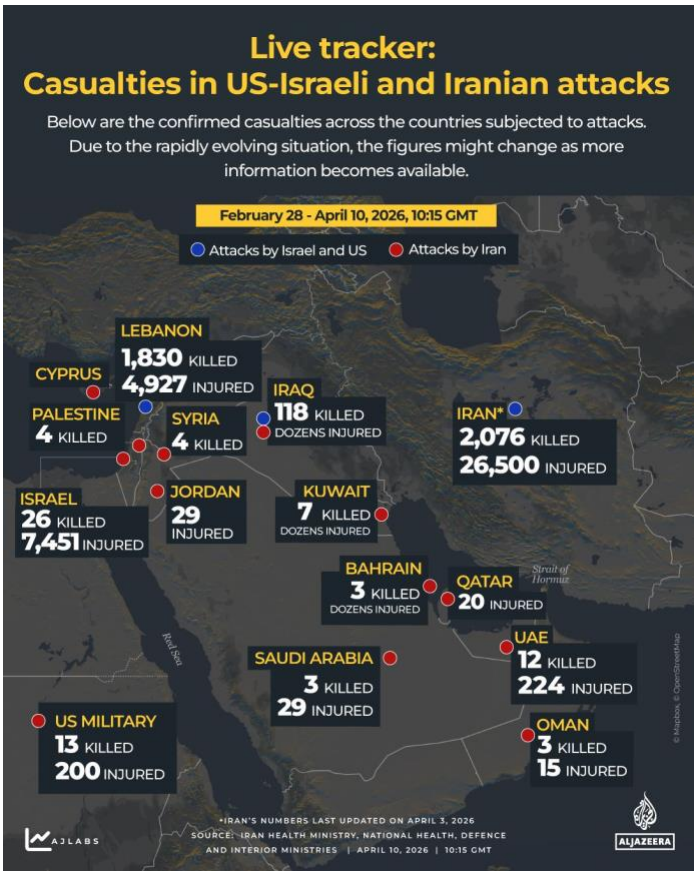
Palabras clave: *Conflictos, eventos climáticos y geológicos, sistemas de salud colapsados, Irán y EE. UU., Líbano, Sudán, Afganistán, Bangladesh, brotes e inseguridad alimentaria*.

Summary: *The current escalation of conflicts is affecting 21 countries worldwide, including 16 nations in the Eastern Mediterranean and North Africa (MENA) region. This crisis is impacting the lives of millions, straining the economies of dozens of countries, and causing the displacement of tens of thousands of people. It raises significant humanitarian and public health concerns, with repercussions that extend far beyond the direct consequences of war, both within the region and globally. Disruptions to airspace and maritime routes—consequences of the war between the U.S. and Iran—affect not only global fuel and fertilizer supplies but also humanitarian aid and medical equipment, with ripple effects beyond the region. In Asia, the Pacific, and MENA, in addition to conflicts and wars, countries are facing the consequences of severe climatic and geological events. Essential humanitarian aid has faced severe cuts under the Trump 2.0 administration since last year and is now confronting disruptions caused by the war in the Middle East. The grave measles outbreak in Bangladesh demonstrates how health diplomacy and institutional stability are vital; even a country with an exemplary immunization program can collapse within a few months of political instability. The 2030 Agenda has just suffered a major setback, as the entire world is shifting investments toward armaments.*

Keywords: *Conflicts, climatic and geological events, collapsed health systems, Iran and USA, Lebanon, Sudan, Afghanistan, Bangladesh, outbreaks, and food insecurity.*

*

A atual escalada de conflitos está afetando 21 países em todo o mundo, incluindo 16 países na região do Mediterrâneo Oriental e Norte da África (MENA), afetando a vida de milhões de pessoas, atingindo a economia de dezenas de países, provocando o deslocamento de dezenas de milhares de pessoas, levantando preocupações humanitárias e de saúde pública significativas, com desdobramentos que vão além das consequências diretas das guerras, principalmente a guerra dos EUA contra o Irã. No Irã e no Líbano, centenas de mortes e milhares de feridos exerceram imensa pressão sobre hospitais e serviços de atendimento a traumas. As interrupções no espaço aéreo e nas rotas marítimas afetam não só os suprimentos globais de combustível e fertilizantes mas, também, os suprimentos humanitários e equipamentos médicos, com efeitos indiretos para além da região.[2]



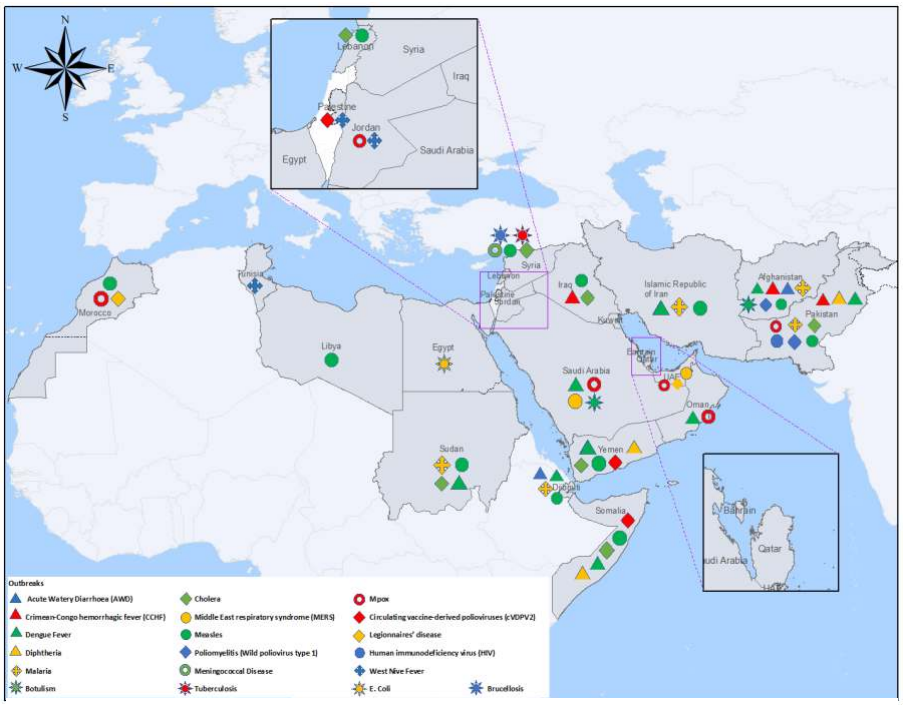
Quantas pessoas foram mortas ou feridas? Devido à situação em rápida evolução, todos os números podem mudar à medida que mais informações se tornam disponíveis. Fonte: https://www.aljazeera.com/news/2026/3/1/us-israel-attacks-on-iran-death-toll-and-injuries-live-tracker

Por exemplo, 100 toneladas de alimentos terapêuticos, adquiridas pelos MSF (Médicos Sem Fronteiras), para tratar a desnutrição grave em crianças menores de 5 anos, do **Yemen**, estão presos no Porto de Jebel Ali, em Dubai, um centro crítico para suprimentos médicos e humanitários. “Há um aumento maciço na necessidade humanitária entre Gaza, Líbano, Sudão e Etiópia à beira do abismo. “Então, temos esse choque econômico global, interrupções em alimentos, combustível e fertilizantes, e 300 milhões de pessoas que já enfrentam insegurança alimentar aguda”, relata o CEO da Save the Children, Janti Soeripto.[3]

[2] https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/health-impact-of-the-escalation-of-conflict-in-the-middle-east

[3] https://www.npr.org/2026/04/06/nx-s1-5775543/medical-supplies-stuck-dubai-clinics-world-face-shortages

Outros suprimentos para combater surtos contínuos de cólera, sarampo e poliomielite também não conseguem ser despachados para hospitais, clínicas e centros onde são necessários. Essa informação vem do Comitê Internacional de Resgate e a Save the Children que informou que clínicas e centros humanitários em todo o Oriente Médio, Ásia e África estão enfrentando o risco de ficar sem medicação básica e alimentos.[4] Os responsáveis chamam a atenção que alguns dos itens nos armazéns, como tendas e latrinas, podem ser armazenados por um longo tempo, e os alimentos secos e enlatados têm uma longa vida útil. Mas os medicamentos ou tratamentos para a desnutrição vão expirar.



Surtos atuais na região do Mediterrâneo Oriental da OMS. Fonte EMRO-WHO https://www.emro.who.int/pandemic-epidemic-diseases/outbreaks/index.html

O **Sudão**, que vive uma guerra civil devastadora, entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF), precisa urgentemente destes suprimentos. A guerra, que completou seu 1.000º dia em janeiro, é atualmente considerada a pior crise humanitária e de deslocamento do mundo – a fome tem sido usada como arma de guerra. Cerca de 13,6 milhões de pessoas (o maior número do mundo) foram deslocadas, entre 9,5 a 11,5 milhões de pessoas deslocadas dentro do Sudão e mais de 3 a 4,2 milhões fugiram para países vizinhos (Chade, Egito, Sudão do Sul), segundo a OMS e o ReliefWeb, serviço de informações da OCHA (Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários). À violência da guerra, soma-se a violência étnica que continua a aumentar, particularmente em Darfur, com padrões documentados de violência sexual e de gênero sistemática.[5] Dados formais citam pelo menos 30.000 mortes, mas relatos de órgãos internacionais indicam que o número real pode superar 150.000, incluindo mortes por desnutrição. Estima-se que mais de 500.000 crianças tenham morrido por causas relacionadas à desnutrição e falta de saúde. Estimativas variam drasticamente devido à dificuldade de acesso.

São quase 25 milhões de pessoas — mais da metade da população — sofrendo de insegurança alimentar aguda. O sistema de saúde entrou em colapso, com mais de 70% das

[4] https://www.npr.org/2026/04/06/nx-s1-5775543/medical-supplies-stuck-dubai-clinics-world-face-shortages

[5] https://reliefweb.int/report/sudan/sudan-crisis-situation-analysis-period-090326-150326

instalações em zonas de conflito inoperantes.[6] Com o colapso da imunização de rotina, surtos de doenças estão se espalhando, agravando a crise. O Sudão enfrenta múltiplos surtos de doenças em todos os seus 18 estados, com cólera, malária e dengue disseminadas, além de sarampo, hepatite e difteria.[7] Mais de 113.000 casos de cólera e 3.000 mortes foram registrados desde 2024, com surtos concentrados em locais de deslocados superlotados, onde os sistemas de água e saneamento entraram em colapso. A malária atingiu proporções epidêmicas, com o Sudão respondendo por 41% dos casos globais. O colapso dos sistemas de abastecimento de água e dos serviços de saneamento continua a agravar a crise de saúde pública.[8]

Militarmente, o conflito expandiu-se significativamente em dezembro de 2025 E já está desestabilizando os estados vizinhos e aumentando a insegurança regional.

Outro exemplo, é o **Afeganistão** que está vivendo três crises convergentes: a escalada das hostilidades ao longo da fronteira entre Paquistão e Afeganistão, os efeitos do conflito no Irã e uma emergência de fome e desnutrição sem precedentes.[9] A crise no país está sendo impulsionada pela combinação de seca persistente, sofrimento econômico, retornos forçados, choques de terremotos e redução da ajuda.

Mais de 94.000 pessoas foram deslocadas desde início do conflito com o Paquistão, que teve início em fevereiro. Desde então, o acesso humanitário a quase 100.000 pessoas (aproximadamente 17.000 famílias) que vivem na região, sofreu restrições. O OCHA no país informa que várias centenas de civis foram mortos ou feridos por bombardeios transfronteiriços, ataques aéreos e confrontos armados. Cerca de 25 estabelecimentos de saúde e 41 escolas em seis províncias afegãs foram danificadas, fechadas ou suspensas devido a bombardeios e insegurança, interrompendo os serviços essenciais de saúde, nutrição e educação.

Para além das consequências do conflito entre os dois países, o Afeganistão já sofria as consequências dos terremotos e seca extrema que atingiram a região no ano passado,[10] que degradaram a situação da população – deixando famílias sem casas ou meios de subsistência –, aumentando o deslocamento e piorando a situação de saúde – falta de acesso à alimentos e saneamento e abrigos super lotados, aumentando o risco de surtos. A seca de 2025 – uma das piores em uma década – afetou mais da metade do país, causando falhas generalizadas nas colheitas. São mais de 17,4 milhões de pessoas que precisam de assistência alimentar e cerca de 4,9 milhões de mulheres e crianças que precisam de tratamento para desnutrição.[11]

E a situação no **Líbano**? Às vésperas das negociações do cessar fogo entre EUA e Irã, Israel, lançou o mais pesado bombardeio contra o Líbano e pelo menos 200 pessoas foram mortas e mais de 800 ficaram feridas, segundo o Ministério da Saúde libanês. O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, disse que o Líbano não faz parte do cessar-fogo entre os EUA e o Irã, e continuou a atacar o país pelo 42º dia. Violar cessar-fogos tem sido uma prática

---

6 https://reliefweb.int/report/sudan/sudan-national-health-cluster-meeting-8-april-2026-meeting-minutes

7 https://reliefweb.int/attachments/31f10754-741c-42fb-8dae-49e971066526/UNICEF%20Sudan%20Humanitarian%20Situation%20Report%20No.%2039%2C%2031%20January%202026.pdf

8 https://www.who.int/news/item/09-01-2026-sudan-1000-days-of-war-deepen-the-world-s-worst-health-and-humanitarian-crisis

9 https://www.wfp.org/emergencies/afghanistan

10 Marques, L. 2025. **Afeganistão em dupla emergência: as mulheres maiores vítimas do terremoto**. In: Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 17-2025. p. 213-217.

11 https://www.wfp.org/emergencies/afghanistan

do governo israelense. Os vários cessar-fogos negociados, foram violados quase diariamente pelas forças israelenses que continuaram os ataques e mantiveram posições terrestres no sul do Líbano. O fechamento da passagem de fronteira de Masnaa, desde 4 de abril, cortou ainda mais a principal rota terrestre do Líbano para a Síria, interrompendo tanto o movimento civil quanto as cadeias de suprimentos humanitários.

O Líbano já vivenciava múltiplas crises sobrepostas desde outubro de 2023. Questões socioeconômicas e agravamento da insegurança resultante da escalada de confrontos entre o Hezbollah e Israel impulsionam a crise humanitária no Líbano. O país também abriga um grande número de refugiados sírios que precisam de assistência. As hostilidades transfronteiriças entre o Hezbollah e as forças israelenses escalaram dramaticamente entre setembro e novembro de 2024, configurando o pior conflito no país desde a guerra de 2006. Em 2025, mais de 4,1 milhões de pessoas precisavam de assistência humanitária em todo o país.

Uma guerra em grande escala irrompeu no início de março de 2026, desencadeada por foguetes retaliatórios do Hezbollah após o assassinato do líder supremo iraniano, Ali Khamenei, pelas forças EUA e Israel, em 28 de fevereiro. No início de abril de 2026, mais de 1,1 milhão de pessoas haviam sido deslocadas, representando um quinto da população do Líbano,[12] e mais de 1.500 pessoas haviam sido mortas.

Israel e Líbano devem realizar conversas sobre cessar fogo em breve, em Washington, segundo publicado no aljazeera**.**

Outro exemplo das consequências indiretas dos conflitos sobre a saúde da população é o surto mais violento de sarampo em **Bangladesh**, desde março. A situação reflete diretamente a instabilidade política iniciada em 2024 (que culminou com a queda do governo de Sheikh Hasina em agosto), que desestruturou programas de saúde consolidados por décadas. O governo interino suspendeu 36 Planos Operacionais (OPs) por dois meses, como parte da reestruturação da gestão da saúde, e isso paralisou a logística de compra e distribuição de insumos básicos, incluindo vacinas contra sarampo e outras doenças.

A cobertura vacinal, que historicamente superava 97%, despencou para 57,1% em 2025.[13] O aumento incomum de casos e a velocidade de transmissão foram impulsionados pela escassez de vacinas e pela lacuna na imunização de rotina e pelo fluxo de deslocamento de pessoas durante o feriado do Ramadã (Bangladesh é o maior país islâmico não árabe).

As crianças menores de cinco anos são as mais afetadas (81% dos casos), incluindo bebês abaixo da idade de vacinação de nove meses, que são as maiores vítimas fatais.[14] As instalações de saúde estão sob tensão com a superlotação. Em março foram 1398 casos confirmados em laboratório (mais de 7.500 casos possíveis) e mais de 6883 internações.

Em parceria com o UNICEF e a Organização Mundial da Saúde, Bangladesh lançou no domingo uma campanha emergencial de sarampo-rubéola em 30 subdistritos, visando mais de

---

12 https://www.aljazeera.com/news/2026/3/17/mapping-israeli-attacks-and-the-displacement-of-one-million-in-lebanon

13 https://thefinancialexpress.com.bd/views/columns/meeting-the-measles-emergency

14 https://reliefweb.int/report/bangladesh/unicef-bangladesh-measles-outbreak-situation-report-no-1-08-april-2026

1,2 milhão de crianças de seis meses a cinco anos, incluindo os Rohingyas, maior população apátrida, que é hospedada pelo governo bangladeshiano.[15]

O UNICEF adverte que mesmo breves interrupções podem corroer silenciosamente a imunidade da população, uma dinâmica que alimenta os retornos do sarampo não apenas na Ásia e na África, mas também na Europa, nos EUA e no Reino Unido. O sarampo é uma doença altamente contagiosa transmitida pelo ar e pode ter complicações graves ou fatais.

Em 2025, 24,5 milhões de pessoas em Bangladesh precisam de assistência humanitária e cerca de 23,6 milhões enfrentam o aumento da pior insegurança alimentar. Agora, o país do Sul da Ásia, com uma população de 175 milhões de pessoas, enfrenta a maior crise energética em função da guerra dos EUA contra o Irã. Cerca de 95% da necessidade de energia do país depende das importações de gás natural, petróleo e gás derivado do petróleo. Para reduzir a pressão sobre o fornecimento de energia, o governo impôs racionamento de combustível e fechou universidades para reduzir a demanda de eletricidade.[16]

Eventos climáticos e geológicos

Somam-se aos conflitos, os eventos climáticos e geológicos alcançando populações vulneráveis. Só nos primeiros meses de 2026, as regiões da Ásia, Pacífico e MENA enfrentaram uma série de eventos severos influenciados pela transição do fenômeno La Niña para uma fase de neutralidade de um possível El Niño – até a calma pode ter efeitos adversos.

O Sudeste Asiático e o Pacífico tem sido a região mais atingida por sistemas de baixa pressão e atividades sísmicas nas últimas semanas: Ciclones Tropicais – causaram acúmulo extremo de chuvas no leste das Filipinas; impactaram porções orientais da Indonésia no final de março, causando inundações severas;[17] Inundações e Deslizamentos– inundações na Indonésia, com mais de 43 mil pessoas afetadas; deslizamentos de terrar e enchentes na Malásia; tempestades severas destruíram centenas de casas na Tailândia;[18] Atividade Geológica (Março 2026) – foram registrados pelos menos 5 terremotos de magnitude > 5.0) na Indonésia; Ondas de Calor na Austrália batem recordes de temperatura atingindo 49,5°C.[19] O OCHA (Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários) reporta mais de 6,9 mil deslocados na Ásia Pacífico.

O MENA enfrentar anomalias térmicas e escassez hídrica como efeitos da crise climática. A Organização Meteorológica Mundial (OMM) confirmou que as regiões tropicais, incluindo o Norte da África e partes do Oriente Médio, iniciaram o ano com temperaturas de superfície muito acima da média. O agravamento da seca em países como Marrocos e Tunísia tem reduzido a produtividade agrícola drasticamente nestes primeiros meses do ano.[20] No Afeganistão e no Paquistão, para além das consequências do conflito entre os dois países, a seca extrema e os terremotos degradaram a situação da população, aumentando o deslocamento e piorando a

[15] https://www.newser.com/story/386790/bangladesh-races-to-contain-measles-outbreak-among-kids.html
[16] https://www.reuters.com/sustainability/boards-policy-regulation/bangladesh-secures-diesel-supplies-amid-major-energy-disruptions-sources-say-2026-03-10/
[17] AHA Centre – Weekly Update
[18] ReliefWeb – ASEAN Weekly Update
[19] WMO – Extreme Weather Start of 2026
[20] ONU News – Previsões 2026

situação de saúde – falta de a cesso à alimentos e saneamento e abrigos super lotados, aumentando o risco de surtos.

Esses eventos aumentam os riscos sanitários elevando alertas de surtos de cólera e outras doenças de veiculação hídrica, conforme monitoramento do OCHA. A transição climática da La Niña para El Niño, que deve ganhar força a partir de maio ou junho, deve alterar drasticamente os padrões de monções na Ásia, impactando a segurança alimentar no Oriente Médio, que depende fortemente das importações de grãos asiáticos.[21]

Nestes três meses, nestes países, já são mais 240 mil deslocados climáticos e 1.300 mortos. Esses números são fundamentais para entender a pressão sobre os sistemas de saúde locais, especialmente no monitoramento de doenças pós-desastre e na gestão de campos de refugiados climáticos.

Por outro lado

Chuvas generalizadas recentes estão "fortalecendo as condições agrícolas da primavera" em todo o Afeganistão, de acordo com a agência de Alimentos e Agricultura da ONU, FAO. É um desenvolvimento positivo para um país onde, à medida que crescem a escassez aguda de alimentos, há cerca de 17,4 milhões que precisam de assistência alimentar urgente. Embora a chuva tenha melhorado a umidade do solo, as culturas de chuva e as terras de alcance em algumas áreas, a forte precipitação em outras áreas levou a inundações destrutivas. "Sem uma melhor gestão da água, eles podem se tornar inundações, devastando casas, plantações e gado", alertou o alto funcionário da FAO no Afeganistão, Richard Trenchard.

Considerações finais

O surto de sarampo em Bangladesh demonstra como a diplomacia da saúde e a estabilidade das instituições são vitais; mesmo um país com um programa de imunização exemplar pode colapsar em poucos meses de instabilidade política.

O mundo vive hoje a instabilidade e as consequências e desdobramentos das péssimas decisões de dois homens egoístas. Bangladesh, Líbano, Afeganistão, Yemen, Sudão, entre outros, são só alguns exemplos.

Sempre houve uma preocupação de como, se e quando aconteceria a Terceira Guerra Mundial. De certa forma, ela parece já estar acontecendo, mas menos militarizada e mais econômica e política, colocando em jogo o poder global. O mundo todo está envolvido direta ou indiretamente e sofrendo as consequências. Incertezas dominam o cenário. Mas uma coisa é certa: a guerra dos EUA contra o Irã mudou as peças no Tabuleiro da Geopolítica e já determinou a erosão do monopólio estratégico ocidental. O que estamos vendo é o fim de uma hegemonia; é a fragmentação do poder global, isto é estamos vendo o poder distribuído e, por enquanto, uma instabilidade persistente e ausência de equilíbrio. A Agenda 2030 acabou de sofrer um grande revés, uma vez que o mundo todo está deslocando os investimentos para armamentos.

[21] WMO Seasonal Climate Update.

Nações, Repúblicas e Partidos

Naciones, repúblicas y partidos

Nations, Republics and Parties

André Costa Lobato, Anabela Santiago, Alexandra Rodrigues Sanches, Bruno Neves e Giovana Guiciard

Resumo. Líderes dos partidos Nacionalista (KMT) e Comunista (PCCh) se encontram em Pequim após hiato de 10 anos. Cheng Li Wunhen, do KMT, disse que não interessava aos chineses uma guerra em Taiwan. Ela se encontrou com Xi Jinping, prestou homenagem à Sun Yatsen (fundador da primeira república chinesa) e elogiou o desenvolvimento da China continental. Na frente diplomática, Pequim lançou, com Islamabad, cinco pontos para a resolução do conflito entre Estados Unidos e o Irã, tendo já concluído planos de evacuação de cidadãos também em Israel. A diplomacia chinesa tem denunciado o uso do Conselho de Segurança na legitimação de operações militares não autorizadas. No âmbito sanitário, um novo plano nacional para cuidadores é ampliado após testagens piloto. Ele inclui assistência e medicamentos a pessoas, por exemplo, com dificuldade de locomoção. Artigo mostra redução da tubérculose em 20% e discute estratégias nacionais e o contexto global da doença. O Ministério de Saúde lança, com outras agências, plano duplo randomizado para inspeções em escolas, hospitais e outros bens públicos. O Renminbi digital continua a se expandir, com novos bancos e aumento significativo do volume total.

Palavras-chave: Reunificação; Serviço Social; moeda digital.

Resumen*. Los líderes de los partidos Nacionalista (KMT) y Comunista (PCCh) se reúnen en Pekín tras una pausa de 10 años. Cheng Li Wunhen, del KMT, afirmó que a los chinos no les interesaba una guerra en Taiwán. Se reunió con Xi Jinping, rindió homenaje a Sun Yatsen (fundador de la primera república china) y elogió el desarrollo de China continental. En el frente diplomático, Pekín presentó, junto con Islamabad, cinco puntos para la resolución del conflicto entre Estados Unidos e Irán, habiendo ya concluido los planes de evacuación de ciudadanos también en Israel. La diplomacia china ha denunciado el uso del Consejo de Seguridad para legitimar operaciones militares no autorizadas. En el ámbito sanitario, se amplía un nuevo plan nacional para cuidadores tras pruebas piloto. Incluye asistencia y medicamentos para personas, por ejemplo, con dificultades de movilidad. Un artículo muestra una reducción de la tuberculosis del 20 % y analiza las estrategias nacionales y el contexto global de la enfermedad. El Ministerio de Salud lanza, junto con otras agencias, un plan doble aleatorio para inspecciones en escuelas, hospitales y otros bienes públicos. El renminbi digital sigue expandiéndose, con nuevos bancos y un aumento significativo del volumen total.*

Palabras clave*: Reunificación, Servicio Social, moneda digital.*

Abstract. *Leaders of the Nationalist Party (KMT) and the Communist Party of China (CPC) met in Beijing after a 10-year hiatus. Cheng Li Wunhen, from the KMT, stated that a war in Taiwan would not be in the interest of the Chinese people. She met with Xi Jinping, paid tribute to Sun*

Yat-sen (founder of the first Chinese republic) and praised the development of mainland China. On the diplomatic front, Beijing launched, together with Islamabad, a five-point proposal for resolving the conflict between the United States and Iran and has already completed plans for the evacuation of its citizens also from Israel. Chinese diplomacy has denounced the use of the United Nations Security Council to legitimize unauthorized military operations. In the health sector, a new national plan for caregivers is being expanded following pilot testing. It includes assistance and medications for people, for example, with mobility difficulties. The Ministry of Health, together with other agencies, has launched a double randomized plan for inspections in schools, hospitals, and other public facilities. The digital renminbi continues to expand, with new banks joining and a significant increase in total transaction volume.

Keywords: *Reunification, Social Services and Digital Currencies.*

DIPLOMACIA

Estreito de Ormuz e Cinco Pontos de Paz

No dia 31 de março, o Ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, reuniu-se em Pequim com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da República Islâmica do Paquistão, Mohammad Ishaq Dar, para discutir a situação crítica na região do Golfo[1]. No encontro, foi lançada a *Iniciativa de Cinco Pontos da China e do Paquistão para Restaurar a Paz e a Estabilidade na Região do Golfo e do Oriente Médio*, que, segundo o Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, inclui as seguintes diretrizes:

"**I. Cessação imediata das hostilidades:** A China e o Paquistão apelam à cessação imediata das hostilidades e à aplicação de todos os esforços para impedir a propagação do conflito. A assistência humanitária deve ser permitida em todas as áreas afetadas pela guerra;

II. Início das negociações de paz o mais breve possível: A soberania, a integridade territorial, a independência nacional e a segurança do Irã e dos Estados do Golfo devem ser salvaguardadas. O diálogo e a diplomacia são as únicas opções viáveis para a resolução de conflitos. A China e o Paquistão apoiam as partes envolvidas no início das negociações, com todas as partes comprometendo-se com a resolução pacífica das disputas e abstendo-se do uso ou da ameaça de uso da força durante as negociações de paz;

III. Segurança de alvos não militares: O princípio da proteção de civis em conflitos militares deve ser observado. A China e o Paquistão apelam às partes em conflito para que cessem imediatamente os ataques contra civis e alvos não militares, cumpram integralmente o Direito Internacional Humanitário (DIH) e parem de atacar infraestruturas importantes, incluindo instalações de energia, dessalinização e geração de energia, bem como infraestruturas nucleares pacíficas, como usinas nucleares;

IV. Segurança das rotas marítimas: O Estreito de Ormuz, juntamente com as águas adjacentes, é uma importante rota marítima global para o transporte de mercadorias e energia. A China e o Paquistão apelam às partes para que protejam a segurança dos navios e tripulantes

[1] Ministry of Foreign Affairs People's Republic of China (2026, March 31). Five-Point Initiative of China and Pakistan For Restoring Peace and Stability in the Gulf and Middle East Region. https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbzhd/202603/t20260331_11884511.html

retidos no Estreito de Ormuz, permitam a passagem rápida e segura de navios civis e comerciais e restabeleçam a normalização da passagem pelo Estreito o mais brevemente possível.

V. Primazia da Carta das Nações Unidas: A China e o Paquistão apelam a esforços para a prática do verdadeiro multilateralismo, para o fortalecimento conjunto da primazia da ONU e para o apoio à conclusão de um acordo que estabeleça um quadro de paz abrangente e alcance uma paz duradoura com base nos propósitos e princípios da Carta da ONU e do direito internacional"[2].

Por fim, e também através de canais próprios, Irã e Estados Unidos firmaram uma certa trégua – embora, no final da semana Trump tenha ameaçado um bloqueio total à rota marítima antes e depois do estreito de Ormuz. Embora os navios de vários países continuem passando sem problemas, o conflito e os bombardeios têm alterado o valor do dólar e do petróleo, criando pressões inflacionárias perigosas. O Irã, anunciou a criação de "corredor seguro" para frotas de outros países[3].

Papel do Conselho de Segurança e operações militares não autorizadas

Nesse mesmo ensejo de reivindicar um cessar-fogo, Wang Yi, realizou uma ligação telefônica com a Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Kaja Kallas, no dia 03 de abril. Kallas elogiou os esforços chineses de mediação do conflito, incluindo a formulação da Iniciativa dos Cinco Pontos, e ambas as partes trocaram impressões sobre o desenrolar da guerra[4].

Kaja Kallas afirmou que, embora a Europa não esteja diretamente envolvida no conflito, vem sofrendo seus efeitos colaterais, e manifestou a expectativa por uma rápida pacificação, com a retomada do diálogo e das negociações. Além disso, elogiou a contraparte chinesa como uma importante parceira de cooperação e destacou o interesse em manter uma comunicação contínua, preservando os vínculos estabelecidos[5].

Por sua vez, Wang Yi ressaltou que cabe à China e à Europa a responsabilidade compartilhada de defender um sistema internacional pautado pelas normas do direito internacional e pelos princípios das Nações Unidas. Nesse sentido, afirmou que as ações do Conselho de Segurança da ONU não devem fornecer cobertura legal nem legitimar operações

[2] Ministry of Foreign Affairs People's Republic of China (2026, March 31). Five-Point Initiative of China and Pakistan For Restoring Peace and Stability in the Gulf and Middle East Region. https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbzhd/202603/t20260331_11884511.html

[3] Caixin Global (2026, March 24). Exclusive: First Chinese Cargo Ship Crosses Iran's Hormuz 'Safe Corridor'. https://www.caixinglobal.com/2026-03-24/exclusive-first-chinese-cargo-ship-crosses-irans-hormuz-safe-corridor-102426830.html

[4] The State Council of the People's Republic of China (2026, April 03). Chinese FM says UN Security Council actions should not legitimize unauthorized military operations. https://english.www.gov.cn/news/202604/03/content_WS69cf2d7dc6d00ca5f9a0a3ea.htmlhttps://english.www.gov.cn/news/202604/03/content_WS69cf2d7dc6d00ca5f9a0a3ea.html

[5] The State Council of the People's Republic of China (2026, April 03). Chinese FM says UN Security Council actions should not legitimize unauthorized military operations. https://english.www.gov.cn/news/202604/03/content_WS69cf2d7dc6d00ca5f9a0a3ea.htmlhttps://english.www.gov.cn/news/202604/03/content_WS69cf2d7dc6d00ca5f9a0a3ea.html

militares não autorizadas, tampouco contribuir para a escalada das tensões ou a intensificação do conflito[6].

A declaração do ministro chinês é bastante relevante à luz das interpretações difundidas por diferentes meios de comunicação internacionais e agentes políticos, sobretudo no Ocidente, que frequentemente evocam, de maneira implícita, a ideia de "dois pesos e duas medidas". Nessas leituras, o conflito tende a ser retratado de forma assimétrica, enfatizando o Irã como agente agressor e Israel como ator defensivo, ainda que o estopim da guerra entre ambas as nações tenha partido do governo de Netanyahu. Nesse sentido, a fala de Wang Yi ressalta a necessidade de uma resolução efetivamente pacífica e imparcial, sem a conivência ou a omissão do Conselho de Segurança da ONU diante de violações do direito internacional — que, diga-se de passagem, foi violentamente infringido pelos episódios recentes de ataques a instituições civis, como escolas e hospitais.

Retiradas em Tel Aviv e Teerã

Desde o ataque combinado entre os Estados Unidos e Israel contra o Irã, em 28 de fevereiro de 2026, o cenário em Teerã e Tel Aviv mudou rapidamente: sirenes de emergência, evacuações apressadas de civis e céus marcados por mísseis. Nesse contexto, os alertas emitidos ainda em fevereiro pela Embaixada da China em Israel e pela representação diplomática no Irã, bem como pelos demais consulados chineses nos dois países, mostraram-se justificados ao orientarem os cidadãos chineses residentes nessas regiões a redobrarem os cuidados e prepararem abrigos[7].

No início de março, a maioria dos cidadãos chineses no Irã já havia deixado o país — com exceção daqueles que optaram por permanecer, seja por motivos de trabalho, familiares ou por decisão própria —, em decorrência de uma nova rodada de ataques aéreos contra Teerã, que resultou em múltiplas explosões em áreas civis, conduzida pelos Estados Unidos e por Israel. Vale ressaltar que a maior parte desses nacionais reside na capital ou em áreas próximas, justamente onde os ataques foram registrados[8].

No dia 5 de abril, um novo comunicado foi publicado pela Embaixada da China em Israel, orientando civis a evitarem áreas sensíveis, especialmente aquelas com infraestrutura crítica, como aeroportos, portos, estações ferroviárias e grandes vias de transporte, além de locais de interesse estratégico, como instalações militares, universidades, centros de pesquisa, indústrias e usinas elétricas. Em caso de emergência, a embaixada também instou os cidadãos chineses a entrarem em contato imediatamente[9].

---

[6] The State Council of the People's Republic of China (2026, April 03). Chinese FM says UN Security Council actions should not legitimize unauthorized military operations.
https://english.www.gov.cn/news/202604/03/content_WS69cf2d7dc6d00ca5f9a0a3ea.htmlhttps://english.www.gov.cn/news/202604/03/content_WS69cf2d7dc6d00ca5f9a0a3ea.html

[7] Global Times (2026, February 28). Chinese Embassy in Israel urges Chinese nationals to stay vigilant, monitor developments and prepare shelters amid escalating tensions.
https://www.globaltimes.cn/page/202602/1355905.shtml

[8] Global Times (2026, March 03). Majority of Chinese citizens have evacuated from Iran: local Chinese association.
https://www.globaltimes.cn/page/202603/1356185.shtml#:~:text=After%20entering%20Azerbaijan%2C%20the%20Chinese,facilities%2C%20making%20it%20comparatively%20safer.

[9] CGTN (2026, April 05). Chinese embassy urges nationals in Israel to take security precautions.
https://english.cctv.com/2026/04/05/ARTI2Azi9EwNi0lK0OHW9Oqw260405.shtml



Fonte: Global Times, 2026.

SAÚDE

Ampliação seguro saúde a cuidados de longa duração

A decisão da China de acelerar a criação de um sistema nacional de seguro para cuidados de longa duração representa um passo estrutural na consolidação do seu Estado social. As diretrizes divulgadas em 25 de março de 2026 apontam para a institucionalização de um mecanismo destinado a responder às necessidades básicas de pessoas com dificuldade em cuidar de si próprias, assegurando apoio financeiro e também serviços de assistência diária e cuidados médicos associados. Trata-se, portanto, de uma medida que ultrapassa a lógica estrita do seguro de saúde tradicional e entra no domínio mais amplo da proteção social perante a dependência e o envelhecimento demográfico[10].

A relevância desta reforma torna-se mais clara quando observada à luz da experiência-piloto iniciada em 2016. Segundo os dados divulgados, cerca de 310 milhões de pessoas aderiram ao sistema experimental e mais de 3,3 milhões de pessoas com deficiência já se beneficiaram dele. O Governo chinês prevê que o fundo deste seguro cubra 20 serviços de assistência cotidiana, como apoio na alimentação, higiene pessoal e utilização de instalações sanitárias, bem como 16 serviços de cuidados médicos, entre os quais exames gerais, cuidados básicos de saúde e reabilitação. Isto mostra que a ampliação do sistema não é meramente administrativa; ela traduz-se numa definição concreta de prestações, algo essencial para que a política pública tenha aplicação real e mensurável[11].

[10] Plataforma Media. (2026). China reforça segurança social com seguro para idosos e pessoas dependentes. https://www.plataformamedia.com/2026/03/26/china-reforca-seguranca-social-com-seguro-para-idosos-e-pessoas-dependentes/

[11] Plataforma Media. (2026). China reforça segurança social com seguro para idosos e pessoas dependentes. https://www.plataformamedia.com/2026/03/26/china-reforca-seguranca-social-com-seguro-para-idosos-e-pessoas-dependentes/

Há ainda um aspecto particularmente relevante: esta expansão não responde apenas a uma pressão social, mas também a uma transformação profunda da estrutura demográfica chinesa. Ao reconhecer o seguro de cuidados de longa duração como componente vital da segurança social, Beijing admite que o envelhecimento da população deixou de ser uma questão periférica e passou a ser um tema central de governação. Com efeito, num país com dimensão continental e fortes assimetrias regionais, a ausência de um sistema nacional desta natureza tenderia a agravar desigualdades no acesso aos cuidados e a transferir de forma excessiva o peso da dependência para as famílias[12].

Ao mesmo tempo, o projeto sugere uma visão mais abrangente do desenvolvimento social, porque a criação deste seguro também tem efeitos econômicos indiretos. A cobertura dos cuidados de longa duração tem estimulado investimento privado em setores relacionados, com mais de 60 mil milhões de yuans atraídos para áreas conexas desde o arranque dos projetos-piloto, segundo dados citados pela imprensa chinesa. Esse ponto merece atenção: quando bem desenhado, um sistema de proteção social não é apenas despesa pública, podendo também organizar procura, profissionalizar serviços e criar novos mercados ligados ao cuidado, à reabilitação e aos equipamentos de apoio[13].

Em síntese, a criação e ampliação do sistema chinês de seguro para cuidados de longa duração deve ser entendida como uma resposta institucional robusta a um problema que tende a intensificar-se nas próximas décadas. A medida revela capacidade de planeamento, continuidade política e leitura realista das pressões sociais colocadas pelo envelhecimento. Ainda assim, o verdadeiro teste estará na execução: garantir financiamento sustentável, cobertura equilibrada entre regiões e qualidade efetiva dos serviços prestados. Mesmo com essas reservas, a orientação agora assumida pela China parece, no essencial, um avanço sólido e racional na modernização da sua segurança social.

SANITÁRIO

Inspeções e análises randomizadas

A Comissão Nacional de Saúde da China, em articulação com a Administração Nacional de Controle e Prevenção de Doenças e a Administração Estatal de Medicina Tradicional Chinesa, publicou o Plano Nacional de Inspeção e Fiscalização Aleatória para 2026[14], documento que organiza uma das maiores operações anuais de supervisão do Estado chinês. A política estrutura um sistema de auditorias *randomizadas* que cobre escolas, hospitais, sistemas de abastecimento de água, ambientes de trabalho, produtos de desinfecção, instituições médicas e serviços de saúde pública em geral, com percentuais de fiscalização definidos previamente e aplicação descentralizada pelas autoridades provinciais e locais.

O funcionamento do plano baseia-se no princípio do "duplo aleatório e uma divulgação": tanto os alvos da inspeção quanto os agentes fiscalizadores são selecionados por

[12] Xinhua Português.(2026). China criará sistema nacional de seguro de cuidados de longa duração. https://portuguese.news.cn/20260326/2b0c40bd3ff441efb572d515b94a5535/c.html

[13] CGTN. (2026). Seguro de cuidados de longo prazo atrai mais de 60 bilhões de yuans em investimento social. https://portuguese.cri.cn/2026/03/26/ARTI1774495428338869

[14] 关于印发2026年国家随机监督抽查计划的通知. https://www.nhc.gov.cn/ylyjs/gzdt/202604/e4d18f523dbd478db9db249e88de3a54.shtml (accessed 13 Apr2026).

sorteio a partir de cadastros oficiais, e os resultados devem ser tornados públicos após a conclusão. A lógica estatística é reduzir a previsibilidade das fiscalizações, aumentar o efeito dissuasório e minimizar interferências políticas ou seletividade administrativa. Uma vez sorteada a amostra, as inspeções não podem ser ajustadas livremente – substituições de fiscais, por exemplo, são limitadas a 15% do total designado.

O plano detalha amostragens extensas e heterogêneas. No campo da saúde pública, por exemplo, 18% das escolas de cada jurisdição passam por inspeção das condições de iluminação, ventilação e prevenção de doenças infecciosas; já no abastecimento de água, todas as estações urbanas e unidades rurais acima de 1.000 m³/dia são fiscalizadas, além de 10% das pequenas centrais por município. Em serviços médicos, a política alcança desde grandes hospitais (40% dos de nível secundário ou superior) até clínicas de atenção primária e instituições de diagnóstico, sempre combinando verificação documental e testes laboratoriais.

Transição do quadro epidemiológico de Tuberculose

De acordo com o artigo "Perspectives: China's TB Portfolio for Advancing the 2030 End TB Goals"[15], publicado na CDC Weekly, o controle da tuberculose (TB) permanece um dos maiores desafios globais em saúde pública, sendo ainda a principal causa de morte por um único agente infeccioso no mundo. Em 2024, foram estimados 10,7 milhões de casos e aproximadamente 1,23 milhão de mortes por TB, evidenciando a persistente lacuna entre os objetivos estabelecidos pela Estratégia End TB da OMS e a realidade epidemiológica global. Embora a estratégia da OMS estabeleça metas ambiciosas para redução de incidência, mortalidade e custos catastróficos até 2030, o progresso global tem sido desigual, com alguns países enfrentando estagnação ou até reversão dos avanços observados antes da pandemia de COVID-19. Além disso, a possível redução de financiamento internacional ameaça a sustentabilidade dos programas de TB em diversos países de baixa e média renda, reforçando a necessidade de soluções que combinem financiamento estável, governança robusta e estratégias adaptadas a contextos locais.

Em contraste com esse cenário global de desaceleração, a China apresentou avanços significativos no controle da TB, com uma redução estimada de cerca de 20% na incidência entre 2015 e 2024, passando de 65 para 49 casos por 100 mil habitantes, indicando uma transição para um cenário de menor endemicidade. Apesar desse progresso, persistem importantes desigualdades regionais entre as províncias, influenciadas por diferenças no desenvolvimento socioeconômico, capacidade do sistema de saúde e padrões de mobilidade populacional, com as regiões oeste e central apresentando maiores taxas de incidência e maiores atrasos diagnósticos. Nesse contexto, o país estabeleceu metas nacionais e provinciais de redução da incidência, com o objetivo de atingir menos de 50 por 100 mil habitantes até 2025 e menos de 43 por 100 mil até 2030, refletindo uma abordagem de governança multinível que busca alinhar planejamento nacional e implementação local.

A estratégia chinesa de controle da TB é estruturada ao longo de todo o continuum de cuidado, integrando prevenção, diagnóstico precoce, tratamento padronizado e manejo de longo prazo. A detecção ativa de casos foi ampliada por meio da iniciativa "Zero-TB Community", que expandiu de 36 para 790 sítios, incorporando triagem de populações de alto risco e o uso de tecnologias diagnósticas avançadas, como testes moleculares, inteligência artificial em

[15] PEI S, XU C, HU D, ZHAO Y. China's TB Portfolio for Advancing the 2030 End TB Goals. *China CDC Weekly*. 2026;8(13):367-373. doi:10.46234/ccdcw2026.059

radiografia e novas abordagens não baseadas em escarro. No campo da prevenção, destacam-se a manutenção da cobertura vacinal com BCG, o desenvolvimento de novas plataformas vacinais e a expansão do tratamento preventivo da tuberculose, além de abordagens integradas sob o conceito de One Health para TB. No tratamento, o país tem fortalecido a padronização terapêutica, o suporte social ao paciente, o uso de ferramentas digitais de adesão e a ampliação de regimes mais curtos e totalmente orais para TB resistente, incluindo a introdução do pretomanid[16] e do esquema BPaL/M[17], com o objetivo de melhorar desfechos clínicos e reduzir a transmissão.

Além das intervenções clínicas, a China também fortaleceu os componentes sistêmicos do controle da TB, incluindo redes integradas de serviços, sistemas de vigilância em tempo real, capacitação da força de trabalho e coordenação entre centros de controle de doenças, hospitais especializados e atenção primária. Medidas de proteção financeira foram ampliadas por meio de mecanismos de diferentes fontes, incluindo seguros de saúde, subsídios governamentais e políticas de aquisição centralizada de medicamentos, reduzindo o ônus econômico sobre os pacientes. Paralelamente, campanhas de educação em saúde e mobilização social contribuíram para o aumento da conscientização sobre TB, embora ainda existam lacunas entre diferentes grupos populacionais. A incorporação de ferramentas digitais e soluções baseadas em inteligência artificial também tem fortalecido a eficiência dos serviços. Em conjunto, a experiência chinesa apresenta um modelo abrangente e estruturado de controle da TB, que, embora dependente de contexto institucional e capacidade do sistema de saúde, oferece elementos potencialmente adaptáveis para outros países no avanço rumo às metas globais de eliminação da doença.

Poeira e efeitos epigenéticos

Pesquisadores do Centro Chinês de Controle e Prevenção de Doenças (China CDC) estudaram a poeira doméstica encontrada em casas de diferentes cidades da China e descobriram[18] que ela contém ftalatos (PAEs) — substâncias químicas muito usadas em plásticos, pisos, móveis, produtos de higiene e materiais de construção.

O estudo mostrou que essas substâncias estão presentes na poeira de praticamente todas as casas analisadas e que essa poeira não é apenas um problema de sujeira, mas pode causar efeitos biológicos reais no corpo humano. Os cientistas avaliaram algo chamado potencial de desmetilação do DNA, que é uma forma de medir se uma substância pode desorganizar o modo como os genes são ligados e desligados.

Eles descobriram que a maioria das amostras de poeira tinha efeito de desmetilação do DNA em testes de laboratório. Isso indica um risco potencial de efeitos epigenéticos, mesmo em níveis baixos de exposição Em termos simples: a poeira da casa pode “confundir” o controle dos genes antes mesmo de surgir uma doença.

---

[16] Novo fármaco antimicrobiano utilizado no tratamento da tuberculose resistente a medicamentos, pertencente à classe dos nitroimidazóis, com ação contra *Mycobacterium tuberculosis*.

[17] Regime oral encurtado recomendado pela OMS para tuberculose resistente, composto por bedaquilina (B), pretomanid (Pa) e linezolida (L), podendo incluir moxifloxacina (M) em algumas variações, sendo utilizado para melhorar a eficácia e reduzir a duração do tratamento da TB resistente.

[18] 中国疾病预防控制中心. https://www.chinacdc.cn/kxyj/kjjz/202602/t20260212_315066.html (accessed 13 Apr2026).

Reflorestamento estatal e popular

O presidente da China, Xi Jinping, participou, ao lado de outros dirigentes do Partido e do Estado, autoridades locais, moradores e crianças, de mais uma edição da tradicional atividade de plantio obrigatório de árvores na capital chinesa, reafirmando o compromisso do país com a ampliação de seus chamados “ativos verdes” e com a consolidação de um modelo de desenvolvimento baseado na harmonia entre crescimento econômico e proteção ambiental. A ação ocorreu em Pequim e marcou o 13º ano consecutivo em que Xi participa pessoalmente da iniciativa.

Na ocasião, Xi disse que “o plantio voluntário de árvores é uma iniciativa nacional que deve ser realizada por gerações” e que “a boa ecologia é compartilhada por todos, mas é necessário o trabalho conjunto para construí-la”.

A República Popular da China instituiu o Dia Nacional do Plantio de Árvores em 12 de março de 1979 e, dois anos depois, lançou oficialmente a Campanha Nacional de Plantio Voluntário de Árvores, mobilizando população, governos e instituições em escala nacional.

"Aumentar a cobertura verde é trazer maiores pontos fortes para o desenvolvimento, e plantar árvores é plantar o futuro", disse Xi na atividade de plantio de árvores do ano passado, pedindo esforços contínuos para enriquecer os "ativos verdes" do país.

A China responde atualmente por cerca de um quarto da nova área verde criada no mundo desde o ano 2000, possui mais de 280 milhões de hectares de florestas e registra uma taxa de cobertura florestal superior a 25% de seu território nacional, frente a pouco mais de 12% no início dos anos 1980.

Segundo projeções oficiais, até 2050 a área de reflorestamento associada a esses programas deve ultrapassar 4 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo 13 regiões de nível provincial. Isso representará 42,4% da área total do território chinês, consolidando um dos maiores esforços de recomposição florestal planejada já realizados por um Estado nacional. O setor florestal e de pastagens movimentou mais de 10 trilhões de yuans recentemente, com expansão do ecoturismo, geração de empregos e redução da pobreza em regiões afetadas pela desertificação.

Biomanguinhos e WuXi assinam acordo

A Fiocruz e a biofarmacêutica chinesa WuXi Biologics formalizaram, em março de 2026, um Memorando de Entendimento estratégico para fortalecer a produção de imunobiológicos no Brasil. Assinado durante missão oficial na China liderada pelo Ministério da Saúde, o acordo visa ampliar a capacidade produtiva da unidade Bio-Manguinhos. O foco central é garantir o abastecimento de vacinas essenciais para o Sistema Único de Saúde (SUS), reduzindo a vulnerabilidade do país frente a insumos importados.

A colaboração prevê o intercâmbio de tecnologia e o compartilhamento de conhecimento técnico em etapas críticas da cadeia biotecnológica. Ao utilizar a plataforma global da WuXi, a Fiocruz busca acelerar o desenvolvimento de novas soluções para doenças negligenciadas e emergentes. Além da fabricação, o projeto incentiva a formação de pesquisadores brasileiros, promovendo uma integração profunda entre as competências científicas das duas instituições.

SOCIOECONÔMICO

Eleições distritais e municipais para mais de 2 milhões de deputados

Em 31 de março de 2026, foi realizada em Pequim uma reunião voltada para a "implantação da eleição geral das assembleias populares nos níveis distrital e municipal". O evento contou com a participação e os discursos de Shi Taifeng, diretor do Departamento de Organização do Comitê Central do PCC, e de Li Hongzhong, vice-presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional[19]. Durante seu discurso, Shi Taifeng destacou as exposições do Secretário-Geral Xi Jinping sobre o aprimoramento do sistema de assembleias populares, devendo-se "apoiar firmemente os “dois estabelecimentos”, alcançar resolutamente as “duas salvaguardas”. Estas foram definidas no 20º Congresso do PCCh, quando o partido aprovou emendas, dentre elas os “dois estabelecimentos”, que definem Xi como líder principal do partido e suas ideias como princípios”; e as “duas salvaguardas”, que asseguram a centralidade de Xi no interior do partido e a autoridade centralizada do partido sobre a China[20]. Adicionalmente, Taifeng pontuou que os padrões políticos devem ser colocados em primeiro lugar para "controlar rigorosamente a qualidade, a integridade e a estrutura dos deputados das assembleias populares distritais e municipais"; e destacou as necessidades de desenvolvimento da carreira e formação de quadros. Por sua vez, Li Hongzhong destacou que se deve "aderir à unidade orgânica da liderança do partido, o domínio do povo e o estado de direito". Ele concluiu instruindo os presentes a "praticar a democracia popular em todo o processo", baseando-se nas funções da assembleia popular para conduzir a organização do pleito conforme a lei.

Quanto ao processo eleitoral, o Gabinete Geral do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional, sintetizou suas etapas e vinculação com as leis do Estado de Direito. As eleições distritais e municipais elegerão mais de 2 milhões de deputados e seguem uma emenda à Lei Eleitoral aprovada em 2010[21]. As principais características da revisão são resumidas em "'implementar uma identidade' e 'incorporar três iguais'". A "identidade" exige eleger representantes urbanos e rurais na mesma proporção de população, enquanto os "três iguais" garantem a igualdade para todos os cidadãos, igualdade regional e igualdade étnica. Os princípios básicos do sistema eleitoral são a universalidade, a igualdade, a combinação de eleições diretas (nos níveis distrital e municipal) e indiretas, o princípio da eleição diferencial (onde há mais candidatos do que vagas) e o princípio do voto secreto. Têm direito a votar e serem eleitos todos os cidadãos chineses com 18 anos ou mais que possuam a nacionalidade da República Popular da China e “desfrutem de direitos políticos de acordo com a lei".

---

[19] Assembleia Popular Nacional da República Popular da China. **全国**县乡**两**级**人大**换**届**选举**工作部署会**议**在京**举行 [Internet]. Pequim: Assembleia Popular Nacional; 1 abr 2026 [citado 12 abr 2026]. Disponível em: http://www.npc.gov.cn/npc/c2/kgfb/202604/t20260401_453570.html

[20] Al Jazeera. Xi Jinping secures historic third term as China unveils new leadership [Internet]. Doha: Al Jazeera Media Network; 2022 [citado em 12 abr 2026]. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2022/10/23/xi-jinping-set-for-historic-3rd-term-as-china-unveils-new-leaders

[21] Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional. **全国人大常委会**办**公**厅详**解**县乡**人大**换**届**选举15问 [Escritório Geral do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional detalha 15 questões sobre a eleição de substituição das assembleias populares de condados e municípios]. Pequim: NPC; 11 jul 2011 [citado 12 abr 2026]. Disponível em: http://www.npc.gov.cn/c1773/c16074/c16535/c16540/201905/t20190522_68498.html

A eleição é presidida por comitês eleitorais estabelecidos nos níveis distrital e municipal, cujos membros são nomeados pelo comitê permanente da assembleia popular de nível distrital. O comitê divide as áreas em distritos eleitorais que elegem de um a três representantes. Os eleitores participam apenas de seu próprio distrito, pois cada eleitor tem apenas um direito de voto em uma eleição. O registro dos eleitores tem validade contínua, com a lista oficial publicada 20 dias antes do pleito; em caso de discordância, cabem recursos ao comitê e às decisões finais pelo tribunal popular.

Os candidatos a deputados podem ser recomendados por partidos políticos e organizações populares, ou através de "'mais de 10 eleitores no distrito podem assinar conjuntamente e também recomendar candidatos representativos'". As eleições exigem um diferencial onde os candidatos oficiais devem ser um terço ao dobro do número de deputados. Se o número de nomeados exceder a proporção máxima, realiza-se uma pré-eleição. A lista oficial é divulgada sete dias antes do pleito. A apresentação dos candidatos aos eleitores pode ocorrer via recomendante, por meio do comitê eleitoral ou em encontros diretos organizados pelo comitê, mas deve ser interrompida no dia da eleição.

No dia da votação, são disponibilizadas seções eleitorais, reuniões e urnas móveis. A lei estipula cabines secretas para preenchimento das cédulas. O eleitor não vota em partidos, mas em pessoas, e pode aprovar, rejeitar, votar em outra pessoa ou abster-se. Pessoas analfabetas ou pessoas com deficiência podem confiar o preenchimento a terceiros. É permitido delegar o voto por escrito se o eleitor não puder comparecer, desde que seja a outro eleitor e haja aprovação do comitê, com a restrição de que cada eleitor não deve aceitar mais do que 3 delegados. A população flutuante pode concorrer no seu local de registro ou na sua residência atual; neste último caso, "eles devem obter prova de qualificações de eleitor no distrito original".

Para uma eleição ser válida, os votos devem ser iguais ou inferiores ao número de eleitores e mais da metade de todos os eleitores no distrito votaram. Para o candidato se eleger, ele necessita de "mais da metade dos votos depositados pelos eleitores que votaram". Se sobrarem vagas, ocorre uma eleição separada com os candidatos mais votados, respeitando a eleição diferencial. Por fim, atos de sabotagem são punidos criminalmente: são citados como tais atos subornar eleitores, o uso de violência ou ameaças, a falsificação de documentos eleitorais ou a retaliação a denunciantes, com possibilidade de invalidar eleições. Tais crimes são investigados e tratados pelos comitês permanentes e eleitorais em conformidade com a lei.

Digitalização do yuan e fortalecimento de recursos para IA

O Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da China delineou uma campanha nacional com o objetivo de tornar os recursos computacionais "'mais acessíveis, flexíveis e baratos'" para pequenas e médias empresas (PMEs), visando diminuir as barreiras para a adoção de inteligência artificial (IA) e enfrentar a crescente escassez de poder de processamento[22].

O foco da iniciativa é reduzir a complexidade e o custo de implantação desses recursos, com o intuito de apoiar essas empresas na ascensão da cadeia de valor em direção ao status de "pequenas empresas gigantes". Para atingir essas metas, os formuladores de políticas estão incentivando a experimentação com "bancos de poder de computação", sistemas nos quais as empresas poderão depositar sua capacidade de computação ociosa para "retirá-la mais tarde",

[22] The State Council of the People's Republic of China. China's central bank adds 12 banks as digital yuan operators [Internet]. Beijing: Xinhua; 2026 Apr 2 [citado em 12 abr. 2026]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202604/02/content_WS69ce6ecbc6d00ca5f9a0a3c4.html

bem como com "supermercados de poder de computação", que funcionarão como plataformas no estilo mercado para fornecer acesso sob demanda a recursos. O objetivo é corrigir os descompassos temporais e entre regiões, transformando o poder computacional em um ativo armazenável.

No âmbito financeiro da medida, as autoridades promoverão esquemas de preços flexíveis que permitirão às firmas pagar estritamente com base no uso efetivo dos recursos operacionais. Esse modelo de negócios inclui o uso do "consumo de tokens", refletindo as práticas de cobrança que já são utilizadas por grandes provedores de serviços de nuvem e de inteligência artificial. Como diretriz para acelerar a adoção da tecnologia de processamento, as autoridades locais também são ativamente incentivadas a simplificar os processos de solicitação e resgate desses benefícios estatutários

Expansão da redes de bancos após Renminbi digital cresce 800% em 2 anos

A expansão do yuan digital com mais 12 bancos operadores continua a ser relevante, mas hoje o seu significado é mais profundo do que parecia numa leitura inicial. Já não se trata apenas de alargar a rede de distribuição do e-CNY: trata-se de o preparar para uma fase de integração mais densa no sistema financeiro regulado chinês. A análise mais recente sugere que o Banco Popular da China está a deslocar o projeto de uma lógica de simples “dinheiro digital” para uma lógica de infraestrutura monetária de Estado, mais funcional, mais mensurável e mais alinhada com objetivos estratégicos de política económica e financeira[23].

Os números ajudam a perceber por que razão Beijing insiste no projeto. Até ao fim de novembro de 2025, o e-CNY tinha processado mais de 3,4 mil milhões de transações, num valor acumulado de cerca de 16,7 biliões de renminbi, um salto superior a 800% face a 2023. Ainda assim, estes dados não significam que o yuan digital tenha vencido por mérito concorrencial no mercado de pagamentos: o próprio balanço recente indica que ele não desalojou Alipay ou WeChat Pay, tendo sido integrado sobretudo em pagamentos públicos, subsídios, reembolsos fiscais, seguros de saúde e usos administrativos controlados. Em termos críticos, isto enfraquece a narrativa de adoção “orgânica” e sugere antes uma difusão empurrada pela arquitetura estatal[24].

Também se tornou mais claro que o objetivo do yuan digital não é apenas doméstico. Em setembro de 2025, o Banco Popular da China lançou em Xangai o *e-CNY International Operation Center*, vocacionado para infraestruturas transfronteiriças, interoperabilidade e inovação em pagamentos internacionais; paralelamente, foi criada em Pequim uma estrutura de operações e gestão mais centrada no desenvolvimento interno. Esta arquitetura “de duas alas”, combinando frente doméstica e frente internacional, reforça a ideia de que o e-CNY é, ao mesmo tempo, instrumento monetário e instrumento geoeconômico. No contexto dos BRICS, as moedas digitais dos Governos Centrais aparecem como resposta tecnológica e estratégica à

[23] China Daily. (2026). China's central bank adds 12 banks as digital yuan operators. https://global.chinadaily.com.cn/a/202604/03/WS69cf199ba310d6866eb41925.html
[24] Reuters. (2026). China-led cross-border digital currency platform sees surge https://www.reuters.com/world/asia-pacific/china-led-cross-border-digital-currency-platform-sees-surge-2026-01-16/

dependência do dólar e de infraestruturas como a SWIFT, ainda que sem ruptura imediata com a ordem existente[25].

Outra novidade relevante é a introdução de características remuneradas no e-CNY, aproximando-o menos de um mero meio de pagamento e mais de um ativo com função de retenção de valor. Essa mudança é importante porque transforma o yuan digital num possível concorrente regulado não só face ao numerário, mas também face às *stablecoins* e, em certa medida, aos depósitos à ordem. Porém, essa sofisticação técnica também amplia as preocupações quanto à vigilância financeira: os mesmos mecanismos que permitem pagamentos programáveis, transferências direcionadas e maior eficiência também aumentam a visibilidade do Estado sobre o uso do dinheiro. O ganho funcional, portanto, não vem politicamente neutro[26].

No plano externo, o caso mais expressivo é o *mBridge*. Depois de o BIS se ter afastado da governação direta do projeto em 2024, a plataforma acelerou fortemente: já ultrapassou 4.000 transações transfronteiriças, com um valor acumulado de cerca de 55,49 mil milhões de dólares, sendo o e-CNY responsável por aproximadamente 95,3% do volume liquidado. Isto mostra que a aposta chinesa está menos orientada para "destronar" o dólar de forma frontal e mais para criar canais paralelos de liquidação, primeiro em corredores específicos, depois em setores estratégicos, sobretudo comércio, energia e pagamentos governamentais. Sublinha-se que a desdolarização dos BRICS é real, mas gradual, tecnicamente difícil e ainda limitada pela persistência do dólar como moeda dominante mesmo em mecanismos supostamente alternativos[27].

Em síntese, o yuan digital está a entrar numa fase de "prime time", mas não necessariamente de hegemonia. O projeto é mais robusto, mais institucionalizado e mais internacionalizado do que há dois anos; ao mesmo tempo, continua a depender de impulso estatal e ainda não demonstra capacidade para alterar, por si só, a hierarquia monetária global.

Jardim Botânico faz nova proposta de novo "hotspot" global de biodiversidade

Um amplo território da China central passou a ser formalmente proposto como novo hotspot global de biodiversidade, segundo estudo liderado pelo Instituto de Botânica da Academia Chinesa de Ciências (IBCAS) e publicado na *Nature Ecology & Evolution*. A região cobre cerca de 1,54 milhão de km² e abriga mais de 14 mil espécies de plantas vasculares, incluindo 2.024 espécies endêmicas, número muito superior ao limiar clássico de 1.500 espécies utilizado pela Conservation International para definir hotspots globais.

Hotspots de biodiversidade são áreas que combinam altíssima riqueza biológica com perda severa de habitat, o que as torna prioritárias para políticas de conservação. No caso da China central, estima-se que apenas cerca de 7% da vegetação original tenha sido preservada, reflexo de séculos de ocupação agrícola, urbanização e infraestrutura. Ainda assim, o mosaico

[25] Castro and Santiago. (2025). The evolution of financial architecture supporting the BRICS: reshaping the global financial order?. Frontiers in Political Science. Volume 7 – 2025 | https://doi.org/10.3389/fpos.2025.1657108

[26] China Observers (2026). What to Watch as China Prepares Its Digital Yuan for Prime Time https://chinaobservers.eu/what-to-watch-as-china-prepares-its-digital-yuan-for-prime-time/

[27] Plataforma media. Banco central da China alarga rede do yuan digital. https://www.plataformamedia.com/2026/04/03/banco-central-da-china-alarga-rede-do-yuan-digital/

de florestas subtropicais remanescentes sustenta uma diversidade excepcional de plantas, insetos e vertebrados, consolidando o valor ecológico estratégico da região.

Do ponto de vista biogeográfico, a singularidade da área está associada às florestas subtropicais perenifólias de folhas largas, que funcionaram como refúgios climáticos durante períodos glaciais. Esses ambientes preservam linhagens vegetais antigas – chamadas de espécies relíquia – combinadas com grupos que passaram por rápida radiação evolutiva em tempos geológicos recentes. Essa sobreposição de histórias evolutivas confere à região um papel desproporcional na manutenção da diversidade filogenética global.

Ao propor a China central como o 37º hotspot global de biodiversidade, os pesquisadores buscam não apenas um reconhecimento simbólico, mas um instrumento científico-político capaz de orientar decisões de longo prazo.

Inclusão de Novas Cidades-Pilotos para o Desenvolvimento do Setor de Serviços

No contexto das reformas nacionais que abarcam o processo de modernização do país sob a ótica chinesa — que abrange iniciativas como a construção de cidades inteligentes e a revitalização do campo —, em 9 de janeiro de 2026, a China anunciou a ampliação de iniciativas voltadas à abertura e ao desenvolvimento de seu setor de serviços em mais nove cidades-piloto. Cabe ressaltar que o termo “cidades-piloto” designa municípios selecionados para integrar grandes projetos estatais conduzidos pelo governo chinês[28].

Assim, o Ministério do Comércio da China divulgou que nove cidades — Dalian, Ningbo, Xiamen, Qingdao, Shenzhen, Hefei, Fuzhou, Xian e Suzhou — foram designadas pelo planejamento central para a implementação de cerca de 159 projetos-piloto voltados ao setor de serviços, abrangendo áreas como telecomunicações, saúde e serviços financeiros[29].

Nesse contexto, a construção conjunta entre o Estado e instâncias subnacionais — como governos municipais e provinciais — é incentivada, com vistas ao desenvolvimento de abordagens personalizadas para os projetos-piloto, ajustadas às condições locais. Desse modo, por exemplo, em observância às particularidades regionais, a cidade costeira de Dalian receberá apoio para reforçar seu já proeminente papel como centro de transporte marítimo internacional do Nordeste Asiático, por meio do aprimoramento de seus canais logísticos. De forma semelhante, Ningbo será incentivada a aprofundar o desenvolvimento de suas vantagens em manufatura avançada e comércio transfronteiriço[30].

A Nação e as Repúblicas

A visita da presidente do Kuomintang (KMT), Cheng Li-wun, ao continente marcou o primeiro encontro em uma década entre os líderes do Partido Comunista da China (PCCh) e do KMT, com Xi Jinping enfatizando que o momento tem grande importância para a trajetória das

[28] The State Council of the People's Republic of China (2026, January 10). China to expand services sector opening-up pilot program to nine more cities.
https://english.www.gov.cn/news/202601/10/content_WS6961b1f8c6d00ca5f9a08840.html
[29] The State Council of the People's Republic of China (2026, January 10). China to expand services sector opening-up pilot program to nine more cities.
https://english.www.gov.cn/news/202601/10/content_WS6961b1f8c6d00ca5f9a08840.html
[30] The State Council of the People's Republic of China (2026, January 10). China to expand services sector opening-up pilot program to nine more cities.
https://english.www.gov.cn/news/202601/10/content_WS6961b1f8c6d00ca5f9a08840.html

relações interpartidárias e para a estabilidade no Estreito de Taiwan[31]. Xi reiterou que, independentemente das mudanças no cenário internacional, a tendência de "reunificação nacional" e de maior aproximação entre os dois lados do Estreito permanece inalterada, sustentada a continuidade do "Consenso de 1992" como base política e a oposição à independência de Taiwan como condição para o diálogo[32]. Nesse contexto, a visita foi apresentada como um esforço conjunto para promover a paz e reduzir tensões, com ambas as partes destacando a necessidade de ampliar intercâmbios e restaurar canais de comunicação formais interrompidos nos últimos anos.

Durante o encontro e em suas declarações públicas, Cheng Li-wun afirmou que a visita representava uma "jornada histórica pela paz" e destacou a responsabilidade conjunta de ambas as partes em evitar conflitos no Estreito, defendendo que diferenças de sistema político não devem impedir cooperação. Ela propôs a institucionalização da paz através da reativação de mecanismos de consulta, maior cooperação econômica e ampliação do intercâmbio juvenil e cultural, além de sugerir que um cenário de maior confiança política entre Taipei e Pequim poderia levar ao retorno da participação de Taiwan em algumas organizações internacionais, como a OMS e a OACI[33]. Cheng também reiterou a importância da identidade cultural compartilhada entre os dois lados como partes da "nação chinesa" e da civilização chinesa como base para a construção de um futuro conjunto[34].

Após o encontro, a China anunciou um pacote de dez medidas de incentivo voltadas a Taiwan, incluindo flexibilização de restrições ao turismo, facilitação da exportação de produtos alimentares e possibilidade de maior circulação de conteúdos midiáticos taiwaneses no continente, condicionadas ao enquadramento político de oposição à independência de Taiwan. Ao mesmo tempo, foi sinalizada a intenção de reabrir voos diretos e fortalecer mecanismos regulares de comunicação entre o PCC e o KMT, embora essas iniciativas tenham sido interpretadas pelo Conselho de Assuntos do Continente de Taiwan como "concessões unilaterais com condicionantes políticos"[35]. A ilha é governada pelo DPP, que flerta, muitas vezes abertamente, com o separatismo da ilha. O KMT, por sua vez, saudou as medidas como um "presente ao povo taiwanês", enquanto o governo de Taiwan alertou para possíveis implicações políticas dessas iniciativas.

No plano mais amplo, a visita ocorre em um contexto geopolítico sensível, às vésperas de interações importantes entre Estados Unidos e China, o que adiciona complexidade ao

[31] Xinhua News Agency. Xi meets KMT leader, urges joint efforts to promote cross-Strait peace, oppose "Taiwan independence" secession [Internet]. 8 abr. 2026 [citado em 13 abr 2026]. Disponível em: https://english.news.cn/20260410/78f86165612f4ec9adba4788f7156586/c.html

[32] People Daily Online. Xi meets KMT leader, urges joint efforts to promote cross-Strait peace, oppose "Taiwan independence" secession [Internet]. 8 abr. 2026 [citado em 13 abr. 2026]. Disponível em: https://english.news.cn/20260410/78f86165612f4ec9adba4788f7156586/c.html

[33] Jia Y. Full transcript of Xi Jinping and Cheng Li-wun's remarks and Cheng's press conference [Internet]. East is Read. 8 abr. 2026 [citado em 13 abr 2026]. Disponível em: https://www.eastisread.com/p/full-transcript-of-xi-jinping-and

[34] Jia Y. Full text: Cheng Li-wun's speech at Nanjing welcome banquet [Internet]. East is Read. 7 abr. 2026 [citado em 13 abr 2026]. Disponível em: https://www.eastisread.com/p/full-text-cheng-li-wuns-speech-at

[35] Reuters. China offers incentives to Taiwan following opposition leader's visit [Internet]. 12 abr. 2026 [citado em 13 abr 2026]. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/china-offers-incentives-taiwan-following-opposition-leaders-visit-2026-04-12/

equilíbrio triangular entre Washington, Pequim e Taipei[36]. Analistas apontam que a aproximação entre o KMT e o PCC pode influenciar percepções estratégicas dos Estados Unidos sobre o papel de Taiwan na região, especialmente diante de discursos mais críticos ao envolvimento norte-americano na segurança da ilha. A união entre o KMT e o PCCh foi fundamental para a vitória aliada na II Guerra Mundial, que resultou na rendição do fascismo japonês. Ambos os partidos se consideram os legítimos governantes da China, um da República Popular da China e o outro da República da China. Sun Yatsen, fundador do KMT, é referenciado por ambos os partidos. Cheng prestou tributo a ele, se curvando com uma coroa de flores amarelas.

Em suas falas, Chen reconheceu que o continente "superou e em muito nossas expectativas"[37]. Ela disse também que a guerra fratricida entre compatriotas não é do interesse do povo chinês.

Imagem 2 – Visita da líder do partido chinês Kuomintang (KMT), Cheng Li-wun, ao Mausoléu de Sun Yat-sen em Nanquim, na China, em 8 de abril de 2026.



Fonte: Xing Guangli, Xinhua News Agency

Desde 2000, Taiwan passou por um processo de liberalização eleitoral, que pôs fim ao governo de partido único do KMT. Uma reaproximação que dispute internamente os custos de paz e guerra para o separatismo taiwanês, especialmente com o eleitorado mais jovem. Externamente, a mensagem de desejo de paz entre a ilha e o continente representa uma resistência aos esforços de governos estrangeiros para fissurar as relações arrastando todo o leste da Ásia para um contexto similar, ou pior, do que se vê hoje na Europa e no Oriente Médio.

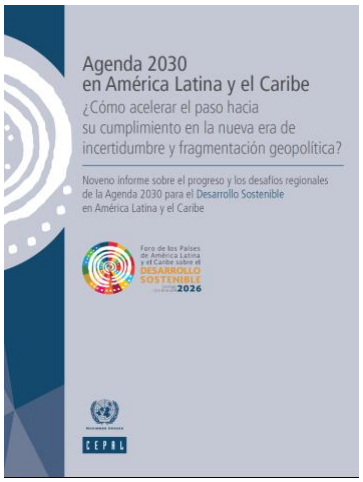
[36] Asia Society Policy Institute. Positioning KMT in the US-China-Taiwan triangle: Cheng Li-wun's early tenure [Internet]. citado em 13 abr. 2026. Disponível em: https://asiasociety.org/policy-institute/positioning-kmt-us-china-taiwan-triangle-cheng-li-wuns-early-tenure

[37] KMT leader promotes cross-Strait peace at Sun Yat-sen Mausoleum_National_The People's Government of Henan Province. https://english.henan.gov.cn/2026/04-08/3341144.html (Acessado em 13 abr 2026).

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno* paulo.buss@fiocruz.br

Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) (2026). Agenda 2030 na América Latina e Caribe. *9º. Relatório sobre Progressos e Desafios Regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na ALC*: *Como podemos acelerar o progresso rumo à sua concretização na nova era de incerteza e fragmentação geopolítica?* 155 pp. – Este informe da CEPAL trata da situação dos ODS na região. Mostra que pouco mais de uma década após a adoção da Agenda 2030 ODS na ALC apenas 19% das metas dos ODS devem ser atingidas até 2030. Em 2025 e no início de 2026, os desafios para o alcance dos ODS se intensificaram devido a uma nova era de incertezas e fragmentação geopolítica. O mundo testemunha rupturas significativas: aumento do protecionismo, acirramento da competição pela supremacia industrial e tecnológica e redução da cooperação em comércio, investimento, acesso à tecnologia e apoio financeiro ao desenvolvimento. Segundo o informe, nesta 'nova era', os países precisam ser mais pragmáticos. Devem fomentar maior colaboração entre governos, setor privado, sociedade civil, academia e outras partes interessadas, bem como fortalecer suas capacidades institucionais e de mobilização de recursos internos para acelerar a implementação das ações necessárias para o avanço do alcance dos ODS.



O Relatório está organizado em 4 capítulos: (I) América Latina e Caribe: Uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável Enquadrada por Desafios Estruturais e Geopolíticos; (II) Alcançando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe: Uma Visão Geral Regional; (III) Progresso em relação aos Objetivos 6, 7, 9, 11 e 17 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; (IV) Conclusões e Recomendações.

O panorama da região é semelhante à dos anos anteriores. Até 2030, o limiar estabelecido seria atingido em 19% das metas (inferior aos 23% registados em 2025). Observa-se progresso na direção correta em 42% das metas, mas o ritmo é insuficiente para alcançar os Objetivos em 2030. Além disso, 39% das metas estão estagnadas ou movem-se na direção oposta à desejada, indicando estagnação ou regressão em relação ao ponto de partida em 2015.

De notável riqueza são os gráficos, tabela e quadros que mostram visualmente o panorama da situação particular dos ODS definidos como objetos da avaliação na reunião de balanço geral dos ODS no ECOSOC, em julho: ODS 6 (água potável e saneamento), ODS 7 (energia acessível e limpa), ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 17 (parcerias para a implementação dos Objetivos).

O documento está disponível em PDF em inglês e espanhol, mas ainda não em português. Versão em espanhol: https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/5986b803-79e7-4207-afd5-84f937f8f699/content



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior; Mestre em Direito Internacional. Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Bruno Neves – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior; Mestre em Direito Internacional. Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Giovana Guiciard – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Heliton Barros – Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Hiago André Duarte de Albuquerque – Assessor de Relações Institucionais em Bio-Manguinhos. Doutorando em Relações Internacionais (PUC-RIO). Mestre em Estudos

Estratégicos da Defesa e Segurança (UFF). Cientista Político (UNIRIO). Autor do Livro Humanitarismo e cooperação regional: uma experiência da América Latina e Caribe

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Publicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Laura Tavares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Letícia Pessoa Masson - Pesquisadora do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Marcia Chame – Bióloga, Mestre e Doutora em Zoologia. Pesquisadora Titular e Coordenadora da Plataforma Institucional Biodiversidade e Saúde Silvestre da Presidência, Fiocruz

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina.

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais, possui MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização do Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira aposentado. Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

Valéry Martinez Jean – Farmacêutico, mestre em Ciência e Tecnologia Farmacêutica (UFRJ), com especialização em Sustentabilidade (UFRJ). Atua como pesquisador bolsista no INCQS/Fiocruz, sendo representante suplente na CTCI.

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, um dos produtos do Observatório CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** Informes quinzenais. Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Os Seminários são um dos produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2025 foram realizados 140 Seminários e, em 2026, estão programados 23 Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 22 de abril – *Agenda 2030 na América Latina e Caribe*

Dia 6 de maio – *Migrantes e refugiados no centro da crise humanitária global*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 05/2026
Período de 1 a 14 de abril de 2026

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e FABIANE GASPAR

Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2026
285 pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou da Presidência da Fiocruz.